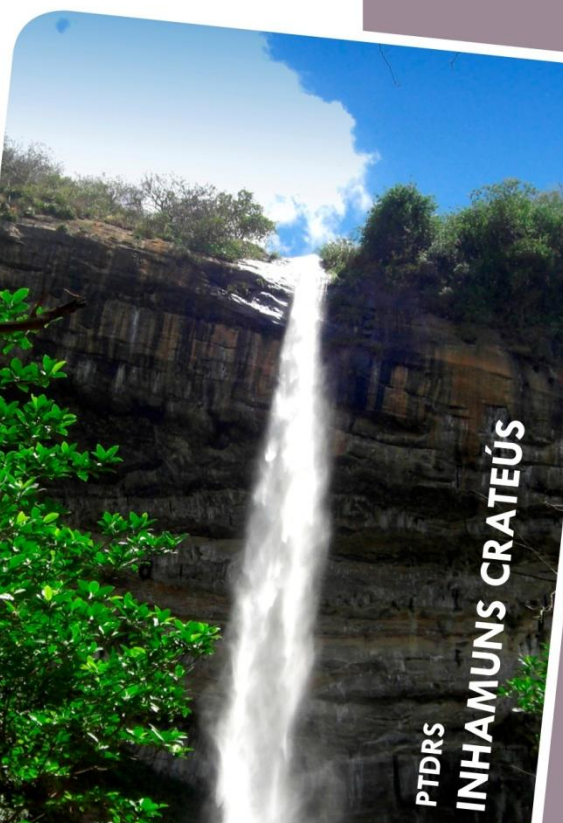




**Plano Territorial**  
**Desenvolvimento Rural**  
**Sustentável**  
**Território**  
**INHAMUNS CRATEÚS**



PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Francisco Celso Crisostomo Secundino

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica Instituto Agropolos do Ceará
Antonia Almeida Duarte	Coordenador CODET/MDA
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Antonio Marcos Vieira de Castro	Secretario - CEDR
Cleber Leite Pereira	Técnico – SDA/ Agropolos
Josafá Martins	Coordenador Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território do  
Inhamuns Crateus – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará,  
2011.  
402p.: v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto  
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB<sub>3</sub>- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
TERRITORIO DA CIDADANIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO INHAMUNS CRATEUS**

**CEARA  
2011**

## **COORDENAÇÃO NACIONAL**

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

## **COORDENAÇÃO TERRITORIAL**

Plenária Geral Territorial Inhamuns Crateús

Núcleo Dirigente do Território Inhamuns Crateús

## **EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS**

### **COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS**

Comitê de Ações Fundiárias

Comitê de Ambiente

Comitê de Direito e Desenvolvimento Social

Comitê de Educação

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura

Comitê da Organização Sustentável da Produção

Comitê da Saúde, Saneamento e Acesso a Água

## **ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL**

Luiz Vicente de Oliveira

Bacharel em Ciências da  
Religião

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Antonio Lacerda Souto

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Catarina Maria Rabelo

Edmilson de Freitas

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Fabiola de Lima Gonçalves

Florencia Furlotti

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Geórgia Medeiros Paiva

Janaina Carla Farias

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Leilamara do Nascimento Andrade

Maria do Socorro Almeida

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Mauricio Lima de Oliveira

Nahyara Estevam Marinho

Renato Araujo Bezerra

Ruth Helena Linhares Leite

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Pedagoga

Pedagogo

Engº Agrônomo

Ms Sociologia

Administrador

Ms Políticas Públicas

Enfermeira

Pedagoga

Ms Geografia

Engº Agrônomo

Esp. Saúde da Família

Turismóloga

Ms Engenharia Agrônômica

Ms. Engenharia de Pesca

Geógrafa

Esp Saúde da Família

Geógrafa

Pedagoga

Acadêmico de Agronomia

Ms Sociologia

Administrador

Bibliotecária

Ms Políticas Públicas



## **AGRADECIMENTOS**

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

*Luiz Inácio Lula da Silva*

*Guilherme Cassel*

*Jose Humberto Oliveira*

*Camilo Sobreira de Santanna*

*Antonio Rodrigues Amorim*

*Marcelo Souza Pinheiro*

*José Bartolomeu Cavalcante*



## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BCG	Vacina Contra a Tuberculose
CAE	Comitê de Articulação Estadual
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CAPS - AD	Centro de Apoio Psicossocial – Álcool e Drogas
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CMDS	Conselhos Municipais para o Desenvolvimento Sustentável
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
DATASUS	Departamento de Informação do SUS
DST	Doença Sexualmente Transmissível
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFA	Escola Família Agrícola
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESF	Estratégia Saúde da Família
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GM	Gabinete Ministerial
HIPERDIA	Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes
HIV	Vírus da Imunodeficiência
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação
LRPD	Laboratório Regional de Prótese Dentária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MS	Ministério da Saúde
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SAMU	Serviço Móvel de Urgência
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMACE	Superintendência de Meio Ambiente do Estado do Ceará
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUS	Sistema Único de Saúde
UC	Unidades de Conservação
UPA	Unidade de Pronto-atendimento
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Mapa do Ceará	<b>44</b>
<b>FIGURA 2</b>	Gráfico da Distribuição dos percentuais de causas de mortalidade por grupos de causas no Território Inhamuns Crateús em 2008	<b>102</b>
<b>FIGURA 3</b>	Gráfico de Distribuição dos percentuais de causas de mortalidade por grupos de causas no Território Inhamuns Crateús e Ceará em 2008	<b>102</b>
<b>FIGURA 4</b>	Gráfico dos Tipos de estabelecimentos no Território Inhamuns Crateús em 2008/2009/2010	<b>115</b>
<b>FIGURA 5</b>	Gráfico do número de profissionais de saúde por 100 habitantes em 2008 no território de Crateús	<b>116</b>
<b>FIGURA 6</b>	Gráfico do número de profissionais de saúde por 1000 habitantes	<b>117</b>
<b>FIGURA 7</b>	Gráfico do Percentual de Domicílios por Tipo de Abastecimento de Água em 2000	<b>119</b>
<b>FIGURA 8</b>	Gráfico do Percentual de Moradores por Tipo de Instalação Sanitária Território de Inhamuns Crateús em 2000	<b>120</b>
<b>FIGURA 9</b>	Gráfico da Proporção de Moradores por Tipo de Destino do Lixo 2000	<b>121</b>
<b>FIGURA 10</b>	Representação do Mapa do Clima do território Inhamuns Crateús	<b>198</b>
<b>FIGURA 11</b>	Gráfico da Média Histórica por Município, Micro Território Sul	<b>199</b>
<b>FIGURA 12</b>	Media Histórica por Município, Micro Território Centro 1988 -2009	<b>200</b>
<b>FIGURA 13</b>	Gráfico da Media Histórica por município, Micro território Norte I 1988 e 2009	<b>201</b>
<b>FIGURA 14</b>	Gráfico da Media Histórica por município, Micro território Norte I 1988 e 2009	<b>201</b>
<b>FIGURA 15</b>	Representação do Mapa da geomorfologia do território	<b>204</b>
<b>FIGURA 16</b>	Representação do Mapa de Hipsometria do Território	<b>205</b>
<b>FIGURA 17</b>	Representação do Mapa das Bacias Hidrográficas que banham o território Inhamuns Crateús	<b>208</b>
<b>FIGURA 18</b>	Representação do Mapa da rede de drenagem no território do Inhamuns Crateús	<b>213</b>
<b>FIGURA 19</b>	Representação Mapa Fitoecológico do Território Inhamuns Crateús	<b>219</b>
<b>FIGURA 20</b>	Gráfico das Cidades que apresentaram mais focos de calor entre os anos de 2003 e 2010 no Ceará	<b>224</b>
<b>FIGURA 21</b>	Representação Mapa de classe de solos destacando as áreas em processo de desertificação do Território Inhamuns/Crateús.	<b>232</b>
<b>FIGURA 22</b>	Gráfico População economicamente ativa	<b>244</b>
<b>FIGURA 23</b>	Gráfico Comparativo dos Repasses por Micro Território – 2008	<b>328</b>
<b>FIGURA 24</b>	Gráfico da Síntese do Comparativo dos Repasses por Micro Território	<b>331</b>
<b>FIGURA 25</b>	Gráfico Comparativo de Arrecadação Tributária	<b>333</b>
<b>FIGURA 26</b>	Elementos do Processo da Gestão Social	<b>350</b>
<b>FIGURA 27</b>	Participação das instituições no colegiado por nível	<b>356</b>
<b>FIGURA 28</b>	Instâncias e Papéis do Colegiado Territorial	<b>357</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Distribuição da população do Território Inhamuns Crateus por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	<b>27</b>
<b>TABELA 2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus – 2010	<b>29</b>
<b>TABELA 2.1</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010	<b>31</b>
<b>TABELA 2.2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010	<b>32</b>
<b>TABELA 2.3</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010	<b>34</b>
<b>TABELA 2.4:</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010	<b>36</b>
<b>TABELA 2.5</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010	<b>37</b>
<b>TABELA 3</b>	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Inhamuns Crateus, 2010.	<b>39</b>
<b>TABELA 4</b>	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Inhamuns Crateus, 2010.	<b>40</b>
<b>TABELA 5</b>	Morbidade proporcional por doenças crônicas e transmissíveis no Território Inhamuns Crateús em 2008.	<b>96</b>
<b>TABELA 6</b>	Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território Inhamuns Crateús em 2008.	<b>105</b>
<b>TABELA 7</b>	Condições de Nascimento no Território Inhamuns Crateús em 2008	<b>107</b>
<b>TABELA 8</b>	População Total e Alfabetizada no Estado por Faixa Etária e Zona de Moradia	<b>123</b>
<b>TABELA 9</b>	População alfabetizada no Território por faixa etária total, gênero, zona de moradia	<b>123</b>
<b>TABELA 10</b>	Ensino Infantil - Número de matrículas e número de escolas por dependência administrativa e zona de moradia	<b>126</b>
<b>TABELA 11</b>	Ensino Infantil - Número de escolas, quantidade de biblioteca, de laboratório de informática, laboratório de ciências e de quadras de esportes, quantidade de escola que recebe a merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia.	<b>130</b>
<b>TABELA 12</b>	Matrículas do Ensino Fundamental por município, dependência administrativa e zona de moradia	<b>134</b>
<b>TABELA 13</b>	Tabela Ensino Fundamental - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática, de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e escolas que recebem merenda escolar	<b>139</b>
<b>TABELA 14</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental	<b>144</b>
<b>TABELA 15</b>	Grau de Formação dos Docentes do Ensino Fundamental	<b>146</b>
<b>TABELA 16</b>	Ensino Médio - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	<b>148</b>



## LISTA DE TABELAS

TABELA 17	Ensino Médio - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática, e de ciências, quadra de esporte, escolas que recebem merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia	152
TABELA 18	Educação de Jovens e Adultos (presencial e semi-presencial) Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	154
TABELA 19	Ensino Indígena - Dependências Administrativas, Localização, Biblioteca, Laboratórios, Quadra de Esportes, Provisão de Merenda nos Micro Territórios	158
TABELA 20	Ações Articuladas de Educação e Cultura no Território Inhamuns Crateús	160
TABELA 21	Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia	162
TABELA 22	Mídias Radiofônicas do Território Inhamuns Crateús	174
TABELA 23	Participação Regional municipal na etapa Regional do Pacto das águas	211
TABELA 24	População Economicamente Ativa	243
TABELA 25	Renda per capita por município 2008	244
TABELA 26	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Ranking do estado para os municípios do Território – 1991 e 2000.	246
TABELA 27	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo os municípios - Ceará - 2004-2006.	247
TABELA 28	Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O), por dimensão, segundo os municípios - Ceará - 2006-2007.	248
TABELA 29	Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R), por dimensão, Educação e saúde, segundo os municípios - Ceará - 2006-2007	249
TABELA 30	Produção em (t) das lavouras Permanentes, 2009	253
TABELA 31	Produção em (t) das lavouras Temporárias, 2009	255
TABELA 32	Produção Pecuária 2008.	260
TABELA 33	Extrativismo vegetal, quantidade produzida em 2009	261
TABELA 34	Tipologias de artesanato por municípios 2010	262
TABELA 35	Estabelecimentos Rurais - Sul	267
TABELA 36	Estabelecimentos Rurais - Centro	267
TABELA 37	Estabelecimentos Rurais – Norte I	267
TABELA 38	Estabelecimentos Rurais – Norte II	268
TABELA 39	Imóveis Rurais - Sul	268
TABELA 40	Imóveis Rurais - Centro	270
TABELA 41	Imóveis Rurais – Norte I	270
TABELA 42	Imóveis Rurais – Norte II	273
TABELA 43	Assentamentos – Sul	275
TABELA 44	Assentamentos - Centro	276
TABELA 45	Assentamentos – Norte I	276
TABELA 46	Assentamentos – Norte II	278
TABELA 47	Área de Estabelecimentos Agrícolas - Sul	279
TABELA 48	Área de Estabelecimentos Agrícolas - Centro	279
TABELA 49	Área de Estabelecimentos Agrícolas – Norte I	279
TABELA 50	Área de Estabelecimentos Agrícolas – Norte II	281
TABELA 51	Número de Estabelecimentos - Sul	282
TABELA 52	Número de Estabelecimentos - Centro	283
TABELA 53	Número de Estabelecimentos – Norte I	284
TABELA 54	Número de Estabelecimentos – Norte II	285
TABELA 55	Organização de eventos e Feiras da Agricultura Familiar	286
TABELA 56	Produção comercializada via Programa de Aquisição de Alimentos	287
TABELA 57	Movimentação financeira via <u>Lei Nº 11.947</u> , que destina 30% dos	287

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 58</b>	recursos do FNDE para compra de produtos da Agricultura Familiar Totais de Declarações de Aptidão ao PRONAF e adesões ao Garantia Safrá	<b>290</b>
<b>TABELA 59</b>	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo os municípios 2008	<b>291</b>
<b>TABELA 60</b>	Financiamento Produtivo, 2009	<b>293</b>
<b>TABELA 61</b>	Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Sul	<b>294</b>
<b>TABELA 62</b>	Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Centro	<b>296</b>
<b>TABELA 63</b>	Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Norte I	<b>297</b>
<b>TABELA 64</b>	Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Norte II	<b>298</b>
<b>TABELA 65</b>	Estabelecimentos comerciais por setor, segundo os municípios do território - 2007 e 2008	<b>301</b>
<b>TABELA 66</b>	Estabelecimentos industriais segundo os municípios do território	<b>302</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Distância dos Municípios a Capital Fortaleza	<b>45</b>
<b>QUADRO 2</b>	Número de cisternas e repasses do Programa Cisternas de Placas - Ano 2010	<b>56</b>
<b>QUADRO 3</b>	Nº de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- 2010	<b>58</b>
<b>QUADRO 4</b>	Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família(PBF)	<b>58</b>
<b>QUADRO 5</b>	Programas Complementares articulados em nível Federal	<b>62</b>
<b>QUADRO 6</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	<b>65</b>
<b>QUADRO 7</b>	Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010	<b>67</b>
<b>QUADRO 8</b>	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários- 2010	<b>70</b>
<b>QUADRO 9</b>	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>72</b>
<b>QUADRO 10</b>	Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>74</b>
<b>QUADRO 11</b>	Quantidade e valores de benefícios emitidos pelo INSS – Rural e Urbano – 2007à 2008	<b>75</b>
<b>QUADRO 12</b>	Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios – 2010	<b>79</b>
<b>QUADRO 13</b>	Municípios do Território Inhamuns Crateús e as Credes a qual pertencem	<b>122</b>
<b>QUADRO 14</b>	Instituições de Ensino Superior no Território	<b>159</b>
<b>QUADRO 15</b>	Etnias Existentes no Território Inhamuns Crateús	<b>166</b>
<b>QUADRO 16</b>	Comunidades Quilombolas do Território Inhamuns Crateús	<b>167</b>
<b>QUADRO 17</b>	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	<b>181</b>
<b>QUADRO 18</b>	Patrimônio Ambiental do Território de Inhamuns Crateús	<b>185</b>
<b>QUADRO 19</b>	Áreas de conservação com suas respectivas esferas administrativas e municípios ao qual fazem parte, bem como o ecossistema encontrado em tais regiões	<b>187</b>
<b>QUADRO 20</b>	Características das adutoras	<b>209</b>
<b>QUADRO 21</b>	Principais Reservatórios do Território Inhamuns Crateús	<b>210</b>
<b>QUADRO 22</b>	Obras de abastecimento do Projeto São José por município e número de famílias atendidas	<b>211</b>
<b>QUADRO 23</b>	Tipos de solos, unidades geoambientais, características dos solos e limitações para utilização.	<b>215</b>
<b>QUADRO 24</b>	Programas, projetos e ações desenvolvidas no território	<b>233</b>
<b>QUADRO 25</b>	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	<b>237</b>
<b>QUADRO 26</b>	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	<b>304</b>
<b>QUADRO 27</b>	Composição do Poder Executivo Municipal (1993-1996)	<b>310</b>
<b>QUADRO 28</b>	Composição do Poder Executivo Municipal (1997-2000)	<b>311</b>
<b>QUADRO 29</b>	Composição do Poder Executivo Municipal (2001-2004)	<b>311</b>
<b>QUADRO 30</b>	Composição do Poder Executivo Municipal (2005-2008)	<b>312</b>
<b>QUADRO 31</b>	Composição do Poder Executivo Municipal (2009-2012)	<b>312</b>
<b>QUADRO 32</b>	Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012	<b>313</b>
<b>QUADRO 33</b>	Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração	<b>318</b>
<b>QUADRO 34</b>	Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território	<b>321</b>
<b>QUADRO 35</b>	Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade	<b>324</b>
<b>QUADRO 36</b>	Transferências aos Municípios - Ceará - 2004-2008	<b>328</b>
<b>QUADRO 37</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	<b>329</b>
<b>QUADRO 38</b>	Síntese do Comparativo dos Repasses por Micro Território	<b>330</b>
<b>QUADRO 39</b>	Arrecadação dos municípios do Território	<b>332</b>
<b>QUADRO 40</b>	Plano Plurianual - PAA	<b>334</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 41</b>	Ações ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania	<b>337</b>
<b>QUADRO 42</b>	Síntese por eixo das ações ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania	<b>342</b>
<b>QUADRO 43</b>	Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	<b>347</b>
<b>QUADRO 44</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>355</b>
<b>QUADRO 45</b>	Composição do Núcleo Dirigente	<b>356</b>
<b>QUADRO 46</b>	Composição dos Comitês Temáticos	<b>364</b>
<b>QUADRO 47</b>	Análise Territorial da Dimensão Político-Institucional	<b>372</b>
<b>QUADRO 48</b>	Objetivos Estratégicos	<b>374</b>
<b>QUADRO 49</b>	Eixo Direito e Desenvolvimento Social	<b>375</b>
<b>QUADRO 50</b>	Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia	<b>376</b>
<b>QUADRO 51</b>	Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água	<b>378</b>
<b>QUADRO 52</b>	Eixo Educação e Cultura	<b>379</b>
<b>QUADRO 53</b>	Eixo Desenvolvimento Ambiental	<b>381</b>
<b>QUADRO 54</b>	Eixo Ação Fundiária	<b>383</b>
<b>QUADRO 55</b>	Eixo Infraestrutura	<b>384</b>
<b>QUADRO 56</b>	Eixo Organização Sustentável da Produção	<b>389</b>
<b>QUADRO 57</b>	Eixo Gestão Territorial	<b>391</b>





## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>52</b>	<b>PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO</b>	<b>19</b>
<b>PARTE I</b>	<b>O TERRITÓRIO</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	Aspectos Sociodemográficos	<b>27</b>
<b>4</b>	Características Estratégicas	<b>43</b>
<b>5</b>	Formação Histórica	<b>46</b>
<b>PARTE II</b>	<b>O DIAGNÓSTICO</b>	<b>49</b>
<b>PARTE II a</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	<b>51</b>
<b>6</b>	Aspectos Sociais	<b>53</b>
<b>7</b>	Aspectos da Saúde	<b>94</b>
<b>8</b>	Aspectos Educacionais	<b>122</b>
<b>9</b>	Aspectos Culturais	<b>165</b>
<b>10</b>	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	<b>176</b>
<b>PARTE II b</b>	<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	<b>183</b>
<b>11</b>	Aspectos Geoambientais	<b>185</b>
<b>12</b>	Aspectos Antrópicos	<b>223</b>
<b>13</b>	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	<b>236</b>
<b>PARTE II c</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	<b>239</b>
<b>14</b>	Aspectos Socioeconômicos	<b>241</b>
<b>15</b>	Aspectos do Setor Produtivo	<b>251</b>
<b>16</b>	Situação Fundiária	<b>264</b>
<b>17</b>	Financiamento e Comercialização da Produção	<b>286</b>
<b>18</b>	Serviços, Comércio e Indústria	<b>300</b>
<b>19</b>	Análise Territorial da Dimensão Sócioeconômica	<b>303</b>
<b>PARTE II d</b>	<b>DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	<b>305</b>
<b>20</b>	Territorialização e Gestão Pública	<b>307</b>
<b>21</b>	Infraestrutura Institucional Territorial	<b>326</b>
<b>22</b>	Governabilidade e Gestão Social do Território	<b>349</b>
<b>23</b>	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	<b>359</b>
<b>PARTE III</b>	<b>PLANEJAMENTO</b>	<b>367</b>
<b>24</b>	Visão de Futuro	<b>370</b>
<b>25</b>	Objetivos Estratégicos	<b>371</b>
<b>26</b>	Diretrizes Principais	<b>373</b>
<b>27</b>	Eixos do Desenvolvimento	<b>374</b>
<b>28</b>	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	<b>391</b>
<b>PARTE IV</b>	<b>SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO</b>	<b>393</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>395</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>401</b>



## APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos

existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território de Inhamuns/Crateús não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de



atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

## 2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO

Em 2003, a SDT deu início ao processo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial no Ceará, momento em que o território de Inhamuns Crateús foi um dos selecionados para participar da referida estratégia. Uma das primeiras ações desenvolvida neste território foi à constituição da Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIATS, com uma representação média de 60% da sociedade civil e 40% do poder público. Uma primeira constatação importante foi à percepção de que as instituições indicadas como integrantes da CIAT, tinham pouca vivência de planejamento estratégico, participativo e com visão territorial. Portanto, neste momento foram desencadeados dois macro-processos: **Planejamento Territorial**, na perspectiva da elaboração do **Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial – PTDRS**, e constituição de um **Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER**, visando à constituição de uma institucionalidade territorial que representasse o território.

Com vistas a nortear todo o processo de implementação da estratégia, foram definidas um conjunto de diretrizes conforme descrição a seguir:

- a) Preservação dos princípios da ética e dos valores - valorização da eficiência, da participação, da igualdade, do respeito e do processo de caminhar dos próprios sujeitos envolvidos no seu ritmo e na beleza de seus passos;
- b) Relação Estado e Sociedade – a população é credora do governo e não devedora, o governo deve servir ao público e não se servir do público;
- c) Cultura e dinâmica das organizações - ênfase no processo coletivo, progressivo, construtivo de decisões em que as decisões são tomadas pela base;
- d) Democracia e participação - A missão da organização é contraditoriamente vista no conflito de valores dos participantes que

trabalham os valores mais gerais e aqueles que orientam seu dia a dia e se define pelo compartilhamento democrático;

e) Construção do sujeito como indivíduo e do sujeito coletivo - não se separa a objetividade da subjetividade, com ênfase na inter-subjetividade;

f) Planejamento com visão estratégica e territorial – considerar o desenvolvimento de ações imediatas sem perder de vista o foco estratégico e levar em conta os sub-espacos territoriais: O Território Rural; a Micro-região Intermunicipal (sub-território), o Município, a Comunidade Socioeconômica Solidária de Base e o Empreendimento Socioeconômico de Base.

Em 2006 a Comissão de Instalação das Ações Territoriais - CIATs transforma-se num colegiado de desenvolvimento territorial, amplia o nível de participantes e caminha para a busca da paridade na sua representação.

Em 2008, o território de Inhamuns Crateús, passa novamente por um processo de reestruturação. Com a inserção do território no programa territórios da cidadania, por exigência do programa deveria seguir o critério da paridade, ou seja: 50% da sociedade civil e 50% do poder público. Neste momento, o colegiado é reestruturado e passa a denominar-se Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Território Inhamuns Crateús.

Neste mesmo período foi elaborada a primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. O colegiado passou a utilizá-la com uma ferramenta de implementação da estratégia territorial, e em 2009/2010, percebeu-se que a versão do plano não mais atendia as demandas do território, precisando fazer a sua qualificação.

Em 2009/2010, inicia-se um processo de qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTRDS do território de Inhamuns Crateús, para tanto, buscou-se utilizar uma metodologia baseada nos princípios da participação ativa dos colegiados territoriais, em momentos alternados: momentos de preparação, contratação e capacitação de consultores, momentos de construção de proposições para o plano, oficinas com os comitês temáticos, momentos de deliberação e aprovação das proposições, plenária geral do colegiado territorial.

Do ponto de vista operacional foram seguidos os seguintes passos:

**Primeiro passo:** Contratação e capacitação de uma equipe de seis consultores para aprofundar seis grandes temas importantes para os PTDRS: Político Institucional, Educação e Cultura, Saúde, Ações Sociais Públicas, Meio Ambiente e Organização Sustentável da Produção.

**Segundo passo:** Apresentação da proposta de elaboração dos PTDRS na Plenária Geral dos Colegiados Territoriais.

**Terceiro passo:** Reunião com os comitês temáticos dos colegiados territoriais visando à construção de uma agenda para a construção dos diagnósticos por micro território.

**Quarto passo:** Encaminhamento dos questionários aos municípios solicitando o envolvimento dos mesmos, principalmente no que se refere ao repasse de dados complementares as informações primárias. Nesta mesma etapa buscou-se ainda fazer uma ampla pesquisa bibliográfica nas bases de dados governamentais nas esferas: federal, estadual e municipal, para posterior checagem no campo;

**Quinto passo:** Realização de oficinas micro territoriais para apresentação e complementação dos dados de cada micro. Nas oficinas temáticas participaram os integrantes dos comitês temáticos.

**Sexto passo:** Sistematização e elaboração do documento final do PTDRS pela equipe de consultores contratados.

**Sétimo passo:** Apresentação do documento final para ser validado pela plenária geral do colegiado territorial.

**Oitavo passo:** Lançamento do plano no I Salão Territorial – Território de Inhamuns Crateús.

**Nono passo:** lançamento estadual do plano no II Salão Estadual dos Territórios em Fortaleza – Ceará.





**Parte I**

## **O TERRITORIO**

**Aspectos Sociodemográficos**

**Características Estratégicas**

**Formação Histórica**



## O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como

Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km<sup>2</sup>.

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo SDT/MDA Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e por fim Cariri, os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o SDT/MDA a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

### 3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na tabela 1, os dados demográficos do Território Inhamuns Crateús correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

**Tabela 1:** Distribuição da população do Território Inhamuns Crateús por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

MICRO SUL					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Aiuaba	15585	16253	16423	16207	3,99
Arneiroz	7302	7497	7486	7657	4,86
Parambu	30596	31983	32231	31320	2,37
Quiterianópolis	20079	20979	21230	19918	-0,80
Tauá	54273	56202	56639	55755	2,73
<b>TOTAL</b>	<b>127835</b>	<b>132914</b>	<b>134009</b>	<b>130857</b>	<b>2,36</b>

MICRO CENTRO					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Crateus	72386	74904	75249	72853	0,65
Independência	25413	26240	26317	25586	0,68
Ipaporanga	11353	11729	11768	11335	-0,16
Novo Oriente	27418	28485	28703	27461	0,16
<b>TOTAL</b>	<b>136570</b>	<b>141358</b>	<b>142037</b>	<b>137235</b>	<b>0,49</b>
MICRO NORTE I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Ararendá	10649	11085	11186	10500	-1,40
Ipu	39438	40841	41052	40300	2,19
Ipueiras	38044	39220	39288	37874	-0,45
Nova Russas	30615	31770	32016	30977	1,18
Pires Ferreira	9483	9812	9857	10216	7,73
Poranga	11905	12308	12356	12003	0,82
<b>TOTAL</b>	<b>140134</b>	<b>145036</b>	<b>145755</b>	<b>141870</b>	<b>1,24</b>
MICRO NORTE II					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Catunda	10508	11029	11198	9951	-5,30
Hidrolândia	18534	19103	19252	19342	4,36
Monsenhor Tabosa	16557	17114	17178	16706	0,90
Santa Quitéria	43344	44864	45080	42759	-1,35
Tamboril	25459	26650	26857	25455	-0,02
<b>TOTAL</b>	<b>114402</b>	<b>118760</b>	<b>119565</b>	<b>114213</b>	<b>-0,17</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Inhamuns Crateus destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Inhamuns Crateus.

**Tabela 2:** População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO SUL</b>									
Aiuaba U	304	157	147	302	154	148	364	187	177
Aiuaba R	1034	545	489	1167	588	579	1497	754	743
Arneiroz U	283	147	136	318	149	169	383	185	198
Arneiroz R	294	137	157	330	148	182	438	232	206
Parambu U	1037	504	533	1252	657	595	1486	736	750
Parambu R	1312	680	632	1685	863	822	2133	1096	1037
Quiterianópolis U	460	248	212	489	240	249	662	339	323
Quiterianópolis R	1067	527	540	1215	630	585	1475	744	731
Tauá U	2350	1197	1153	2707	1347	1360	3133	1577	1556
Tauá R	1656	883	773	2189	1113	1076	2700	1393	1307
TOTAL U	4434	2253	2181	5068	2547	2521	6028	3024	3004
TOTAL R	5363	2772	2591	6586	3342	3244	8243	4219	4024
<b>MICRO CENTRO</b>									
Crateus U	3999	2036	1963	4116	2097	2019	4845	2442	2403
Crateus R	1380	700	680	1740	886	854	2073	1104	969
Independência U	789	395	394	834	421	413	1153	602	551

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Independência R	943	473	470	1214	631	583	1506	786	720
Ipaporanga U	325	160	165	323	172	151	424	226	198
Ipaporanga R	569	297	272	630	320	310	850	427	423
Novo Oriente U	1058	517	541	1163	571	592	1562	744	818
Novo Oriente R	926	458	468	1133	577	556	1495	754	741
<b>TOTAL U</b>	<b>6171</b>	<b>3108</b>	<b>3063</b>	<b>6436</b>	<b>3261</b>	<b>3175</b>	<b>7984</b>	<b>4014</b>	<b>3970</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3818</b>	<b>1928</b>	<b>1890</b>	<b>4717</b>	<b>2414</b>	<b>2303</b>	<b>5924</b>	<b>3071</b>	<b>2853</b>
<b>MICRO NORTE I</b>									
Ararendá U	411	204	207	457	209	248	470	223	247
Ararendá R	396	194	202	501	245	256	588	287	301
Ipu U	1917	975	942	2225	1125	1100	2603	1284	1319
Ipu R	1125	568	557	1409	755	654	1781	950	831
Ipueiras U	1364	678	686	1707	877	830	2051	1044	1007
Ipueiras R	1496	779	717	2026	1044	982	2531	1278	1253
Nova Russas U	1738	887	851	1967	968	999	2316	1140	1176
Nova Russas R	584	284	300	674	347	327	864	463	401
Pires Ferreira U	251	109	142	311	158	153	355	180	175
Pires Ferreira R	535	262	273	579	309	270	807	431	376
Poranga U	633	312	321	691	347	344	913	460	453
Poranga R	366	190	176	398	215	183	521	264	257
<b>TOTAL U</b>	<b>6314</b>	<b>3165</b>	<b>3149</b>	<b>7358</b>	<b>3684</b>	<b>3674</b>	<b>8708</b>	<b>4331</b>	<b>4377</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>4502</b>	<b>2277</b>	<b>2225</b>	<b>5587</b>	<b>2915</b>	<b>2672</b>	<b>7092</b>	<b>3673</b>	<b>3419</b>
<b>MICRO NORTE II</b>									
Catunda U	429	212	217	510	259	251	558	277	281
Catunda R	377	179	198	442	235	207	520	296	224
Hidrolândia U	851	403	448	930	462	468	1155	596	559
Hidrolândia R	622	323	299	795	415	380	991	492	499
Monsenhor Tabosa U	675	351	324	793	400	393	956	470	486
Monsenhor Tabosa R	580	303	277	733	376	357	921	465	456
Santa Quitéria U	816	392	424	843	443	400	1009	537	472
Santa Quitéria R	786	399	387	864	417	447	1111	608	503
Tamboril U	1106	535	571	1167	589	578	1485	760	725
Tamboril R	886	426	460	1075	552	523	1333	699	634
<b>TOTAL U</b>	<b>3877</b>	<b>1893</b>	<b>1984</b>	<b>4243</b>	<b>2153</b>	<b>2090</b>	<b>5163</b>	<b>2640</b>	<b>2523</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3251</b>	<b>1630</b>	<b>1621</b>	<b>3909</b>	<b>1995</b>	<b>1914</b>	<b>4876</b>	<b>2560</b>	<b>2316</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>20796</b>	<b>10419</b>	<b>10377</b>	<b>23105</b>	<b>11645</b>	<b>11460</b>	<b>27883</b>	<b>14009</b>	<b>13874</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>16934</b>	<b>8607</b>	<b>8327</b>	<b>20799</b>	<b>10666</b>	<b>10133</b>	<b>26135</b>	<b>13523</b>	<b>12612</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.



A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Inhamuns Crateús.

**Tabela 2.1:** População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO SUL</b>									
Aiuaba U	349	159	190	347	152	195	329	154	175
Aiuaba R	1371	725	646	1099	549	550	846	451	395
Arneiroz U	399	210	189	347	164	183	301	152	149
Arneiroz R	399	221	178	321	171	150	237	129	108
Parambu U	1429	678	751	1172	531	641	968	449	519
Parambu R	1845	932	913	1343	661	682	1158	574	584
Quiterianópolis U	613	298	315	503	239	264	499	228	271
Quiterianópolis R	1438	753	685	1034	509	525	1020	524	496
Tauá U	3041	1473	1568	2967	1400	1567	2568	1227	1341
Tauá R	2329	1201	1128	1793	929	864	1545	789	756
<b>TOTAL U</b>	<b>5831</b>	<b>2818</b>	<b>3013</b>	<b>5336</b>	<b>2486</b>	<b>2850</b>	<b>4665</b>	<b>2210</b>	<b>2455</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>7382</b>	<b>3832</b>	<b>3550</b>	<b>5590</b>	<b>2819</b>	<b>2771</b>	<b>4806</b>	<b>2467</b>	<b>2339</b>
<b>MICRO NORTE</b>									
Crateus U	4927	2427	2500	4561	2221	2340	4214	2056	2158
Crateus R	2111	1164	947	1501	760	741	1331	697	634
Independência U	1053	503	550	978	468	510	879	423	456
Independência R	1395	765	630	1121	592	529	1004	518	486
Ipaporanga U	398	209	189	313	138	175	284	144	140
Ipaporanga R	727	392	335	486	243	243	393	208	185
Novo Oriente U	1509	779	730	1138	545	593	991	475	516
Novo Oriente R	1428	756	672	1059	551	508	869	440	429
<b>TOTAL U</b>	<b>7887</b>	<b>3918</b>	<b>3969</b>	<b>6990</b>	<b>3372</b>	<b>3618</b>	<b>6368</b>	<b>3098</b>	<b>3270</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>5661</b>	<b>3077</b>	<b>2584</b>	<b>4167</b>	<b>2146</b>	<b>2021</b>	<b>3597</b>	<b>1863</b>	<b>1734</b>
<b>MICRO NORTE I</b>									
Ararendá U	433	242	191	398	179	219	355	174	181
Ararendá R	587	317	270	459	238	221	368	202	166
Ipu U	2621	1319	1302	2213	1082	1131	1911	965	946
Ipu R	1684	896	788	1225	641	584	1031	542	489
Ipueiras U	1912	959	953	1474	696	778	1299	618	681
Ipueiras R	2189	1122	1067	1316	617	699	1184	595	589
Nova Russas U	2275	1143	1132	1931	926	1005	1734	847	887
Nova Russas R	820	425	395	575	281	294	480	247	233
Pires Ferreira U	351	190	161	227	112	115	217	108	109

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Pires Ferreira R	806	417	389	553	281	272	443	214	229
Poranga U	820	415	405	611	285	326	580	299	281
Poranga R	448	230	218	332	180	152	301	159	142
<b>TOTAL U</b>	<b>8412</b>	<b>4268</b>	<b>4144</b>	<b>6854</b>	<b>3280</b>	<b>3574</b>	<b>6096</b>	<b>3011</b>	<b>3085</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>6534</b>	<b>3407</b>	<b>3127</b>	<b>4460</b>	<b>2238</b>	<b>2222</b>	<b>3807</b>	<b>1959</b>	<b>1848</b>
<b>MICRO NORTE II</b>									
Catunda U	508	275	233	447	226	221	373	175	198
Catunda R	473	262	211	374	183	191	298	154	144
Hidrolândia U	997	490	507	915	437	478	831	411	420
Hidrolândia R	866	444	422	605	321	284	509	279	230
Monsenhor Tabosa U	962	471	491	751	334	417	674	335	339
Monsenhor Tabosa R	811	438	373	588	284	304	498	263	235
Santa Quitéria U	2227	1116	1111	1991	981	1010	1793	867	926
Santa Quitéria R	2414	1325	1089	1753	926	827	1336	713	623
Tamboril U	1532	787	745	1198	592	606	988	495	493
Tamboril R	1256	670	586	902	471	431	767	394	373
<b>TOTAL U</b>	<b>6226</b>	<b>3139</b>	<b>3087</b>	<b>5302</b>	<b>2570</b>	<b>2732</b>	<b>4659</b>	<b>2283</b>	<b>2376</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>5820</b>	<b>3139</b>	<b>2681</b>	<b>4222</b>	<b>2185</b>	<b>2037</b>	<b>3408</b>	<b>1803</b>	<b>1605</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>28356</b>	<b>14143</b>	<b>14213</b>	<b>24482</b>	<b>11708</b>	<b>12774</b>	<b>21788</b>	<b>10602</b>	<b>11186</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>25397</b>	<b>13455</b>	<b>11942</b>	<b>18439</b>	<b>9388</b>	<b>9051</b>	<b>15618</b>	<b>8092</b>	<b>7526</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Inhamuns Crateus

**Tabela 2.2:** População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO SUL</b>									
Aiuaba U	296	134	162	275	121	154	240	109	131
Aiuaba R	849	433	416	728	379	349	701	351	350
Arneiroz U	292	146	146	260	112	148	231	119	112
Arneiroz R	264	140	124	252	133	119	222	122	100
Parambu U	960	419	541	830	374	456	921	420	501
Parambu R	1102	539	563	1056	520	536	1044	536	508
Quiterianópolis U	487	223	264	440	194	246	440	212	228

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Quiterianópolis R	955	470	485	878	437	441	869	440	429
Tauá U	2370	1075	1295	2021	952	1069	2027	921	1106
Tauá R	1584	806	778	1439	745	694	1449	747	702
TOTAL U	4405	1997	2408	3826	1753	2073	3859	1781	2078
TOTAL R	4754	2388	2366	4353	2214	2139	4285	2196	2089
<b>MICRO CENTRO</b>									
Crateus U	4051	1892	2159	3573	1657	1916	3494	1633	1861
Crateus R	1402	752	650	1244	641	603	1318	671	647
Independência U	930	442	488	742	354	388	704	303	401
Independência R	1018	525	493	838	429	409	909	483	426
Ipaporanga U	272	119	153	262	123	139	247	124	123
Ipaporanga R	453	224	229	420	216	204	436	210	226
Novo Oriente U	1069	508	561	927	464	463	944	434	510
Novo Oriente R	917	451	466	811	408	403	839	431	408
TOTAL U	6322	2961	3361	5504	2598	2906	5389	2494	2895
TOTAL R	3790	1952	1838	3313	1694	1619	3502	1795	1707
<b>MICRO NORTE I</b>									
Ararendá U	347	168	179	294	136	158	294	135	159
Ararendá R	353	182	171	348	172	176	318	176	142
Ipu U	1739	820	919	1623	781	842	1546	770	776
Ipu R	872	449	423	831	451	380	819	409	410
Ipueiras U	1251	599	652	1008	492	516	1072	493	579
Ipueiras R	1123	561	562	1115	569	546	1077	543	534
Nova Russas U	1604	772	832	1392	676	716	1380	649	731
Nova Russas R	480	242	238	489	247	242	443	229	214
Pires Ferreira U	209	107	102	220	94	126	190	106	84
Pires Ferreira R	413	212	201	457	225	232	414	213	201
Poranga U	556	283	273	478	224	254	446	223	223
Poranga R	271	149	122	239	116	123	236	118	118
TOTAL U	5706	2749	2957	5015	2403	2612	4928	2376	2552
TOTAL R	3512	1795	1717	3479	1780	1699	3307	1688	1619
<b>MICRO NORTE II</b>									
Catunda U	374	169	205	324	167	157	320	152	168
Catunda R	285	145	140	255	129	126	240	113	127
Hidrolândia U	769	391	378	652	315	337	638	293	345
Hidrolândia R	499	259	240	461	262	199	504	256	248
Monsenhor Tabosa U	641	309	332	545	264	281	568	270	298
Monsenhor Tabosa R	478	236	242	426	208	218	438	220	218
Santa Quitéria U	1682	818	864	1421	671	750	1389	639	750

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Santa Quitéria R	1232	657	575	1178	611	567	1202	602	600
Tamboril U	895	438	457	889	420	469	884	407	477
Tamboril R	732	382	350	613	319	294	623	318	305
TOTAL U	4361	2125	2236	3831	1837	1994	3799	1761	2038
TOTAL R	3226	1679	1547	2933	1529	1404	3007	1509	1498
<b>TOTAL URBANO TERRITÓRIO</b>	20794	9832	10962	18176	8591	9585	17975	8412	9563
<b>TOTAL RURAL TERRITÓRIO</b>	15282	7814	7468	14078	7217	6861	14101	7188	6913

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Inhamuns Crateus.

**Tabela 2.3:** População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO SUL</b>									
Aiuaba U	198	88	110	187	75	112	167	69	98
Aiuaba R	614	325	289	495	231	264	453	230	223
Arneiroz U	203	95	108	174	73	101	147	61	86
Arneiroz R	171	89	82	167	83	84	185	97	88
Parambu U	773	349	424	623	241	382	553	251	302
Parambu R	913	441	472	780	371	409	682	348	334
Quiterianópolis U	355	167	188	269	125	144	217	98	119
Quiterianópolis R	748	374	374	661	299	362	510	256	254
Tauá U	1834	870	964	1527	666	861	1299	556	743
Tauá R	1320	704	616	1191	606	585	963	464	499
TOTAL U	3363	1569	1794	2780	1180	1600	2383	1035	1348
TOTAL R	3766	1933	1833	3294	1590	1704	2793	1395	1398
<b>MICRO CENTRO</b>									
Crateus U	3090	1444	1646	2580	1141	1439	2063	897	1166
Crateus R	1201	620	581	1054	509	545	883	445	438
Independência U	675	340	335	470	217	253	505	204	301
Independência R	889	449	440	705	362	343	585	294	291
Ipaporanga U	270	127	143	200	89	111	168	82	86
Ipaporanga R	440	231	209	341	168	173	336	164	172
Novo Oriente U	813	365	448	683	298	385	555	247	308

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Novo Oriente R	824	397	427	670	334	336	565	279	286
TOTAL U	4848	2276	2572	3933	1745	2188	3291	1430	1861
TOTAL R	3354	1697	1657	2770	1373	1397	2369	1182	1187
<b>MICRO NORTE I</b>									
Ararendá U	270	136	134	239	108	131	216	94	122
Ararendá R	317	187	130	275	127	148	262	126	136
Ipu U	1453	735	718	1167	519	648	969	452	517
Ipu R	779	394	385	681	347	334	542	276	266
Ipueiras U	1053	512	541	851	382	469	790	364	426
Ipueiras R	1061	518	543	902	429	473	880	444	436
Nova Russas U	1377	638	739	1173	541	632	975	436	539
Nova Russas R	428	209	219	378	198	180	355	187	168
Pires Ferreira U	195	111	84	173	85	88	114	51	63
Pires Ferreira R	405	212	193	299	154	145	237	114	123
Poranga U	359	157	202	343	157	186	308	151	157
Poranga R	228	110	118	181	106	75	162	80	82
TOTAL U	4707	2289	2418	3946	1792	2154	3372	1548	1824
TOTAL R	3218	1630	1588	2716	1361	1355	2438	1227	1211
<b>MICRO NORTE II</b>									
Catunda U	311	153	158	225	116	109	252	111	141
Catunda R	309	176	133	214	111	103	183	103	80
Hidrolândia U	636	300	336	517	237	280	452	224	228
Hidrolândia R	481	250	231	405	195	210	365	203	162
Monsenhor Tabosa U	555	251	304	383	194	189	420	195	225
Monsenhor Tabosa R	410	220	190	327	173	154	328	185	143
Santa Quitéria U	1213	588	625	972	440	532	817	375	442
Santa Quitéria R	1188	623	565	923	476	447	813	431	382
Tamboril U	779	374	405	609	277	332	578	260	318
Tamboril R	640	328	312	506	260	246	480	248	232
TOTAL U	3494	1666	1828	2706	1264	1442	2519	1165	1354
TOTAL R	3028	1597	1431	2375	1215	1160	2169	1170	999
TOTAL URBANO TERRITORIO	16412	7800	8612	13365	5981	7384	11565	5178	6387
TOTAL RURAL TERRITORIO	13366	6857	6509	11155	5539	5616	9769	4974	4795

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Inhamuns Crateus.

**Tabela 2.4:** População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO SUL</b>									
Aiuaba U	151	59	92	127	60	67	122	59	63
Aiuaba R	437	241	196	335	178	157	237	129	108
Arneiroz U	144	71	73	148	79	69	94	42	52
Arneiroz R	150	78	72	114	55	59	93	59	34
Parambu U	552	249	303	447	198	249	425	193	232
Parambu R	607	318	289	483	248	235	454	255	199
Quiterianópolis U	229	95	134	193	86	107	172	87	85
Quiterianópolis R	489	262	227	368	182	186	337	152	185
Tauá U	1198	542	656	1001	469	532	839	362	477
Tauá R	970	497	473	751	399	352	626	327	299
<b>TOTAL U</b>	<b>2274</b>	<b>1016</b>	<b>1258</b>	<b>1916</b>	<b>892</b>	<b>1024</b>	<b>1652</b>	<b>743</b>	<b>909</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2653</b>	<b>1396</b>	<b>1257</b>	<b>2051</b>	<b>1062</b>	<b>989</b>	<b>1747</b>	<b>922</b>	<b>825</b>
<b>MICRO CENTRO</b>									
Crateus U	1931	834	1097	1527	701	826	1351	581	770
Crateus R	831	403	428	699	375	324	550	278	272
Independência U	474	198	276	367	172	195	337	140	197
Independência R	544	288	256	413	218	195	383	191	192
Ipaporanga U	164	73	91	129	58	71	126	49	77
Ipaporanga R	287	145	142	258	133	125	202	97	105
Novo Oriente U	496	240	256	368	166	202	347	163	184
Novo Oriente R	486	255	231	354	186	168	329	167	162
<b>TOTAL U</b>	<b>3065</b>	<b>1345</b>	<b>1720</b>	<b>2391</b>	<b>1097</b>	<b>1294</b>	<b>2161</b>	<b>933</b>	<b>1228</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2148</b>	<b>1091</b>	<b>1057</b>	<b>1724</b>	<b>912</b>	<b>812</b>	<b>1464</b>	<b>733</b>	<b>731</b>
<b>MICRO NORTE I</b>									
Ararendá U	176	84	92	152	66	86	164	71	93
Ararendá R	204	100	104	179	97	82	152	65	87
Ipu U	908	410	498	698	303	395	728	292	436
Ipu R	508	254	254	415	201	214	359	158	201
Ipueiras U	706	321	385	514	210	304	492	220	272
Ipueiras R	741	368	373	552	254	298	502	226	276
Nova Russas U	879	395	484	692	319	373	677	290	387
Nova Russas R	332	167	165	229	110	119	236	116	120

Pires Ferreira U	125	55	70	99	42	57	118	58	60
Pires Ferreira R	226	115	111	188	89	99	196	92	104
Poranga U	294	131	163	249	112	137	217	99	118
Poranga R	140	65	75	120	57	63	111	53	58
<b>TOTAL U</b>	<b>3088</b>	<b>1396</b>	<b>1692</b>	<b>2404</b>	<b>1052</b>	<b>1352</b>	<b>2396</b>	<b>1030</b>	<b>1366</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2151</b>	<b>1069</b>	<b>1082</b>	<b>1683</b>	<b>808</b>	<b>875</b>	<b>1556</b>	<b>710</b>	<b>846</b>
<b>MICRO NORTE II</b>									
Catunda U	209	94	115	162	70	92	114	51	63
Catunda R	176	108	68	115	68	47	115	50	65
Hidrolândia U	427	195	232	338	141	197	348	155	193
Hidrolândia R	327	184	143	262	139	123	229	125	104
Monsenhor Tabosa U	374	171	203	304	134	170	304	130	174
Monsenhor Tabosa R	245	145	100	161	86	75	142	77	65
Santa Quitéria U	784	362	422	647	299	348	588	262	326
Santa Quitéria R	762	424	338	520	287	233	453	239	214
Tamboril U	525	251	274	399	166	233	419	183	236
Tamboril R	420	211	209	298	135	163	279	143	136
<b>TOTAL U</b>	<b>2319</b>	<b>1073</b>	<b>1246</b>	<b>1850</b>	<b>810</b>	<b>1040</b>	<b>1773</b>	<b>781</b>	<b>992</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1930</b>	<b>1072</b>	<b>858</b>	<b>1356</b>	<b>715</b>	<b>641</b>	<b>1218</b>	<b>634</b>	<b>584</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>10746</b>	<b>4830</b>	<b>5916</b>	<b>8561</b>	<b>3851</b>	<b>4710</b>	<b>7982</b>	<b>3487</b>	<b>4495</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>8882</b>	<b>4628</b>	<b>4254</b>	<b>6814</b>	<b>3497</b>	<b>3317</b>	<b>5985</b>	<b>2999</b>	<b>2986</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Inhamuns Crateus e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

**Tabela 2.5:** População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Inhamuns Crateus - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO SUL</b>						
Aiuaba U	78	35	43	115	38	77
Aiuaba R	176	80	96	213	118	95

Arneiroz U	53	22	31	102	51	51
Arneiroz R	59	37	22	75	41	34
Parambu U	270	133	137	408	187	221
Parambu R	246	136	110	360	175	185
Quiterianópolis U	117	63	54	160	80	80
Quiterianópolis R	242	113	129	310	158	152
Tauá U	560	231	329	817	386	431
Tauá R	396	206	190	556	297	259
TOTAL U	1078	484	594	1602	742	860
TOTAL R	1119	572	547	1514	789	725
MICRO CENTRO						
Crateus U	911	410	501	1411	607	804
Crateus R	338	169	169	512	259	253
Independência U	208	91	117	375	146	229
Independência R	253	131	122	380	187	193
Ipaporanga U	107	47	60	124	60	64
Ipaporanga R	141	65	76	238	118	120
Novo Oriente U	241	111	130	366	186	180
Novo Oriente R	210	117	93	308	175	133
TOTAL U	1467	659	808	2276	999	1277
TOTAL R	942	482	460	1438	739	699
MICRO NORTE I						
Ararendá U	92	39	53	138	68	70
Ararendá R	103	44	59	175	85	90
Ipu U	500	209	291	760	311	449
Ipu R	262	118	144	392	195	197
Ipueiras U	300	120	180	514	199	315
Ipueiras R	341	152	189	468	250	218
Nova Russas U	485	190	295	649	283	366
Nova Russas R	149	71	78	205	101	104
Pires Ferreira U	76	32	44	123	52	71
Pires Ferreira R	125	62	63	179	87	92
Poranga U	118	58	60	182	88	94
Poranga R	54	25	29	95	56	39
TOTAL U	1571	648	923	2366	1001	1365
TOTAL R	1034	472	562	1514	774	740
MICRO NORTE II						
Catunda U	95	43	52	184	85	99
Catunda R	71	39	32	110	47	63
Hidrolândia U	219	92	127	379	173	206
Hidrolândia R	139	56	83	211	108	103
Monsenhor Tabosa U	193	86	107	264	122	142



Monsenhor Tabosa R	109	55	54	148	74	74
Santa Quitéria U	389	159	230	582	246	336
Santa Quitéria R	277	140	137	448	213	235
Tamboril U	281	122	159	468	206	262
Tamboril R	176	87	89	263	126	137
TOTAL U	1177	502	675	1877	832	1045
TOTAL R	772	377	395	1180	568	612
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>5293</b>	<b>2293</b>	<b>3000</b>	<b>8121</b>	<b>3574</b>	<b>4547</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>3867</b>	<b>1903</b>	<b>1964</b>	<b>5646</b>	<b>2870</b>	<b>2776</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade no Território Inhamuns Crateus que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

**Tabela 3:** População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Inhamuns Crateus, 2010.

Municípios	População Total	URBANA	RURAL	Densidade Demográfica	Urbano %	Rural %
<b>MICRO SUL</b>						
Aiuaba	16207	3955	12252	6,7	24,4	75,6
Arneiroz	7657	3884	3773	7,2	50,7	49,3
Parambu	31320	14115	17205	13,6	45,1	54,9
Quiterianópolis	19918	6305	13613	19,1	31,7	68,3
Tauá	55755	32280	23475	13,9	57,9	42,1
<b>TOTAL</b>	<b>130857</b>	<b>60539</b>	<b>70318</b>		<b>46,3</b>	<b>53,7</b>
<b>MICRO CENTRO</b>						
Crateus	72853	52688	20165	24,4	72,3	27,7
Independência	25586	11480	14106	7,9	44,9	55,1
Ipaporanga	11335	4128	7207	16,1	36,4	63,6
Novo Oriente	27461	14237	13224	28,9	51,8	48,2
<b>TOTAL</b>	<b>137235</b>	<b>82533</b>	<b>54702</b>		<b>60,1</b>	<b>39,9</b>
<b>MICRO NORTE I</b>						
Ararendá	10500	4908	5592	30,5	46,7	53,3
Ipu	40300	25582	14718	63,9	63,5	36,5
Ipueiras	37874	18366	19508	25,7	48,5	51,5

Nova Russas	30977	23256	7721	41,7	75,1	24,9
Pires Ferreira	10216	3354	6862	42,2	32,8	67,2
Poranga	12003	7800	4203	9,2	65,0	35,0
<b>TOTAL</b>	<b>141870</b>	<b>83266</b>	<b>58604</b>		<b>58,7</b>	<b>41,3</b>
<b>MICRO NORTE II</b>						
Catunda	9951	5395	4556	12,5	54,2	45,8
Hidrolândia	19342	11054	8288	20,0	57,2	42,8
Monsenhor Tabosa	16706	9363	7343	18,8	56,0	44,0
Santa Quitéria	42759	22257	20502	10,0	52,1	47,9
Tamboril	25455	14206	11249	12,9	55,8	44,2
<b>TOTAL</b>	<b>114213</b>	<b>62275</b>	<b>51938</b>		<b>54,5</b>	<b>45,5</b>
<b>TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO</b>	<b>436.786</b>	<b>143.195</b>	<b>109.315</b>		<b>54%</b>	<b>44%</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 do Território do Inhamuns Crateus que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

**Tabela 4:** Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Inhamuns Crateus, 2010.

MUNICIPIOS	TAXA GEOMÉTRICA TOTAL 2010	TAXA GEOMÉTRICA URBANA 2010	TAXA GEOMÉTRICA RURAL 2010
<b>MICRO SUL</b>			
Aiuaba	1,2	2,3	0,8
Arneiroz	0,2	6,1	-3,5
Parambu	-0,3	1,2	-1,4
Quiterianópolis	0,8	2,2	0,2
Tauá	0,7	1,9	-0,7
<b>MICRO CENTRO</b>			
Crateus	0,3	1,0	-1,5
Independência	0,1	1,1	-0,6
Ipaporanga	0,1	2,6	-1,1
Novo Oriente	0,5	1,1	-0,1
<b>MICRO NORTE I</b>			
Ararendá	0,5	1,9	-0,6

Ipu	0,3	1,3	-1,2
Ipueiras	-0,1	1,5	-1,4
Nova Russas	0,5	1,1	-1,0
Pires Ferreira	1,7	1,8	1,6
Poranga	0,2	0,9	-0,9
<b>MICRO NORTE II</b>			
Catunda	0,7	2,9	-1,3
Hidrolândia	0,9	1,9	-0,3
Monsenhor Tabosa	0,2	1,8	-1,5
Santa Quitéria	0,1	1,4	-1,2
Tamboril	-0,2	1,4	-1,9

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

### RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

## TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

## INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

## **4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS**

O Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (IPECE) com o objetivo de atender ao objetivo desse modelo de planejamento mais eficaz e com maior aperfeiçoamento na aplicação dos recursos destinados aos territórios elaborou uma nova regionalização para o Estado do Ceará, sendo esta composta por 13 regiões territoriais.

O Território da Cidadania Inhamuns Crateús está localizado na porção sudoeste, oeste, centro oeste e noroeste do Estado do Ceará e tem como limites ao Norte os municípios de: Irauçuba, Sobral, Forquilha, Groaíras, Cariré, Varjota, Reriutaba, Guaraciaba do Norte e Croatá; ao Sul: Campo Sales e Antonina do Norte; a Leste: Saboeiro, Catarina, Mombaça, Pedra Branca, Boa Viagem, Madalena, Itatira e Canindé, e a Oeste: o Estado do Piauí. Obs.

A Figura 1 mostra os municípios que compõem o Território que está subdividido em quatro micros territórios assim conformado: Micro Território Sul: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá; Micro Território Centro: Crateús, Independência, Novo Oriente e Ipaporanga; Micro Território Norte I: Ipu, Ipueiras, Poranga, Ararendá, Novas Russas e Pires Ferreira; Micro Território Norte II: Catunda, Santa Quitéria, Hidrolândia, Tamboril e Monsenhor Tabosa.



**Figura 1:** Mapa do Ceará  
**Fonte:** Adaptado do IPECE, 2010.

O Quadro 1 mostra o acesso local aos municípios do Território e para Fortaleza que são feitos pelas Rodovias Federais BR-020, BR-226, e BR-404 e pelas Estaduais CE-176, CE-187, CE-277, CE-257, CE-351, CE-333, CE-265, e CE-329. O acesso para o Estado do Piauí é feito pelas BR-020 e BR-226, que parte de Fortaleza a capital do Piauí, Teresina.

Micro Território	Municípios	Vias de acesso	Distância à Fortaleza (Km)
Sul	Aiuaba	BR- 020>CE-176	457,8

	Arneiroz	BR- 020>CE- 176	389,7
	Parambu	BR-020>CE-277	408,8
	Quiterianópolis	BR-020>CE-187>351	414,7
	Tauá	BR-020	344,7
<b>Norte I</b>	Ararendá	BR-020>CE-257>187>333	334,2
	Poranga	BR-020>CE-257>176>265	347,2
	Ipu	BR-020>CE-257>187	294,2
	Ipueiras	BR-020>CE-257>187	304,2
	Nova Russas	BR-020>CE-257>176>265	316,2
	Pires Ferreira	BR-020>CE-257>187>329	312,9
<b>Norte II</b>	Catunda	BR-020>CE-257>176	273,2
	Hidrolândia	BR-020>CE-257	252,2
	Monsenhor Tabosa	BR-020>CE-257>176>265	319,2
	Santa Quitéria	BR-020>CE-257	222,2
	Tamboril	BR-020>CE-257>176	301,2
<b>Centro</b>	Crateús	BR-020>226	354,0
	Independência	BR-020>226	309,0
	Novo Oriente	BR-020>226>CE-187	397,0
	Ipaporanga	BR-020>226>404	354,4

**Quadro 1:** Distância dos Municípios a Capital Fortaleza

Fonte: DER, 2008.

No Território existe uma via férrea que faz transporte de cargas para o Estado do Piauí passando por algumas cidades do Micro Território Centro, Norte I e II seguindo para Fortaleza. Já em termos aeroportuário existe um aeroporto de médio porte na cidade de Tauá que comporta vôos comerciais, embora estes não estejam ainda acontecendo.

## 5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

O Território Inhamuns/Crateús teve a sua formação em um contexto histórico muito parecido com a formação do Estado do Ceará. O homem branco de uma forma geral veio dos estados de Pernambuco, Piauí e Bahia, adentrando nas terras cearenses tomando posse com a divisão das Sesmarias que já estavam definidas pelo Rei de Portugal, mas que eram habitadas por índios que tinham seus costumes estabelecidos e viviam de forma pacífica.

Então, com a chegada dos portugueses, os índios das nações Tupis e Cariris habitantes naturais da terra, foram obrigados a trabalhar como escravos, e não aceitando esta situação travaram batalhas, mas a força bruta do homem branco venceu os nativos, que foram submetidos a um processo de aculturação muito forte através da imposição de costumes, crenças e da maneira de ser do homem branco.

Com este processo deflagrado, os índios foram vendo o seu povo ser dizimado pelo costumes e pelas doenças que chegaram com o homem branco. As conseqüências desse período podem ser vistas atualmente, quando se constata que o território hoje conta com poucos índios remanescentes que vivem nas comunidades locais, mas que sobrevivem de forma heróica na busca pela perpetuação da sua cultura.

O colonizador destas paragens em geral é descendente de portugueses que povoou o território mediante a atividade econômica da criação do gado, pois, de posse das Sesmarias, estes colonizadores trouxeram grandes rebanhos bovinos, implantando o criatório de forma extensiva, fazendo desta atividade o marco do desenvolvimento econômico do território. (YOLANDA,1994).

O Vale do Poti foi à porta de entrada destes fazendeiros de gado que tendo que transportar o rebanho dos estados vizinhos cruzava o Ceará abrindo estradas em várias direções. Então, foi instaurada uma rota de escoamento da produção bovina passando pelo Sertão dos Inhamuns mais precisamente pelas atuais cidades de Tauá e Arneiroz e tinha como destino chegar à cidade de Icó e posteriormente ao porto situado na confluência do Rio Jaguaribe com o



Oceano Atlântico, hoje cidade de Fortim, de onde partia toda a matéria prima do charque para abastecer o mercado de Pernambuco e Minas Gerais.

Sendo assim, todas as cidades do Território Inhamuns Crateús têm as suas origens no chamado Ciclo do Gado, período que todo o estado do Ceará viveu com a sua economia baseada neste produto de exportação.

Após a decadência deste ciclo a população se efetivou e continuou a crescer motivada por outras atividades como a agricultura, dando continuidade a pecuária em menor proporção, complementando esta atividade com o criatório de pequenos animais.



## **Parte II**

# **O DIAGNÓSTICO**



## O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.



**Parte II a**

**DIMENSÃO SOCIOCULTURAL**

**EDUCACIONAL**

**Aspectos Sociais**

**Aspectos da Saúde**

**Aspectos Educacionais**

**Aspectos Culturais**





## 6 ASPECTOS SOCIAIS

Tal diagnóstico traz uma abordagem da qualidade de vida e dos direitos inerentes à população do território Inhamuns Crateús. Amparados pela Constituição Federal, os cidadãos do território recebem diversos programas governamentais assistencialistas que visam o melhoramento das condições de vida dos mesmos.

Tal documento ainda apresenta um resumo sobre os principais problemas enfrentados pelos habitantes e sugestões de como tais problemas poderão ser resolvidos.

A Constituição Federal de 1988, no Título II, apresenta os Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo I – dos Direitos Sociais, e precisamente no art. 6º consigna como direitos à educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à

seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar, que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídico-institucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

## **6.1 Direitos Fundamentais e Ações Sociais Públicas**

### **6.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citamos como exemplos:

### *6.1.1.1 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC*

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003 entre o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), esse programa tem como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido assegurando dessa forma, condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa à captação da água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

No território já foram construídas mais de dez mil cisternas, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, como mostra o Quadro 2 a seguir:

Município	Nº de cisternas	Repasse MDS
Aiuaba	360	530.308
Ararendá	366	539.146
Arneiroz	152	223.908
Catunda	648	954.555
Crateús	1.095	1.613.022
Hidrolândia	500	736.540
Independência	543	799.882
Ipaporanga	342	503.793
Ipu	223	328.496
Ipueiras	991	1.459.822
Monsenhor Tabosa	367	540.620
Nova Russas	313	461.074
Novo Oriente	334	492.08
Parambu	608	895.632
Pires Ferreira	59	86.911
Poranga	358	527.362
Quiterianópolis	876	1.290.418
Santa Quitéria	952	1.402.372
Tamboril	624	919.201
Tauá	633	932.459
Total do Território	10.344	14.745.521
Total do Estado do Ceará	54.666	80.527.391

**Quadro 2:** Número de cisternas e repasses do Programa Cisternas de Placas - Ano 2010  
**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

No território já foram construídas mais de dez mil cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), MDS Estados e MDS Municípios, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 14 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram os 80 milhões de reais.

Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 18,92% das cisternas construídas e em repasses de recursos, 14,24%.

#### *6.1.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição*

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Aiuaba (1), Crateús (1) e Hidrolândia (1), totalizando três cozinhas comunitárias.

Em relação à Feiras/Mercados, o Território conta com sete centros instalados nos municípios de Crateús, Independência, Ipú, Ipueiras, Nova Russas, Santa Quitéria e Tamboril.

#### *6.1.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)*

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Bolsa Família atende mais de doze milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 à R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias:

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ SET/2010
Aiuaba	2.695	271.951,00	2.432.705,00
Ararendá	1.973	192.504,00	1.714.284,00
Arneiroz	1.005	98.684,00	884.116,00
Catunda	1.560	158.522,00	1.411.784,00
Crateús	10.677	1.043.079,00	9.324.121,00
Hidrolândia	3.085	305.502,00	2.707.761,00
Independência	4.267	412.551,00	3.686.813,00
Ipaporanga	2.164	208.958,00	1.859.907,00
Ipu	6.467	670.498,00	5.950.516,00
Ipueiras	6.520	668.407,00	5.933.761,00
Monsenhor Tabosa	3.206	315.570,00	2.760.304,00
Nova Russas	4.554	453.109,00	4.033.252,00

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ SET/2010
Novo Oriente	4.858	491.908,00	4.371.915,00
Parambu	5.301	517.233,00	4.654.172,00
Pires Ferreira	1.381	138.995,00	1.241.698,00
Poranga	1.888	192.884,00	1.709.221,00
Quiterianópolis	4.024	4.024	3.529.690,00
Santa Quitéria	7.208	716.607,00	6.323.103,00
Tamboril	4.393	436.392,00	3.902.861,00
Tauá	8.010	790.742,00	7.050.353,00
Total do Território	85.236	8.088.120	75.482.337

**Quadro 3:** N° de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- 2010

**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

O volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando até o mês de referência setembro de 2010 ultrapassou os R\$ 75 milhões de reais. Somente no mês de setembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 8 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa, esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício representa um pouco mais de 85 mil beneficiários.

Mas o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚnico, conforme se vê no Quadro 4:

MUNICÍPIOS	Estimativa de Famílias Pobres - Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura Em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Aiuaba	3.567	75,55	2.821	2.695	95,53
Ararendá	2.335	84,50	1.757	1.973	112,29
Arneiroz	1.477	68,04	1.116	1.005	90,05
Catunda	2.059	75,76	1.534	1.565	101,69

MUNICÍPIOS	Estimativa de Famílias Pobres - Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura Em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Crateús	14.254	74,91	10.138	10.710	105,32
Hidrolândia	3.827	80,61	2.799	3.088	110,22
Independência	5.322	80,18	3.974	4.273	107,37
Ipaporanga	2.580	83,88	1.960	2.164	110,41
Ipu	7.576	85,36	5.544	6.467	116,65
Ipueiras	7.928	82,24	5.978	6.520	109,07
Monsenhor Tabosa	3.603	88,98	2.746	3.207	116,75
Nova Russas	6.300	72,29	4.544	4.608	100,22
Novo Oriente	5.623	86,40	4.186	4.858	116,05
Parambu	6.782	78,16	5.218	5.306	101,59
Pires Ferreira	1.839	75,10	1.371	1.389	100,73
Poranga	2.562	73,69	1.952	1.888	96,72
Quiterianópolis	4.494	89,54	3.442	4.024	116,91
Santa Quitéria	8.471	85,09	6.269	7.242	114,98
Tamboril	5.330	82,42	4.089	4.409	107,43
Tauá	11.419	70,15	8.506	8.018	94,17
Total do Território	107.348	79,64	79.944	85.409	106.20
Total do Estado do Ceará					

**Quadro 4:** Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)

**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.



No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território há uma estimativa de mais de 107 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 79,64%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, quase 80 mil, ou seja 74,47% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 6%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 7,77% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em

áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 5:

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Alfabetizado	Brasil	Acesso a conhecimento	a Alfabetização MEC
Próximo Passo		Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo MTE
Programa Qualificação Profissional Continuada Acreditar	de -	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora Norberto Odebrecht
Prominp		Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)		Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar MDA
Crediamigo Agroamigo	e	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado		Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado MTE
Territórios da Cidadania	da	Acesso à cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais		Acesso à cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF MDA INCRA

**Quadro 5:** Programas Complementares articulados em nível Federal  
**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, 2010.

Essas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores e em cooperação pelas esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias, porque passam a ter maiores oportunidades através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda.

#### *6.1.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção e Social.

A ação de distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadoras artesanais.

#### *6.1.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o

desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 6 indica que o Território recebeu 6% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 6.178.832,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 6% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente 45.145 agricultores/as familiares, o que representa 13% do total de agricultores/as do estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares (3)	Nº de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% (5)
Aiuaba	159.808	3.632	47.942	1.821	1.102	PAA Leite	5
Ararendá	132.000	3.000	39.600	1.214	573	PAA Leite	4
Arneiroz	101.992	2.318	30.598	798	993	PAA Leite/DS	3
Catunda	159.280	3.620	47.784	593	1.230	PAA Leite	5
Crateús	572.044	13.001	171.613	4.509	2.412	DS	19
Hidrolândia	214.544	4.876	64.363	1.746	761	PAA Leite	7
Independência	262.988	5.977	78.896	3.116	1.543	PAA Leite/DS/CDLAF	9
Ipaporanga	137.940	3.135	41.382	962	632	PAA Leite	5
Ipu	390.412	8.873	117.124	1.667	1.691	PAA Leite/DS/CDLAF	13
Ipueiras	509.212	11.573	152.764	2.858	2.807	PAA Leite/CDLAF	17
Monsenhor Tabosa	252.868	5.747	75.860	1.402	738	PAA Leite/DS	8
Nova Russas	350.680	7.970	105.204	1.249	609	PAA Leite/DS	12
Novo oriente	335.588	7.627	100.676	3.350	806	PAA Leite/DS	11
Parambu	396.484	9.011	118.945	3.243	1.883	CD	13
Pires Ferreira	137.896	3.134	41.369	977	277	PAA Leite	5
Poranga	139.920	3.180	41.976	962	577	PAA Leite	5
Quiterianópolis	239.404	5.303	71.821	3.068	1.090	PAA Leite/DS	8
Santa Quitéria	631.444	14.316	189.433	4.012	2.228	PAA Leite/DS	21
Tamboril	367.268	8.347	110.180	1.696	1.430	PAA Leite/CDLAF	12
Tauá	687.060	15.615	206.118	5.902	2.857	PAA Leite	23
Total do Território	6.178.832	140.255	1.853.650	45.145	26.239		206
Total do Estado do Ceará	97.542.324	2.209.826	29.262.697	341.510	167.337		3.251

#### Quadro 6: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e Organização das informações SAF/MDA, 2009.

\*\*\* Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 - IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

## 6.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

### 6.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

#### 6.2.1.1 *Proteção Básica*

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centros de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

#### 6.2.1.2 *Proteção Especial*

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o

cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetora. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

MUNICÍPIO	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ SET/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ SET/2010
Aiuaba	1	0	101.265,00	959.368,83
Ararendá	1	0	66.208,80	637.730,35
Arneiroz	1	0	58.511,10	541.168,80
Catunda	1	0	81.905,10	783.349,10
Crateús	3	1	1.038.147,55	10.872.769,20
Hidrolândia	1	0	143.510,00	1.469.724,25
Independência	1	1	265.013,80	2.606.030,18
Ipaporanga	1	0	64.201,25	596.557,45
Ipu	2	1	386.760,00	4.216.730,25
Ipueiras	2	0	302.792,00	3.276.029,20
Monsenhor Tabosa	1	0	128.497,95	1.166.991,70
Nova Russas	2	0	277.903,00	3.011.251,50
Novo Oriente	1	1	236.928,15	2.344.698,30
Parambu	2	1	436.418,00	3.340.479,00
Pires Ferreira	1	0	61.807,20	477.690,20
Poranga	1	0	38.904,00	316.747,05
Quiterianópolis	1	1	184.270,40	1.413.402,70
Santa Quitéria	3	0	470.135,00	3.723.642,50
Tamboril	2	1	309.668,40	2.447.250,20
Tauá	3	1	902.616,00	7.182.117,83

MUNICÍPIO	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL	REPASSE TOTAL
Total do Território	30	8	5.555.462,70	51.383.728,59
Total do Estado do Ceará	354	99	106.700,940	933.701,745

**Quadro 7:** Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010

**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

No território, todos os municípios oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente oito municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Crateús, Independência, Ipú, Novo Oriente, Parambú, Quiterianópolis, Tamboril e Tauá. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 8% dos CRAS e 8% dos CREAS.

Todos os municípios adotam programas como o ProJovem , PETI, Idoso e em alguns municípios, há programas específicos para trabalhar com grupos de mulheres atividades como o artesanato, confecções e/ou com grupos de gestantes. Alguns municípios promovem projetos para trabalhar com famílias que estão incluídas no PBF na orientação e acompanhamento das famílias e das crianças na escola.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); ProJovem Adolescente Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até setembro de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 51 milhões de reais.



A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências Monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural- na condição de segurado especial) e ao Benefício da prestação Continuada (BPC).

O Quadro 8 detalha o número de benefícios dos referidos serviços e o volume de repasse em 2010, tendo como referência até o mês de setembro, além de explicitar o comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC).

No Território, para o BPC foram destinados mais de 34 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 7.718 pessoas. O PETI destina pouco mais de 455 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território.

Quando somamos (PETI e BPC) com os repasses do Programa Bolsa Família (PBF), o Território detém um volume de recursos na ordem de R\$ 110.463.157 milhões. Esse valor representa 6% do valor total do repasse do estado do Ceará, que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

MUNICÍPIO	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
	N°	REPASSE	IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA		N°	REPASSE
			N°	REPASSE	N°	REPASSE		
Aiuaba	-	35.000,00	14	56.619,00	146	625.770,00	2.695	2.432.705,00
Ararendá	-	29.500,00	25	113.220,00	58	268.260,00	1.973	1.714.284,00
Arneiroz	-	0	22	100.470,00	67	290.190,00	1.005	884.116,00
Catunda	-	20.500,00	25	110.160,00	103	469.200,00	1.560	1.411.784,00
Crateús	-	68.000,00	802	3.641.349,00	1.084	4.892.736,45	10.677	9.324.121,00
Hidrolândia	-	31.500,00	72	315.180,00	172	744.090,00	3.085	2.707.761,00
Independência	-	28.500,00	103	468.690,00	343	1.550.604,00	4.267	3.686.813,00
Ipaporanga	-	49.500,00	36	168.810,00	56	249.900,00	2.164	1.859.907,00
Ipu	-	28.500,00	194	863.430,00	492	2.193.055,00	6.467	5.950.516,00
Ipueiras	-	65.500,00	111	500.310,00	397	1.801.329,00	6.520	5.933.761,00
Monsenhor Tabosa	-	0	59	261.120,00	162	689.724,00	3.206	2.760.304,00
Nova Russas	-	0	164	739.500,00	339	1.497.342,00	4.554	4.033.252,00
Novo Oriente	-	0	101	462.060,00	309	1.378.530,00	4.858	4.371.915,00
Parambu	-	40.000,00	146	659.430,00	577	2.521.777,00	5.301	4.654.172,00
Pires Ferreira	-	0	19	78.540,00	66	271.320,00	1.381	1.241.698,00
Poranga	-	18.500,00	13	59.160,00	26	116.790,00	1.888	1.709.221,00
Quiterianópolis	-	30.500,00	31	144.330,00	232	1.047.183,00	4.024	3.529.690,00
Santa Quitéria	-	9.500,00	238	1.089.360,00	478	2.123.802,00	7.208	6.323.103,00
Tamboril	-	0	112	510.510,00	324	1.451.970,00	4.393	3.902.861,00
Tauá	-	43.500,00	361	1.655.979,00	1.121	5.020.596,00	8.010	7.050.353,00
<b>Total do Território</b>		<b>455.000,00</b>	<b>2287</b>	<b>10.342.248,00</b>	<b>5431</b>	<b>24.183.572,45</b>	<b>85.236</b>	<b>75.482.337</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	-	<b>6.391.500</b>	<b>67.911</b>	<b>304.006.627</b>	<b>103.249</b>	<b>457.005.057</b>	<b>1.013.241</b>	<b>973.449.044</b>

**Quadro 8:** Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários- 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

## 6.2.2 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados. Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 9 trata da quantidade de benefícios emitidos que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Do ano de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios em cerca de 30 mil, significando em termos percentuais, 30,66%.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aiuaba	1.744	1.725	1.717	1.685	1.589	1.537	1.335	1.385	1.419	1.425
Ararendá	0	0	0	0	0	0	694	799	880	961
Arneiroz	813	818	861	893	810	772	780	835	910	976
Catunda	0	582	716	841	1.011	1.064	1.195	1.220	1.341	1.465
Crateús	11.030	11.217	12.242	14.276	15.798	16.940	18.512	18.563	18.553	18.714
Hidrolândia	2.717	2.764	3.131	3.221	3.294	3.368	3.629	3.667	3.807	3.950
Independência	4.390	4.497	4.775	4.942	5.151	5.347	5.414	5.549	5.659	5.793
Ipaporanga	1.125	1.215	1.401	1.488	1.381	1.356	952	1.072	1.175	1.271
Ipu	6.831	6.938	7.185	7.295	7.415	7.520	7.527	7.753	7.956	8.140
Ipueiras	5.367	5.518	5.824	5.963	6.149	6.286	6.351	6.600	6.826	6.999
Monsenhor Tabosa	1.553	1.652	1.886	1.415	1.524	1.573	1.783	1.906	2.097	2.295
Nova Russas	7.224	7.273	7.571	6.764	6.652	6.604	6.007	6.136	6.308	6.430
Novo Oriente	3.578	3.690	3.897	4.050	4.245	4.418	4.512	4.676	4.859	5.045
Parambu	4.361	4.429	4.715	4.900	5.122	5.288	5.553	5.943	6.300	6.658
Pires Ferreira	784	836	989	1.022	968	860	460	549	735	796
Poranga	901	982	1.054	1.029	1.038	999	45	222	355	463
Quiterianópolis	2.213	2.321	2.582	2.741	2.503	2.268	2.140	2.274	2.422	2.619
Santa Quitéria	3.288	3.358	3.413	3.503	3.098	3.037	3.071	3.107	7.903	8.034
Tamboril	4.038	4.101	4.418	4.520	4.556	4.596	4.649	4.819	5.138	5.327
Tauá	7.375	7.530	8.170	9.209	10.550	11.439	12.166	12.125	12.361	12.639
<b>Total</b>	<b>69.332</b>	<b>71.446</b>	<b>76.547</b>	<b>79.757</b>	<b>82.854</b>	<b>85.272</b>	<b>86.775</b>	<b>89.200</b>	<b>97.004</b>	<b>100.000</b>

**Quadro 9:** Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Previdência Social - Estatísticas Municipais 2000 a 2009

O Quadro 10 indica o valor de benefícios emitidos pelo INSS entre o período de 2000 a 2009 que corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e amparos assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela. Nestes dez anos, de 2000 a 2009 foram repassados para o território mais de 3 bilhões de reais para pagamento de aposentadorias(rurais e urbanas).

Indica uma crescente evolução no total de benefícios pagos, que varia de R\$ 137.902.259,00 (em 2000) para R\$ 567.226.184,00 (em 2009). Em percentuais, representa um aumento significativo de 75% e em recursos aproximou-se dos 560 milhões de reais.

MUNICÍPIO	VALOR DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS NOS ANOS 2000-2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Aiuaba</b>	2.540.929	3.929.990	4.441.321	5.074.531	5.327.075	5.804.138	6.300.483	6.547.285	7.246.127	8.230.031
<b>Ararendá</b>	0	0	0	0	0	0	2.545.309	3.581.597	4.295.207	5.328.133
<b>Arneiroz</b>	1.522.963	1.823.729	2.114.925	2.652.988	2.830.462	2.913.856	3.415.219	3.856.007	4.545.095	5.502.113
<b>Catunda</b>	0	293.646	1.649.525	2.315.327	3.004.049	3.873.426	4.860.319	5.485.001	6.348.915	7.908.958
<b>Cratú</b>	24.807.584	28.914.908	33.889.246	44.154.079	56.361.286	66.676.791	78.895.769	89.548.075	96.932.657	109.828.227
<b>Hidrolândia</b>	5.114.561	6.297.571	7.748.378	9.787.540	10.966.329	12.497.414	15.018.703	16.702.908	18.746.488	21.968.536
<b>Independência</b>	8.508.062	10.227.967	12.024.861	14.921.030	17.070.969	19.930.283	22.998.591	25.528.180	28.467.674	33.086.999
<b>Ipaporanga</b>	2.135.422	2.719.276	3.425.489	4.385.151	4.549.987	5.203.124	5.325.326	4.925.624	5.854.724	7.105.136
<b>Ipu</b>	13.947.900	16.627.616	19.031.126	22.991.499	25.594.875	29.056.913	32.924.113	35.975.411	40.063.589	46.469.564
<b>Ipueiras</b>	10.602.717	12.737.818	14.803.546	18.226.986	20.622.737	23.822.593	27.292.428	30.155.888	33.963.051	39.380.487
<b>Monsenhor Tabosa</b>	2.798.746	3.704.334	4.595.325	5.259.994	5.014.558	5.840.514	7.143.950	8.460.270	10.007.632	12.315.866
<b>Nova Russas</b>	14.973.930	17.625.545	20.145.936	23.646.645	23.594.240	26.261.973	27.354.068	29.495.005	32.654.666	37.450.167
<b>Novo Oriente</b>	6.815.164	8.329.254	9.750.908	12.027.832	13.871.266	16.196.140	18.936.363	21.184.209	23.737.556	28.036.572
<b>Parambu</b>	8.348.725	9.941.064	11.702.886	14.666.593	16.577.498	19.580.586	23.601.316	26.991.341	31.375.039	37.304.516
<b>Pires Ferreira</b>	1.441.457	1.875.915	2.386.030	3.052.515	3.352.026	3.430.206	3.043.686	2.388.530	3.450.954	4.486.522
<b>Poranga</b>	1.712.151	2.206.064	2.766.858	3.116.507	3.359.228	3.876.358	2.589.275	642.000	1.477.849	2.369.250
<b>Quiterianópolis</b>	4.151.277	5.117.327	6.176.397	7.853.734	8.546.659	8.720.440	9.674.145	10.508.414	11.978.092	14.529.369
<b>Santa Quitéria</b>	6.300.447	7.639.248	8.681.761	10.439.385	11.168.842	11.279.163	12.610.098	13.750.366	39.300.943	45.437.432
<b>Tamboril</b>	7.868.797	9.333.827	10.977.164	13.462.748	15.061.421	17.014.478	19.238.840	21.444.802	24.748.990	29.482.278
<b>Tauá</b>	14.309.425	17.252.896	20.372.346	26.906.477	33.494.012	41.430.183	50.874.338	56.074.416	61.518.437	71.004.020
<b>Total</b>	137.902.259	166.599.995	196.686.028	244.943.563	280.369.521	323.410.584	374.644.348	413.247.336	486.715.693	567.226.184
<b>Total Território</b>	3.191.745.511									

**Quadro 10:** Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Previdência Social - Estatísticas Municipais 2000 a 2009

Municípios	Quantidade (1)						Valor acumulado (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Aiuaba</b>	1.385	1.419	234	255	1.151	1.164	6.547	7.246	1.084	1.308	5.464	5.939
<b>Ararendá</b>	799	880	130	159	669	721	3.582	4.295	675	820	2.906	3.475
<b>Arneiroz</b>	835	910	164	176	671	734	3.856	4.545	765	914	3.091	3.632
<b>Catunda</b>	1.220	1.341	225	256	995	1.085	5.485	6.349	1.238	1.354	4.247	4.995
<b>Crateús</b>	18.563	18.553	5.893	5.925	12.670	12.628	89.548	96.933	33.557	36.128	55.991	60.805
<b>Hidrolândia</b>	3.667	3.807	625	666	3.042	3.141	16.703	18.746	3.272	3.619	13.431	15.128
<b>Independência</b>	5.549	5.659	1.089	1.131	4.460	4.528	25.528	28.468	5.532	6.188	19.996	22.280
<b>Ipaporanga</b>	1.072	1.175	168	178	904	997	4.926	5.855	822	952	4.103	4.903
<b>Ipu</b>	7.753	7.956	2.027	2.116	5.726	5.840	35.975	40.064	10.692	11.891	25.283	28.173
<b>Ipueiras</b>	6.600	6.826	1.134	1.189	5.466	5.637	30.156	33.963	6.034	6.836	24.122	27.127
<b>Monsenhor Tabosa</b>	1.906	2.097	327	360	1.579	1.737	8.460	10.008	1.674	1.972	6.787	8.035
<b>Nova Russas</b>	6.136	6.308	1.589	1.638	4.547	4.670	29.495	32.655	9.250	10.073	20.245	22.581
<b>Novo Oriente</b>	4.676	4.859	761	791	3.915	4.068	21.184	23.738	3.836	4.170	17.348	19.568
<b>Parambu</b>	5.943	6.300	911	1.015	5.032	5.285	26.991	31.375	4.367	5.316	22.624	26.059
<b>Pires Ferreira</b>	549	735	97	148	452	587	2.389	3.451	440	743	1.948	2.708
<b>Poranga</b>	222	355	37	73	185	282	642	1.478	131	315	511	1.163
<b>Quiterianópolis</b>	2.274	2.422	310	333	1.964	2.089	10.508	11.978	1.448	1.676	9.060	10.302
<b>Santa Quitéria</b>	7.765	7.903	1.379	1.429	6.386	6.474	35.743	39.301	7.601	8.109	28.141	31.192
<b>Tamboril</b>	4.819	5.138	857	942	3.962	4.196	21.445	24.749	3.977	4.882	17.468	19.867
<b>Tauá</b>	12.125	12.361	2.352	2.385	9.773	9.976	56.074	61.518	12.049	12.997	44.026	48.522
<b>Total</b>	93.858	97.004	20.309	21.165	73.549	75.839	435.238	486.714	108.446	120.262	326.792	366.452

**Quadro 11:** Quantidade e valores de benefícios emitidos pelo INSS – Rural e Urbano – 2007 à 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009.

Ao analisarmos a quantidade dos benefícios emitidos pelo INSS, incluindo os da previdência social e da Assistência Social, verifica-se que no ano de 2008 teve um aumento de 3.146 benefícios, o que em percentuais representa 3%. Comparando-se os benefícios urbanos com os rurais, vê-se que os urbanos de um ano para o outro aumentaram em 4,21%, ou pouco mais de 850 benefícios. Já os benefícios rurais aumentaram em 3%, incluindo mais 2.290 beneficiários.

Com relação aos valores dos benefícios, totalizou um aumento de 11,82%, o que equivale a R\$ 51.476 a mais na composição da renda das famílias. Os valores dos benefícios urbanos ultrapassaram os 10%, ou seja, os valores de R\$ 11.816. Com relação aos valores dos benefícios rurais o aumento aproximou-se dos R\$ 40 mil reais, o que representa em termos percentuais pouco mais de 12%.

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitam uma elevação do nível de renda na vida dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI...).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2009 que se aproximou dos R\$ 480 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 360 milhões de reais.



### 6.3 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem *guardas municipais* destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de *guarda patrimonial*. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivizar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de *policamento comunitário* ou, ainda, na dos *conselhos de segurança pública*. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

No Território, a maioria dos municípios criou as suas guardas municipais voltadas para a defesa do patrimônio público e para garantir a segurança e a tranquilidade nos prédios públicos, principalmente nas escolas. Também, são adotadas em alguns municípios restrições administrativas com relação a horários, funcionamentos de bares e clubes.

Alguns municípios já são atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão – policiamento comunitário nos municípios com população estimada entre 50 mil a 80 mil habitantes, que passam a contar com viaturas equipadas com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que

permitirá aos policiais acompanhar os mandados de prisão. Os municípios de Crateús e Tauá foram contemplados com o Programa.

O Governo do Estado criou o Programa de Proteção à Cidadania (Pró-Cidadania) para dar mais estrutura de segurança pública aos municípios que não contam com o Ronda do Quarteirão (municípios com menos de 50 mil habitantes). O programa coopera com as autoridades municipais na preservação do patrimônio público e proteção aos cidadãos, sem, no entanto, entrar em atividades específicas e constitucionais das polícias civil, militar ou guardas municipais. Na concepção do Programa, deva ser um agente de cidadania para cada 500 habitantes. O programa foi implantado em Aiuaba, com 12 agentes de cidadania. Em média, o contingente policial varia entre 3 a 4 policiais por município. Além de Aiuaba outros municípios do Território já contam com o Procidania.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas, no sentido de ajudar esse público mais vulnerável, mas no âmbito preventivo. Mas, não tem em nenhum município equipamentos públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e recuperação de drogados.

#### **6.4 Direito ao Acesso à Justiça**

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente, devam ter uma polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não tem condições para contratar um advogado e nem arcar com a custa judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas às garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos/ conhecimento da lei.

MUNICÍPIO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	DELEGACIAS	DEFENSORES PÚBLICOS
Aiuaba	1	-	0
Ararendá	0	-	0
Arneiroz	0	-	0
Catunda	0		0
Crateús	3	Regional	2
Hidrolândia	1	-	0
Independência	1	-	1
Ipaporanga	1	-	0
Ipu	1	Municipal	1
Ipueiras	1	-	1
Monsenhor Tabosa	1	-	0
Nova Russas	2	Municipal	1
Novo Oriente	1	-	0
Parambu	1	-	0
Pires Ferreira	0	-	0
Poranga	1	-	0
Quiterianópolis	0	-	0
Santa Quitéria	2	Municipal	1
Tamboril	1	-	1
Tauá	2	Regional	2
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>10</b>

**Quadro 12:** Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010

Fonte: Sites oficiais do Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) – 2010.

No Território são vinte promotores de justiça para o atendimento nos vinte municípios. Municípios como Ararendá, Arneiroz, Catunda, Pires Ferreira e Quiterianópolis tem atendimento por promotores públicos de outras comarcas. No município de Crateús estão instaladas três promotorias públicas.

A defensoria pública está presente nos municípios de Crateús (3), Independência (1), Ipu (1), Ipueiras (1), Nova Russas (1), Santa Quitéria (1), Tamboril (1) e Tauá (2).

São dez defensores públicos para atender todo o território. O que significa, a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria estão mal equipadas e com estruturas físicas comprometidas. Há duas delegacias regionais, uma em Crateús e outra em Tauá e delegacias municipais em Ipu, Monsenhor Tabosa, Nova Russas e Santa Quitéria.

O município de Crateús ainda não instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados, e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n<sup>o</sup> de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros).

## 6.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "*o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios de Crateús, Independência, Ipú, Ipueiras, Novo Oriente, Nova Russas, Parambu, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril e Tauá para instituir este instrumento importante de política urbana. Foram criados, mas precisam ser melhor acompanhados pela sociedade civil. Há problemas de construção de casas em beira de rios,

provocando assoreamento e o aterramento destes mananciais, e em áreas de risco, mas não há políticas específicas para coibir esta prática.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

## **6.6 Direito á Acessibilidade**

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam:

1. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana;
2. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor; e
3. Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A Acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações (Acesso Brasil, *on line*, 2010).

Dizem as Leis N° 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

## **6.7 Direitos Humanos das Mulheres**

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES - /CEDAW (ONU) de 1979, o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o – PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS (CONFERÊNCIA DE VIENA) (ONU) definiu que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994 a CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ) (OEA), estabeleceu que a violência contra as mulheres constitua uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física,

psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994 a DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CAIRO) (ONU), tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995 a DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER (BEIJING) (ONU), Chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999 no PROTOCOLO FACULTATIVO CEDAW (ONU), foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo Facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissos na proteção de seus direitos humanos.

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas/ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:



### 6.7.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Quem executa: MDA/DFDA, INCRA, INSS, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, CEF, BNB, Ministério da Pesca e Aquicultura, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS. (articulação/integração de políticas públicas)

Os mutirões do ano de 2009 contemplaram os municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Novo Oriente, Hidrolândia, Ipueiras, Ipú e Pires Ferreira, atendendo 2.661 pessoas com a emissão de 4.380 documentos.

No ano de 2010 foram contemplados os municípios de Crateús, Independência, Monsenhor Tabosa, Tamboril e Tauá com atendimento a 939 pessoas e emissão de 1.598 documentos.

### 6.7.2 Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado ao crédito do PRONAF, principalmente na modalidade B, e para elas foi destinado um crédito especial, o PRONAF Mulher. No entanto, não se tem os dados oficiais dos números de mulheres que acessaram o crédito e para qual atividade produtiva foi destinado.

### 6.7.3 Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal.

No Território, estão em execução alguns projetos de formação política e inclusão produtiva para mulheres trabalhadoras rurais. Estes programas são executados pelas ONGs que atuam no Território e acompanhados pela Regional da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura - FETRAECE. Podemos citar: o Projeto Mulheres e Autonomia para as Mulheres Trabalhadoras Rurais, com enfoque territorial, coordenado pelo Centro Feminista 8 de março(CF-8) e o Projeto Formação de Mulheres Trabalhadoras Rurais para a inserção na organização social e produtiva, do Território da Cidadania de Inhamuns/Crateús, que atendeu a chamada pública da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do MDA, executado pela ONG Instituto de Estudos e Assessoria para o Desenvolvimento Humano - SETAH.

Outros projetos/ações são executadas com grupos produtivos de mulheres pela CÁRITAS DIOCESANA, Projeto Dom Hélder Câmara e pelas equipes de ATES nas áreas de assentamento da reforma agrária.

#### 6.7.4 Análise Territorial das Ações Sociais

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos à educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

No diagnóstico do Território, foi problematizado na análise do ambiente interno questões relativas à falta de acessibilidade, para idosos e/ou pessoas com deficiência, em prédios públicos; deficiência de profissionais capacitados para a educação do campo; de profissionais da área da saúde; problemas de insegurança alimentar, dentre outros.

Por outro lado, foi apontado na análise do ambiente externo, como oportunidades: políticas sociais para geração de emprego e renda; programas “leite fome zero” e “bolsa família”; criação do conselho das mulheres e da delegacia da mulher; chamadas públicas de projetos específicos para mulheres e outros.

Dentro da lógica dos direitos e das políticas universalizantes, cabe ao Estado adotar as políticas públicas, programas/projetos/ações que se façam necessárias para promover e garantir à população o acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo sido debatido no Território os direitos à segurança alimentar e nutricional (SAN), com o acesso à alimentação e à água; à seguridade social (assistência social, saúde e previdência social); à segurança pública; ao acesso à justiça; à moradia; à acessibilidade e os direitos humanos das mulheres.

Alguns programas e projetos estão sendo desenvolvidos no Território com o intuito de garantir esses direitos, quais sejam:

- O Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC, onde já foram construídas mais de dez mil cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), MDS Estados e MDS Municípios beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 14 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram os 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 18,92% das cisternas construídas e em repasses de recursos, 14,24%.
- Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição onde foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Aiuaba (1), Crateús (1) e Hidrolândia (1), totalizando três cozinhas comunitárias e Feiras/Mercados instalados nos municípios de Crateús (1), Independência (1), Ipú (1), Ipueiras (1), Nova Russas (1), Santa Quitéria (1) e Tamboril (1).

- O Programa Bolsa Família (PBF) que atende a 85 mil beneficiários e o volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando o mês de referência setembro de 2010 que ultrapassou R\$ 75 milhões de reais.

No território há uma estimativa de mais de 107 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 79,64%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, quase 80 mil, ou seja 74,47% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 6%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 7,77% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que deste último, o Território recebeu 6% do montante dos recursos do Programa destinados ao Estado do Ceará, no valor total de R\$ 6.178.832,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 6% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente 45.145 agricultores/as familiares, o que representa 13% do total de agricultores/as do estado do Ceará.

- Políticas da assistência social através dos Centros de Referência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) com a adoção de programas como o ProJovem, Idoso, Benefício da prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente oito municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Crateús, Independência, Ipú, Novo Oriente, Parambú, Quiterianópolis, Tamboril e Tauá. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 8% dos CRAS e 8% dos CREAS.

No Território, para o BPC foram destinados mais de 34 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 7.718 pessoas. O PETI destina pouco mais de 455 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território.

Quando somamos (PETI e BPC) com os repasses do Programa Bolsa Família (PBF), o Território detém um volume de recursos na ordem de R\$ 110.463.157 milhões. Esse valor representa 6% do valor total do repasse do estado do Ceará, que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

- Políticas de Previdência Social onde as pesquisas têm mostrado que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda na vida dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2009 que se aproximou dos R\$ 480 milhões de reais. Somente para as

aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 360 milhões de reais.

- Direito à Segurança Pública onde em alguns municípios foram criadas as suas guardas municipais e estão sendo atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão – policiamento comunitário nos municípios com população estimada entre 50 mil a 80 mil habitantes, que passam a contar com viaturas equipadas com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que permitirá aos policiais acompanhar os mandados de prisão. Os municípios de Crateús e Tauá foram contemplados com o Programa.

E o Programa de Proteção à Cidadania (Pró-Cidadania) para dar mais estrutura de segurança pública nos municípios que não contam com o Ronda do Quarteirão (municípios com menos de 50 mil habitantes).

- Direito ao Acesso à Justiça, sendo que no Território são 20 promotores de justiça para o atendimento nos vinte municípios. Municípios como Ararendá, Arneiroz, Catunda, Pires Ferreira e Quiterianópolis tem atendimento por promotores públicos de outras comarcas. No município de Crateús estão instaladas três promotorias públicas.

A defensoria pública está presente nos municípios de Crateús (3), Independência (1), Ipu (1), Ipueiras (1), Nova Russas (1), Santa Quitéria (1), Tamboril (1) e Tauá (2). São dez defensores públicos para atender todo o território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com estruturas físicas comprometidas. Há duas delegacias regionais, uma em Crateús e outra em Tauá e delegacias municipais em Ipu, Monsenhor Tabosa, Nova Russas e Santa Quitéria.

O município de Crateús ainda não instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos

públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados, e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (Nº. de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros).

- Direito à moradia, onde a maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei (municípios acima de 20 mil habitantes) chama os municípios de Crateús, Independência, Ipú, Ipueiras, Novo Oriente, Nova Russas, Parambu, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril e Tauá para instituir este instrumento importante de política urbana. Foram criados, mas precisam ser melhor acompanhados pela sociedade civil. Há problemas de construção de casas em beira de rios, provocando assoreamento e o aterramento destes mananciais, e em áreas de risco, mas não há políticas específicas para coibir esta prática.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

- Direito à acessibilidade. Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

- Direitos Humanos das Mulheres. No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Os mutirões do ano de 2009 contemplaram os municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Novo Oriente, Hidrolândia, Ipueiras, Ipú e Pires Ferreira, atendendo 2.661 pessoas com a emissão de 4.380 documentos.

No ano de 2010 foram contemplados os municípios de Crateús, Independência, Monsenhor Tabosa, Tamboril e Tauá com atendimento a 939 pessoas e emissão de 1.598 documentos.

- Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher

-Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal.

Nos debates territoriais ficou evidente a fragilidade do Colegiado de ocupar os espaços onde as discussões sobre esses direitos são realizados.

Constata-se que há um avanço no acompanhamento e monitoramento dessas políticas públicas, mas os municípios e a sociedade civil ainda carecem de instrumentos de controle social.

Ainda há uma dificuldade das famílias saírem das políticas compensatórias (dadas às condições de vulnerabilidade e de insegurança alimentar em que se encontram) para políticas de inclusão produtiva.

Isso requer um trabalho intersetorial pelas diversas secretarias municipais (assistência social, saúde e educação) no sentido de acompanhar as famílias beneficiárias de programas sociais, principalmente as atendidas pelo programa bolsa família (tendo em vista, as condicionalidades do programa), que atualmente se configura como o programa de transferência de renda que tem maior cobertura no atendimento às famílias pobres dos municípios.

Percebe-se no Território, que ainda há um longo caminho a se percorrer para que cidadãos e cidadãs possam enxergar que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência, o acesso à alimentação e à água, à justiça, à moradia são direitos inerentes a qualquer ser humano e que apesar de estarem positivados, precisam ser postos em prática, se materializar para que tenhamos realmente, uma sociedade mais justa, mais humana e solidária.



## **7 ASPECTOS DA SAÚDE**

### **7.1 Dimensão Saúde no Território**

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além daquelas que são específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. É importante, pois perceber que o território é um espaço vivo e que se expressa na busca do equilíbrio entre seus diversos interesses e seus contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressalta-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte melhor identificada com o tema, a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

## 7.2 Análise da Situação de Saúde

### 7.2.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores. Avaliamos as informações referentes a morbidade onde priorizamos algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório, estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir na qualidade de vida das pessoas.

Outras morbidades analisadas foram as relacionadas a doenças infectocontagiosas como a dengue, por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental, a tuberculose por ter relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito e por fim avaliamos a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde e sua resolutividade, também por ter implicações severas após o nascimento.

**Tabela 5:** Morbidade proporcional por doenças crônicas e transmissíveis no Território Inhamuns Crateús em 2008.

Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS E TRANSMISSÍVEIS						
MUNICÍPIOS	DOENÇAS CRÔNICAS		DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS			
	HIPERTENSÃO ARTERIAL *	DIABETES*	DENGUE** 2009	TUBERCULOSE 2009	SIFILIS *** CONGÊNITA 2009	HANSENIASE* 2009
MICRO TERRITORIO SUL						
Aiuaba	216	30	6	2	0	4
Arneiroz	237	56	1	1	0	2
Parambu	160	21	22	4	2	13
Quiterianópolis	649	138	8	2	0	1
Tauá	1506	327	295	11	0	18
<b>TOTAL</b>	<b>2768</b>	<b>572</b>	<b>332</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>38</b>
MICRO TERRITORIO NORTE I						
Ararendá	201	22	0	2	0	3
Ipu	585	135	0	12	0	1
Ipueiras	1265	318	0	1	0	2
Nova Russas	717	257	0	2	0	2
Pires Ferreira	116	22	0	2	0	0
Poranga	0,0	0,0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2884</b>	<b>754</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
MICRO TERRITORIO NORTE II						
Catunda	256	75	3	2	0	0
Hidrolândia	782	254	0	8	0	3
Monsenhor Tabosa	181	40	1	9	0	0
Santa Quitéria	39	14	9	9	1	17
Tamboril	445	126	182	17	0	9
<b>TOTAL</b>	<b>1703</b>	<b>509</b>	<b>195</b>	<b>45</b>	<b>1</b>	<b>29</b>
MICRO TERRITORIO CENTRO						
Crateús	2826	644	124	40	2	23
Independência	346	83	3	2	1	9
Ipaporanga	370	133	0	1	1	0
Novo Oriente	1632	235	0	5	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5174</b>	<b>1095</b>	<b>127</b>	<b>48</b>	<b>4</b>	<b>32</b>
<b>TOTAL DO TERITORIO</b>	<b>12529</b>	<b>2930</b>	<b>654</b>	<b>133</b>	<b>7</b>	<b>107</b>

**Fonte:** Sites oficiais do Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) – 2010.

\*Portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus cadastrados no Hiperdia

\*\* Número de casos 2009

\*\*\*incidência em gestantes

Observa-se na Tabela 4 que os municípios que tem maior número absoluto de pessoas com hipertensão e diabetes são Tauá e Novo Oriente, vale ressaltar que verificamos as informações dos cadastros pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos. Encontramos municípios como Poranga, onde não há nenhum dados sobre estas duas morbidades, tornando-se preocupante por comprometer o planejamento e a gestão. Para o cálculo dos indicadores utilizamos a população estimada do IBGE e censos para o ano de 2009 que consta no anexo.. Encontramos os seguintes indicadores de avaliação: para a prevalência de Hipertensão têm-se que de cada 100 habitantes adultos(acima de 20anos) temos 5,16 casos desta morbidade; para Diabetes temos que para cada 100 habitantes temos 0,73 casos da doença. Os resultados apontam para um alerta sobre a importância do cadastro das pessoas portadoras destas morbidades crônicas pois, estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasil, estima-se atualmente que pelo menos 35% da população acima de 40 anos é hipertensa.( IBGE, 2004). Quando avaliamos os índices das doenças transmissíveis, observamos que com relação a dengue três municípios(Tauá, Crateús e Tamboril), se destacam pelo número absoluto de casos/percentual representativo do total de casos, ou seja estes municípios juntos são responsáveis por 92% das notificações. O de maior destaque é o município de Tauá que tem 45% dos casos do Território Inhamuns Crateús. Ao analisarmos a incidência total de dengue deste território observamos um resultado de 163 casos para cada 100.000 habitantes. É importante destacar que os municípios citados centralizam um expressivo percentual da população, e pelo menos dois deles, Tauá e Crateús, são referência no território em comércio, emprego, estudo e eventos culturais na região, portanto é importante a intensificação de medidas que visem o controle e a diminuição deste número que se mostrou elevado no ano de 2009 caracterizando um surto nestas cidades.

Para a tuberculose, temos que o município de Crateús observamos na Tabela 1 que este concentra o maior número absoluto de casos(40) representando 30% do total do território. Quando calculamos a taxa de

incidência desta morbidade no território, o resultado é de (33,3) casos para 100.000 habitantes, as elevadas taxas de incidência de tuberculose estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e a insatisfatórias condições assistenciais de diagnóstico e tratamento de sintomáticos respiratórios. Outros fatores a serem considerado para a incidência de tuberculose são a cobertura de vacinação pela BCG e a infecção concomitante pelo HIV que pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose. Quando questionado na oficina no Comitê de Saúde, foi colocado que existe uma boa cobertura de vacinação da BCG e sobre os casos de HIV/AIDS o grupo destacou que existem muitos casos no território, porém não foi quantificado.

Sobre a sífilis congênita o território de Inhamuns Crateús, obtivemos como resultado de incidência desta morbidade o total de 5,9 casos para cada 100.000 habitantes, portanto, foram apenas sete casos em 2009. O município de maior número de casos foi Parambú, com duas notificações desta morbidade, os demais apresentaram um ou nenhum caso distribuídos de maneira regular entre os municípios que perfazem o território.

Ao calcularmos a ocorrência de casos no território temos alguns indícios das deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. É interessante averiguar as condições de assistência ao pré-natal e o acompanhamento das crianças após o nascimento, pois provavelmente estes municípios devem ter como prioridade a saúde da mulher.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento.

O Comitê de Saúde sugeriu a inserção da hanseníase para avaliação da situação de saúde no que se refere a morbidade. Encontramos o total de 107 casos, os municípios que tem maior numero de casos são Crateús(23), Tauá(18), Santa Quitéria(17) e Parambú(13). Percebemos que deve ser investido na qualificação dos profissionais para o diagnóstico e

acompanhamento, pois esta morbidade necessita de um suporte e monitoramento contínuo devido a seu comportamento caso não haja diagnóstico precoce há várias complicações que podem surgir.

Quando solicitado ao Comitê as informações sobre acidentes e violências os participantes informaram que existem muitos acidentes principalmente de motocicleta, principalmente envolvendo menores e pessoas alcoolizadas, seria importante quantificar as informações relativas a esta situação.

### **7.3 MORTALIDADE PROPORCIONAL**

#### **7.3.1 Taxa de Mortalidade Infantil**

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 por mil. No território Inhamuns Crateús a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 15,7 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos. Alguns municípios têm esta taxa muito acima da média encontrada para o território: Hidrolândia(27,9); Ararendá(26,7); Quiterianópolis(23,6) e Crateús(17,9).

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde

voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil. De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos. No território Inhamuns Crateús este indicador corresponde a 15,7 óbitos por 1000 nascidos vivos estando abaixo do resultado do Estado do Ceará em 2008. Entretanto temos que alguns municípios como Quiterianópolis(23,6); Ipueiras(24,4); Ararendá(26,7) e Hidrolândia(27,9), estão muito acima da média do território. Enfatizamos que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estar intimamente relacionado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, além de estarem relacionados aos níveis de saneamento os quais iremos falar mais adiante. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil. Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008. Por isto, é importante o acompanhamento pré-natal, e o acompanhamento após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida. Segundo (SUCUPIRA, 2003), na Estratégia saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

Quando solicitadas informações sobre as metas atualmente pactuadas os participantes não souberam informar números exatos. Sobre as estratégias para redução da mortalidade infantil, sobre a puericultura e visita domiciliar, os participantes informaram que poucos profissionais utilizam estas ferramentas de atuação na atenção básica e também não utilizam protocolos de atendimento.

### 7.3.2 Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas

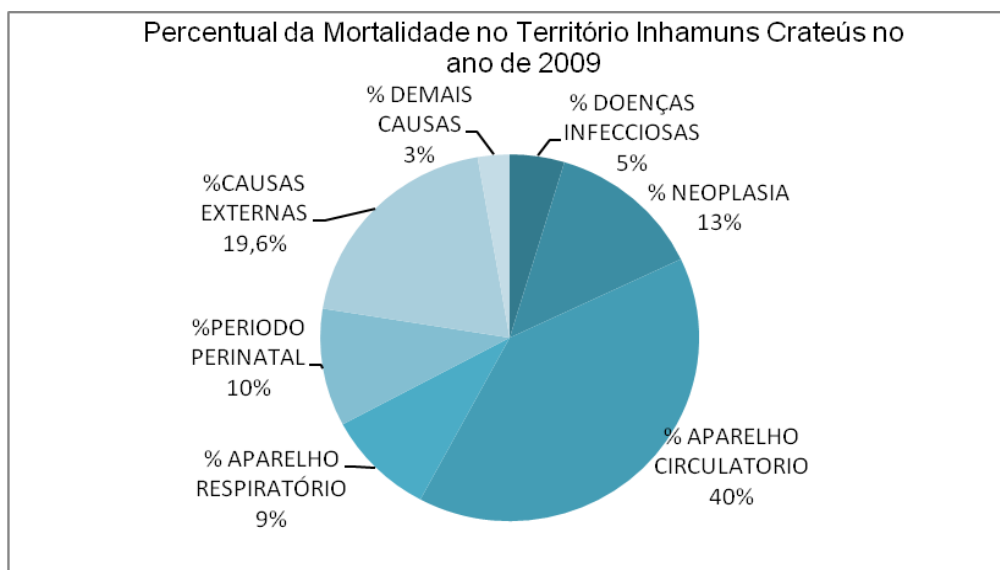
A mortalidade proporcional por grupos de causas é a distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, o indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infraestrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliamos as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências ,e por fim as demais causas.

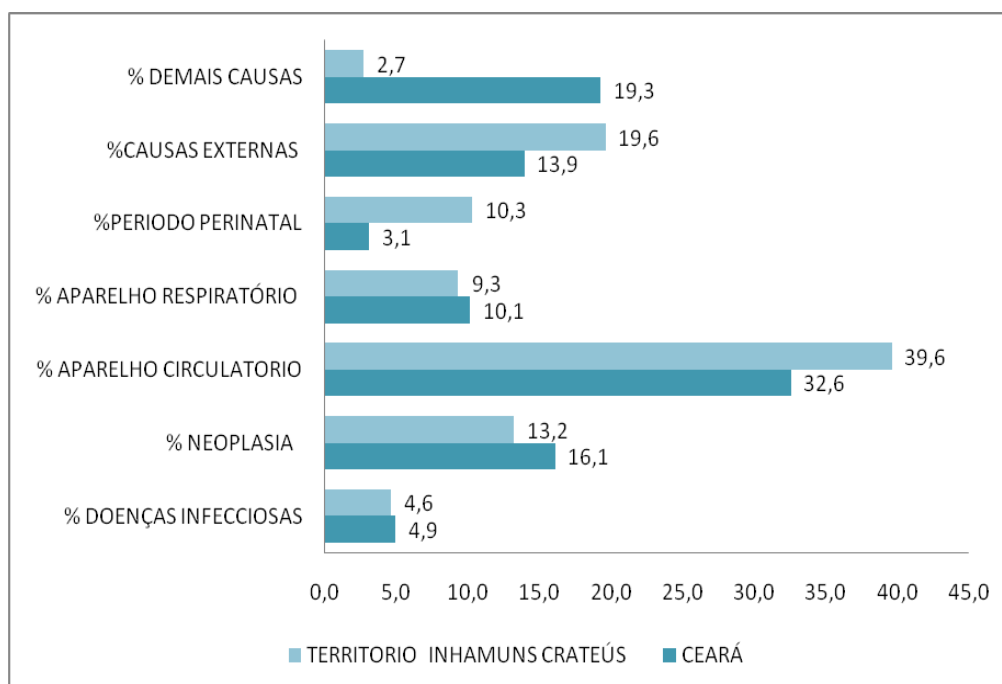
Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população. O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subnotificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.





**Figura 2:** Gráfico da Distribuição dos percentuais de causas de mortalidade por grupos de causas no Território Inhamuns Crateús em 2008.

**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008



**Figura 3:** Gráfico de Distribuição dos percentuais de causas de mortalidade por grupos de causas no Território Inhamuns Crateús e Ceará em 2008.

**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008

Um dos percentuais que mais se destacam na proporção por grupos de causas é o de mortes por causas externas(19,6%).

Podemos observar que média das mortes relacionadas ao período Perinatal (2,7%), tem menos impacto diante das demais causas seguidas das doenças infecciosas(4,6%). As causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 39,6% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência de envelhecimento da população.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

Ressaltamos a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direcionaria melhor o Plano - PTDRS e detalharia a situação da mortalidade para este seguimento da população.

Quando solicitamos aos participantes do Comitê as estratégias de controle das doenças relacionadas ao aparelho circulatório foram citadas algumas iniciativas como grupos de caminhadas com o acompanhamento do NASF, os espaços de lazer, o incentivo a alimentação saudável, e o trabalho do cotidiano da equipe de saúde da família com o acompanhamento e avaliação da hipertensão e diabetes.

Os dados de 2008 mostram que doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 39,6% dos óbitos. Neoplasias (cânceres) representaram 13,2%, enquanto causas externas mataram 17,5% e falhas no aparelho respiratório, 9,3%. Outras informações importantes que devem ser pesquisadas dizem respeito a mortalidade é a faixa etária em que estão concentrados os maiores índices de mortalidade por doenças do aparelho circulatório. Outra tendência que se observa é uma concentração elevada nas causas de mortes por neoplasias em idosos.

Uma alteração nas causas de mortalidade tanto no território como no país é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e

transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

Com relação às causas externas é praticamente o terceiro lugar no percentual de mortalidade, o que se caracteriza um índice elevado, superando até mesmo a média de mortes por neoplasias. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

**Tabela 6:** Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território Inhamuns Crateús em 2008.

MUNICIPIOS	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	TOTAL 2008	OBITOS P/ 1000 HABITANTES	MORTALIDADE INFANTIL P/ 1000	% DOENÇAS INFECCIOSAS	% NEOPLASIA	% APARELHO CIRCULATORIO	% APARELHO RESPIRATORIO	%PERIODO PERINATAL	%CAUSAS EXTERNAS	% DEMAIS CAUSAS
<b>MICRO TERRITORIO I</b>										
Aiuaba	33	4,3	13,3	8	4	52	16	0	4	16
Arneiroz	25	3,3	8,4	8	4	52	16	0	4	16
Parambu	167	5,2	13,2	2,5	11,7	49,1	2,5	2,5	23,3	3,1
Quiterianópolis	117	5,3	23,6	5,4	17,4	35,9	3,3	4,3	21,7	12
Tauá	288	5,1	13,8	4,6	11,9	35,8	9,5	0,7	12,6	21,1
<b>TOTAL</b>	<b>630</b>	<b>4,6</b>	<b>14,5</b>	<b>5,7</b>	<b>9,8</b>	<b>45,0</b>	<b>9,5</b>	<b>1,5</b>	<b>13,1</b>	<b>13,6</b>
<b>MICRO TERRITORIO NORTE I</b>										
Ararendá	78	7	26,7	8,1	25,8	19,4	12,9	6,5	9,7	17,7
Ipu	240	5,9	13,9	5	10,5	37,2	8,4	8,4	13	24,7
Ipueiras	270	6,9	24,4	3,5	9,4	33,8	17,3	2,8	3,8	17,3
Nova Russas	228	7,2	14,4	5,3	20,9	36	9,8	0	10,2	17,8
Pires Ferreira	50	5,1	9,3	6	10-	44	4	0	8	28
Poranga	86	7	14,9	6,3	11,4	25,6	7,6	2,5	7,6	39,2
<b>TOTAL</b>	<b>952</b>	<b>6,5</b>	<b>17,3</b>	<b>5,7</b>	<b>15,6</b>	<b>32,7</b>	<b>10,0</b>	<b>3,4</b>	<b>8,7</b>	<b>24,1</b>
<b>MICRO TERRITORIO NORTE II</b>										
Catunda	63	5,7	<b>5,9</b>	6,3	12,7	44,4	4,8	0	12,7	19
Hidrolândia	108	7,7	27,9	4,7	15,9	29	15	5,6	10,3	19,6
Monsenhor Tabosa	93	5,4	15,1	1,1	13,6	36,4	6,8	4,5	10,2	27,3
Santa Quitéria	184	4,1	15,4	3,4	14,5	39,7	11,7	3,4	1,8	19,6
Tamboril	145	5,4	13,2	0,8	18,2	30,3	15,2	3	10,6	22
<b>TOTAL</b>	<b>593</b>	<b>5,7</b>	<b>15,5</b>	<b>3,3</b>	<b>15,0</b>	<b>36,0</b>	<b>10,7</b>	<b>3,3</b>	<b>9,1</b>	<b>21,5</b>

MICRO TERRITORIO CENTRO										
Crateús	468	5,6	17,9	5,4	12,6	40,1	7,7	3,7	12,4	18,2
Independência	155	5,9	14,7	2,7	14,8	43,6	9,4	2,7	12,1	14,8
Ipaporanga	71	6,1	15,7	6,0	6,0	50	4,0	2,0	6	26
Novo Oriente	152	5,3	14,7	1,4	16,1	45,5	7,0	2,1	10,5	17,5
TOTAL/MEDIA	846	5,7	15,8	3,9	12,4	44,8	7,0	2,6	10,3	19,1
<b>TOTAL /MÉDIA DO TERRITORIO</b>	<b>3021</b>	<b>5,6</b>	<b>15,7</b>	<b>4,6</b>	<b>13,2</b>	<b>39,6</b>	<b>9,3</b>	<b>2,7</b>	<b>17,4</b>	<b>19,6</b>

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008

## 7.4 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

**Tabela 7:** Condições de Nascimento no Território Inhamuns Crateús em 2008

MUNICIPIOS	INFORMAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE NASCIMENTO					
	TOTAL NASCIDOS 2008	% DE PARTOS CESAREOS	% DE PARTOS VAGINAIS	%BAIXO PESO	% PREMATUROS	% MÃES DE 10 - 19 ANOS
<b>MICRO TERRITORIO SUL</b>						
Aiuaba	200	34,7	65,3	2,5	2,0	24,0
Arneiroz	119	29,1	70,9	6,0	5,9	26,9
Parambu	428	27,3	72,7	6,9	2,1	26,2
Quiterianópolis	353	20,1	79,9	7,7	5,7	30,0
Tauá	795	39,2	60,8	8,3	4,2	27,4
<b>TOTAL</b>	<b>1895</b>	<b>30,1</b>	<b>69,9</b>	<b>6,3</b>	<b>4,0</b>	<b>26,9</b>
<b>MICRO TERRITORIO NORTE I</b>						
Ararendá	150	28,7	71,3	8,7	4,8	23,3
Ipu	646	34,4	65,6	5,9	3,6	24,1
Ipueiras	615	25,2	74,8	5,2	5,4	23,9
Nova Russas	416	30,6	69,4	6,3	3,6	22,8
Pires Ferreira	108	23,1	76,9	5,6	3,7	29,6
Poranga	202	20,3	79,7	11,4	3,5	19,3
<b>TOTAL</b>	<b>4827</b>	<b>27,1</b>	<b>73,0</b>	<b>7,2</b>	<b>4,1</b>	<b>23,8</b>
<b>MICRO TERRITORIO NORTE II</b>						
Catunda	170	17,1	82,9	8,8	7,1	25,3
Hidrolândia	287	24	76	5,2	5,2	25,1
Monsenhor Tabosa	249	29,7	70,3	4,8	2,4	30,1
Santa Quitéria	651	27,7	72,3	7,4	4,3	23,7
Tamboril	380	20,8	79,2	5,5	3,2	30,3
<b>TOTAL</b>	<b>1737</b>	<b>23,9</b>	<b>76,1</b>	<b>6,3</b>	<b>4,4</b>	<b>26,9</b>
<b>MICRO TERRITORIO CENTRO</b>						
Crateús	1176	40,9	59,1	9,9	6,4	22,2
Independência	340	32,9	67,1	6,2	6,5	21,5
Ipaporanga	191	25,7	74,3	7,9	2,6	24,6

Novo Oriente	408	33,6	66,4	6,4	3,4	24,3
TOTAL/MEDIA	2115	33,3	66,7	7,6	4,7	23,2
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>10574</b>	<b>28,6</b>	<b>71,4</b>	<b>6,9</b>	<b>4,3</b>	<b>25,2</b>

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com os índices da Tabela 5 o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território está dentro das metas do Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30% e Ministério da Saúde, porém o obtido pelo Estado do Ceará em 2008 foi 42,7 % do total dos partos. Destacamos que nos municípios de Crateús(40,9%);Tauá(39,2%); Aiuaba(34,%); Ipú(34,4%) e Nova Russas(30,6%), o percentual ficou acima da meta pactuada com Estado (30,1%) e da média de partos cesáreos do território que foi de 28,6 % dos partos.

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não - SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontramos uma média de 25,2%, entre as que pariram em 2008 eram adolescentes. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada. Pelo menos oito dos municípios que fazem parte do Território Inhamuns Crateús. Os municípios com percentuais mais elevados foram Tamboril(30,3%) Monsenhor Tabosa(30,1%) e Quiterianópolis (30%). Relacionamos este indicador a situação socioeducacional que é a escolaridade destas mães.

Com relação aos questionamentos sobre o planejamento familiar voltado para o público adolescente alguns municípios tem um trabalho voltado

para este público como Aiuaba que através de um trabalho articulado com as escolas do município trabalha este tema. Os demais representantes relataram dificuldades em trabalhar este conteúdo.

O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Inhamuns Crateús foi de 6,9% dos nascidos vivos foram prematuros,

Sobre o baixo peso ao nascer temos uma média de 4,4% dos partos são de crianças nesta situação. Destacamos alguns municípios como Tauá (8,3%); Ararendá(8,7%); Catunda(8,8%); Crateús(9,9%) e Poranga(11,4%) que se encontram acima da média perfazendo cada um quase que 10% de seus nascimentos são de recém nascidos de baixo peso.

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5-6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil. A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.



## 7.5 Tipos de Estabelecimentos

Constatamos que no Território Inhamuns Crateús existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade básica de saúde(113), seguida de posto de saúde(73).

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas.

O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica.

Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

Outro ponto a destacar é o Serviço de Atendimento Médico de Urgência- SAMU. Este se encontra apenas em um dos 18 municípios é importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implementação desta política de atenção á saúde da população.

Com relação ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, existem no território nove unidades em funcionamento de acordo com a pesquisa nos sites referidos, ou seja, praticamente metade dos municípios tem o serviço implantado, vale ressaltar que existem alguma limitações para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais. Segundo o Comitê temático de saúde a principal causa da ineficiência deste serviço é a dificuldade de fixação dos profissionais de saúde médicos psiquiatras, o que por muitas vezes inviabiliza todo o serviço implantado.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

Estes serviços devem ser substitutivos e não complementares ao hospital psiquiátrico. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento.

#### 7.5.1 Centro Especialidade Odontológicas - CEO

No território Inhamuns Crateús existem sete Centros de Especialidades Odontológicas - CEO são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de

especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços:

- >|Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca.
- >|Periodontia especializada
- >|Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros
- >|Endodontia
- >|Atendimento a portadores de necessidades especiais

Cada Centro de Especialidade Odontológica credenciado passa a receber recursos do Ministério da saúde, de acordo com o que está definido pela Portaria Nº 599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias Nº 599/GM de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº600/GM de mesma data que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas: para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio e R\$ 40 mil em parcela única para implantação - correspondente à custa com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos; CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, o valor mensal é de R\$ 8,8 mil e R\$ 50 mil para implantação CEOs tipo III, que possuem no mínimo de 7 cadeiras, o recurso de custeio é no valor de R\$ 15.400,00 e o de implantação R\$ 80 mil reais.

Além da implantação de CEOs, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são

desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

De acordo com as portarias N.º 2.374 e 2.375 GM/MS de 07 de outubro de 2009 que alteram o pagamento de próteses dentárias em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD no valor de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 para prótese total; de R\$ 40,00 para R\$ 60,00 para prótese parcial removível; e R\$ 60,00 para Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Agora o financiamento está incluído no Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) e a forma de pagamento mudou. O Município/Estado passa a receber mensalmente de acordo com sua produção, sendo os valores repassados:

- >|Até 50 próteses/mês: R\$ 3.000,00 mensais
- >|Entre 51 e 150 próteses/mês: R\$ 9.000,00 mensais
- >|Acima de 151 próteses/ mês: R\$ 12.000,00 mensais

Esta produção será acompanhada de acordo com as informações prestadas pelos municípios através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS). Serão feitas avaliações trimestrais destes dados para redefinir a distribuição dos recursos. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

#### 7.5.2 Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF

Percebemos algumas carências percebida são os núcleos de apoio/ atendimento à saúde da família - NASF que totalizam apenas 10 dentre os 18 municípios que fazem parte deste território. Existe ainda um situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois atualmente os NASF se ligam às equipes de Saúde da Família completas

com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima( Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde).

**Modalidades** - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF 1 é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. Eles recebem R\$ 20 mil por mês para manutenção a partir do início de suas atividades. O NASF 2 funciona em cidades com equipes de até três profissionais e recebem R\$ 6 mil mensais para custeio. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm até dezembro deste ano para implementar os núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

**Núcleo** - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes do saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Comissão Intergestores de cada estado.

#### 7.4.3 Número de leitos hospitalares por habitante

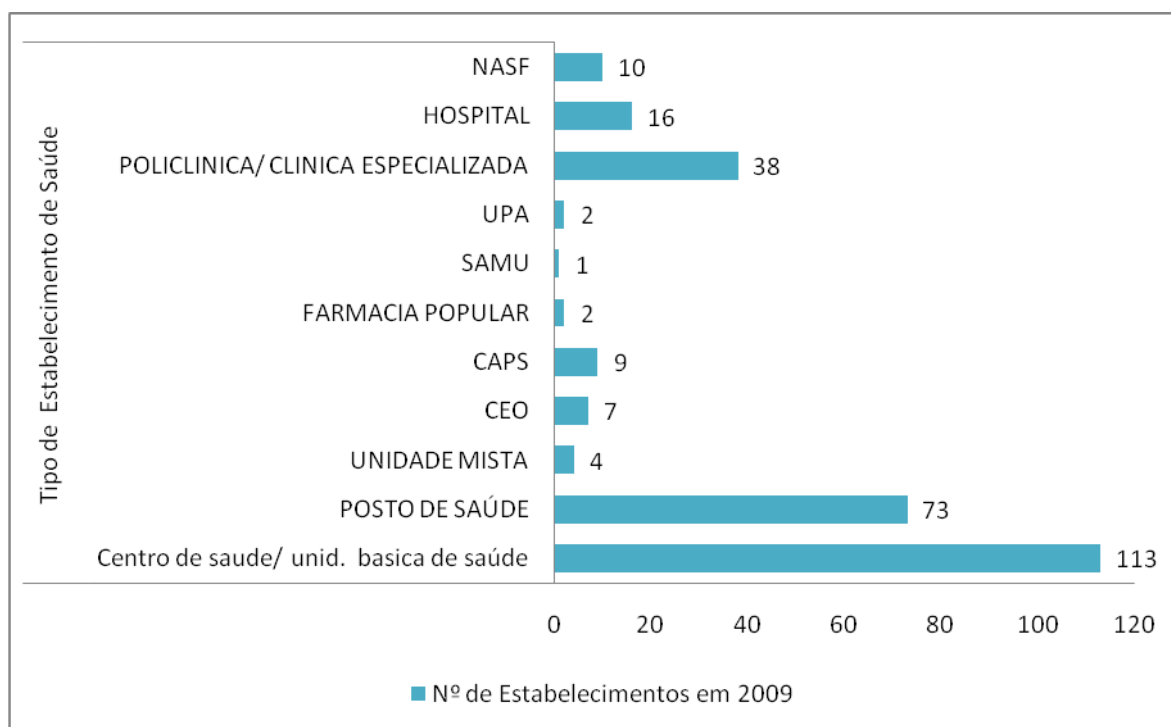
Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de

vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da atenção básica à saúde.

É para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

Encontramos que no Território Inhamuns Crateús obtivemos uma média de 1,4 leitos para 1000 habitantes. Ao compararmos este dado com o resultado do Estado do Ceará temos que existem 1,7 leitos-SUS para cada 1000 habitantes e 2,2 leitos em geral. O que é uma situação equilibrada.



**Figura 4:** Gráfico dos Tipos de estabelecimentos no Território Inhamuns Crateús em 2008/2009/2010

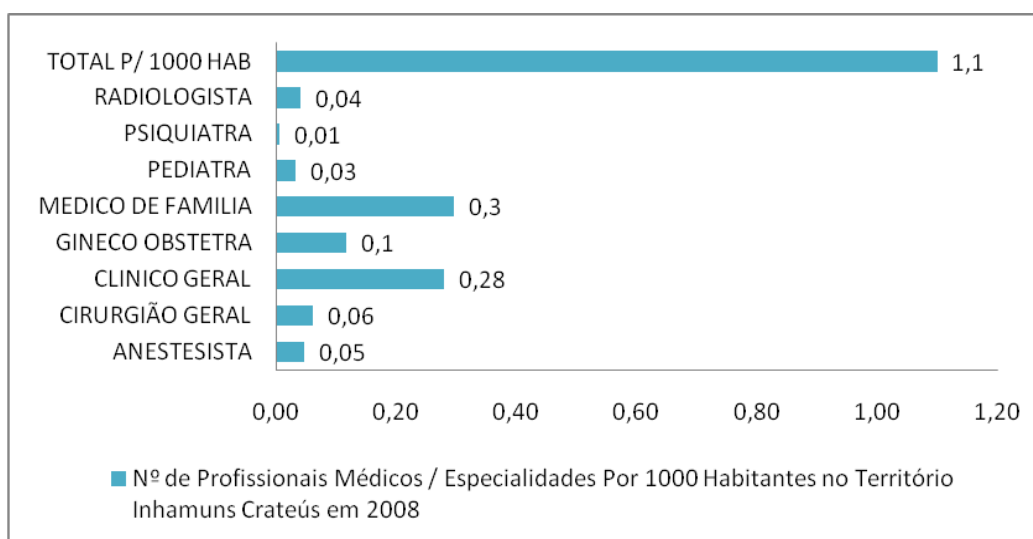
**Fonte:** CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

## 7.6 Recursos Humanos

### 7.6.1 Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 Habitantes

No território Inhamuns Crateús encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas o número que mais chama atenção é o de psiquiatra, seguido de pediatra e anestesista. Entretanto quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico para cada 1000 habitantes.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.



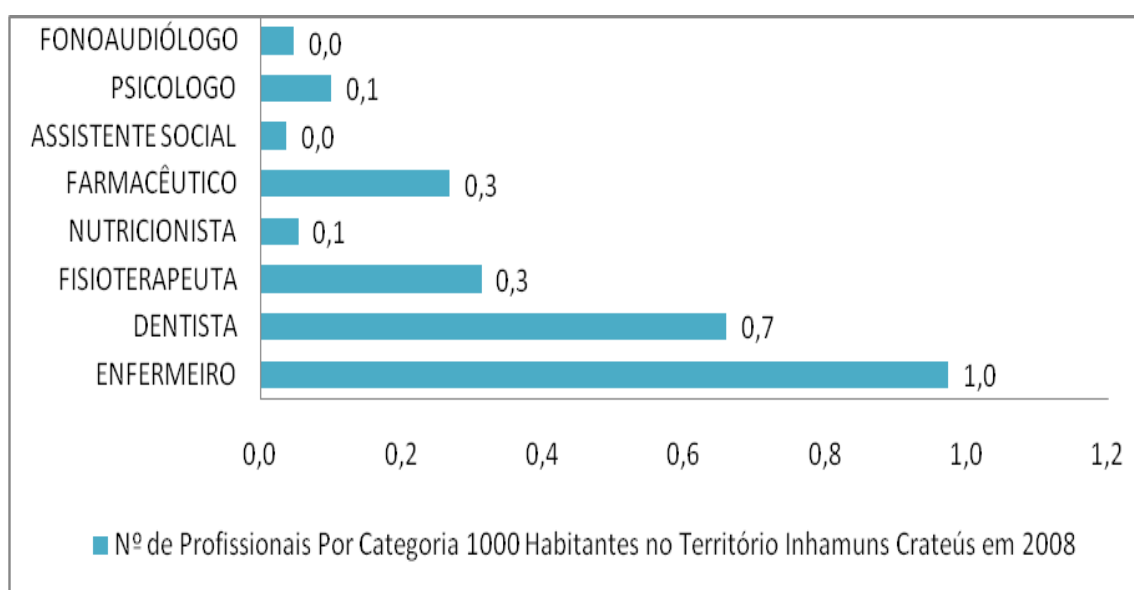
**Figura 5:** Gráfico do número de profissionais de saúde por 100 habitantes em 2008 no território Inhamuns Crateús

**Fonte:** CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

## 7.6.2 Ofertas de Outros Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde, identificamos situações de desequilíbrio principalmente entre as categorias de fonoaudiólogo, assistente social, nutricionista e psicólogo. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho.



**Figura 6:** Gráfico do número de profissionais de saúde por 1000 habitantes

**Fonte:** CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.



## 7.7 Saneamento Básico

### 7.7.1 Abastecimento e Tipos de Instalação de Água

#### 7.7.1.1 Cobertura de Redes de Abastecimento de Água

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água<sup>1</sup>: (i) com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e (ii) sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

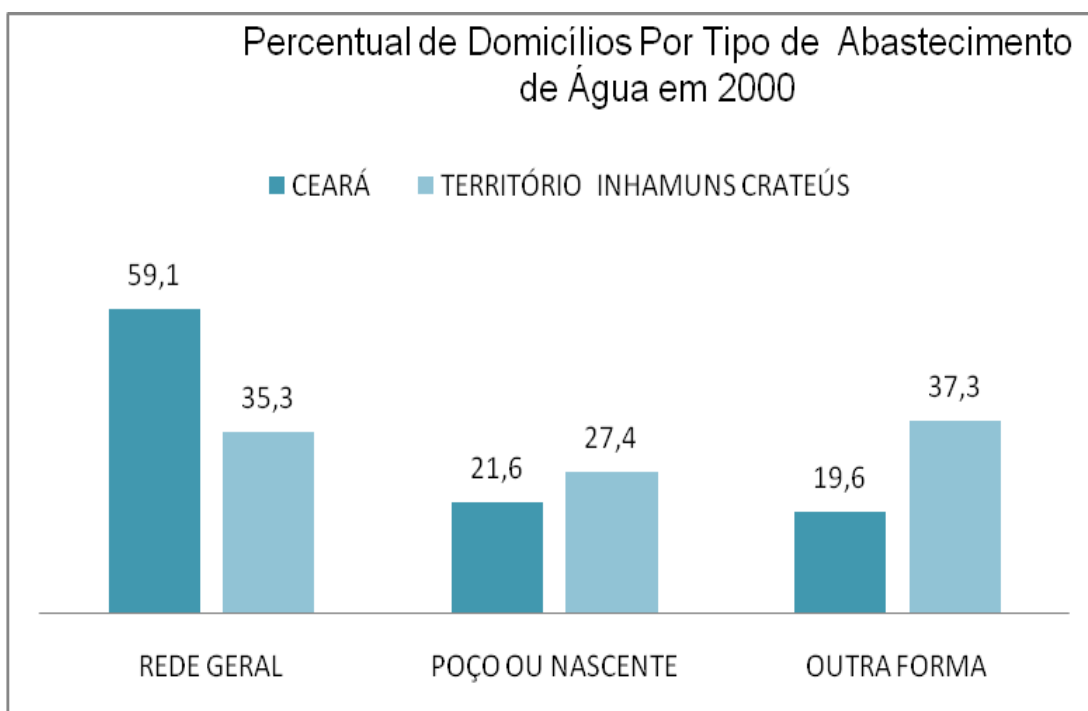
Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Ao analisarmos situação da cobertura de abastecimento de água à população, identificamos que os domicílios que tem abastecimento ligado a rede geral são apenas 35% no Território Inhamuns Crateús, bem abaixo do percentual encontrado no estado do Ceará que é de aproximadamente 60%. A situações de abastecimento provenientes de poços ou nascentes no território chega a 27,4% um pouco superior ao percentual alcançado pelo Estado que foi de 21,6%. Já o percentual correspondente a outras formas de abastecimento chega a 37,3% no território e 19,6% no Estado, uma diferença bastante significativa.

Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão

e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

Seria interessante destacar que o indicador refere-se somente à disponibilidade de rede geral de abastecimento, não considerando o uso efetivo pela população. Também não permite avaliar a quantidade *per capita*, a qualidade da água de abastecimento e a intermitência de fluxo. Outro ponto relevante a ser indagado é a fluoretação da água como fator de proteção à saúde bucal das pessoas que utilizam a água.



**Figura 7:** Gráfico do Percentual de Domicílios por Tipo de Abastecimento de Água em 2000

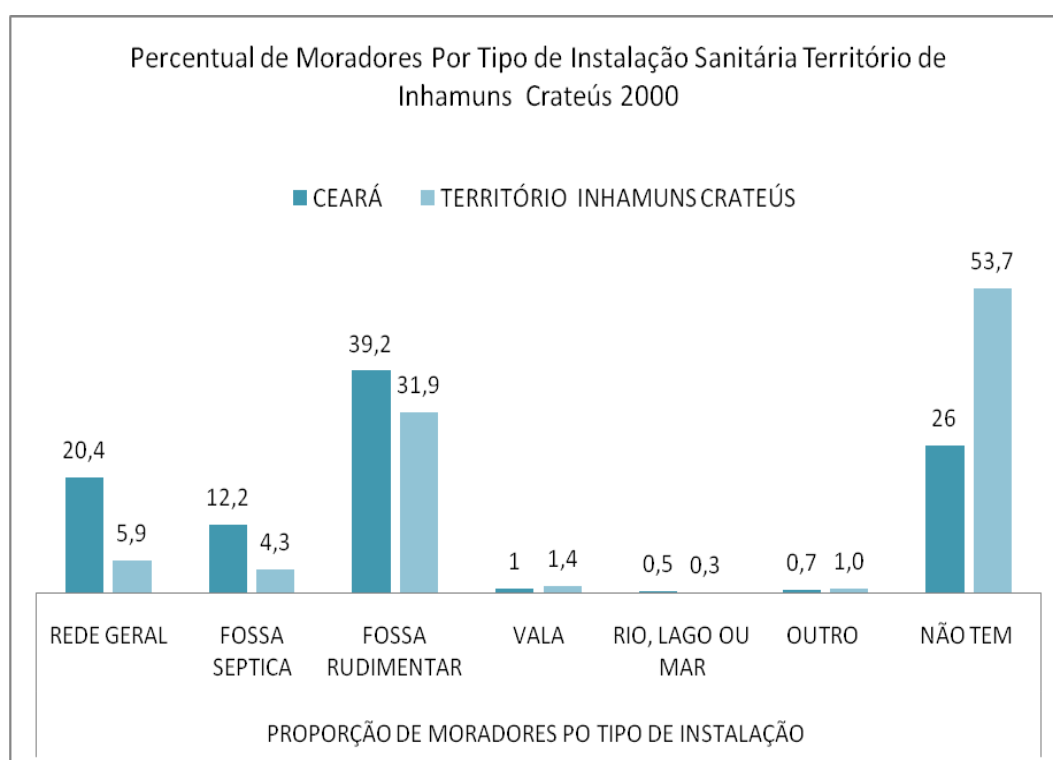
**Fonte:** IBGE CENSO 2000

### 7.7.2 Cobertura de Esgotamento Sanitário

Observa-se que é bastante significativo o percentual de moradias que não tem instalações sanitárias (53,7%) e apenas 20,4% possuem esgoto sanitário através de rede coletora uma cobertura aquém da cobertura ideal, Alertamos que baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando relacionamos este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias temos um percentual de 4,6% do total de óbitos no

território. Recomendamos investigação das causas de internamentos para fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.



**Figura 8:** Gráfico do Percentual de Moradores por Tipo de Instalação Sanitária Território de Inhamuns Crateús em 2000  
**Fonte:** IBGE CENSO 2000

## 7.8 Tipos de Destino de Lixo

### 7.8.1 Cobertura de Serviços de Coleta de Lixo

Este percentual corresponde ao percentual da população residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considera-se o atendimento<sup>1</sup>: (i) direto, quando a coleta do lixo é realizada no domicílio, por empresa de limpeza urbana (pública ou particular); e (ii) indireto, quando o

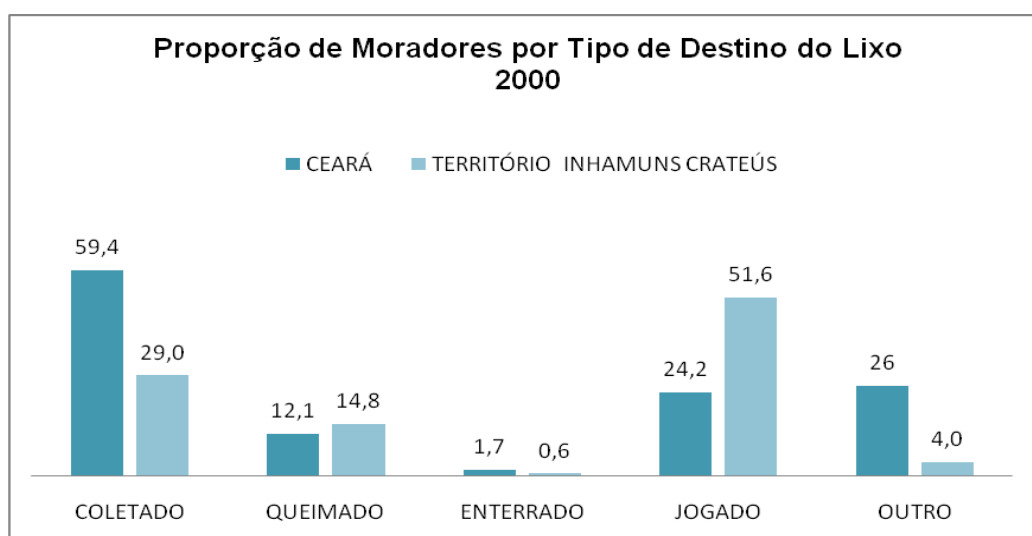
lixo é depositado em caçamba, tanque ou outro depósito, sendo posteriormente coletado por serviço ou empresa de limpeza urbana (pública ou privada).

Este indicador vai medir a cobertura populacional de serviços regulares de coleta domiciliar de lixo. Sabemos que baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando avaliado fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas à coleta de lixo.

Uma observação relevante é que o indicador refere-se somente à disponibilidade de serviços regulares de coleta de lixo domiciliar, não incluindo as condições de funcionamento (frequência na assiduidade, volume transportado e destino final).

No território Inhamuns Crateús encontramos que apenas 29% dos resíduos em gerados são coletados, percentual bem abaixo do encontrado para o Estado do Ceará que foi de 59,4%. Já quando observamos o percentual de lixo jogado neste território encontramos que 51,6% do lixo não têm tratamento adequado o que certamente interfere na situação de saúde população e favorece a contaminação ambiental.



**Figura 9:** Gráfico da Proporção de Moradores por Tipo de Destino do Lixo 2000  
**Fonte:** IBGE CENSO 2000

## 8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

Os municípios do Território da Cidadania Inhamuns/Crateús na divisão Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), atendidos pela Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), são:

MICRO TERRITÓRIO	CREDES	SEDE E MUNICÍPIOS ATENDIDOS
<b>Micro Território Centro</b>	CREDE 13	Sede em Crateús Todos os Municípios
<b>Micro Território Sul</b>	CREDE 15	Sede em Tauá Todos os Municípios
<b>Micro Território Norte I Três Coordenações</b>	CREDE 13	Ararendá, Ipueiras, Novas Russas e Poranga
	CREDE 5	Ipu, Sede em Tianguá
	CREDE 6	Pires Ferreira, Sede em Sobral
<b>Micro Território Norte II Três coordenações</b>	CREDE 13	Catunda, Monsenhor Tabosa e Tamboril
	CREDE 6	Hidrolândia
	CREDE 7	Santa Quitéria, Sede em Canindé

**Quadro 13:** Municípios do Território Inhamuns Crateús e as Credes a qual pertencem

**Fonte:** Secretaria De educação do Estado do Ceará – 2010

### 8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual a cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler e escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto.

A Tabela 8, mostra a população alfabetizada do Estado do Ceará por faixa etária e zona de moradia e que considerando esta população por faixa etária, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

**Tabela 8:** População Total e Alfabetizada no Estado por Faixa Etária e Zona de Moradia

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizada		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>TOTAL</b>	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
<b>5 a 6 anos</b>	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
<b>7 a 14 anos</b>	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
<b>15 a 19 anos</b>	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
<b>20 a 24 anos</b>	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
<b>25 a 29 anos</b>	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
<b>30 a 39 anos</b>	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
<b>40 a 49 anos</b>	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
<b>50 a 59 anos</b>	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
<b>60 anos ou mais</b>	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576

Fonte: IPECE, 2009.

A Tabela 9 mostra a População Alfabetizada no Território Inhamuns/Crateús, por Micro Território e município por faixa etária (total, gênero, zona de moradia rural e urbano), conforme se percebe:

**Tabela 9:** População alfabetizada no Território por faixa etária total, gênero, zona de moradia

MUNICIPIOS POR MICROS TERRITÓRIOS	População Alfabetizada Por Idade e Zona – 2000							
	5 a 9 anos - Rural	5 a 9 anos - Urbana	10 a 14 anos - Rural	10 a 14 anos - Urbana	15 a 19 anos - Rural	15 a 19 anos - Urbana	20 anos ou mais - Rural	20 anos ou mais - Urbana
<b>AIUABA</b>	360	130	1.114	326	946	328	2.533	1.245
<b>ARNEIROZ</b>	156	82	529	217	464	221	1.449	796
<b>PARAMBU</b>	359	473	1.550	1.335	1.509	1.201	4.470	4.134
<b>QUITERIANÓPOLIS</b>	352	145	1.263	463	1.177	494	3.534	1.831
<b>TAUÁ</b>	689	972	2.402	2.680	2.109	2.587	6.676	9.750
<b>Total</b>	1.916	1.802	6.858	5.021	6.205	4.831	18.662	17.756
<b>CRATEÚS</b>	756	1.883	2.346	4.398	2.081	4.678	6.522	19.318
<b>INDEPENDÊNCIA</b>	602	407	1.489	1.055	1.309	964	4.374	4.039
<b>IPAPORANGA</b>	219	129	787	327	739	308	1.987	1.183
<b>NOVO ORIENTE</b>	389	387	1.278	1.126	1.137	1.067	3.096	3.580
<b>Total</b>	1.966	2.806	5.900	6.906	5.266	7.017	15.979	28.120
<b>ARARENDÁ</b>	219	106	641	400	584	423	1.594	1.348
<b>IPUEIRAS</b>	719	600	2.372	1.668	2.185	1.597	5.450	5.325
<b>IPU</b>	457	802	1.649	2.109	1.703	2.179	4.142	8.011

MUNICÍPIOS POR MICROS TERRITÓRIOS	População Alfabetizada Por Idade e Zona – 2000							
	5 a 9 anos - Rural	5 a 9 anos - Urbana	10 a 14 anos - Rural	10 a 14 anos - Urbana	15 a 19 anos Rural	15 a 19 anos - Urbana	20 anos ou mais - Rural	20 anos ou mais - Urbana
<b>NOVA RUSSAS</b>	267	685	884	2.053	811	2.146	2.208	7.393
<b>PIRES FERREIRA</b>	210	128	576	293	545	253	1.467	894
<b>PORANGA</b>	80	245	428	663	403	714	808	2.089
<b>Total</b>	1.952	2.566	6.550	7.186	6.231	7.312	15.669	25.060
<b>CATUNDA</b>	98	138	532	440	484	403	1.362	1.309
<b>HIDROLÂNDIA</b>	286	442	843	998	789	995	2.255	3.453
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	236	210	874	834	747	755	2.278	2.678
<b>SANTA QUITÉRIA</b>	674	743	2.381	1.958	2.034	1.986	5.410	7.520
<b>TAMBORIL</b>	266	367	1.237	1.184	1.228	1.186	3.490	4.019
<b>Total</b>	<b>1.560</b>	<b>1.900</b>	<b>5.867</b>	<b>5.414</b>	<b>5.282</b>	<b>5.325</b>	<b>14.795</b>	<b>18.979</b>

Fonte: SEDUC, 2008.

Os dados de população alfabetizada para o Micro Território Sul estão assim colocados, em todas as faixas analisadas, a população alfabetizada no meio rural não é maior que a da zona urbana. Já a população alfabetizada dos micro Territórios Centro e Norte I se concentra na zona urbana. A população alfabetizada do Micro Território Norte II apresenta um equilíbrio nas três primeiras faixas etárias, entre a população alfabetizada rural e urbana, tendo um acréscimo na última faixa etária, que compreende a população acima de 20 anos, na zona urbana da população alfabetizada.

Em relação aos municípios do Micro Território Centro, os dados da população alfabetizada estão assim colocados. Em Crateús na faixa de 5 – 9 anos no meio rural são 756, e no meio urbano são 1.883 de 10 – 14 anos no meio rural são 2.346 e no meio urbano 4.398, de 15 a 19 anos no meio rural são 2.081 e no meio urbano 4.678, de 20 anos ou mais no meio rural são 6.522 e no meio urbano 19.318.

Já os dados referentes aos municípios do Micro Território Norte I da população alfabetizada estão assim apresentados: existe uma concentração em todas as faixas da população na zona rural, com exceção da faixa etária de 20 anos ou mais, que apresenta um equilíbrio no meio rural com 5.450 e no meio urbano 5.325 habitantes.

E analisando os dados da população alfabetizada dos municípios do Micro Território Norte II, os mesmos estão assim distribuídos: existe um equilíbrio da população nas duas zonas de moradia, com uma tendência para mais na zona urbana na faixa de 5 – 9 anos.

## **8.2 Nível de Escolaridade**

No Território Inhamuns/Crateús, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio (incluindo as Escolas Profissionalizantes, o Curso Normal e o Centro de Formação em Alternância, Independência), a Educação de Jovens e Adultos, e o Ensino Superior. Além das fontes oficiais, alguns relatos colhidos durante o processo de elaboração do PTDRS enviados pelos municípios foram também considerados para diagnosticar a situação da educação no Território.

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de 04 meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. (LDB, 1996).

Este nível de escolaridade será visto por três variáveis que são o número de matrícula, número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, se tem quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

No Território Inhamuns/Crateús a situação deste ensino é precária desde a sua infraestrutura, pois os prédios em que funcionam não são exclusivos, as escolas funcionam agregadas ao espaço da Educação Básica, em especial ao Ensino Fundamental I e conseqüentemente os espaços são ocupados por todos os alunos, inclusive os ambientes e equipamentos, que existem reservados a sala para TV e vídeo; TV, vídeo e Parabólica com microcomputadores, com acesso a internet; e ainda dados relativos ao



abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e o número de sanitários.

Nas oficinas Micro Territoriais, estes e outros aspectos foram abordados pelos participantes do Comitê ligado a este setor que dão conta de que os municípios não dispõem de recursos suficientes para atender este público e que cada vez mais aumenta a procura por esta área educacional, tendo em vista que as mães não têm com quem deixar os seus filhos enquanto trabalham fora. Reivindicam soluções, pois afinal somente agora os municípios estão recebendo esta incumbência de cuidar desta parte da Educação que antes não lhes cabia.

A Tabela 10 mostra as informações para análise deste nível de escolaridade, partiu-se dos Micro Territórios, elencando os seguintes dados: escolas existentes e as matrículas efetuadas nas duas fases: Creche e Pré-Escola.

**Tabela 10:** Ensino Infantil - Número de matrículas e número de escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
<b>AIUABA</b>	Municipal	Rural	140	329	469
		Urbana	173	55	228
	Total:		313	384	697
	Particular	Urbana	4	3	7
<b>Total:</b>			317	387	704
<b>ARNEIROZ</b>	Municipal	Rural	120	118	238
		Urbana	66	90	156
	Total:		186	208	394
<b>PARAMBU</b>	Municipal	Rural	20	873	893
		Urbana	110	484	594
	Total:		130	1.357	1.487
	Particular	Urbana	3	14	17
<b>Total:</b>			133	1.371	1.504
<b>QUITERIANOPOLIS</b>	Estadual	Rural	0	20	20
	Municipal	Rural	354	378	732
		Urbana	163	180	343
	Total:		517	558	1.075
	Particular	Urbana	11	26	37
<b>Total:</b>			528	604	1.132

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino			
			Creche	Pre-Esc.	Total	
<b>TAUA</b>	Municipal	Rural	665	752	1.417	
		Urbana	641	1.079	1.720	
	Total:		1.306	1.831	3.137	
	Particular	Urbana	70	74	144	
<b>Total:</b>			1.376	1.905	3.281	
<b>TOTAL MICRO - SUL</b>			2.540	4.475	7.015	
<b>CRATEUS</b>	Estadual	Urbana	0	96	96	
		Municipal	Rural	108	961	1.069
			Urbana	241	846	1.087
	Total:			349	1.807	2.156
	Particular	Urbana	70	566	636	
<b>Total:</b>			419	2.469	2.888	
<b>INDEPENDENCIA</b>	Municipal	Rural	275	477	752	
		Urbana	176	106	282	
	Total:		451	583	1.034	
	Particular	Urbana	21	144	165	
<b>Total:</b>			472	727	1.199	
<b>IPAPORANGA</b>	Municipal	Rural	163	230	393	
		Urbana	95	118	213	
	Total:		258	348	606	
<b>Total:</b>			258	348	606	
<b>NOVO ORIENTE</b>	Municipal	Rural	123	474	597	
		Urbana	332	401	733	
	Total:		455	875	1.330	
<b>TOTAL MICRO - CENTRO</b>			1.604	4.419	6.023	
<b>IPU</b>	Municipal	Rural	288	460	748	
		Urbana	379	640	1.019	
	Total:		667	1.100	1.767	
	Particular	Urbana	168	268	436	
<b>Total:</b>			835	1.368	2.203	
<b>PIRES FERREIRA</b>	Municipal	Rural	36	229	265	
		Urbana	34	179	213	
	Total:		70	408	478	
	Municipal	Rural	166	256	422	
		Urbana	98	110	208	
	Total:		264	366	630	
	Particular	Urbana	0	19	19	
	<b>Total:</b>			264	385	649
	Municipal	Rural	113	700	813	

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Creche	Pre-Esc.	Total
		Urbana	292	571	863
		Total:	405	1.271	1.676
	Particular	Urbana	7	40	47
<b>Total:</b>			412	1.311	1.723
<b>NOVA RUSSAS</b>	Municipal	Rural	107	227	334
		Urbana	313	621	934
		Total:	420	848	1.268
	Particular	Urbana	0	190	190
<b>Total:</b>			420	1.038	1.458
<b>PORANGA</b>	Estadual	Urbana	0	92	92
	Municipal	Rural	130	107	237
		Urbana	194	255	449
		Total:	324	362	686
<b>Total:</b>			324	454	778
<b>TOTAL MICRO - NORTE I</b>			2.325	4.964	7.289
<b>HIDROLANDIA</b>	Municipal	Rural	75	172	247
		Urbana	182	333	515
		Total:	257	505	762
	Particular	Urbana	20	47	67
<b>Total:</b>			277	552	829
<b>SANTA QUITERIA</b>	Municipal	Rural	141	582	723
		Urbana	262	640	902
		Total:	403	1.222	1.625
	Particular	Urbana	41	88	129
<b>Total:</b>			444	1.310	1.754
<b>CATUNDA</b>	Municipal	Rural	290	157	447
		Urbana	254	161	415
		Total:	544	318	862
	Particular	Urbana	6	17	23
<b>Total:</b>			550	335	885
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	Estadual	Rural	0	106	106
	Municipal	Rural	0	277	277
		Urbana	0	240	240
		Total:	0	517	517
	Particular	Urbana	11	36	47
<b>Total:</b>			11	659	670
<b>TAMBORIL</b>	Estadual	Rural	0	9	9
	Municipal	Rural	0	525	525
		Urbana	0	598	598

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Creche	Pre-Esc.	Total
	Total:		0	1.123	1.123
	Particular	Urbana	15	56	71
<b>Total:</b>			15	1.188	1.203
<b>TOTAL MICRO - NORTE II</b>			1.297	4.044	5.341

Fonte: SEDUC, 2010.

No Micro Território Sul, a situação escolar da Educação Infantil apresenta um atendimento global de 7.015 crianças. O número de escolas existentes soma 345 escolas. O que os dados apontam é que o atendimento tanto nas creches como na Pré-Escola é ainda insuficiente o que ratifica os relatos dos participantes das oficinas na construção deste documento.

No Micro Território Centro, a situação escolar da Educação Infantil apresenta um atendimento global de 6.023 matriculas, desta totalidade a faixa etária mais atendida é a da Pré-Escola que matriculou 4.419 crianças enquanto que nas Creches a matrícula soma 1.604 crianças atendidas. O número de escolas existentes soma 189 escolas. O que os dados apontam é que o atendimento tanto nas creches como na Pré-Escola é ainda insuficiente o que ratifica os relatos dos participantes das oficinas na construção deste documento.

No Micro Território Norte I, a situação escolar apresenta um atendimento global de 7.289 matriculas, desta totalidade a faixa etária mais atendida é a da Pré-Escola que matriculou crianças enquanto que nas Creches a matrícula soma 2.325 crianças atendidas 4.964. O número de escolas existentes soma 254 escolas. O que os dados apontam é que o atendimento tanto nas creches como na Pré-Escola é ainda insuficiente o que ratifica os relatos dos participantes das oficinas na construção deste documento.

No Micro Território Norte II, a situação escolar da Educação Infantil apresenta um atendimento global de 5.341 matriculas, desta totalidade a faixa etária mais atendida é a da Pré-Escola que matriculou 4.044 crianças enquanto que nas Creches a matrícula soma 1.297 crianças atendidas. O número de escolas existentes soma 278 escolas. O que os dados apontam é que o atendimento tanto nas creches como na Pré-Escola é ainda insuficiente o que

ratifica os relatos dos participantes das oficinas na construção deste documento.

A Tabela 11 mostra a infraestrutura o número de escolas, a quantidade de biblioteca, de laboratórios de informática e de ciências, a quantidade de quadras de esportes e quantidade de escolas que recebem merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia no Ensino Infantil.

**Tabela 11:** Ensino Infantil - Número de escolas, quantidade de biblioteca, de laboratório de informática, laboratório de ciências e de quadras de esportes, quantidade de escola que recebe a merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia.

Município por Território	Rede	Zona	Total de Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes		
					Laboratório Informática	Ciências			
<b>AIUABA</b>	Municipal	Rural	35	0	0	0	0		
		Urbana	2	1	0	0	1		
	Total:		37	1	0	0	1		
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0		
<b>Total:</b>			38	2	1	0	1		
<b>ARNEIROZ</b>	Municipal	Rural	19	0	0	0	2		
		Urbana	3	1	1	0	0		
	Total:		22	1	1	0	2		
<b>PARAMBU</b>	Municipal	Rural	79	69	0	0	4		
		Urbana	9	7	0	0	1		
	Total:		88	76	0	0	5		
	Privada	Urbana	1	0	0	0	1		
<b>Total:</b>			89	76	0	0	6		
<b>QUITERIANOPOLIS</b>	Estadual	Rural	1	0	0	0	0		
	Municipal	Rural	43	4	0	0	0		
		Urbana	5	2	0	0	0		
	Total:		48	6	0	0	0		
	Privada	Urbana	1	1	1	1	0		
<b>Total:</b>			50	7	1	1	0		
<b>TAUA</b>	Municipal	Rural	91	11	1	0	3		
		Urbana	20	9	7	1	6		
	Total:		111	20	8	1	9		
	Privada	Urbana	2	2	2	1	2		
<b>Total:</b>			113	22	10	2	11		
<b>TOTAL MICRO –</b>			-	-	312	108	13	3	20

Município por Território	Rede	Zona	Total de Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes		
					Laboratório Informática	Ciências			
<b>SUL</b>									
<b>CRATEUS</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0		
	Municipal	Rural	30	18	6	0	6		
		Urbana	16	11	3	0	5		
	Total:		46	29	9	0	11		
	Privada	Urbana	10	8	6	3	5		
<b>Total:</b>			57	38	16	3	16		
<b>INDEPENDENCIA</b>	Municipal	Rural	56	0	0	0	1		
		Urbana	3	0	0	0	0		
	Total:		59	0	0	0	1		
	Privada	Urbana	4	3	1	0	1		
<b>Total:</b>			63	3	1	0	2		
<b>IPAPORANGA</b>	Municipal	Rural	9	1	0	0	0		
		Urbana	2	0	0	0	0		
<b>Total:</b>			11	1	0	0	0		
<b>NOVO ORIENTE</b>	Municipal	Rural	30	6	3	0	3		
		Urbana	5	3	1	0	1		
<b>Total:</b>			35	9	4	0	4		
<b>TOTAL MICRO – CENTRO</b>			-	-	166	51	21	3	22
<b>IPU</b>	Municipal	Rural	42	0	0	0	0		
		Urbana	17	4	1	0	2		
	Total:		59	4	1	0	2		
	Privada	Urbana	6	4	2	1	3		
<b>Total:</b>			65	8	3	1	5		
<b>PIRES FERREIRA</b>	Municipal	Rural	12	0	1	0	0		
		Urbana	4	3	3	0	1		
<b>Total:</b>			16	3	4	0	1		
<b>ARARENDA</b>	Municipal	Rural	14	3	2	0	1		
		Urbana	2	1	0	0	1		
	Total:		16	4	2	0	2		
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0		
<b>Total:</b>			17	5	2	0	2		
<b>IPUEIRAS</b>	Municipal	Rural	49	1	1	0	0		
		Urbana	13	3	2	0	2		
	Total:		62	4	3	0	2		
	Privada	Urbana	2	2	1	1	0		
<b>Total:</b>			64	6	4	1	2		

Município por Território	Rede	Zona	Total de Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes
					Laboratório Informática	Ciências	
<b>NOVA RUSSAS</b>	Municipal	Rural	28	0	0	0	0
		Urbana	21	3	1	0	4
	Total:		49	3	1	0	4
	Privada	Urbana	4	4	1	0	4
<b>Total:</b>			53	7	2	0	8
<b>PORANGA</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0
	Municipal	Rural	10	0	1	0	0
		Urbana	10	1	1	0	0
	Total:		20	1	2	0	0
<b>Total:</b>			21	2	3	0	0
<b>TOTAL MICRO - NORTE I</b>	-	-	236	31	18	2	18
<b>HIDROLANDIA</b>	Municipal	Rural	22	2	0	0	0
		Urbana	6	2	1	0	0
	Total:		28	4	1	0	0
	Privada	Urbana	3	3	0	0	1
<b>Total:</b>			31	7	1	0	1
<b>SANTA QUITERIA</b>	Municipal	Rural	82	48	0	0	0
		Urbana	13	12	3	0	2
	Total:		95	60	3	0	2
	Privada	Urbana	2	2	2	2	2
<b>Total:</b>			97	62	5	2	4
<b>CATUNDA</b>	Municipal	Rural	15	3	0	0	0
		Urbana	3	1	1	0	1
	Total:		18	4	1	0	1
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0
<b>Total:</b>			19	5	2	0	1
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	Estadual	Rural	2	0	1	0	1
	Municipal	Rural	35	1	0	0	0
		Urbana	7	0	0	0	0
	Total:		42	1	0	0	0
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0
<b>Total:</b>			46	3	1	0	1
<b>TAMBORIL</b>	Estadual	Rural	1	0	0	0	0
	Municipal	Rural	53	0	2	0	1
		Urbana	9	0	1	0	0
	Total:		62	0	3	0	1

Município por Território	Rede	Zona	Total de Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes
					Laboratório Informática	Ciências	
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0
<b>Total:</b>			65	2	3	0	1
<b>TOTAL MICRO - NORTE II</b>			258	79	12	2	8

Fonte: SEDUC, 2010.

Com relação a infraestrutura, vemos que já existe uma preocupação tanto das escolas da rede pública como da privada em dotar as mesmas com biblioteca, que é um espaço de acesso à cultura e de exercício de cidadania para os alunos e a comunidade escolar, mas infelizmente não podemos dizer o mesmo com relação aos laboratórios de informática e de ciências, principalmente deste último, pois através das experiências de ciências, o aluno desperta para profissões nesta área.

Uma das alternativas para a presença deste equipamento seria a aquisição de Laboratórios Móveis de Ciências que seriam usados por um número bem maior de alunos em toda a rede municipal.

Outro espaço que precisa ser criado nas escolas são as quadras poliesportivas, pois sabemos que o esporte é a porta de entrada para muitos jovens que precisam de um futuro garantido, e o lazer faz parte da qualidade de vida e bem estar para os alunos que freqüentam as escolas, e juntos mostram que a saúde do corpo faz bem para a saúde da alma.

A merenda escolar nos municípios do Território Inhamuns/Crateús é elaborada por uma nutricionista, e uma parte do abastecimento de frutas e verduras é feito pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que compra da agricultura familiar do perímetro irrigado, estes produtos: carne bovina e caprina, batata doce, cheiro verde, leite, mel de abelha, ovos, bolos dentre outros. Em alguns municípios do Território as frutas são adquiridas através das Associações Comunitárias, a outra parte é feita licitação.

Com relação ao cardápio da merenda escolar ele é único para os três níveis educacionais nas escolas do Território.



As escolas não têm espaço específico para seus alunos merendarem, a maioria não dispõe de geladeira ou refrigerador, e não são abastecidas por água encanada.

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, inicia-se aos cinco ou seis anos de idade, para as crianças que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de dois anos a Pré-Escola. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que se inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup>), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup>) Ensino Fundamental II.

Para este nível os currículos devem ter uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada com as características regionais e locais do município. Em 2003 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação as 'diretrizes operacionais da educação do campo' e que a maioria dos sistemas municipais de educação desconsideraram.

Este nível de escolaridade é medido pelas variáveis: número de matrículas, número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos. Este nível é medido também pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

A Tabela 12 apresenta as matrículas do Ensino Fundamental por município e o total por Micro Território dependência administrativa e zona de moradia.

**Tabela 12:** Matrículas do Ensino Fundamental por município, dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Ensino Fundamental		Total
			1° ao 5°	6° ao 9°	
AIUABA	Municipal	Rural	1.392	876	2.268
		Urbana	363	370	733
	Total:		1.755	1.246	3.001
	Particular	Urbana	2	0	2
<b>Total:</b>			1.757	1.246	3.003
ARNEIROZ	Municipal	Rural	448	0	448
		Urbana	312	663	975

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Ensino Fundamental		Total
			1° ao 5°	6° ao 9°	
	Total:		760	663	1.423
<b>Total:</b>			760	663	1.423
<b>PARAMBU</b>	Municipal	Rural	1.853	1.376	3.229
		Urbana	1.211	1.762	2.973
	Total:		3.064	3.138	6.202
	Particular	Urbana	63	0	63
<b>Total:</b>			3.127	3.138	6.265
<b>QUITERIANOPOLIS</b>	Estadual	Rural	35	22	57
	Municipal	Rural	1.091	1.187	2.278
		Urbana	605	753	1.358
	Total:		1.696	1.940	3.636
	Particular	Urbana	86	44	130
<b>Total:</b>			1.817	2.006	3.823
	Municipal	Rural	2.469	2.043	4.512
		Urbana	3.319	2.752	6.071
	Total:		5.788	4.795	10.583
	Particular	Urbana	228	134	362
<b>Total:</b>			6.016	4.929	10.945
<b>TOTAL MICRO - SUL</b>			13.477	11.982	25.459
<b>CRATEUS</b>	Estadual	Urbana	142	1.187	1.329
	Municipal	Rural	2.940	2.418	5.358
		Urbana	3.351	1.810	5.161
	Total:		6.291	4.228	10.519
	Particular	Urbana	1.047	619	1.666
<b>Total:</b>			7.480	6.034	13.514
<b>INDEPENDENCIA</b>	Estadual	Urbana	0	144	144
	Municipal	Rural	1.598	0	1.598
		Urbana	778	1.820	2.598
	Total:		2.376	1.820	4.196
	Particular	Rural	0	33	33
		Urbana	234	155	389
	Total:		234	188	422
<b>Total:</b>			2.610	2.152	4.762
	Municipal	Rural	615	463	1.078
		Urbana	419	647	1.066
	Total:		1.034	1.110	2.144
<b>Total:</b>			1.034	1.110	2.144
<b>NOVO ORIENTE</b>	Estadual	Rural	19	0	19
	Municipal	Rural	1.473	1.397	2.870

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Ensino Fundamental		Total
			1° ao 5°	6° ao 9°	
		Urbana	1.348	1.118	2.466
		Total:	2.821	2.515	5.336
<b>Total:</b>			2.840	2.515	5.355
<b>TOTAL MICRO - CENTRO</b>			13.964	11.811	25.775
<b>IPU</b>	Estadual	Urbana	0	237	237
	Municipal	Rural	1.524	806	2.330
		Urbana	2.565	1.791	4.356
		Total:	4.089	2.597	6.686
	Particular	Urbana	670	409	1.079
<b>Total:</b>			4.759	3.243	8.002
	Municipal	Rural	610	319	929
		Urbana	519	644	1.163
<b>Total:</b>			1.129	963	2.092
	Municipal	Rural	550	281	831
		Urbana	568	800	1.368
		Total:	1.118	1.081	2.199
	Particular	Urbana	35	0	35
<b>Total:</b>			1.153	1.081	2.234
	Municipal	Rural	2.206	1.267	3.473
		Urbana	2.253	2.779	5.032
		Total:	4.459	4.046	8.505
	Particular	Urbana	170	89	259
<b>Total:</b>			4.629	4.135	8.764
<b>NOVA RUSSAS</b>	Estadual	Urbana	0	535	535
	Municipal	Rural	749	0	749
		Urbana	2.435	1.853	4.288
		Total:	3.184	1.853	5.037
	Particular	Urbana	368	237	605
<b>Total:</b>			3.552	2.625	6.177
<b>PORANGA</b>	Estadual	Urbana	183	233	416
	Municipal	Rural	488	229	717
		Urbana	775	792	1.567
		Total:	1.263	1.021	2.284
	<b>Total:</b>			1.446	1.254
<b>TOTAL MICRO - NORTE I</b>			16.668	13.301	29.969
<b>HIDROLANDIA</b>	Estadual	Urbana	0	192	192
	Municipal	Rural	786	52	838
		Urbana	1.346	1.447	2.793
		Total:	2.132	1.499	3.631

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino		
			Ensino Fundamental		Total
			1° ao 5°	6° ao 9°	
	Particular	Urbana	151	48	199
<b>Total:</b>			2.283	1.739	4.022
<b>SANTA QUITERIA</b>	Estadual	Urbana	0	284	284
	Municipal	Rural	2.581	1.735	4.316
		Urbana	2.205	2.040	4.245
	<b>Total:</b>		4.786	3.775	8.561
	Particular	Urbana	292	196	488
<b>Total:</b>			5.078	4.255	9.333
	Municipal	Rural	405	327	732
		Urbana	533	597	1.130
	<b>Total:</b>		938	924	1.862
	Particular	Urbana	49	19	68
<b>Total:</b>			987	943	1.930
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	Estadual	Rural	158	74	232
		Urbana	0	327	327
		<b>Total:</b>	158	401	559
	Municipal	Rural	880	493	1.373
		Urbana	935	549	1.484
		<b>Total:</b>	1.815	1.042	2.857
Particular	Urbana	97	39	136	
<b>Total:</b>			2.070	1.482	3.552
<b>TAMBORIL</b>	Estadual	Rural	12	10	22
	Municipal	Rural	1.128	327	1.455
		Urbana	1.939	2.261	4.200
	<b>Total:</b>		3.067	2.588	5.655
	Particular	Urbana	114	64	178
<b>Total:</b>			3.193	2.662	5.855
<b>TOTAL MICRO - NORTE II</b>			13.611	11.081	24.692

Fonte: SEDUC, 2010.

Com relação ao Micro Território Sul, este conta com um número de 370 escolas distribuídas em maior número na zona rural 330 e em menor número na zona urbana 40. As matrículas do Ensino Fundamental são efetivadas para atender às duas etapas deste ensino. No ano de 2009, o Micro Território Sul apresentou um número de matrículas do 1º ao 5º ano de 13.477 alunos matriculados, e do 6º ao 9º ano o número de matriculados foi de 11.982, totalizando 25.459 matrículas nos cinco municípios.

O Micro Território Centro conta com um número de 194 escolas distribuídas em maior numero na zona rural 147 e em menor numero na zona urbana 47. As matrículas do Ensino Fundamental são efetivadas para atender a duas etapas deste ensino. No ano de 2009 o Micro Território Centro apresentou um número de matrículas do 1º ao 5º ano de 13.964 alunos e do 6º ao 9º ano o número de matriculados foi de 11.811 totalizando 25.775 matrículas nos cinco municípios.

O Micro Território Norte I, conta com um número de 274 escolas distribuídas em maior numero na zona rural 182 e em menor número na zona urbana 92. As matrículas do Ensino Fundamental são efetivadas para atender a duas etapas deste ensino. No ano de 2009, o Micro Território Norte I apresentou um número de matrículas do 1º ao 5º ano de 16.668 alunos e do 6º ao 9º ano o número de matriculados foi de 13.301 totalizando 29.969 matrículas nas duas zonas nos cinco municípios.

O Micro Território Norte II conta com um número de 293 escolas distribuídas em maior número na zona rural 235 e em menor numero na zona urbana 58. As matrículas do Ensino Fundamental são efetivadas para atender a duas etapas deste ensino. No ano de 2008 o Micro Território Norte II apresentou um número de matrículas do 1º ao 5º ano de 13.611 alunos e do 6º ao 9º ano o número de matriculados foi de 11.081 totalizando 24.692 matrículas nas zonas rural e urbana dos cinco municípios.

Em uma análise simples do quantitativo de entrada na 1ª fase do ensino fundamental o número de ingressos é superior ao número de ingressos na 2ª fase. Estes dados demonstram que há uma defasagem na conclusão deste nível de escolaridade. Levando-se em conta que é um ensino obrigatório e há toda uma preocupação com campanhas para que os alunos tenham condições de concluir estas séries que os habilitam para o ensino médio, é preocupante e tais razões devem ser aprofundadas, para que este quantitativo possa ser equilibrado tanto na entrada dos alunos quanto na saída.

A Tabela 13 apresenta o número de escolas, a quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática e de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e a quantidade de escolas que recebem merenda escolar no Ensino Fundamental do Território.

**Tabela 13:** Tabela Ensino Fundamental - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática, de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e escolas que recebem merenda escolar

Município por Território	Rede	Zona	Total De Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes
					Laboratório Informática	Ciências	
AIUABA	Municipal	Rural	42	0	0	0	0
		Urbana	2	1	0	0	1
	Total:		44	1	0	0	1
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0
<b>Total:</b>			45	2	1	0	1
ARNEIROZ	Municipal	Rural	21	0	0	0	2
		Urbana	2	1	1	0	0
<b>Total:</b>			23	1	1	0	2
PARAMBU	Municipal	Rural	78	69	0	0	3
		Urbana	8	8	1	0	1
	Total:		86	77	1	0	4
	Privada	Urbana	1	0	0	0	1
<b>Total:</b>			87	77	1	0	5
QUITERIANOPOLIS	Estadual	Rural	1	0	0	0	0
	Municipal	Rural	44	5	0	0	0
		Urbana	5	4	2	0	0
	Total:		49	9	2	0	0
	Privada	Urbana	1	1	1	1	0
<b>Total:</b>			51	10	3	1	0
TAUA	Municipal	Rural	93	14	2	0	5
		Urbana	17	13	10	1	10
	Total:		110	27	12	1	15
	Privada	Urbana	2	2	2	1	2
<b>Total:</b>			112	29	14	2	17
<b>TOTAL MICRO - SUL</b>			318	119	20	3	25
CRATEUS	Estadual	Urbana	5	5	5	1	2
	Municipal	Rural	31	18	7	0	8
		Urbana	13	11	4	0	5
	Total:		44	29	11	0	13
	Privada	Urbana	11	8	6	3	6
<b>Total:</b>			60	42	22	4	21
INDEPENDENCIA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0
	Municipal	Rural	54	0	0	0	1
		Urbana	4	2	3	0	1
	Total:		58	2	3	0	2
	Privada	Rural	1	1	1	0	0
		Urbana	3	2	1	0	1

Município por Território	Rede	Zona	Total De Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes
					Laboratório Informática	Ciências	
	Total:		4	3	2	0	1
<b>Total:</b>			63	6	6	1	3
<b>IPAPORANGA</b>	Municipal	Rural	9	1	0	0	0
		Urbana	1	1	0	0	1
<b>Total:</b>			10	2	0	0	1
<b>NOVO ORIENTE</b>	Estadual	Rural	2	1	0	0	0
		Municipal	33	9	4	0	3
	Municipal	Urbana	7	5	3	0	3
		Total:	40	14	7	0	6
<b>Total:</b>			42	15	7	0	6
<b>TOTAL MICRO - CENTRO</b>			175	65	35	5	31
<b>IPU</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	1	0
		Municipal	43	0	0	0	0
	Municipal	Urbana	18	5	1	0	2
		Total:	61	5	1	0	2
	Privada	Urbana	5	4	2	1	3
<b>Total:</b>			68	11	5	2	5
<b>PIRES FERREIRA</b>	Municipal	Rural	14	0	2	0	0
		Urbana	5	4	4	0	1
<b>Total:</b>			19	4	6	0	1
<b>ARARENDA</b>	Municipal	Rural	13	3	2	0	1
		Urbana	4	3	3	0	4
	Total:	17	6	5	0	5	
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0
<b>Total:</b>			18	7	5	0	5
<b>IPUEIRAS</b>	Municipal	Rural	50	1	1	0	0
		Urbana	16	7	8	0	6
	Total:	66	8	9	0	6	
	Privada	Urbana	2	2	1	1	0
<b>Total:</b>			68	10	10	1	6
<b>NOVA RUSSAS</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	1	2
		Municipal	29	0	0	0	0
	Municipal	Urbana	17	4	3	0	4
		Total:	46	4	3	0	4
	Privada	Urbana	4	4	1	0	4
<b>Total:</b>			52	10	6	1	10
<b>PORANGA</b>	Estadual	Urbana	2	1	2	1	0
		Municipal	12	0	3	0	1
	Municipal	Urbana	8	1	4	0	1

Município por Território	Rede	Zona	Total De Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes
					Laboratório Informática	Ciências	
	Total:		20	1	7	0	2
<b>Total:</b>			22	2	9	1	2
<b>TOTAL MICRO - NORTE I</b>			247	44	41	5	29
<b>HIDROLANDIA</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1
	Municipal	Rural	22	2	0	0	0
		Urbana	6	5	3	1	1
	Total:		28	7	3	1	1
	Privada	Urbana	3	3	0	0	1
<b>Total:</b>			33	12	5	2	3
<b>SANTA QUITERIA</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	85	50	0	0	0
		Urbana	13	12	5	0	4
	Total:		98	62	5	0	4
	Privada	Urbana	2	2	2	2	2
<b>Total:</b>			101	65	8	3	7
<b>CATUNDA</b>	Municipal	Rural	14	3	0	0	0
		Urbana	4	2	2	0	2
	Total:		18	5	2	0	2
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0
<b>Total:</b>			19	6	3	0	2
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	Estadual	Rural	2	0	1	0	1
		Urbana	2	2	2	1	1
	Total:		4	2	3	1	2
	Municipal	Rural	35	1	0	0	0
		Urbana	3	1	0	0	1
	Total:		38	2	0	0	1
	Privada	Urbana	3	3	0	0	0
<b>Total:</b>			45	7	3	1	3
<b>TAMBORIL</b>	Estadual	Rural	1	0	0	0	0
	Municipal	Rural	53	0	2	0	1
		Urbana	13	3	4	1	2
	Total:		66	3	6	1	3
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0
<b>Total:</b>			69	5	6	1	3
<b>TOTAL MICRO - NORTE II</b>			267	95	25	7	18

Fonte: SEDUC, 2010.

A infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental é apresentada por zona de moradia e dependência administrativa e se possuem banheiro,



sanitário e energia elétrica, além de serem equipadas com biblioteca, com laboratório de informática, laboratório de ciências no Território Inhamuns/Crateús.

Nos municípios que formam o Micro Território Sul, as escolas, em sua maioria, estão localizadas nas áreas rurais totalizando 318 escolas de ensino fundamental.

A infraestrutura mostra que as bibliotecas ganham em expressividade e quantitativo apenas no município de Parambu onde 95,34% das escolas possuem tal equipamento; Tauá, apresenta apenas 27,05% de escolas com bibliotecas, nos demais municípios a biblioteca é ínfima; o que sugere intervenção e investimentos pedagógicos nesta área no sentido de possibilitar esta prática que é a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem.

Um dado comum e positivo é a distribuição de merenda para todas as escolas da rede estadual e municipal. Os espaços relativos a laboratórios de informática e de ciências e quadra de esportes revelam muito pouco investimento neste nível educacional, pode-se considerar um sinal ainda pequeno na área de informática no município de Tauá onde 11,66% das escolas possuem laboratório de informática, 2,5% laboratório de ciências e 25,83% de quadras de esportes.

Nos municípios que compõem o Micro Território Centro, as escolas em sua maioria, estão localizadas nas áreas rurais, totalizando 175 escolas de ensino fundamental em todo o micro território; as Bibliotecas ganham em expressividade e quantitativo apenas no município de Crateús, Independência, nos demais municípios este equipamento pedagógica é ínfimo; o que sugere intervenção e investimentos pedagógicos nesta área no sentido de possibilitar esta prática que é a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem.

Um dado comum e positivo a todas é a distribuição de merenda para todas as escolas da rede estadual e municipal. Os espaços relativos a laboratórios de informática e ciências e quadra de esportes revelam muito pouco investimento neste nível educacional, pode-se considerar um sinal ainda

pequeno na área de informática no município de Crateús, mas com expressiva quantidade de quadras de esportes.

Nos municípios que compõem o Micro Território Norte I, as escolas em sua maioria, estão localizadas nas áreas rurais, totalizando 247 escolas de ensino fundamental em todo o micro território. Já as Bibliotecas ganham em expressividade e quantitativo apenas no município de Ararendá onde um quarto das escolas possuem biblioteca; Pires Ferreira aparece em segundo lugar, nos demais municípios este equipamento pedagógica é ínfimo; o que sugere intervenção e investimentos pedagógicos nesta área no sentido de possibilitar esta prática que é a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem.

Um dado comum e positivo a todas é a distribuição de merenda para todas as escolas da rede estadual e municipal. Os espaços relativos a laboratórios de informática e ciências e quadra de esportes revelam muito pouco investimento neste nível educacional.

Nos municípios que compõem o Micro Território Norte II, as escolas em sua maioria, estão localizadas nas áreas rurais, totalizando 267 escolas de ensino fundamental. As bibliotecas ganham em expressividade e quantitativo apenas no município de Santa Quitéria onde 62,03% das escolas possuem biblioteca; Tamboril apresenta apenas 8,0 % de bibliotecas das escolas que se encontram no Município, nos demais municípios este suporte educacional é ínfimo; o que sugere intervenção e investimentos pedagógicos nesta área no sentido de possibilitar esta prática que é a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem.

Um dado comum e positivo é a distribuição de merenda para todas as escolas da rede estadual e municipal. Os espaços relativos a laboratórios de informática e ciências e quadra de esportes revelam muito pouco investimento neste nível educacional.

A Tabela 14 traz abaixo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental I nas escolas da rede pública das séries iniciais e finais, dos municípios dos Micros Territórios.

**Tabela 14:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental

Micro Território	Município		IDEB	IDEB	IDEB	Projeções					
			2005 (N x P)	2007 (N x P)	2009 (N x P)	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	Aiuaba	séries iniciais	2,2	3,8	4,5	2,6	3,0	3,4	3,6	3,9	4,2
		séries finais	2,2	3,8	4,5	2,2	2,4	2,6	3,0	3,4	3,6
	Arneiroz	séries iniciais	2,8	3,1	2,5	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
		séries finais	2,8	3,1	2,5	2,9	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3
<b>Micro Sul</b>	Parambu	séries iniciais	2,9	3,2	3,6	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	4,9
		séries finais	2,9	3,2	3,6	2,9	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4
	Quiterianópolis	séries iniciais	3,1	3,3	3,5	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
		séries finais	3,1	3,3	3,5	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,6
	Tauá	séries iniciais	3,2	3,2	3,6	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2
		séries finais	3,2	3,2	3,6	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7
	Crateús	séries iniciais	2,6	3,0	3,3	3,0	3,4	3,8	4,1	4,3	4,6
		séries finais	2,6	3,0	3,3	2,6	2,8	3,0	3,4	3,8	4,1
<b>Micro Centro</b>	Independência	séries iniciais	3,0	3,3	3,7	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
		séries finais	3,0	3,3	3,7	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5
	Ipaporanga	séries iniciais	2,8	2,9	3,9	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8
		séries finais	2,8	2,9	3,9	2,8	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3
	Novo Oriente	séries iniciais	3,2	3,3	3,8	3,6	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2
		séries finais	3,2	3,3	3,8	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,6
	Ararendá	séries iniciais	2,7	2,9	3,5	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,7
		séries finais	2,7	2,9	3,5	2,8	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2
	Poranga	séries iniciais	2,5	2,9	3,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
		séries finais	2,5	2,9	3,7	2,6	2,7	3,0	3,4	3,7	4,0
<b>Micro Norte II</b>	Ipu	séries iniciais	2,8	3,1	3,2	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
		séries finais	2,8	3,1	3,2	2,9	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3
	Ipueiras	séries iniciais	2,4	2,9	2,9	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5
		séries finais	2,4	2,9	2,9	2,4	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9
	Nova Russas	séries iniciais	2,5	2,9	3,2	2,9	3,3	3,7	4,0	4,2	4,5
		séries finais	2,5	2,9	3,2	2,5	2,7	2,9	3,3	3,7	4,0
	Pires Ferreira	séries iniciais	3,4	3,4	3,7	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4
		séries finais	3,4	3,4	3,7	3,4	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9
	Catunda	séries iniciais	3,0	3,1	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
		séries finais	3,0	3,1	3,2	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5
	Hidrolândia	séries iniciais	3,2	2,9	3,6	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
		séries finais	3,2	2,9	3,6	3,2	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7
<b>Micro Norte II</b>	Santa Quitéria	séries iniciais	3,1	3,4	3,3	3,6	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2

Micro Território	Município		IDE B	IDE B	IDE B	Projeções					
			2005 (N x P)	2007 (N x P)	2009 (N x P)	2011 1	2013 3	2015 5	2017 7	2019 9	2021 1
		séries finais	3,1	3,4	3,3	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,6
	Monsenhor Tabosa	séries iniciais	2,9	3,0	3,4	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5,0
		séries finais	2,9	3,0	3,4	3,0	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4
	Tamboril	séries iniciais	1,7	2,5	2,9	2,4	2,9	3,3	3,5	3,8	4,1
		séries finais	1,7	2,5	2,9	1,8	2,0	2,4	2,9	3,3	3,5

Fonte: INEP; MEC, 2009.

Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola pública. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado.

Nos municípios do Micro Território Sul, o município de Aiuaba teve a maior nota no IDEB com 4,4, enquanto que a média do Brasil é 3,8, numa escala de 0 a 10, e o índice desejado de 6,0, se dará somente a partir de 2021 nos anos iniciais apenas em Quiterianópolis.

Nos municípios do Micro Território Centro e dos Micro Territórios Norte I e II a realidade é a mesma, nenhum município atingirá a média mínima desejada, segundo as estimativas do INEP.

Outras variáveis com certeza influenciam na saída destas crianças, todavia o IDEB evidencia o panorama desta realidade baseado nos critérios que pedagogicamente são chamados: no caso da aprovação (auto-estima/competência) e no caso da evasão (frustração/fracasso escolar). No momento em que estas causas forem detectadas e resolvidas poder-se-ão atingir melhores resultados neste ensino.

Para a formação de Professores da Educação Básica, é exigido que o mesmo tenha nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996

(LDB). Os professores já deveriam estar ao menos matriculados nestes cursos para garantir a qualidade desejada no ensino.

Um fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a competência e qualificação do corpo docente em sala de aula. A legislação promulgada desde 2002 a este respeito e que a partir do ano de 2004 teria que estar funcionando para o professor atuar em sala de aula com a devida formação.

Os dados nos permite aferir que esta formação ainda está muito abaixo do desejado, pois oito anos após a regulamentação deste requisito essencial para uma educação de qualidade dada a importância da competência do professor, na construção dos saberes e habilidades e competências das gerações futuras.

A Tabela 15 apresenta o grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental, onde a realidade aponta que ainda existem fragilidades em relação a qualificação dos professores, e que programas de apoio devem ser ministrados pela gerência do PAIC, acompanhamento e reciclagem das técnicas pedagógicas pela Secretaria Municipal da Educação, em benefício do fortalecimento de suas práticas pedagógicas.

**Tabela 15:** Grau de Formação dos Docentes do Ensino Fundamental

Municípios	Docentes do Ensino Fundamental													
	Total		Grau de Formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
	2007	2008	Incompleto	Completo	Magistério Completo	Outra formação Completa	Licenciatura Completa	Completo sem Licenciatura	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Micro Sul</b>														
Aiuaba	194	227	-	-	12	16	47	47	88	102	47	62	-	-
Arneiroz	96	99	-	-	-	-	41	44	20	24	33	31	2	-
Parambu	191	200	2	-	3	1	95	145	22	6	66	48	3	-
Quiteriano polis	199	215	-	-	3	5	45	53	87	95	62	62	2	-
Taua	373	460	-	1	5	5	102	110	74	158	187	186	5	-
<b>Micro Centro</b>														
Crateús	498	491	-	1	-	-	62	56	40	35	379	399	17	-
Independên Cia	215	290	1	-	4	5	43	86	45	63	112	136	10	-
Novo Oriente	137	186	-	-	4	2	18	40	11	20	97	124	7	-
Ipaporanga	105	100	-	-	1	-	49	44	10	12	40	44	5	-
<b>Micro Norte I</b>														
Ararenda	127	127	-	-	-	-	26	23	8	5	89	99	4	-
Poranga	136	146	-	-	-	1	22	19	39	45	73	81	2	-
Ipu	377	470	-	-	1	-	58	70	5	12	300	388	13	-
Ipueiras	360	435	-	1	3	2	124	142	18	41	203	249	12	-
Novas Russas	269	338	-	-	3	1	49	88	20	8	177	241	20	-
<b>Micro Norte II</b>														
Catunda	91	92	-	-	-	-	8	7	6	9	76	76	1	-

Municípios	Docentes do Ensino Fundamental													
	Total		Grau de Formação								Superior			
			Fundamental				Médio				Licenciatura Completa		Completo sem Licenciatura	
	2007	2008	Incompleto		Completo		Magistério Completo	Médio		Licenciatura Completa	Completo sem Licenciatura	2007	2008	2007
2007			2008	2007	2008	2007		2008						
Hidrolândia	170	210	1	-	1	2	17	27	28	55	116	126	7	-
Santa Quitéria	390	466	-	-	-	-	80	123	6	12	297	331	7	-
Monsenhor Tabosa	192	211	-	-	1	1	56	54	13	16	114	140	8	-
Tamboril	342	354	1	-	26	10	78	83	55	48	147	213	35	-

Fonte: IPECE, 2009.

Em relação a formação dos docentes no Micro Território Sul se apresenta da seguinte forma na Tabela 16 os professores com ensino fundamental completo em 2007 representam 2,18%, com nível médio completo 58,97%, com licenciatura completa e 37,51% com o ensino superior completo sem licenciatura 1,13%. No Micro Território Centro os professores com ensino fundamental completo em 2007 representam 0,94%, com nível médio completo 29,10%, com licenciatura completa 65,75% e completo sem licenciatura 4,08%. No Micro Território Norte I os professores com ensino fundamental completo em 2007 representam 0,51%, com nível médio completo 27,25%, com licenciatura completa 68,40% e completo sem licenciatura 3,82%. No Micro Território Norte II se apresenta da seguinte forma os professores com ensino fundamental completo em 2007 representam 2,36%, com nível médio completo 29,28%, com licenciatura.

A realidade do município de Novo Oriente no Micro Território Sul em relação ao formação dos seus professores, são seis com Ensino Médio; quatro cursando ensino superior; e cento e dezoito graduados e pós-graduados.

Para os dados de Ensino Médio em todos os micro territórios, só apareceram dados de matrícula na zona urbana, porem é preciso esclarecer que em quase todos os municípios existem anexos nas sedes distritais, para atender o alunado residente nas áreas rurais do entorno, no entanto não sabemos quantos distritos por município tem a disponibilidade deste serviço.

O Ensino Médio no Território Inhamuns/Crateús será descrito pelas variáveis do número de matrículas e número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

Como mostra a Tabela 16 em relação a espaços, equipamentos, internet, a situação ainda é precária e indica, que estes espaços e equipamentos de acesso a tecnologia de nosso tempo não foram ainda disponibilizados, o que mostra a necessidade de investimento para que estes alunos não fiquem a margem deste conhecimento indispensável a sua formação.

**Tabela 16:** Ensino Médio - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
<b>AIUABA</b>	Estadual	Urbana	522	0	0	522
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			522	0	0	522
<b>ARNEIROZ</b>	Estadual	Urbana	318	0	0	318
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
<b>Total:</b>			318	0	0	318
<b>PARAMBU</b>	Estadual	Urbana	1.426	0	0	1.426
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			1.426	0	0	1.426
<b>QUITERIANOPOLIS</b>	Estadual	Rural	0	0	0	0
		Urbana	941	0	0	941
	Total:		941	0	0	941
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			941	0	0	941
<b>TAUA</b>	Estadual	Urbana	2.083	254	0	2.337
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
	Particular	Urbana	72	0	0	72
<b>Total:</b>			2.155	254	0	2.409
<b>TOTAL MICRO - SUL</b>			5.362	254	0	5.616
<b>CRATEUS</b>	Estadual	Urbana	2.780	341	67	3.188
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	325	0	0	325
<b>Total:</b>			3.105	341	67	3.513
<b>INDEPENDENCIA</b>	Estadual	Urbana	1.137	0	0	1.137
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Rural	0	59	0	59
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	59	0	59
<b>Total:</b>			1.137	59	0	1.196
<b>IPAPORANGA</b>	Estadual	Urbana	572	0	0	572
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
<b>Total:</b>			572	0	0	572
<b>NOVO ORIENTE</b>	Estadual	Rural	0	0	0	0
		Urbana	1.500	0	0	1.500
	Total:		1.500	0	0	1.500
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
<b>Total:</b>			1.500	0	0	1.500
<b>TOTAL MICRO - CENTRO</b>			6.314	400	67	6.781
<b>IPU</b>	Estadual	Urbana	1.687	0	449	2.136
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	144	0	0	144
<b>Total:</b>			1.831	0	449	2.280
<b>PIRES FERREIRA</b>	Estadual	Urbana	562	0	0	562
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0



Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
	Total:		0	0	0	0
<b>Total:</b>			562	0	0	562
<b>ARARENDA</b>	Estadual	Urbana	528	0	0	528
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			528	0	0	528
<b>IPUEIRAS</b>	Estadual	Urbana	1.721	0	0	1.721
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	31	0	0	31
<b>Total:</b>			1.752	0	0	1.752
<b>NOVA RUSSAS</b>	Estadual	Urbana	1.238	0	503	1.741
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	44	0	0	44
<b>Total:</b>			1.282	0	503	1.785
<b>PORANGA</b>	Estadual	Urbana	625	0	0	625
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	<b>Total:</b>			625	0	0
<b>TOTAL MICRO - NORTE I</b>			6.580	0	952	7.532
<b>HIDROLANDIA</b>	Estadual	Urbana	752	0	0	752
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			752	0	0	752
<b>SANTA QUITERIA</b>	Estadual	Urbana	1.933	196	0	2.129
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	84	0	0	84
<b>Total:</b>			2.017	196	0	2.213
<b>CATUNDA</b>	Estadual	Urbana	526	0	19	545

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			526	0	19	545
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	Estadual	Rural	0	0	0	0
		Urbana	952	0	33	985
	Total:		952	0	33	985
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			952	0	33	985
<b>TAMBORIL</b>	Estadual	Rural	0	0	0	0
		Urbana	1.315	0	78	1.393
	Total:		1.315	0	78	1.393
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			1.315	0	78	1.393
<b>TOTAL MICRO - NORTE II</b>			5.562	196	130	5.888

Fonte: SEDUC, 2009.

Analisando o Ensino Médio um fato que se deve considerar por ter sido relatado nas oficinas micro territoriais é a dificuldade que existe de professores qualificados se deslocarem para os anexos devido a precariedade de deslocamento, seja por falta de incentivo ao transporte, seja pela infraestrutura das estradas intramunicipais que em geral no período de chuvas ficam interditadas. Vale ainda salientar que a maior dificuldade destes profissionais se encontra na área das ciências exatas.

No Micro Sul e no Micro Centro os dados de matrícula inerente ao Ensino Médio distribuídas por rede e zonas de moradia mostram uma tendência para a área urbana.

No Micro Norte I e no Micro Norte II os dados de matrícula inerente ao Ensino Médio distribuídas por rede e zonas de moradia mostram uma tendência para a área urbana.

A modalidade de Ensino Médio é ofertada nos municípios do Território Inhamuns/Crateús pelo Governo do Estado do Ceará.

A Tabela 17 apresenta o número de escolas, a quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática e de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e a quantidade de escolas que recebem merenda escolar no Ensino Médio.

**Tabela 17:** Ensino Médio - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática, e de ciências, quadra de esporte, escolas que recebem merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia

Município por Território	Rede	Zona	Total de Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes
					Laboratório Informática	Ciências	
<b>AIUABA</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
<b>ARNEIROZ</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0
<b>PARAMBU</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0
<b>QUITERIANOPOLIS</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0
<b>TAUA</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2
	Privada	Urbana	1	1	1	1	1
<b>Total:</b>			3	3	3	3	3
<b>TOTAL MICRO - SUL</b>	-	-	7	7	7	7	4
<b>CRATEUS</b>	Estadual	Urbana	5	5	5	3	4
	Privada	Urbana	3	3	3	2	3
<b>Total:</b>			8	8	8	5	7
<b>INDEPENDENCIA</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1
	Privada	Rural	1	1	1	0	0
<b>Total:</b>			3	3	3	2	1
<b>IPAPORANGA</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0
<b>NOVO ORIENTE</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
<b>TOTAL MICRO - CENTRO</b>	-	-	13	13	13	9	9
<b>IPU</b>	Estadual	Urbana	4	4	4	2	1
	Privada	Urbana	2	2	2	1	2
<b>Total:</b>			6	6	6	3	3
<b>PIRES FERREIRA</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0
<b>ARARENDA</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
<b>IPUEIRAS</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
	Privada	Urbana	1	1	1	1	0

Município por Território	Rede	Zona	Total de Escolas	Biblioteca	Estabelecimentos		Quadra de Esportes
					Laboratório Informática	Ciências	
<b>Total:</b>			2	2	2	2	1
<b>NOVA RUSSAS</b>	Estadual	Urbana	3	3	3	2	3
	Privada	Urbana	1	1	0	0	1
<b>Total:</b>			4	4	3	2	4
<b>PORANGA</b>	Estadual	Urbana	2	1	2	1	0
<b>TOTAL MICRO - NORTE I</b>	-	-	16	15	15	9	9
<b>HIDROLANDIA</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1
<b>SANTA QUITERIA</b>	Estadual	Urbana	3	3	3	3	3
	Privada	Urbana	2	2	2	2	2
<b>Total:</b>			5	5	5	5	5
<b>CATUNDA</b>	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1
<b>TAMBORIL</b>	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1
<b>TOTAL MICRO - NORTE II</b>	-	-	12	12	12	9	9

Fonte: SEDUC, 2010.

O Ensino Médio nos municípios que compõem o Micro Território Sul, as escolas estaduais em sua maioria, estão na área urbana, totalizando ao todo 7 escolas; as Bibliotecas e os Laboratórios de Informática e Ciências estão presentes em cada uma delas, pelo menos um equipamento por unidade. Todavia, são deficientes em Quadra de Esportes, pois quase a metade das escolas não possuem, bem como este mesmo percentual reflete aquelas que não recebem provimento de merenda.

Nos municípios de Ipu e Ipueiras, estão sendo construídas escolas profissionalizantes. O município de Ipu já possui o Centro Vocacional Tecnológico - CVT e Tauá já possui CVT e Escola profissionalizante.

O Programa Projovem Urbano já existe nos municípios de Tauá e Arneiroz.

A Tabela 18 apresenta o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) presencial e semi-presencial por dependência administrativa e zona de moradia. Evidencia que somente nos municípios que formam o Micro Território IV, o curso oferecido é integrado à educação profissional em escolas municipais localizadas na zona urbana.

**Tabela 18:** Educação de Jovens e Adultos (presencial e semi-presencial) Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
<b>AIUABA</b>	Estadual	Urbana	40	0	0	40
	Municipal	Rural	20	0	0	20
		Urbana	26	0	0	26
	Total:		46	0	0	46
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			86	0	0	86
<b>ARNEIROZ</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	345	0	0	345
		Urbana	200	0	0	200
	Total:		545	0	0	545
<b>Total:</b>			545	0	0	545
<b>PARAMBU</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	2.262	38	0	2.300
		Urbana	902	0	0	902
	Total:		3.164	38	0	3.202
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			3.164	38	0	3.202
<b>QUITERIANOPOLIS</b>	Estadual	Rural	74	0	0	74
		Urbana	0	0	0	0
	Total:		74	0	0	74
	Municipal	Rural	609	0	0	609
		Urbana	155	0	0	155
	Total:		764	0	0	764
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			838	0	0	838
<b>TAUA</b>	Estadual	Urbana	419	559	0	978
	Municipal	Rural	1.504	0	0	1.504
		Urbana	436	0	0	436
	Total:		1.940	0	0	1.940
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			2.359	559	0	2.918
<b>TOTAL MICRO – SUL</b>			6.992	597	0	7.589
<b>CRATEUS</b>	Estadual	Urbana	988	374	0	1.362
	Municipal	Rural	124	19	0	143
		Urbana	350	0	0	350
	Total:		474	19	0	493
	Particular	Urbana	89	0	0	89
<b>Total:</b>			1.551	393	0	1.944

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino E.J.A.				
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total	
<b>INDEPENDENCIA</b>	Estadual	Urbana	55	0	0	55	
	Municipal	Rural	72	7	0	79	
		Urbana	85	0	0	85	
	Total:			157	7	0	164
	Particular	Rural	0	0	0	0	
		Urbana	0	0	0	0	
	Total:			0	0	0	0
<b>Total:</b>			212	7	0	219	
<b>IPAPORANGA</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0	
	Municipal	Rural	259	0	0	259	
		Urbana	109	0	0	109	
	Total:			368	0	0	368
<b>Total:</b>			368	0	0	368	
<b>NOVO ORIENTE</b>	Estadual	Rural	30	0	0	30	
		Urbana	0	0	0	0	
	Total:			30	0	0	30
	Municipal	Rural	375	0	0	375	
		Urbana	273	0	0	273	
	Total:			648	0	0	648
<b>Total:</b>			678	0	0	678	
<b>TOTAL MICRO – CENTRO</b>			2.809	400	0	3.209	
<b>IPU</b>	Estadual	Urbana	172	438	0	610	
	Municipal	Rural	296	0	0	296	
		Urbana	530	0	0	530	
	Total:			826	0	0	826
	Particular	Urbana	0	0	0	0	
<b>Total:</b>			998	438	0	1.436	
<b>PIRES FERREIRA</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0	
	Municipal	Rural	366	22	0	388	
		Urbana	193	43	0	236	
	Total:			559	65	0	624
<b>Total:</b>			559	65	0	624	
<b>ARARENDA</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0	
	Municipal	Rural	39	0	0	39	
		Urbana	49	45	0	94	
	Total:			88	45	0	133
	Particular	Urbana	0	0	0	0	
<b>Total:</b>			88	45	0	133	
<b>IPUEIRAS</b>	Estadual	Urbana	178	0	0	178	

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
	Municipal	Rural	605	0	0	605
		Urbana	515	0	0	515
	Total:	1.120	0	0	1.120	
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			1.298	0	0	1.298
<b>NOVA RUSSAS</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	195	0	0
		Urbana	649	0	0	649
	Total:	844	0	0	844	
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			844	0	0	844
<b>PORANGA</b>	Estadual	Urbana	32	0	0	32
		Municipal	Rural	67	0	0
		Urbana	210	0	0	210
	Total:	277	0	0	277	
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			309	0	0	309
<b>TOTAL MICRO - NORTE I</b>			4.096	548	0	4.644
<b>HIDROLANDIA</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	168	0	0
		Urbana	185	0	0	185
	Total:	353	0	0	353	
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			353	0	0	353
<b>SANTA QUITERIA</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	721	0	0
		Urbana	1.091	0	0	1.091
	Total:	1.812	0	0	1.812	
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			1.812	0	0	1.812
<b>CATUNDA</b>	Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	416	10	0
		Urbana	247	0	0	247
	Total:	663	10	0	673	
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			663	10	0	673
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	Estadual	Rural	626	0	0	626
			Urbana	0	0	0
	Total:	626	0	0	626	
	Municipal	Rural	1.376	0	0	1.376

Município	Rede	Zona	Matrícula por Modalidade e Etapa de Ensino E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
		Urbana	633	0	0	633
		Total:	2.009	0	0	2.009
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			2.635	0	0	2.635
<b>TAMBORIL</b>	Estadual	Rural	9	0	0	9
		Urbana	29	0	0	29
		Total:	38	0	0	38
	Municipal	Rural	324	0	0	324
		Urbana	254	0	0	254
		Total:	578	0	0	578
	Particular	Urbana	0	0	0	0
<b>Total:</b>			616	0	0	616
<b>TOTAL MICRO - NORTE II</b>			6.079	10	0	6.089

Fonte: SEDUC, 2010.

### 8.3 Ensino Indígena

No Território Inhamuns/Crateús, em relação ao Ensino Indígena, conta pelo menos com uma escola para cada município do Micro Território, exceção do Micro Centro e do Micro Norte II que em dois municípios possuem escolas desta modalidade e destes quatro, três possuem duas escolas e o de Tamboril uma, cujo somatório é de nove escolas no Território.

Portanto, a análise deste nível de ensino levará em conta o número de dependências administrativas: estaduais; localização; total de escolas; biblioteca; laboratórios de informática e ciências; quadra de esportes e as que recebem merenda. Três escolas se localizam em área urbana e as outras seis em área rural. Apenas no município de Poranga a escola possui biblioteca e laboratório de informática; nenhuma escola dispõe de laboratório de ciências e quadra de esportes. Todas recebem provimento de merenda.

Conforme a Tabela 19, três escolas se localizam em área urbana e as outras seis em área rural. Apenas o município de Poranga possui Biblioteca e Laboratório de Informática; nenhuma escola dispõe de Laboratório de Ciências e Quadra de Esportes. Todas recebem provimento de merenda.



**Tabela 19:** Ensino Indígena - Dependências Administrativas, Localização, Biblioteca, Laboratórios, Quadra de Esportes, Provedimento de Merenda nos Micro Territórios

Micro	Município	Dependência Administrativa	Localização	Total de escolas	Quantidade de Escolas com ...				
					Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
						Informática	Ciências		
SUL	QUITERIANOPOLIS	Estadual	Rural	1	0	0	0	0	1
CENTRO	CRATEUS	Estadual	Urbana	2	0	0	0	0	2
	NOVO ORIENTE	Estadual	Rural	2	0	0	0	0	2
NORTE I	PORANGA	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
NORTE II	MONSENHOR TABOSA	Estadual	Rural	2	0	0	0	0	2
	TAMBORIL	Estadual	Rural	1	0	0	0	0	1
<b>TOTAL MICROS TERRITÓRIOS</b>				<b>9</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>

Fonte: SEDUC, 2008.

### 8.3 Centro de Formação de Alternância

Atualmente existe, em nossa sociedade, oito diferentes Centros de Formação por Alternância (CEFFAs), o projeto político-pedagógico de uma Educação do Campo que valorize a história, a cultura, a cidadania e a inclusão social de quem vive na zona rural. O método conhecido como pedagogia da alternância permite que os alunos alternem períodos na escola e no meio familiar, conciliando a formação técnica na propriedade com a formação teórica na escola, preparando-os para a vida associativa e comunitária, um destes Centros se localiza no Território Inhamuns/Crateús, no município de Independência, iniciativa de Dom Helder Câmara (Dom Frágoso EFA Escola Família Agrícola). Futuramente será instalado um Centro de Formação e, Alternância em Ipueiras, Tauá e Santa Quitéria.

### 8.4 Ensino Superior (Número de universidades) - por dependência administrativa e zona de moradia

Em relação ao Ensino Superior, o Quadro 14 mostra que são poucas as Instituições de Ensino Superior no Território, somente em Tauá, Crateús, Independência e Nova Russas existem campi universitários e todos se localizam na zona urbana. Todas elas estão cadastradas no Sistema E-MEC e

ofertam cursos de graduação e pós-graduação *lato senso*, em modalidade presencial e de educação à distância, esta última ofertada pela Universidade Aberta do Brasil UAB e pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

MICROS	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR cadastradas no E-MEC
MICRO SUL	Tauá	Universidade Estadual do Ceará – UECE
		Universidade Norte do Paraná – UNOPAR
		UVA Universidade Vale do Acaraú e extensão do IFCE
MICRO CENTRO	Crateús	Faculdade Educacional da Lapa – FAEL
		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
		Universidade Anhanguera – UNIDERP (Educação à Distância)
		Universidade de Tocantins – UNITINS
		Universidade Luterana do Brasil – ULBRA
		Universidade Estadual do Ceará – UECE
	Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	
	Independência	Universidade Anhanguera – UNIDERP
MICRO NORTE I	Nova Russas	Universidade Anhanguera – UNIDERP
MICRO NORTE I		UVA Universidade Vale do Acaraú.

**Quadro 14:** Instituições de Ensino Superior no Território

Fonte: E-MEC, 2010.

### 8.5 Entidades, organizações que promovem iniciativas de educação do campo e cultura Existência de Fórum e Comitê Estadual de Educação do Campo

A atuação integrada do Governo Federal, do Estado, dos municípios e da Sociedade Civil para promover o desenvolvimento econômico territorial<sup>1</sup> e a universalização de programas básicos de cidadania junto ao Território do Inhamuns Crateús, especialmente no meio rural, consolida ações que articulam educação e cultura no território. O Colegiado Territorial é o espaço de definição das prioridades e contribuições para enriquecer o conjunto de ações programadas pelo Governo Federal para este fim.

Nesta perspectiva no ano de 2010 foram articuladas ações de educação e cultura, conforme a Tabela 20.

**Tabela 20:** Ações Articuladas de Educação e Cultura no Território Inhamuns Crateús

<b>ÓRGÃO/PROGRAMA NA EDUCAÇÃO</b>	<b>BENEFÍCIO</b>
Programa Dinheiro Direto na Escola MEC	1.100 Vagas Criadas Escolas Apoiadas (964)
Ministério da Educação e Cultura	1.100 Vagas Criadas para Expansão das Escolas Técnicas
Ministério da Educação e Cultura - Prolnf Rural e Urbano	246 Laboratórios de Informática
Ministério da Educação e Cultura	49 Salas Equipadas Recursos Multifuncionais
parceria BNDES BNB	5 Projetos Contratados pelo Programa BNB Cultura 2010
<b>ÓRGÃO/PROGRAMA NA CULTURA</b>	<b>BENEFÍCIO</b>
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga MC	131 Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)
Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa Arca das Letras	10 Bibliotecas Implantadas
Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais	1 Casa Digital Rural Implantada

Fonte: Programa Território Cidadania, 2010.

Estas ações educacionais e culturais deverão contribuir direta e indiretamente para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Território Inhamuns Crateús, possibilitando a população recursos materiais e intelectuais bem como a inovação tecnológica necessária a geração de emprego e renda.

## **8.6 Programas do MEC: Brasil Alfabetizado, educação do campo, etc.**

Em relação ao Programa Brasil Alfabetizado, os dados do ano de 2003 e 2006 para a micro Sul mostram – se em linha ascendente exceto o município de Arneiroz onde houve decréscimo. Em Aiuaba no ano de 2003 eram 616 e em 2006 1.786, em Arneiroz 2003 eram 472 e 2006 278, Em Parambú em 2003 eram 1.800 e 2006 2.412, em Quiterianópolis em 2003 eram 287 e 2006 949 e Tauá em 2003 eram 2.654 e 2006 5.453. Já para a micro Centro mostram – se em linha disforme e descendente exceto o município de Ipaporanga onde houve aumento. Em Crateús não existe dados para este programa, em Independência 2003 eram 890 e 2006 521, Em Ipaporanga em 2003 eram 00 e 2006 81, em Novo Oriente em 2003 eram 1.471 e 2006, 480.

Para a micro Norte I mostram – se em linha disforme e descendente exceto os municípios de Ararendá e Ipueiras onde houve aumento. Em

Ararendá 2003 eram 00 e 2006 284, Em Ipu em 2003 eram 1.218 e 2006 154, em Ipueiras em 2003 eram 00 e 2006 141. Em Nova Russas 2003 eram 1.107 e 2006 584, Em Pires Ferreira em 2003 eram 362 e 2006 289, em Poranga em 2003 eram 25 e 2006, foi zero. Já para a micro Norte II mostram – se em linha disforme e descendente exceto os municípios de Catunda, Santa Quitéria e Monsenhor Tabosa onde houve aumento. Em Catunda 2003 eram 258 e 2006 435, Em Hidrolândia em 2003 eram 1.1987 e 2006 469, em Monsenhor Tabosa em 2003 eram 175 e 2006, 1.427. Em Santa Quitéria 2003 eram 607 e 2006, 1.711, Em Tamboril em 2003 eram 1.106 e 2006, 339.

Pelo Projeto Brasil Solidário, no município de Crateús, em especial no Assentamento Irapua de Cima - Pocinhos foi adquirida uma biblioteca.

## **8.7 Analfabetismo**

### **8.7.1 Taxa de Analfabetismo**

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, ocorre uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita, ou seja, saem da escola semi-analfabetos e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e rendas garantidos, já que eles não possuem as condições básicas de aprendizado, não podem se qualificar para assumir um posto de trabalho.

A Tabela 21 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

**Tabela 21:** Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
Urbana		Rural	Homens	Mulheres	
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2008.

## 8.8 Análise Territorial da Educação

No Território Inhamuns/Crateús com relação a Educação Infantil, embora haja um grande esforço junto as questões educacionais, visto que a distribuição da merenda já contemple todas as escolas da rede estadual e municipal, é perceptível a ausência dos recursos pedagógicos nas escolas, e isto é um fator prejudicial ao bom aprendizado desta etapa educacional, tendo em vista que, na verdade, grande parte destas escolas, tem sua infraestrutura arquitetada para o ensino fundamental, poucas são aquelas, que realmente foram construídas de acordo com as exigências para o desenvolvimento infantil como requer a lei.

Estas instituições deveriam apresentar também espaços de laboratórios multidisciplinares, além dos de informática e de ciências para o desenvolvimento dos alunos que aprendem, através de jogos lúdicos e corporais com maior intensidade, e a maioria dos conhecimentos aplicados ao seu desenvolvimento, dependem de brinquedotecas, parquinhos, hortas, e áreas.

Outro equipamento de grande importância são as Salas de Leitura adequadas a esta etapa educacional, pois é a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem.

Os professores desta área de ensino, de acordo com os relatos colhidos nas micro oficinas territoriais, em sua maioria não são concursados e são mal remunerados em termos salariais.

As verbas existentes em sua maioria são sempre arranjos dos níveis de ensino subsequente, já que até bem pouco tempo nem a União nem o

Estado tinham qualquer responsabilidade sobre o ensino infantil e também não era obrigação do município. Isto não isenta, pelo contrário, requer intervenção e investimentos pedagógicos nesta área, no sentido de possibilitar estruturas e equipamentos bem como a formação docente para esta modalidade de ensino.

Apesar de todas estas fragilidades apontadas, devam existir outros problemas pontuais que não foram aqui citados, nos faz refletir porque o ensino fundamental e médio recebe alunos que não estão sequer alfabetizados, quiçá em condições de raciocínio e interpretação que esta etapa do ensino exigem.

É urgente a tomada de decisão que melhore as condições da situação educacional no Território quanto a educação infantil, sob pena de se ter uma população que estudou, mas não se preparou corretamente seja para a vida ou para o mercado de trabalho.

Avalia-se que todos os parâmetros do Ensino fundamental no que se refere aos dados de matrículas do Fundamental I e II, o IDEB e a formação/qualificação de docentes. Quanto ao IDEB, percebemos que no triênio avaliado, 2005, 2007 e 2009 aconteceu um esforço por parte dos municípios de melhorar o seu índice, saindo alguns, do nível muito crítico em que estavam para ficarem em um nível superior. Porém, todos os municípios ainda aportam no nível abaixo da média, o que remete à necessidade de definição de estratégias no sentido de buscar melhoria na qualidade do ensino.

Em relação à qualificação dos docentes, embora parecendo incipiente, a avaliação dos dados apenas dos anos de 2007 e 2008, é preocupante pois, percebemos que o quantitativo de professores diminuiu e que ainda existem docentes com ensino fundamental em sala de aula. Vejamos em termos percentuais a situação do território: Professores com ensino fundamental incompleto em 2007 representam 0,10% e completo 1,47%, com nível médio completo (magistério e outras áreas) 35,50%, com licenciatura completa 59,37% e completo sem licenciatura 3,53%.

Analisando a infraestrutura do ensino fundamental, vemos que alguns municípios aparentam ter fragilidades com relação aos recursos pedagógicos como laboratórios de informática e de ciências e quadras esportivas, a ausência desses equipamentos pode afetar de forma direta a formação destes alunos. E considerando que a maioria das escolas está localizada nas áreas

rurais, pode-se prever que as condições são mais precárias ainda, pois em geral os equipamentos apontados chegam primeiro a sede dos municípios, deixando desprovidas as escolas que ficam no interior.

Feito esta reflexão se faz necessário incrementar o ensino fundamental, levando em consideração o potencial e a vulnerabilidade do campo e da cidade e buscar formas para equipar adequadamente esta modalidade de ensino.

Com relação ao ensino médio as fragilidades apontadas também nos levam a refletir que mudanças na metodologia de ensino precisam ser feitas, para atrair e motivar os alunos a virem e permanecerem na sala de aula. Com relação à infraestrutura, a ausência dos equipamentos como bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências prejudicam o aprendizado e a pesquisa destes alunos; e a falta de espaços de lazer e recreação como as quadras poliesportivas afastam a juventude da prática saudável de esportes como o voleibol, o basquete, o futebol, ginásticas rítmicas dentre outros.

A presença de cursos superiores em alguns municípios do Território Inhamuns/Crateús, como Tauá e Cratéus desponta para uma nova realidade de capacitação e qualificação para a população jovem que não pretende sair da região em busca de novas oportunidades de emprego e renda.

## **9 ASPECTOS CULTURAIS**

Existem muitos significados para definir o que é cultura e dentro destes o próprio conceito de território que se quer instaurar dentro deste espaço assim constituído como lugar que compreende cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2009).

### **9.1 Composição Étnica e Religiosa da População**

A formação histórica do Território Inhamuns/Crateús tem suas origens em três dimensões étnicas: na população indígena dividida em várias tribos que aqui existiam, na população escrava trazida pelos fazendeiros de gado e pelo homem branco que colonizou estas paragens, vindo da Europa.

O elemento indígena possui uma maior expressão, pois existiam em grande número, e seus descendentes são identificados dentro do Território, mesmo que em pontos distantes das árvores genealógicas familiares originais, ou ainda comunidades propriamente indígenas.

A principal atividade existente no Território foi a pecuária, e a população escrava que aqui existiu não foi absorvida para trabalhar nesta atividade econômica, por esse motivo esta população teve uma expressão numérica pequena. Porém não se pode negar que estas raízes podem ser encontradas em todos os municípios indistintamente, tanto que em muitos deles, existem as associações de remanescentes quilombolas.

Os descendentes dos homens brancos, europeus de origem, na maioria, portuguesa e espanhola, vindos do Pernambuco, como é o caso da Família Monte, conhecida pelas guerras sanguinolentas travadas com a família Feitosa, de origem portuguesa terminam de compor as raízes étnicas da população deste território, e as expressões culturais aqui existentes formadas



deste misto de culturas, que é difícil separar e precisar, quem foi maioria ou minoria nesta conformação étnico-cultural. (REVISTA CONTINENTE, 2010).

Este misto de raças, culturas e nações se entremeiam e ressoam nas relações, nos costumes, nas crenças e no pensamento da população contribuindo no desenrolar social, econômico, cultural, político e educacional, além de muitos outros neste espaço territorial.

### 9.1.1 Comunidades Indígenas

O Comitê Indígena do Território (Teka 2010) possui informações que no Território Inhamuns/Crateús existem 44 aldeias indígenas, conforme o Quadro 15, distribuídas nos Micro Territórios: Sul, município de Quiterianópolis; Micro Território Centro, no município de Crateús e Novo Oriente; no Micro território Norte I: no município de Poranga e no Micro Território Norte II nos municípios de Monsenhor Tabosa e Tamboril.

A população destas aldeias é estimada em torno de 9.232 habitantes e estão assim distribuídas: no município de Novo Oriente existe a confirmação de duas comunidades descendentes dos Potyguaras na Lagoa dos Neres e no Açude dos Carvalhos, com uma população de aproximadamente 300 pessoas.

De acordo com a Pesquisa Direta do Diagnóstico PDRS do município de Novo Oriente, realizada em 2009, essas comunidades participam dos jogos indígenas, todos os anos, evento realizado pelo governo do Estado.

Micro Território	Município	Etnias
<b>Sul</b>	Quiterianópolis	Tabajara**
<b>Centro</b>	Crateús	Calabassa, Kariri, Nazário*, Potyguara, Tabajara e Tupinambá
	Novo Oriente	Potyguara**
<b>Norte I</b>	Poranga	Cajueiro*, Calabassa, Emburana* e Tabajara
<b>Norte II</b>	Monsenhor Tabosa	Gavião, Potyगतapuia*, Potyguara, Tabajara, Tubiba-Tapuia
	Tamboril	Potyगतapuia*, Potyguara e Tabajara

**Quadro 15:** Etnias Existentes no Território Inhamuns Crateús

\*Em processo de reconhecimento.

\*\* Comunidades ainda não reconhecidas.

Fonte: Comitê Indígena do Território - Teka, 2010.

### 9.1.2 Comunidades Remanescentes de Quilombolas

As comunidades Quilombolas estão espalhadas por todo o Território Inhamuns/Crateús, sendo que precisamente podem ser citadas as reconhecidas, conforme apresenta o Quadro 16 nos Micro Territórios Sul e Centro nos municípios de Quiterianópolis e Tauá e nos municípios de Novo Oriente e Independência, respectivamente.

De acordo com o PTDRS de 2009, no município de Novo Oriente existem três comunidades remanescentes de quilombos: Bom Sucesso, Minador e Barriguda. As duas últimas já estão em processo de reconhecimento de auto-definição. Nas comunidades de Bom Sucesso e Minador existem dois Centros de Cultura Negra que são utilizados para eventos da comunidade e também são abertos ao público para visitas.

No município de Tauá existe uma Associação de Remanescentes Quilombolas situada na sede do município no bairro Aldeota. (Diagnostico PDRS do Município de Tauá, 2009).

Micro Território	Município	Comunidade
Sul	Quiterianopolis	Fideles
		Furada
		Croatá
		Gavião
	Tauá	Bairro Aldeota
Centro	Novo Oriente	Bom Sucesso
		Minador
		Barriguda
	Independência	Santa Luzia
		Santa Cruz
		São José/IAPI
	Jucá	

**Quadro 16:** Comunidades Quilombolas do Território Inhamuns Crateús

Fonte: Pesquisa Direta, Diagnósticos PDRS dos Municípios, 2009.

### 9.2 Identificação do Patrimônio Histórico do Território (material e imaterial)

Os aspectos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como as construções de cunho histórico e as que retratam a identidade cultural da

população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, o artesanato, etc.

É possível notar que em alguns municípios este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Então, se faz necessário elaborar projetos que tragam investimento com o intuito de diminuir essa desigualdade.

O Território Inhamuns/Crateús conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação, fazendo parte do seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí.

Outra festa bastante popular em todo o Ceará e Nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antônio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas se vestem com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, ritmos tradicionais, que marcam a alegria do período, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois e paçoca, e aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito representando Judas (ou outro personagem de má popularidade da época). Então, no Sábado de Aleluia da Semana Santa, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

Existem no Território Inhamuns/Crateús muitos prédios antigos, como as igrejas e as casas de comércio ou residências nas sedes dos municípios, e as casas das fazendas, na zona rural, todos são testemunhas da história da colonização e povoamento de cada município, e com características próprias

marcam a influência dos portugueses e holandeses na construção do imobiliário e da cultura local.

No distrito de Cococi, no município de Parambu, existem prédios com essas características, que estão sendo tombados pelo governo estadual.

#### 9.2.1 Memória Territorial Conjunto de indicadores de identidade: conjunto de tradições (lendas)

No Território Inhamuns/Crateús, a cultura religiosa existente acontece em várias expressões. São credices e religiões que permeiam a fé da população residente e são expressas através das Festas dos Padroeiros locais, que acontecem na sede dos municípios e nas comunidades mais longínquas, como exercício da fé, da congregação das famílias, e até mesmo de entretenimento.

Entre as religiões praticadas o catolicismo é a que predomina, seguido das igrejas evangélicas nas suas mais diversas denominações, que em seus espaços se congregam e manifestam a expressão de fé da população.

A cultura popular dos rezadores, ainda está presente, os avanços da medicina e dos conhecimentos mais técnicos não conseguiram apagar esta crença, ao contrario, fé e ciência continuam convivendo nas comunidades existentes e muitas curas entre o povo são identificadas, mesmo havendo a introdução de outras culturas, esta sobrevive, e se fortalece a cada dia mais.

#### 9.2.2 Expressões da Identidade Cultural

Nos últimos anos, a cultura no Território Inhamuns/Crateús vem sendo trabalhada com maior afinco dentro dos municípios com o apoio dos governos federal e estadual, prefeituras municipais, e em suas individualidades no que diz respeito à cultura local, tem exercido papel decisivo para que as expressões culturais ganhem expressividade e historicidade nos eventos culturais em cada município colaborando de forma decisiva com os eventos de grande porte ou na pequena, mas expressiva manifestação popular.

Em relação aos hábitos pessoais existentes, as atitudes e suposições, e o significado destes nas relações intersubjetivas e espaços-temporais, na busca de estabelecer uma correlação entre os efeitos de sentido provocados por tais costumes; os valores sócio-culturais dos sujeitos aí residentes, sobre o discurso e contexto, das estruturas fundamentais que traz à tona as ideologias imanentes a este discurso. Estas e outras questões respondidas dariam o matiz desta multidiversidade cultural do território, o que faz emergir a necessária ação de responder a estes questionamentos através de uma outra investigação segmental mais específica destes aspectos. Um diagnóstico mais específico que de conta de um inventário que possibilite uma reconstituição destes percursos através de metodologias etnográficas e outras pertinentes, para constituir um documento que possa expressar o verdadeiro registro da cultura que começa a se constituir neste espaço, como identidade territorial.

Esta será sem dúvida uma conquista de cada território, não só do Território de Inhamuns Crateús, reunir tudo aquilo que o povo produz, em sua literatura, formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica de suas relações sociais, tanto do individual quanto do coletivo e como estes se integram no tecido social.

### 9.2.3 Calendário de Eventos

Reconhecido como a maior festa tradicional da cultura são os Festejos Juninos que tem recebido o apoio de órgãos públicos, bem como a existência de grupos culturais organizados que são patrocinados por estes entes, como é o caso de grupos das quadrilhas juninas.

No Território Inhamuns/Crateús existem ações de potencial cultural que mobilizam a população com destaque relevante e maior destaque são os festejos juninos que acontecem todos os anos superando todos os obstáculos possíveis, movimentando o campo e a cidade, intra e inter municípios durante um período de dois meses ininterruptos.

É certo que neste contexto a sociedade civil através de grupos formais ou informais (quadrilhas juninas, grupos de reisado) também tem importância capital neste processo não deixando morrer as tradições e inovando-as para

que não caiam no esquecimento, possibilitando as gerações futuras perpetuarem a história do seu povo e as suas expressões culturais.

A cultura religiosa existente no Território Inhamuns/Crateús acontece em várias expressões. São credices e religiões que permeiam a fé da população residente e são expressas através das Festas dos Padroeiros Locais, pois acontecem desde a sede dos municípios as comunidades mais longínquas, como espaço de exercício da fé, da congregação das famílias, e até mesmo de entretenimento. Entre as religiões praticadas o catolicismo é a religião predominante, seguido das igrejas evangélicas nas suas mais diversas denominações, que em seus espaços se congregam e manifestam a expressão de fé da população. A cultura popular dos rezadores, ainda está presente, os avanços da medicina e dos conhecimentos mais técnicos não conseguiram apagar esta crença, ao contrario fé e ciência continuam convivendo nas comunidades existentes e muitas curas entre o povo são identificadas, mesmo havendo a introdução de outras culturas, esta sobrevive e se fortalece cada dia mais.

O Carnaval é outra ação cultural que segue os mesmos moldes das festas juninas, envolvendo a população como um todo, proporcionalmente menor em relação ao tempo, pois ocorre em um período de alguns dias.

As festas dos padroeiros também aparecem como forte potencial, e nos municípios configuram-se marcantes tanto em nível municipal como distrital. A Festa de Jesus Maria e José no Distrito de Marrecas, município de Tauá, já é de fato considerada a terceira maior festa religiosa do Estado do Ceará.

### **9.3 Programas, Projetos e Ações Governamentais e Não-governamentais de Incentivo a Cultura no Território**

#### **9.3.1 Programas Governamentais (BNB, INCRA)**

No Território Inhamuns/Crateús o Programa Agente de Leitura é desenvolvido pelo Governo do Estado, com apoio da prefeitura sob coordenação da Secretaria Municipal de Cultura, este projeto trabalha a literatura nas comunidades de assentamento e da periferia. São 10 agentes e

01 articulador levando a leitura até as famílias carentes. Cada articulador trabalha em média com 25 famílias, totalizando 250 famílias em todo o município. São realizadas rodas de leitura, empréstimo de livros, contação de histórias e outras atividades.

#### **9.4 Infraestrutura Cultural (Pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas, cinemas, museus, centro cultural, centros e feiras de artesanato etc.)**

Em relação à infraestrutura cultural do Território Inhamuns/Crateús as informações oriundas da Secretaria da Cultura, registra em âmbito estadual a existência de dois Teatros Municipais cadastrados no Sistema Estadual de Teatros: Teatro Rosa Morais em Crateús e um Teatro em Nova Russas este último se constitui num anfiteatro a céu aberto que é utilizado para apresentações culturais). Existem registradas junto a Secretaria de Cultura, 23 bibliotecas públicas, 06 Museus, e 2 teatros, dentro do Território, e ainda as que existem no interior das escolas municipais e estaduais, bem como nas Faculdades e Universidades que atuam no Território.

Um conjunto de rádios que atuam no Território também participam desta infraestrutura, contando com 14 rádios registradas na Associação de Rádios e Televisão Cearense – ACERT.

Dos pontos de cultura identificados no Micro Território Sul existentes como as Bibliotecas, Teatros e Museus, a maioria só dispõe do primeiro equipamento citado, apenas o município de Tauá apresenta além de uma Biblioteca a existência de um Museu.

Em Tauá, que podem ser considerados também pontos de cultura, dois espaços: o Centro Regional de Cultura e Arte – CERCA que desenvolve o *Projeto Ser Tão Digital*, e a Fundação Bernardo Feitosa – FBF, localizada no Museu Regional dos Inhamuns. Existe ainda uma Biblioteca dentro do Museu Regional dos Inhamuns e a na Academia Tauaense de Letras. Este mesmo município ainda citou outros componentes culturais: a Companhia Artística Tauaense, a Associação Cultural Capoeira e Arte; o Grupo de Cultura

Capoeira, o Grupo Mão Amiga, a Companhia Corpus de Dança, o Reisado da Antonia Carcará, os Zabumbeiros e Sanfoneiros da sede e dos distritos.

O município de Arneiroz possui duas Casas de Cultura, um na sede e um no Assentamento Mucuim (casa de cultura adquirida pelo INCRA) que precisa de apoio para o pleno funcionamento.

Os pontos de cultura identificados no Micro Território Centro existentes como as Bibliotecas, Teatros e Museus, apenas o município de Independência conta com maior número de equipamentos, como no caso das bibliotecas públicas, e de um Museu. O município de Crateús também registra além da Biblioteca existente um Teatro, os demais se restringem apenas a Bibliotecas Públicas. Em Crateús existem 3 Pontos de Cultura todos na sede. Em Independência existe 1 no Assentamento Cachoeira do Fogo com confecção e venda de artesanato em cerâmica (com cursos realizados com o apoio do SEBRAE).

No município de Crateús, na Associação Palmares I existe uma Casa Digital. Em Independência, são seis Casas ao total.

O município de Novo Oriente citou ainda a existência de outros pontos de cultura: dois Centros de Consciência Negra, um na localidade de Minador e outro na localidade de Bom Sucesso. Estes equipamentos são utilizados para a realização de eventos das comunidades como reuniões, festas, oficinas de capoeira, reisado, dança e outras manifestações existentes na localidade e estão abertos diariamente para visitação pública.

Os pontos de cultura identificados no Micro Território Norte I existentes como as Bibliotecas, Teatros e Museus. Destes apenas o município de Novas Russas conta além da biblioteca pública com um Teatro, os demais se restringem apenas a Bibliotecas Públicas. Em Ipueira existe um grupo de teatro BDJ-Artes (Baixa do Juá), Grupo de Maracatu (Matriz de São Gonçalo) .

Os pontos de cultura identificados no Micro Território Norte II existentes como as Bibliotecas, Teatros e Museus, apenas o município de Santa Quitéria e o de Catunda contam com a existência de museus, além da biblioteca pública, sendo que no primeiro município existem três museus e no último um, os demais se restringem apenas a Bibliotecas Públicas.



No Território Inhamuns/Crateús em todos os Micros Territórios existem emissoras de rádio, com alcance intramunicipal e que transmitem programações bem típicas das expressões culturais como: programas de viola, programas de forró, etc. Segundo dados da Associação de Rádios e Televisão Cearense – ACERT, existem 14 rádios cadastradas, como apresenta a Tabela 20.

**Tabela 22:** Mídias Radiofônicas do Território Inhamuns Crateús

<b>Município</b>	<b>Nome da Rádio</b>	<b>Número de Rádios</b>
<b>Crateús</b>	Rádio FM Crateús Ltda	4
	Rádio Educadora de Crateús	
	Rádio Príncipe Imperial AM	
	Rádio Super Vale Crateús	
<b>Ipu</b>	Rádio Regional AM – Ipu	3
	Rádio FM Cidade	
	Rádio Iracema de Ipu	
<b>Ipueiras</b>	Rádio Macambira AM	1
<b>Nova Russas</b>	Rádio Educativa FM	2
	Radio Seara	
<b>Santa Quitéria</b>	Rádio Itataia AM	1
<b>Tauá</b>	Rádio Difusora dos Inhamuns	3
	Rádio Cultura dos Inhamuns	
	Rádio Tricy FM	
<b>Total de Rádios no Território</b>		<b>14</b>

Fonte: ACERT, 2010.

## 9.5 Ações que Articulam Educação e Cultura no Território

### 9.5.1 Ações Culturais que Contribuem para o Incremento Econômico e Geração de Emprego e Renda no Território.

Nos últimos anos, a cultura no Território Inhamuns/Crateús vem sendo trabalhada com maior afinco dentro dos municípios e suas individualidades no que diz respeito à cultura local. O apoio do Governo Federal através do Ministério da Cultura em parceria com o Governo do Estado do Ceará e as prefeituras municipais através das secretarias competentes tem exercido papel decisivo para que as expressões culturais ganhem expressividade e

historicidade nos eventos culturais em cada município colaborando de forma decisiva com os eventos de grande ou pequena mais expressiva manifestação popular.

Um exemplo concreto do território reconhecido como a maior festa tradicional da cultura são os Festejos Juninos que tem recebido o apoio destes organismos, bem como a existência de grupos culturais organizados que são patrocinados por estes entes, como é o caso de grupos das quadrilhas juninas. A Associação Dos Artistas Do Território - Inhamuns-Crateus esta elaborado um Estatuto, onde estão sendo definidos objetivos para que os artistas da Região do Inhamuns-Crateus se cadastrem e tenham o devido apoio. Já existem trabalhos musicais com CD e shows com Voz e violão. Musicas que resgatam a cultura nordestina como por ex. Coco e Ciranda.

Com relação ao Esporte, existe a Copa Ipueiras de Futebol de Campo, Torneio do Trabalhador e Projeto 2 tempo no município de Ipueiras.

## 10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O Território Inhamuns/Crateús possui um potencial cultural muito grande quando analisado desde a sua história de formação até os dias de hoje. Ao longo dos anos, por não ter uma política cultural instituída, não houve um olhar que desse a merecida importância que tem a variável cultura na formação de um povo.

Nestes últimos anos, parece tornar-se preocupação dos órgãos responsáveis o cuidado com este setor, este fato vem emergindo aos poucos de forma significativa, pelo apoio do poder público e da sociedade civil, que vem ganhando expressão nas ações ali realizadas, inclusive trazendo a tona velhas dívidas sociais com expressões culturais que durante muito tempo foram sufocadas como é o caso da cultura indígena e afro-brasileira. Por esta razão foi apontado neste documento uma pesquisa mais acurada desta realidade em parceria com outros organismos ligados também a cultura, como o turismo, o patrimônio histórico e cultural que possam dar conta de reunir todas estas expressões e divulgá-las com o devido destaque tais representações culturais e suas manifestações dentro do Território.

Muito ainda há o que se fazer, como visto a infraestrutura cultural que ainda é incipiente em alguns aspectos, sobretudo é preciso que se haja investimento tanto no que tange a infraestrutura física (museus, teatros, bibliotecas, salas de cinemas e outros), como apoio ao desenvolvimento de talentos humanos, que na maioria das vezes lutam contra todo aparato da indústria cultural de forma solitária.

A criação de políticas culturais para preservação e alinhamento deste setor não só com a educação, mas outras áreas que possam dar conta de preservar e perpetuar todo este acervo material e imaterial territorial.

Existem duas comunidades na divisa do Ceará com o Piauí, na serra de Ibiapaba, que se sentem prejudicados, pois, ocorre que em relação a demarcação do território, do Censo do IBGE, o mapa que delimita as terras, esta diferente da realidade de tais comunidades, e as ações do Estado não chegam até lá.

## 10.1 Análise Territorial da Educação

No Território Inhamuns/Crateús com relação à Educação Infantil, embora haja um grande esforço junto as questões educacionais, visto que a distribuição da merenda já contemple todas as escolas da rede estadual e municipal, é perceptível a ausência dos recursos pedagógicos nas escolas, e isto é um fator prejudicial ao bom aprendizado desta etapa educacional, tendo em vista que na verdade grande parte destas escolas, tem sua infraestrutura arquitetada para o ensino fundamental, poucas são aquelas, que realmente foram construídas de acordo com as exigências para o desenvolvimento infantil como requer a lei.

Estas instituições deveriam apresentar também espaços de laboratórios multidisciplinares, além dos de informática e de ciências para o desenvolvimento dos alunos que aprendem, através de jogos lúdicos e corporais com maior intensidade, e a maioria dos conhecimentos aplicados ao seu desenvolvimento, dependem de brinquedotecas, parquinhos, hortas, e áreas.

Outro equipamento de grande importância são as Salas de Leitura adequadas a esta etapa educacional, pois é a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem.

Os professores desta área de ensino, de acordo com os relatos colhidos nas micro oficinas territoriais, em sua maioria não são concursados e são mal remunerados em termos salariais.

As verbas existentes em sua maioria são sempre arranjos dos níveis de ensino subsequente, já que até bem pouco tempo nem a União nem o Estado tinham qualquer responsabilidade sobre o ensino infantil e também não era obrigação do município. Isto não isenta, pelo contrário, requer intervenção e investimentos pedagógicos nesta área, no sentido de possibilitar estruturas e equipamentos bem como a formação docente para esta modalidade de ensino.

Apesar de todas estas fragilidades apontadas, devam existir outros problemas pontuais que não foram aqui citados, nos faz refletir porque o ensino fundamental e médio recebe alunos que não estão sequer alfabetizados, quiça em condições de raciocínio e interpretação que esta etapa do ensino exigem.

É urgente a tomada de decisão que melhore as condições da situação educacional no Território quanto a educação infantil, sob pena de se ter uma população que estudou, mas não se preparou corretamente seja para a vida ou para o mercado de trabalho.

Avaliando todos os parâmetros do Ensino fundamental no que se refere aos dados de matrículas do Fundamental I e II, o IDEB e a formação/qualificação de docentes. Quanto ao IDEB, percebemos que no triênio avaliado, 2005, 2007 e 2009 aconteceu um esforço por parte dos municípios de melhorar o seu índice, saindo alguns, do nível muito crítico em que estavam para ficarem em um nível superior. Porém todos os municípios ainda aportam no nível abaixo da média, o que remete a necessidade de definição de estratégias no sentido de buscar melhor qualidade.

Em relação a qualificação dos docentes, embora parecendo incipiente, a avaliação dos dados apenas dos anos de 2007 e 2008, é preocupante pois, percebemos que o quantitativo de professores diminuiu e que ainda existem docentes com ensino fundamental em sala de aula. Vejamos em termos percentuais a situação do território: Professores com ensino fundamental incompleto em 2007 representam 0,10% e completo 1,47%, com nível médio completo (magistério e outras áreas) 35,50%, com licenciatura completa 59,37% e completo sem licenciatura 3,53%.

Analisando a infraestrutura do ensino fundamental, vemos que alguns municípios aparentam ter fragilidades com relação aos recursos pedagógicos como laboratórios de informática e de ciências e quadras esportivas, a ausência desses equipamentos pode afetar de forma direta a formação destes alunos. E considerando que a maioria das escolas está localizada nas áreas rurais, pode-se prever que as condições são mais precárias ainda, pois em geral os equipamentos apontados chegam primeiro a sede dos municípios, deixando desprovidas as escolas que ficam no interior.

Feito esta reflexão se faz necessário incrementar o ensino fundamental, levando em consideração o potencial e a vulnerabilidade do campo e da cidade e buscar formas para equipar adequadamente esta modalidade de ensino.

Com relação ao ensino médio as fragilidades apontadas também nos levam a refletir que mudanças na metodologia de ensino precisam ser feitas, para atrair e motivar os alunos a virem e permanecerem na sala de aula. Com relação à infraestrutura, a ausência dos equipamentos como bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências prejudicam o aprendizado e a pesquisa destes alunos; e a falta de espaços de lazer e recreação como as quadras poliesportivas afastam a juventude da prática saudável de esportes como o voleibol, o basquete, o futebol, ginásticas rítmicas dentre outros.

A presença de cursos superiores em alguns municípios do Território, como Tauá e Cratús desponta para uma nova realidade de capacitação e qualificação para a população jovem que não pretende sair da região em busca de novas oportunidades de emprego e renda.

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 17, conforme áreas trabalhadas, quais seja: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
1. Infraestrutura inadequada dos técnicos, dos Gestores e integrantes do CMAS e poucos recursos para a implantação das políticas na área social;	1. Realização de Conferências Municipais e reuniões ampliadas, pelos Conselhos de saúde e educação;
2. Inexistência de serviços de saúde especializados de média e alta complexidade;	2. Tipificação dos serviços em âmbito nacional;
3. Prédios públicos sem atender a necessidade de acessibilidade para idosos e/ou pessoas com deficiência;	3. Programa de Formação dos Professores Plataforma Freire;
4. Deficiências dos currículos da educação do campo;	4. Implantação do PAR - Plano de Ações Articuladas;
5. Deficiência de profissionais na área da educação do campo;	5. Grande quantidade de talentos culturais e esportivos;
6. Deficiências de profissionais	6. Riqueza cultural do território;
	7. Filhos de agricultores estudando na Escola de Família Agrícola - EFA;
	8. Valorização da Agricultura Familiar;
	9. Melhoria na qualidade da merenda

<b>ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
capacitados para as escolas rurais;	escolar;
7. Alunos são pouco estimulados por parte dos educadores para a leitura;	10. Programa de cisternas;
8. Escassez de recursos humanos qualificados na área de saúde;	11. Surgimento de novos grupos de mulheres.
9. Pouca oferta de pessoas com Curso Técnico em enfermagem;	12. Debate sobre a educação na dinâmica territorial;
10. Escassez de equipamento escolar, principalmente quanto aos laboratórios de ciência;	13. Maior qualificação e valorização dos profissionais do magistério;
11. Número reduzido de matrículas na Educação Infantil, principalmente nas creches;	14. Melhoria da infraestrutura escolar;
12. Número de refeitórios nas escolas não atende as necessidades;	15. Nucleação nas escolas de forma planejada;
13. Número de matrículas no Ensino Médio inferior ao número de concludentes do Ensino Fundamental;	16. Educação musical nas escolas;
14. Ingresso prematuro de jovens no mercado de trabalho e abandono escolar;	17. Muitas escolas alcançando os índices medidos pelo IDEB (muitas escolas atingiram a projeção de 2011 em 2009);
15. Escolas do ensino médio, principalmente, com suas infraestruturas sem manutenção;	18. Parceria entre educação e saúde para conscientização das famílias no intuito de incrementar matrículas na educação infantil;
16. Situação precária do transporte escolar.	19. Cursos de formação superior em todos os municípios;
17. Rotatividade de profissionais de saúde;	20. Implantação de secretarias de cultura;
18. Fragilidade na divulgação da cultura;	21. Pontos de Cultura e patrimônio arquitetônico em bom número no território;
19. Ausência de espaços culturais no Território;	22. Riqueza cultural do território. Diversidade cultural de talentos culturais e esportivos de artistas locais; A grande quantidade de talentos culturais e esportivos;
20. Profissionais na área de cultura são pouco qualificados;	23. Campanha educativa no dia da saúde para hipertensos e diabéticos em alguns municípios
21. Fórum do turismo e cultura com atuação pouco eficaz;	24. Mutirões para conter o avanço da dengue;
22. Patrimônio material e imaterial sem os cuidados devidos;	25. Implantação do LACEN
23. Cultura pouco divulgada e valorizada;	26. Articulação das políticas de assistência social com a educação, cultura, desporto, saúde, trabalho e empreendedorismo.
24. Esporte, principalmente escolar, com pouco apoio;	
25. Equipe de saúde despreparada	

<b>ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
<p>para trabalhar a adolescência;</p> <p>26. Poucas ações priorizando o saneamento básico nas vilas e cidades;</p> <p>27. Imóveis históricos dos municípios sem manutenção;</p> <p>28. Paternalismo e clientelismo na implementação das Política de Assistência Social, por alguns profissionais, bem como secretários municipais vinculados a esta Política.</p> <p>29. Estradas vicinais intransitáveis no período invernos, dificultando o deslocamento dos alunos;</p>	
<b>ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>AMEAÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<p>1. Morosidade e burocracia nas “ações” e projetos vinculados ao Programa do Território da Cidadania (exemplo Programa Caminhos da Escola);</p> <p>2. Não aprovação e/ou demora de projetos culturais e esportivos;</p> <p>3. Redução das receitas nos municípios (FPM);</p> <p>4. Pouca oferta de profissionais médicos e dentistas;</p> <p>5. Interferência política no sistema educacional;</p> <p>6. Descontinuidade da gestão (unidade);</p> <p>7. Demora na implantação das políticas ligadas à cultura;</p> <p>8. Grupos culturais e de artistas locais nos eventos territoriais, pouco valorizados;</p>	<p>1. Políticas públicas voltadas para o resgate de valores humanos;</p> <p>2. Articulação das Políticas de Assistência Social com a Educação, Cultura, Desporto, Saúde, Trabalho e Empreendedorismo;</p> <p>3. Implantar o Projovem rural _ Saberes da Terra;</p> <p>4. Projetos Esportivos do Governo do Estado;</p> <p>5. Lei de incentivo a cultura e ao esporte;</p> <p>6. Programas “Leite Fome Zero” e “Bolsa Família”;</p> <p>7. Descentralização dos serviços públicos;</p> <p>8. Formação dos consórcios de saúde;</p> <p>9. Criação do Conselho das mulheres e da delegacia da mulher;</p> <p>10. Realização de concursos públicos nos municípios.</p> <p>11. Maior presença e integração das políticas públicas (pacto federativo);</p> <p>12. Presença PAIC;</p> <p>13. Programa caminhos na escola;</p> <p>14. Piso nacional dos salários para os professores</p> <p>15. Programa segundo tempo;</p>



ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
	16. Programa Brasil alfabetizado; 17. Políticas públicas nas áreas de cultura; 18. Chamamento por editais para elaboração de projetos na área da cultural.

**Quadro 17:** Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional

**Fonte:** Oficina Territorial, CETREX – Caucaia – CE, 2010



**Parte II b**

**DIMENSÃO AMBIENTAL**

**Aspectos Geoambientais**

**Aspectos Antrópicos**



## 11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O Território Inhamuns Crateús constituído por vinte municípios é considerado um dos maiores territórios do estado e apresenta na sua essência características do Semiárido nordestino. Nesta vasta área se delineiam muitas feições que se apresentam como patrimônio natural, passíveis de preservação e conservação. A presente dimensão trata das características ambientais, considerando os aspectos inerentes ao território. Tais aspectos ambientais são reflexos do nível educacional e cultural dos municípios.

No diagnóstico são tratados os patrimônios naturais do território, que ações estão em andamento para conservar tal patrimônio e quais práticas continuarão sendo desenvolvidas para tal finalidade.

O Quadro 18 apresenta os tipos de patrimônios encontrados na região considerados como mais importantes. É importante considerar que estes se tornam patrimônio ambientais do território<sup>2</sup>.

Micro Território	Município	Tipo de Patrimônio	Descrição
SUL	Aiuaba, Parambu Quiterianópolis	Natural	Serra da Ibiapaba
	Tauá	Natural	Monumento Natural Serrote Quinamuiú, Lagoa de Santiago e um Olho D'água situado na sede do município, Complexo Pedra Branca Jardim Botânico da Caatinga
		Arqueológico	Existem quinze sítios arqueológicos georreferenciados e vinte e sete em fase de georreferenciamento;
		Paleontológicos	Existem três sítios paleontológicos
CENTRO	Crateús Novo Oriente	Natural	Serra da Ibiapaba RRPN – Serra das almas
	Novo Oriente	Ambiental	Lagoa do Tigre, o Açude Flor do Campo
NORTE I	Poranga Ipueritas, Ipu e	Natural	Serra da Ibiapaba, A nascente Olho d'água de Buritizal, que serve como

<sup>2</sup>Bens naturais que, dado o seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico ou paisagístico, merecem ser protegidos pela sociedade.

Micro Território	Município	Tipo de Patrimônio	Descrição
	Pires Ferreira		fonte de abastecimento da cidade de Poranga, Os mananciais em geral e as matas ciliares, bem como o cinturão verde da cidade de Ipueiras.
<b>NORTE II</b>	Monsenhor Tabosa Santa Quitéria Tamboril	Natural	Serra das Matas; Existem ainda neste micro território sítios paleontológicos ainda não georreferenciado nas Serras bico da Arara e Feiticeiro.

**Quadro 18:** Patrimônio Ambiental do Território de Inhamuns Crateús

Fonte: Diagnóstico PTDRS dos Municípios, 2009.

Além dos diversos sítios arqueológicos citados no Quadro 18, existem outros não georreferenciados, carentes de estudos, e que estão localizados nos municípios de Monsenhor Tabosa, Crateús, Ipueiras, Poranga, Hidrolândia e Tauá.

### 11.1 Unidades de Conservação por Grupo

As unidades de conservação, em sua essência, são os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC). As unidades de conservação (UCs) podem ser classificadas em dois grandes grupos, de acordo com a forma de uso dos seus recursos naturais: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

As unidades de proteção integral permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, como a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Inclui as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As unidades de uso sustentável permitem o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em compatibilidade com a conservação da natureza. Inclui as seguintes categorias: Área de proteção Ambiental, Área de Relevante interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

Existem poucas áreas de Proteção ou Conservação Ambientais totalmente regularizadas no território, quando comparados à extensão do mesmo e com relação a sua diversidade biológica. O território, no entanto, possui uma Estação Ecológica, um Parque Municipal, uma Área de Proteção Ambiental e duas Reservas Particulares de Patrimônio Natural. O Quadro 19 apresenta as áreas de conservação por município.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO			
ESFERAS	DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	ECOSSISTEMA
FEDERAL	Estação Ecologia de Aiuaba	Aiuaba	Caatinga
MUNICIPAL	Parque Ecológico Quinamuiú Joaquim de Castro Feitosa	Tauá	Caatinga
	Parque Themístocles Lins Fialho	Tauá	Caatinga
ESTADUAL	APA da Bica do Ipu	Ipu	Serra Úmida
RESERVA PARTICULAR	Fazenda Cacimba Nova	Stª Quitéria	Caatinga
	Serra das Almas	Crateús	Caatinga
	Fazenda Olho D' Água do Urucu	Parambu	Caatinga
	Fazenda Santa Rosa	Stª Quitéria	Caatinga

**Quadro 19:** Áreas de conservação com suas respectivas esferas administrativas e municípios ao qual fazem parte, bem como o ecossistema encontrado em tais regiões.

**Fonte:** Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) - 2008.

No território existe um interesse por parte da população da criação de novas áreas de preservação. Em Monsenhor Tabosa, por exemplo, na Serra das Matas conhecida também como Cabeço Branco, já existe um projeto de implantação de uma nova unidade de conservação, bem como também há um interesse da criação de uma UC na Serra da Joanhina em Tauá.

Em Ipueiras, no Cinturão Verde, devido à presença de animais silvestres e a caça predatória, existe um interesse por parte da população de uma nova área de preservação.

## **11.2 Áreas Prioritárias para a Conservação**

O território apresenta muitas áreas que por lei devem ser protegidas, como os relevos com encostas que possuem ângulo igual ou maior que 45°. Podendo ser citadas, com estas características, toda encosta da Formação Serra Grande, o Complexo Pedra Branca e a Serra das Matas.

Ainda merecem atenção às áreas de florestas, como ocorre com a Cuesta<sup>1</sup> da Ibiapaba, a parte mais seca da Formação Serra Grande mais ao Sul, a Serra das Matas e o Complexo Pedra Branca.

A maior parte do território é conformado pelo padrão de drenagem do tipo dendrítico<sup>3</sup>, o que exige de cada município o conhecimento e estudo da sua área de drenagem, bem como o conhecimento da quantidade dos corredores de matas ciliares ainda existentes para transformá-los em área de conservação.

A Mata Ciliar exerce um papel fundamental na proteção dos rios, funcionando como uma esponja, pois não só protege os rios como evita o ressecamento do solo, a erosão e o desbarrancamento, e também preserva a flora e a fauna que habitam estas áreas, contribuindo para evitar o desaparecimento de espécies. A Mata Ciliar é protegida pela Lei 4.771, o Código Florestal, ressalte-se que segundo esta lei, a área de proteção das margens dos rios, varia de acordo com sua largura<sup>4</sup>. As matas ciliares do

---

<sup>1</sup> É uma forma de relevo assimétrico, muito comum em seqüências de camadas sedimentares com mergulho fraco intercalando níveis mais resistentes á erosão.

<sup>3</sup> Tipo de drenagem que evidencia cursos de água de grande, médio e pequeno porte e se apresentam em quantidade considerável.

<sup>4</sup> Rios com 10 metros de largura, a lei estabelece uma área de proteção de 30 metros para cada margem. Rios que possuem entre 10 e 50 metros de largura, a lei determina 50 metros de área protegida para cada margem. Rios que possuem de 50 a 200 metros de largura a área protegida deve ser de 100 metros. Rios com largura entre 200 a 600 metros a área da margem a ser protegida é de 200



território estão quase que completamente extintas, tal ação antrópica de degradação vem ocasionando o assoreamento dos rios. É comum a retirada de areia dos leitos dos rios para a construção civil, bem como é prática regular a utilização das margens para pastoreio de animais. Próximo às cidades as margens são habitadas por casas que também não respeitam a área legal de proteção. Por isso existe uma demanda do território pela revitalização de tais áreas que servem de abrigo para muitas espécies de animais.

#### 11.2.1 Terras indígenas

As terras indígenas, bem como as terras das comunidades quilombolas e das outras comunidades tradicionais do território, são consideradas áreas prioritárias de preservação. As populações que se enquadram nas unidades de conservação de Uso sustentável, tem por objetivo a conservação da biodiversidade compatibilizada com o uso racional dos recursos naturais. A formação sócio-cultural do território é retratada em sua maioria pela presença de comunidades indígenas, comunidades estas atualmente desamparadas dos projetos sociais do governo. Alguns municípios apresentam comunidades indígenas com relevante número de representantes, como ocorre no município de Novo Oriente no qual existe uma comunidade com uma população de aproximadamente trezentas pessoas, pertencentes à etnia Potiguara (Lagoinha dos Potiguara), a mesma encontra-se em processo de reconhecimento pela FUNAI. No município de Crateús onde está citada a presença de uma comunidade na localidade Monte Nebo, pertencente à etnia Potiguara, também há presença de uma comunidade da etnia Kalabaça. Em Monsenhor Tabosa existem setecentas famílias indígenas, uma população de, aproximadamente, quatro mil indígenas reconhecida pela FUNAI e atendida pela FUNASA. Em Tamboril também há uma comunidade indígena da etnia Potiguara.

---

metros e para rios com largura superior a 600 metros a faixa de proteção é de 500 metros para cada margem.

Um dos municípios com maior representatividade é o município de Quiterianópolis onde existem dez comunidades, dentre elas: Fidelis, Croatá, Vila Nova, Vila Alegre dentre outras, somando um total de 208 famílias e 2.982 indígenas.

Em Nazário, no município de Crateús existe uma comunidade regulamentada como etnia Potiguara, e em Poranga também existem duas comunidades das etnias Tabajara e Kalabaça.

No território não existem terras demarcadas, com exceção da comunidade presente no município de Crateús.

O processo de demarcação é o meio administrativo para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. A regularização das terras indígenas, por meio da demarcação, é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos vários povos indígenas que vivem no Brasil, por isso, esta tem sido a principal reivindicação de tais comunidades. Sabe-se que assegurar o direito à terra para os índios significa não só assegurar sua subsistência, mas também garantir o espaço cultural necessário à atualização de suas tradições.

Outro aspecto a ser mencionado, e que está em evidência nos dias atuais, é o fato de que a defesa dos territórios indígenas garante a preservação de um gigantesco patrimônio biológico e cultural detido pelas populações indígenas (FUNAI, 2010).

Devido a não regulamentação de tais terras existem conflitos entre as comunidades e fazendeiros destas terras, bem como invasões de terra por parte da especulação imobiliária.

Segundo as próprias comunidades do território, as reservas onde eles se encontram estão sendo preservadas, havendo uma conscientização constante por parte dos órgãos federais. No entanto, vale ressaltar que a ação antrópica não se encontra totalmente desprezada, já existem áreas com características de degradação.

Tais comunidades em sua maioria são atendidas por projetos como o carteira indígena, apoiado pelo Projeto D. Helder Câmara e são ainda atendidos por projetos da FUNASA. Existem, no entanto a carência de algumas ações voltadas para tais comunidades há uma demanda destas populações por

projetos de abastecimento de água, demanda por kits sanitários, projetos de educação ambiental dentro de tais comunidade, construção de cisternas de placa, melhorias de estradas para as aldeias e a despoluição das nascentes devidos aos lixões.

#### 11.2.2 Comunidades Remanescentes de Quilombolas

As Comunidades Quilombolas estão dispersas, sendo duas encontradas no município de Novo Oriente, conhecidas como *Bom Sucesso e Minador* e duas em Quiterianópolis dentre elas, comunidades *Furada e Gavião*; no município de Tauá, apenas registra-se uma comunidade conhecida como *Bairro Aldeota*; no município de Independência, encontram-se quatro comunidades: *Santa Luiza, Santa Cruz, São Jose/IAPI e Juca*. Em Monsenhor Tabosa existe a Comunidade de *Boqueirão* já reconhecida; em Tamboril existem três já reconhecidas: *Torres, Alto do Bruto e Bom Jardim*; em Ipueiras existe o *Sítio Trombeta* e em Crateús, a Comunidade de *Queimadas*.

Existem outras comunidades que se reconhecem como descendentes de quilombolas e que estão reivindicando sua identidade: *Açudinho* em *Tauá*, *Coité, Cedro, Pau D'arco, Feijão e Corda* em Ipueiras, *Pitombeiras* em Poranga e *Barriguda* em Tamboril.

Em Novo Oriente, na localidade de Barriguda, Lagoa de dentro e Paranã, existe um interesse e uma discussão para se também conseguir o reconhecimento da identidade.

Existe um conflito em Crateús entre a comunidade quilombola e os proprietários e a população da região pela posse da terra, no local já foi realizada uma audiência pública para se chegar a um acordo, a área em questão possui mais de oito mil hectares.

Estas comunidades necessitam de políticas públicas voltadas para suas ações de desenvolvimento sustentável, no entanto existem reivindicações feitas através de projetos: em Tauá existe um projeto via INCRA para reforma agrária, ainda não implantado para a comunidade de Aldeota e no Açudinho também existe uma solicitação de reforma agrária.

### 11.2.3 Outras Populações Tradicionais Identificadas no Território

Como o território não apresenta nenhum município litorâneo, as comunidades de pescadores artesanais trabalham nos principais reservatórios de águas continentais, que sofrem periodicamente peixamentos realizados pelo DNOC's via Ministério. Todos os pescadores cadastrados no Ministério da Pesca recebem na época de Piracema (período de desova ou reprodução dos peixes), o seguro defeso.

No município de Hidrolândia existem algumas comunidades de pescadores artesanais vinculadas à colônia de pescadores do município de Varjota.

No município de Tauá existe a colônia Z-43 com mais de quinhentos associados. Os mesmos foram beneficiados com uma câmara fria e recebem investimentos via PRONAF para a compra de equipamentos, bem como os municípios de Monsenhor Tabosa, Aiuaba e Arneiroz também são assistidos por estes investimentos.

As Comunidades de Pescadores estão organizadas como associações nos municípios de Novo Oriente, Ipueiras, Crateús e Tamboril. Já em Quiterianópolis e Ipueiras existe a presença de pescadores artesanais.

No território registra-se a presença de comunidades de ciganos, mais especificamente nos municípios de Novo Oriente, Independência e Crateús, todavia os mesmos não são atendidos por programas específicos.

## 11.3 Bioma

O Território apresenta como Bioma a Caatinga e está inserido no semi-árido cearense com flora e fauna específicas.

A Flora é composta por plantas em geral pequenas, retorcidas e espinhosas, que perdem as suas folhas no período de estiagem quando se acentua o déficit hídrico, para então renascerem quando chegam às primeiras chuvas trazendo de volta o verde.

As espécies mais comuns são: Marmeleiro, Jurema Preta, Catingueira, Pereiro, Jucá, Sabiá, Juazeiro, Mandacaru, Aroeira, Faveleira, Pau-ferro dentre outros. (SUDEC/DNOCS, 1978).

Dentre as plantas herbáceas, as mais comuns são: o Capim mimoso, Malva branca, Malva, Bamburral e o Capim panasco.

A fauna do Ceará é estudada desde o Século XVII, contudo, neste Estado existem territórios pouco investigados por zoólogos. Pesquisas conduzidas pelo Programa de Biodiversidade para quantificar os esforços empreendidos no levantamento da fauna cearense, avaliando criticamente o teor de cada trabalho já estão sendo executadas. Informações adicionais são geradas num esforço contínuo de levantamento de espécies no campo, sendo cada registro documentado através de gravações, fotografias e filmagens, permitindo o cruzamento de informações para a eleição de áreas prioritárias para a conservação, além de apoiar estudos de sistemática e taxonomia que permitem o conhecimento sobre a biodiversidade cearense (AQUASIS, 2010)

Dentre as espécies pertencentes a este bioma encontram-se: a raposa, a paca, o macaco prego, ema, seriema, canarinho da terra, onça vermelha, jaguatirica, pebas, tatus, tamanduá mirim, furão, asa branca, o guaxinim, gatos-do-mato, o sagüi, várias espécies de morcego, o preá, aves como o gavião carcará, a casaca de couro e mamíferos raros hoje em dia, como o veado, muitas destas já em fase de extinção, como ocorre com os sagüis e o gato-do-mato e outros já em processo de extinção devido a redução de seus habitat. Com relação à fauna aquática, as espécies mais comuns de peixes são: a Curimatã, a Tilápia (peixe exótico mais que a partir da década de 60 foi introduzido pelo DNOC'S no Brasil para incentivar a piscicultura, mas que acabou virando um problema, pois com rápida proliferação sobrepôs os peixes nativos, inibindo a presença dos mesmos), a Traíra, o Piau e o Cará, Mandi, Cangati, dentre tantas outras espécies que ainda exigem estudos e que já começam a desaparecer dos nossos rios e açudes.

Vale ressaltar que em alguns pontos do território existem ações para criação de Unidades de Conservação com base na presença de animais já considerados raros, como ocorre na Serra das Matas, o pico mais alto do estado do Ceará, localizado em Monsenhor Tabosa, onde está sendo estudada

uma possibilidade de criação de uma Unidade de Conservação, através do projeto mata branca do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, com base na prevenção da mata nativa e de espécies de animais que já se encontram em fase de extinção como ocorre com o gavião talhado, uma espécie de gavião característico da região.

Com relação à geologia, a mesma apresenta característica típica do cristalino diferenciando-se apenas da Formação Serra Grande onde aparecem às áreas sedimentares. O tipo mais comum de intemperismo<sup>5</sup> que ocorre nestas áreas é o físico ou mecânico, aparecendo intemperismo químico apenas nas áreas de maior elevação da *cuesta* da Ibiapaba, onde a presença de precipitações e a umidade do ar é mais elevada.

Os solos em sua maioria apresentam-se rasos, pois a ação do intemperismo sobre as rochas acontece de forma muito lenta, fragmentando-a em grandes pedaços que sofreram ação de um longo período de tempo em expansão e contração até que todos os minerais (granito, gnaisses e quartzos) se transformaram em minúsculos grãos. Estes tipos de solo dificultam o crescimento das culturas, no entanto, um estudo aprofundado mostra que a utilização de técnicas adequadas poderão aperfeiçoar a produção de diversas culturas.

Já na área sedimentar as rochas se fragmentam mais rapidamente devido a ação da água que dissolve os componentes minerais encontrados nas rochas sedimentares com uma eficiência muito maior, daí termos solos mais profundos. Mas como a água é um poderoso solvente também age no granito e gnaisses (solos originados de transformações físicas ou químicas), formando solos mais profundos nas encostas dos maciços residuais, onde as precipitações são um pouco mais acentuadas.

### 11.3.1 Características Geoclimáticas

Alguns municípios apresentam semelhanças devido às características morfogeológicas e também afinidades devido a cadeias produtivas e ao

---

<sup>5</sup> Conjunto de fenômenos físicos e químicos que levam a degradação e enfraquecimento das rochas

escoamento da produção. Por essas razões convencionou-se dividir o território em microterritórios. Sendo os municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá pertencentes ao microterritório Sul, os municípios de Crateús, Independência, Ipaporanga e Novo Oriente pertencentes ao microterritório Centro, os municípios de Ararendá, Ipu, Ipueiras, Nova Russas, Pires Ferreira e Poranga pertencentes ao micro território Norte I, os municípios de Catunda, Hidrolândia, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Tamboril pertencentes ao micro território Norte II. A temperatura do micro sul do Território, na qual estão inseridos os municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá apresenta uma média de 25,13°C, segundo dados de latitude, longitude e altitude coletados dos postos pluviométricos da sede de cada município

Para o micro território Sul a estimativa de média de Temperatura durante os meses do ano varia de 27° C no mês de outubro a 19,8° C no mês de junho, já a média anual entre os municípios do micro território variam de 25,7°C em Tauá e 24,4°C em Arneiroz. A variabilidade de temperatura neste micro demonstra claramente a presença de um dos componentes que fazem um ambiente árido, com solos, vegetação e pluviosidade bastante característicos. Também é preciso considerar que nesta área ocorrem altos níveis de evaporação e o balanço hídrico que mede a quantidade de água acumulada no solo se apresenta negativo na maioria dos meses do ano.

Para o micro território da região central, constituído dos municípios de Crateús, Independência, Novo Oriente e Ipaporanga, a estimativa de média de temperatura durante os meses do ano variam 27,2° C no mês de outubro a 24,7°C no mês de abril, já a média anual entre os municípios do micro território variam de 26,2°C em Crateús e 25,4°C em Ipaporanga. Para este micro território a variabilidade térmica durante o ano é um pouco menor chegando à casa dos 2,5°C indicando temperaturas mais amenas durante o decorrer do ano e menor índice de aridez.

Vale salientar que neste micro território está inserido o município de Independência que apresenta altos índices de aridez com áreas apresentando avançado processo de degradação/desertificação.

Para o micro território Norte I, constituídos dos municípios de Ipu, Ipueiras, Poranga, Ararendá, Nova Russas e Pires Ferreira, a estimativa de

média de Temperatura durante os meses do ano varia 25,7°C nos meses de setembro, outubro e novembro e 24°C nos meses de março e abril. Já a média anual entre os municípios do micro território variam de 26,1°C em Pires Ferreira e 21,4°C em Poranga. Aqui a variabilidade de temperatura no decorrer do ano é de 1,7°C, pois recebe a influência direta da Ibiapaba, amenizando a variabilidade termal, diversificando as condições naturais do ambiente diferenciando-se em solos, vegetação, precipitação, menores taxas de evaporação obtendo balanço hídrico mais favorável, dado o alto índice de infiltração de água nos terrenos sedimentares. Porém, no município de Nova Russas a área territorial está totalmente encravada na depressão sertaneja, carregando consigo todas as características geoambientais desta feição.

Para o micro território Norte II, constituído dos municípios de Catunda, Santa Quitéria, Hidrolândia, Tamboril e Monsenhor Tabosa, a estimativa de média de Temperatura durante os meses do ano varia 26°C nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro a 24°C nos meses de março, abril, maio e julho. Enquanto a média anual entre os municípios do micro território variam de 26,1°C em Santa Quitéria e 22,2°C em Monsenhor Tabosa. Para este micro território a variabilidade termal é de 2°C, mesmo estando totalmente situada na Depressão Sertaneja com clima Tropical Quente e Semiárido. A influência do relevo da Serra das Matas faz com que a variabilidade termal ocorra em menor intensidade durante o ano nestes municípios. A figura 7 apresenta a representação do mapa do clima do território.

Quanto às precipitações, estas também variam dentro do espaço do território, pois embora todas recebam maior influência na formação das nuvens do Sistema Atmosférico da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), a altitude e os ventos úmidos barrados pela altitude da Ibiapaba acabam beneficiando a alguns municípios do micro território Norte I. As precipitações destes municípios podem chegar até 1000 mm/ano. Porém, também há chuvas geradas por outros sistemas formadores de nuvens como às frentes frias que chegam ao Cariri nos meses de dezembro e janeiro, que provocam chuvas no micro território Sul. Também há notícias de grandes chuvas causadas por outros sistemas como é o caso específico e conhecido do mês de janeiro do ano de 2004, quando as altas precipitações foram causadas por um Vórtice



Ciclônico de Altos Níveis. Ainda relacionado às precipitações desta área não se pode esquecer de que ela também está sujeita ao Fenômeno *El Nino e La Nina* se for feito uma apurada observação ver-se-á que todas as grandes secas ou grandes invernos estão associados diretamente a este fenômeno.

Feito estas considerações, os dados de uma série histórica de precipitações pluviométricas, foram analisados pela consultora territorial por um período de 21 anos de todos os municípios do território, e esta análise permitiu compreender como as chuvas ocorrem no tempo e no espaço, muitas vezes tendo formas bastante diversificadas dentro de um mesmo micro território (Almeida, 2009).

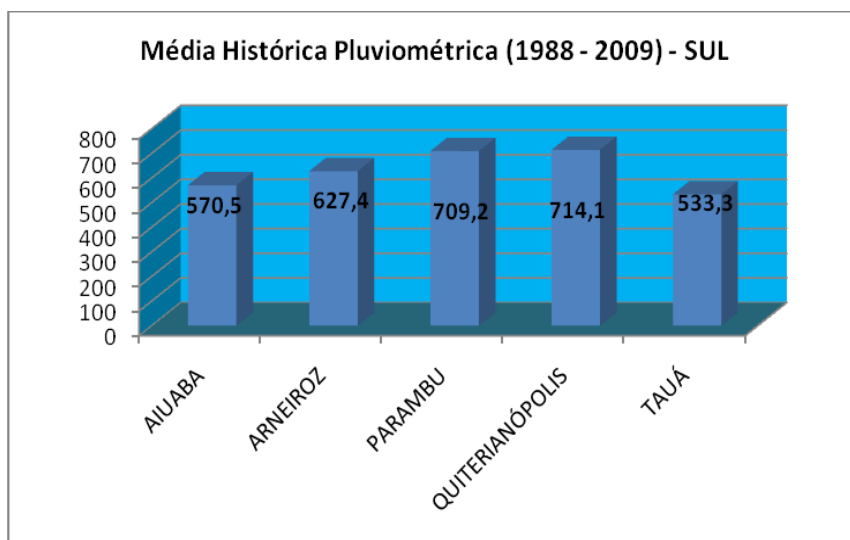


**Figura 10:** Representação do Mapa do Clima do Território Inhamuns Crateús  
**Fonte:** Adaptação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2007).

Considerou-se, porém, no estudo realizado, que os dados obtidos junto a Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME) podem conter erros já que muitas vezes a informação de chuvas não chegava até a FUNCEME e os

campos pesquisados estão vazios, como é o caso do Município de Poranga no Micro território Norte I onde os dados podem ter sido distorcidos para menos. Outro esclarecimento é que não foi possível uma série maior por falta de dados de alguns municípios para os anos anteriores a 1988.

Analisando os dados de cada micro território sobre a média pluviométrica, verificou-se que no micro território Sul, estes se apresentam dentro dos padrões normais para a sua localização geográfica. Observou-se que as maiores médias estavam situadas em municípios que tem parte do seu território situado na formação Serra Grande, tal como Parambu e Quiterianópolis, onde a altitude é determinante para barrar os ventos úmidos e as nuvens, por isso a presença de maiores precipitações, enquanto os outros três municípios têm médias baixas havendo assim quadros mais graves no que diz respeito aos processos de degradação/desertificação, pois as vulnerabilidades ambientais destes espaços são consideráveis, com solos rasos e pedregosos, vegetação rasteira e esparsa.

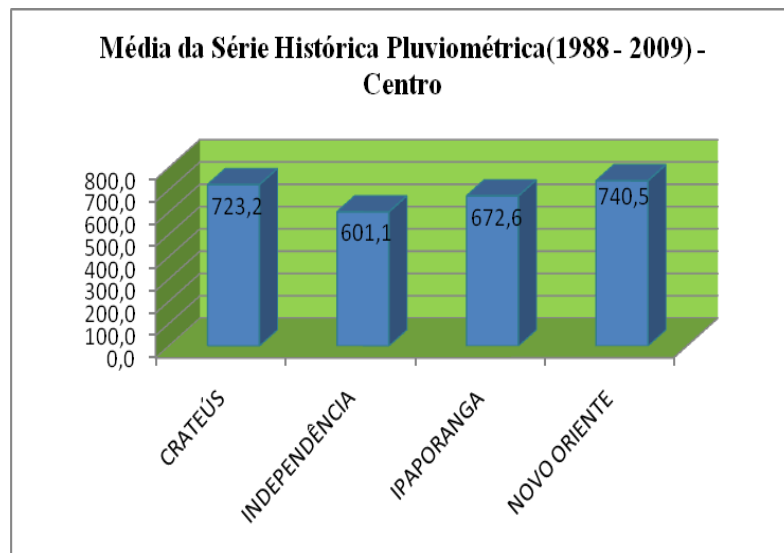


**Figura 11:** Gráfico da Média Histórica por Município, Micro Território Sul 1988 - 2009

Fonte: FUNCEME, 2009.

Os dados de média pluviométrica para o micro território Centro apresentam-se dentro dos padrões normais para a sua localização e observou-se que as maiores médias estão nos municípios que tem parte do seu território situado na Formação Serra Grande, tal como Crateús e Novo Oriente, onde a

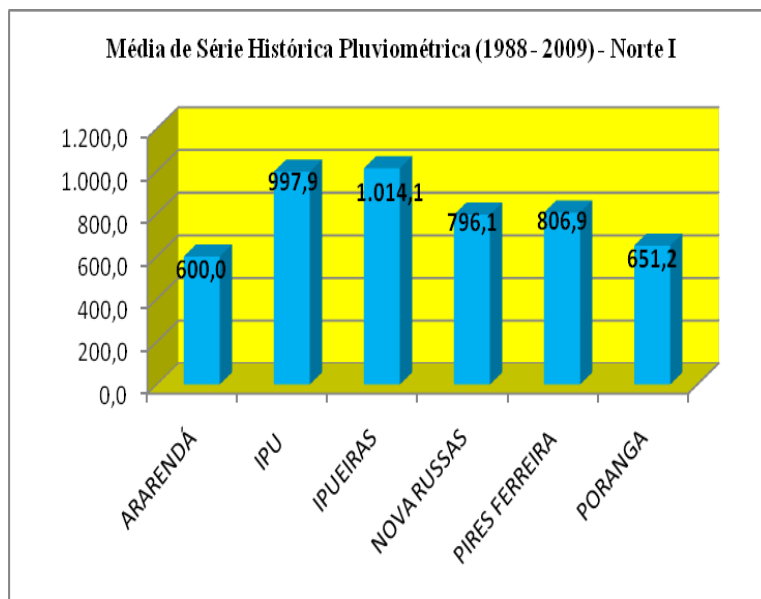
altitude é determinante para barrar os ventos úmidos e as nuvens, por isso a presença de maiores precipitações, enquanto o município de Independência tem a média mais baixa de pluviosidade do micro território, havendo assim quadros mais graves no que diz respeito aos processos de degradação/desertificação, pois a vulnerabilidade ambiental deste é notável com solos rasos e pedregosos, vegetação esparsa e rasteira.



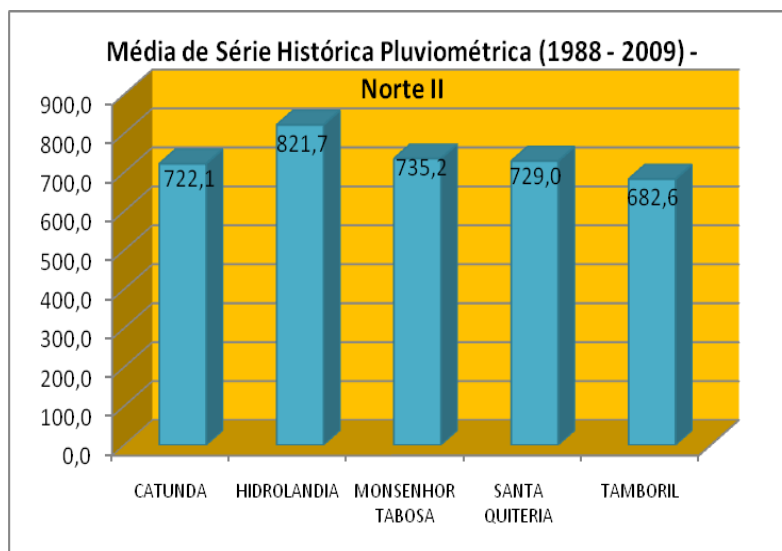
**Figura 12:** Gráfico Media Histórica por Município, Micro Território Centro 1988 - 2009

Fonte: FUNCEME, 2009.

Os dados de média pluviométrica para o micro território Norte I também se apresentam dentro dos padrões normais para a sua localização geográfica e observa-se que as maiores médias estão nos municípios que tem parte do seu território situado na *cuesta* da Ibiapaba onde a altitude é determinante para barrar os ventos úmidos e as nuvens.



**Figura 13:** Gráfico da Media Histórica por município, Micro Território Norte I 1988 e 2009  
**Fonte:** FUNCEME (2009).



**Figura 14:** Gráfico da Media Histórica por município, Micro Território Norte I 1988 e 2009  
**Fonte:** FUNCEME (2009).

O município de Nova Russas tem médias baixas havendo assim quadros mais graves no que diz respeito aos processos de degradação, pois a situação ambiental existente para este município aproxima-se mais dos que se situam nas áreas mais áridas, porém a média pluviométrica é considerada boa, trazendo a este situação mais favorável quando comparado aos outros municípios do semiárido cearense.

Quanto a Poranga e Pires Ferreira, entendemos que esta média não se aproxima da realidade tendo em vista a sua localização geográfica que é totalmente em cima da *cuesta* da Ibiapaba, sendo mais favorecido pelo efeito altitude.

Com relação ao Micro Território Norte II, embora esteja inserido no interior do estado onde as condições são de semi-árido, suas médias pluviométricas se apresentam bastante favoráveis, exceto no município de Tamboril que tem a menor média e também já se apresenta com um quadro grave de degradação/desertificação, possuindo os seus componentes ambientais bastante vulneráveis a este fator.

As altas médias pluviométricas neste micro território, mesmo estando em condições análogas ao micro território Sul, talvez se diferencie pelo fato de que os quatro com médias maiores, Hidrolândia, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Catunda, estão situados a barlavento do relevo da Serra das Matas, onde há um maior barramento dos ventos úmidos, maior formação e precipitação de nuvens. Além do que, no quesito temperatura uma das menores estimativas de média térmica está em Monsenhor Tabosa, onde está situado o ponto mais alto do estado do Ceará.

### 11.3.2 Características Geomorfológicas

Geomorfologicamente o território compreende áreas da Depressão Sertaneja (Figura 8), a exemplo do Sertão Sul Ocidental onde as áreas se mostram bastante aplainadas e dissecadas com altimetria que chegam aos 400m, sendo que cerca de 70% do território está situado nesta unidade geomorfológica.

Quando os níveis de altimetria forem superiores a 300m, a dissecação da morfologia encontra-se mais notável separando bem as áreas interfluviais<sup>6</sup> das áreas mais colinosas e montanhosas e coloca também a mostra as ondulações e áreas tabuliformes que compreendem o terreno. Na Depressão Sertaneja ocorrem ainda, as áreas de pedimentos<sup>7</sup> que se estendem desde a base dos maciços residuais, dos planaltos sedimentares e dos *inselbergs*<sup>8</sup>.

Segundo Evangelista (2009), aparecem ainda muitos maciços residuais de pequeno e médio porte, como é o caso do Complexo Pedra Branca que se estende desde o micro território Sul até o micro território Norte II e está situado na Figura 8 como Sertão Centro Ocidental, apresentando rochas desnudas.

Outra unidade geomorfológica é a Serra das Matas, nela se encontra o pico mais alto do Estado com 1.156 metros, representada na figura 8 como Serras Secas. A Serra das Matas apresenta altimetrias que variam de 650 a 700m, e sua constituição é de migmatitos e granito, na sua porção central e sul-oriental onde o relevo é menos acidentado e os interflúvios<sup>9</sup> têm topos convexos ou tabulares.

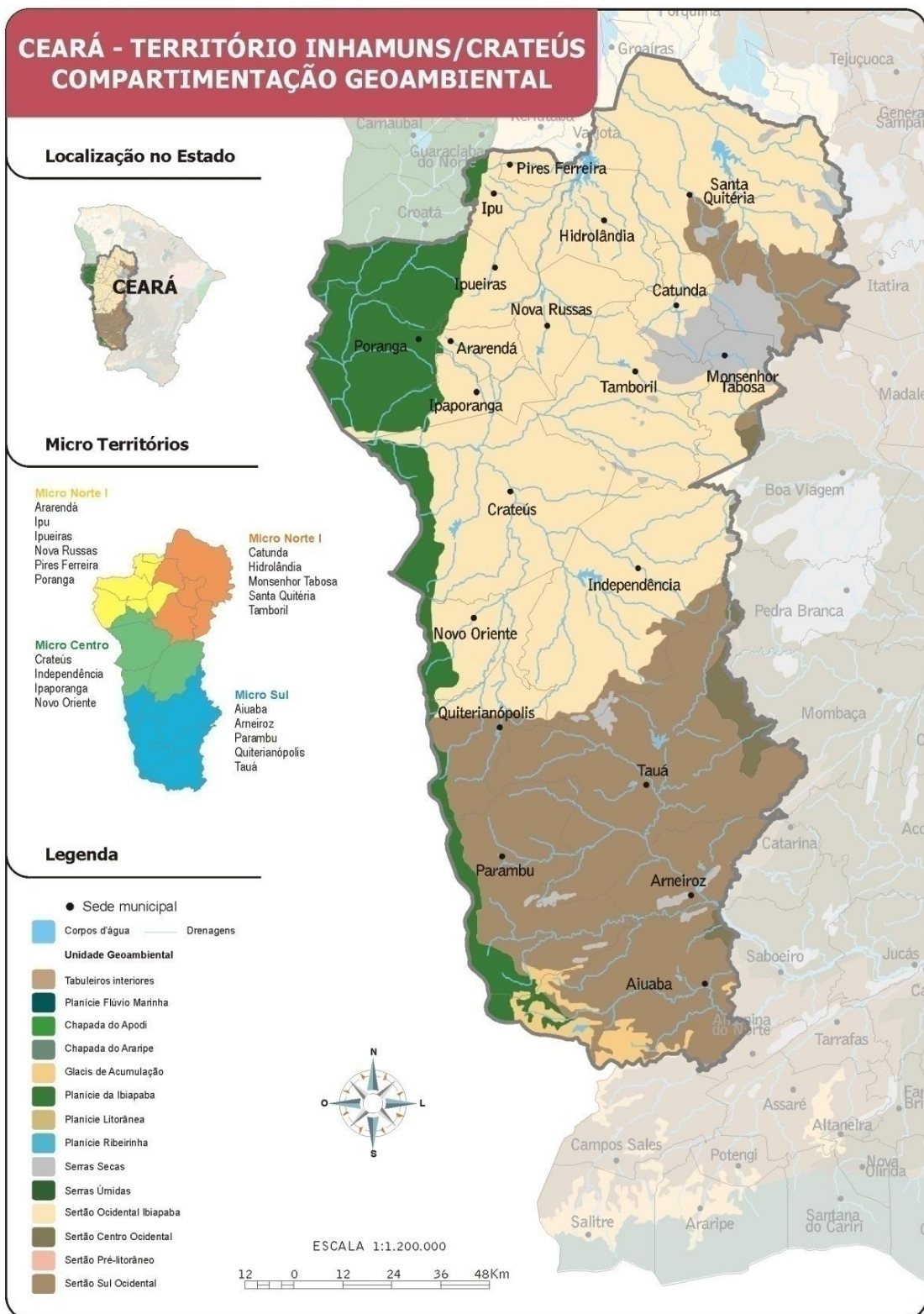
---

<sup>6</sup> áreas interfluviais são as distâncias entre cada rio distribuído na rede hidrográfica em um raio de 360 graus.

<sup>7</sup> Pedimentos são sedimentos que se acumulam no sopé de uma área montanhosa

<sup>8</sup> Inselbergs são montanhas que emergem abruptamente do plano que as cerca, sempre com caimento para os fundos de vales e planícies fluviais, bem como para o litoral.

<sup>9</sup> Interflúvios são terrenos ou área mais situada entre dois vales.

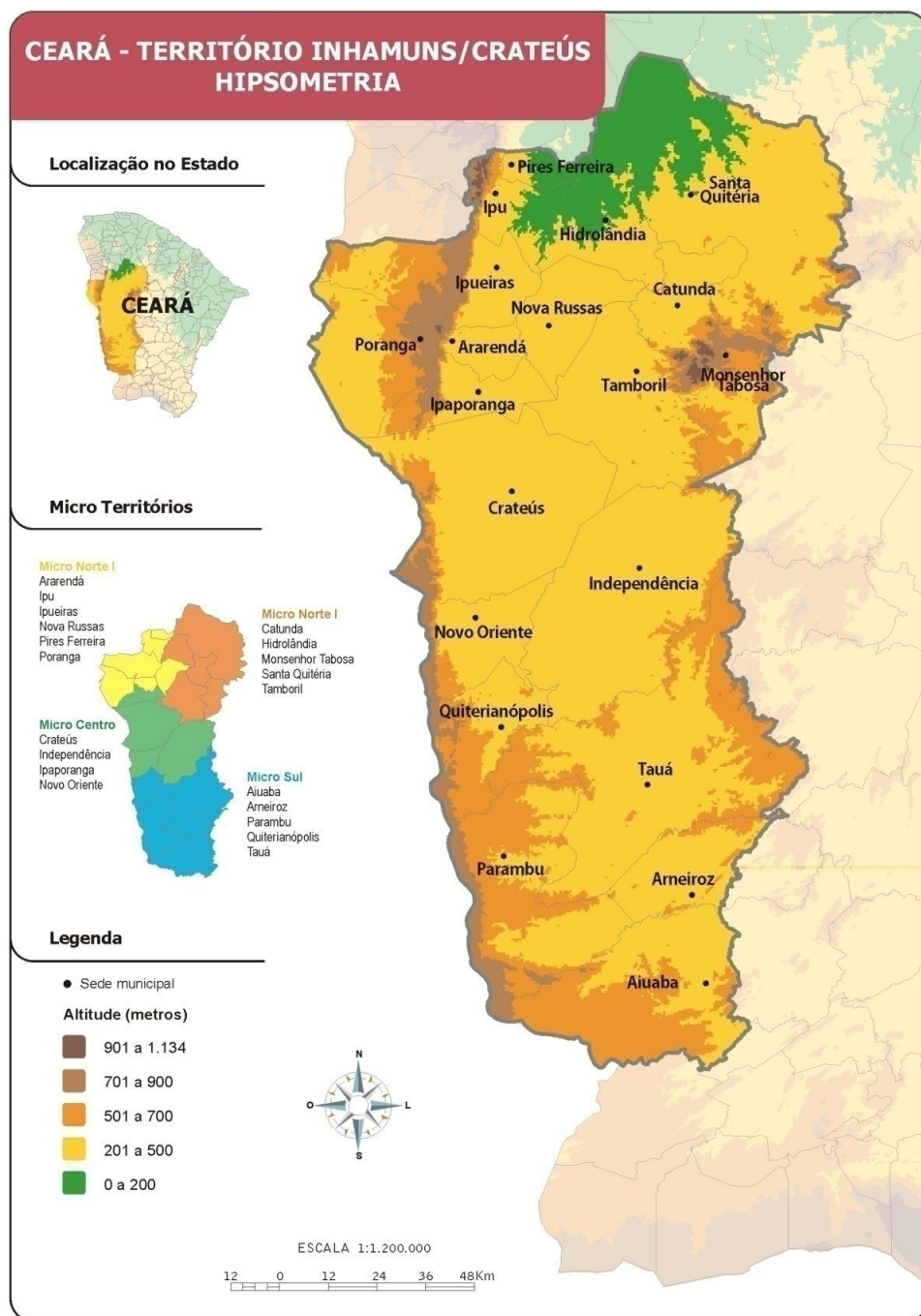


**Figura 15:** Representação do Mapa da geomorfologia do território  
**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007)



### 11.3.1 Relevo

Em relação ao relevo o Território apresenta uma depressão sertaneja com altitudes que variam entre 100 e 400 metros, conforme Figura 16



**Figura 16:** Representação do Mapa de Hipsometria do Território  
**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007)

O Relevo do Planalto da Ibiapaba que se estende desde o micro território Sul até o micro território Norte I é subdividido em duas morfologias diferenciadas. A primeira está no topo da *cuesta* onde se diferencia todos os componentes ambientais nas áreas dos municípios de Ipú até Poranga, onde o Rio Poti corta o relevo e adentra o estado do Piauí; a segunda área está situada na parte mais baixa do relevo (a sotavento) que se estende desde o município de Crateús até Aiuaba.

Este relevo tem a orientação de sul para norte num escarpamento<sup>10</sup> contínuo abrupto e bastante festonado tendo a sua continuidade interrompida pela superimposição do Rio Poti que corta o relevo se lançando rumo a Bacia do Parnaíba no Estado vizinho do Piauí.

O território apresenta ainda, áreas bastante aplainadas e sendo alteradas pelos relevos dos maciços residuais, *inselbergues* e planícies fluviais. Diferenciam-se da paisagem os relevos do complexo Pedra Branca e Serra das Matas com altitudes que variam de 500 a 1.150 metros.

Na Depressão Sertaneja o relevo contém muitas variações que podem ser constatadas nos terrenos planos, ondulados, suavemente ondulados e vales em 'V', sendo que este tem como principal causa à ocorrência de uma rede de drenagem muito ramificada (Padrão Dendrítico) e a ocorrência dos maciços residuais.

Enquanto isso, nos municípios do micro Norte I (Ararendá, Ipu, Ipueiras, Nova Russas, Pires Ferreira e Poranga) as altitudes variam de 500 a 900 metros devido às elevações do Planalto da Ibiapaba, com encostas íngremes e terrenos ondulados e fortemente ondulados, porém os vales são mais abertos devido a mudança da rede de drenagem.

#### **11.4 Características Hidrológicas**

Quanto à situação hidrológica do território ela apresenta um padrão de drenagem predominante que é o dendrítico e um secundário e menos representativo, o paralelo nas áreas sedimentares.

---

<sup>10</sup> Escarpamento - inclinação abrupta de uma elevação.

Quanto ao escoamento a hidrografia é do tipo intermitente sazonal exorreica<sup>11</sup>, ou seja, os nossos rios e riachos só têm água durante o período chuvoso, ficando logo após esse período com os seus leitos secos, salvo alguns cursos que já receberam algum tipo de barramento.

Neste sentido a garantia de segurança hídrica é realizada por duas vertentes: Águas Superficiais e Águas Subterrâneas.

As águas superficiais são aquelas acumuladas em barramentos de rios e riachos com reservatórios de maior porte que abastecem a uma casa de três anos ou mais com água apropriada para o consumo, os de médio porte que abastecem até dois anos e os de menor que só fazem o abastecimento por um ano. Devido às altas temperaturas predominantes no território temos uma vulnerabilidade em torno das águas superficiais manifestada pelas altas taxas de evaporação dada à insolação presente que é muito alta durante o ano todo.

As águas subterrâneas são muito limitadas e devido à alta permeabilidade do solo, o reabastecimento desses lençóis subterrâneos é feito basicamente pelas águas de origem pluvial, salvo onde exista um rio barrado e perenizado.

As exceções são apenas de áreas que possuem fissuras ou falhas geológicas que facilitam a infiltração e formação de reservas subterrâneas maiores. Mas também podem ser citadas as áreas aluvionares<sup>12</sup> que em geral por serem áreas de deposição de sedimentos, que facilitam a infiltração formando reservas subterrâneas, nestas áreas, em geral, há maior quantidade de perfuração de poços profundos.

A diferenciação ocorre apenas nas áreas sedimentares da Ibiapaba onde a infiltração das águas pluviais apresenta maior porte, podendo se encontrar pequenos aquíferos com uma maior capacidade de reserva hídrica subterrânea.

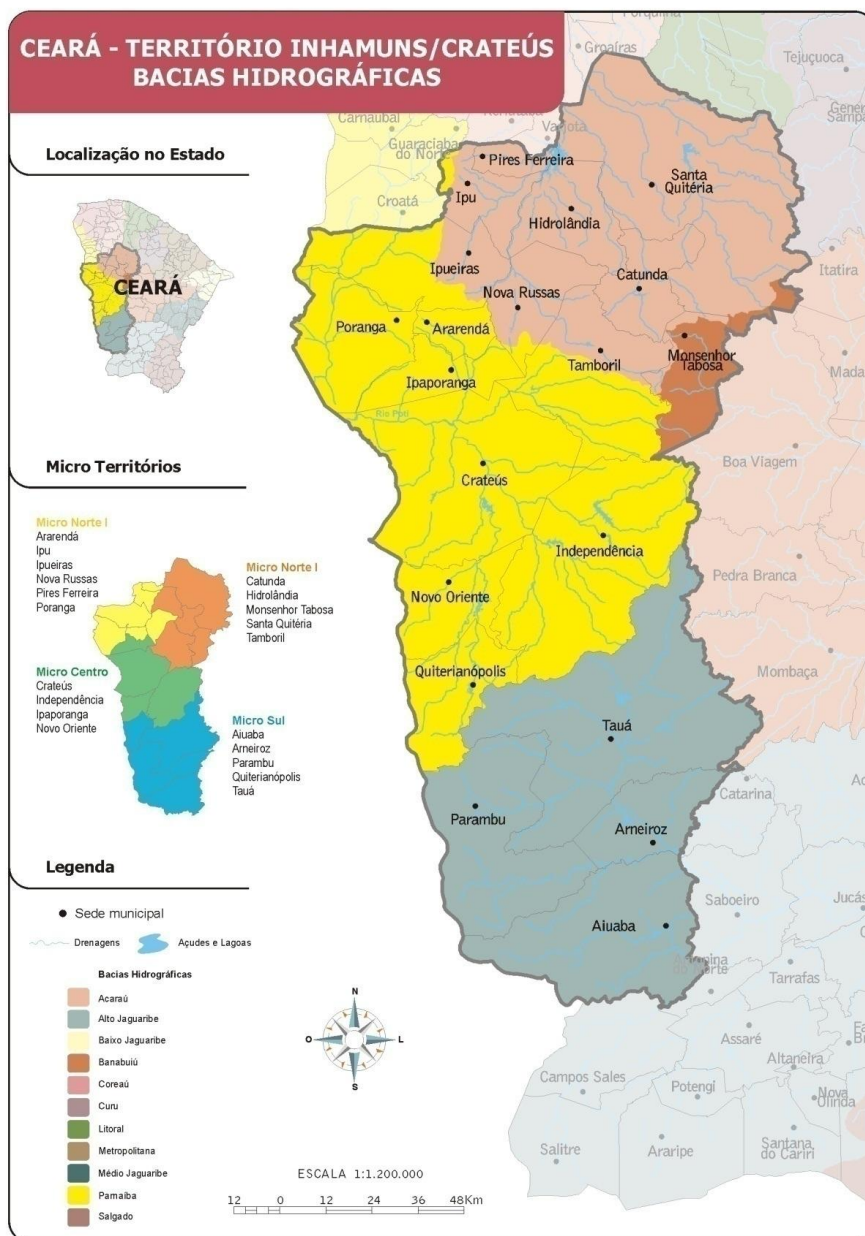
---

<sup>11</sup> Hidrografia tipo intermitente sazonal exorreica - rio que corre para fora do continente.

<sup>12</sup> Áreas aluvionares - (depósito sedimentar, formado por materiais em geral grosseiros, mal rolados, e mais ou menos soltos, transportados por águas correntes)

### 11.4.1 Bacias Hidrográficas

Os municípios do Território Inhamuns Crateús estão inseridos em quatro bacias hidrográficas do Estado do Ceará, sendo que existem municípios que podem pertencer a três bacias ao mesmo tempo, conforme se apresenta na Figura 17.



**Figura 17:** Representação do Mapa das Bacias Hidrográficas que banham o território Inhamuns Crateús

**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007)

Na Bacia do Alto Jaguaribe estão inseridos quatro municípios Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá, sua área é de 2.441,7 km<sup>2</sup>. Na Bacia do Banabuiu estão inserido apenas dois municípios, Monsenhor Tabosa e Santa Quitéria e sua área é de 878,3 Km<sup>2</sup>.

A Bacia do Acaraú abrange nove municípios que são: Catunda, Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Pires Ferreira, Santa Quitéria e Tamboril, ocupando uma área de 8.632,8 Km<sup>2</sup>. Na Bacia do Parnaíba se inserem doze municípios que são: Ararenda, Crateús, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Quiterianopolis e Tamboril, e sua área é de 12.955,2 Km<sup>2</sup>. O Quadro 20 apresenta características das adutoras presentes no território por município.

ADUTORA	MUNICÍPIO	FONTE HÍDRICA	EXTENSÃO (Km)	VAZÃO (L)	POPULAÇÃO BENEFICIADA
M. Tabosa	M. Tabosa	Açude M. Tabosa	4.60	23.00	5.652
Aiuaba	Aiuaba	Açude Benguê	2.60	11.00	3.551
Catunda	Catunda	Açude Carmina	1.98	13.52	6.712
Eng. São José	Ipueiras	Poço Amazonas no leito do rio Góes	4.2	9.00	4.100
Hidrolândia	Hidrolândia	Açude Araras	19.24	30.00	8.580
Ipu	Ipu	Açude Araras	26.40	70.43	-
Santa Quitéria	Santa Quitéria	Açude Edson Queiroz	16.87	30.00	14.000
Crateús	Crateús	Açude Carnaubal	13.12	137.00	46.935
Independência	Independência	Açude Barra Velha	8.80	31.00	9.300
Novo Oriente	Novo Oriente	Açude Flor do Campo	13.50	48.00	10.650
Pires Ferreira	Pires Ferreira	Açude Araras	16.40	10.50	5.162

**Quadro 20:** Características das adutoras

Fonte: SRH (2009)

Devido o grande aporte hídrico da região, fazem-se necessários apenas uma distribuição dessas águas por todo o território. Tal investimento poderá influenciar no processo produtivo, podendo com isso serem

implantados projetos de quintais produtivos ou mesmo a construção de grandes áreas cultivadas, incentivando a agricultura e criação de animais na região.

Os principais reservatórios do território estão apresentados no quadro 20.

É comum a utilização das águas de tais reservatórios para irrigações de culturas. Por exemplo, no açude Jaburu II é comum a utilização da água para a cultura do milho, feijão, algodão além da prática da rizicultura.

No açude Várzea do boi, por exemplo, é comum os cultivos de algodão, banana, feijão e uva. Tais práticas agrícolas, também desencadeiam problemáticas, como o uso exacerbado de agrotóxicos, que contaminam tais águas, gerando problemas de saúde pública.

Municípios	Nome dos açudes	Capacidade de acumulação (m <sup>3</sup> )
Aiuaba	Benguê	19.560.000
Arneiroz	Arneiroz II	197.060.000
Parambu	Espírito Santo	3.390.000
Parambu	Parambu	8.530.000
Quiterianópolis	Colina	3.250.000
Crateús	Realejo	31.550.000
Crateús	Carnaubal	87.690.000
Independência	Cupim	4.550.000
Independência	Jaburu II	116.000.000
Novo Oriente	Flor do Campo	111.300.000
Ipu	Bonito	6.000.000
Nova Russas	Farias de Souza	12.230.000
Catunda	Carmina	13.628.000
Monsenhor Tabosa	Monsenhor Tabosa	12.100.000
Tamboril	Carão	26.230.000
Tauá	Várzea do boi	51.910.000
	Favelas	30.100.000
	Trici	16.500.000
	Forquilha II	3.400.000

**Quadro 21:** Principais Reservatórios do Território Inhamuns Crateús

Fonte: Adaptado COGERH (2009)

O projeto São José é um Programa de Combate à pobreza Rural. No caso da implantação de sistemas de abastecimento de água, as mesmas são fiscalizadas e executadas pela SOHIDRA. Existem mais de 1400 projetos que já foram realizados pela SOHIDRA dentro do projeto São José. (SOHIDRA, 2010). Tais obras levam a pequenas comunidades uma melhoria de vida e um

resgate a dignidade de tais famílias rurais. O Quadro 22 apresenta dados quantitativos de tais obras realizadas por tal programa dentro dos municípios do território.

Municípios	Nº de Obras	Nº de famílias
Aiuaba	2	86
Arneiroz	2	143
Quiterianópolis	26	1.702
Crateús	38	4.241
Independência	21	1.235
Novo Oriente	39	1.117
Ipu	18	1.586
Nova Russas	2	72
Catunda	6	323
Monsenhor Tabosa	17	2.084
Tamboril	21	720
Hidrolândia	6	213
Pires Ferreira	2	107
Santa Quitéria	22	2.207
Ararendá	6	420
Ipaporanga	19	885
Ipueiras	38	4.562
Poranga	17	1.618
Tauá	24	143

**Quadro 22:** Obras de abastecimento do Projeto São José por município e número de famílias atendidas.

Fonte: SDA (2009)

A Tabela 23 apresenta a participação ativa dos municípios no Programa Pacto das Águas do governo do estado.

**Tabela 23:** Participação Regional municipal na etapa Regional do Pacto das águas

Município	Oficina regional		Diálogo municipal		Seminário regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Monsenhor Tabosa	02	03	nd	47	01	03
Aiuaba	02	02	29	76	04	04
Arneiroz	01	02	22	39	01	01
Parambu	02	02	-	-	02	02
Catunda	-	-	-	-	02	02
Hidrolândia	02	05	43	80	01	03
Ipu	02	02	19	27	04	04
Ipueiras	01	01	-	-	-	-
Nova Russas	04	06	13	21	05	05
Santa Quitéria	06	06	30	49	08	09
Tamboril	04	04	nd	nd	03	03
Pires Ferreira	-	-	-	-	-	-

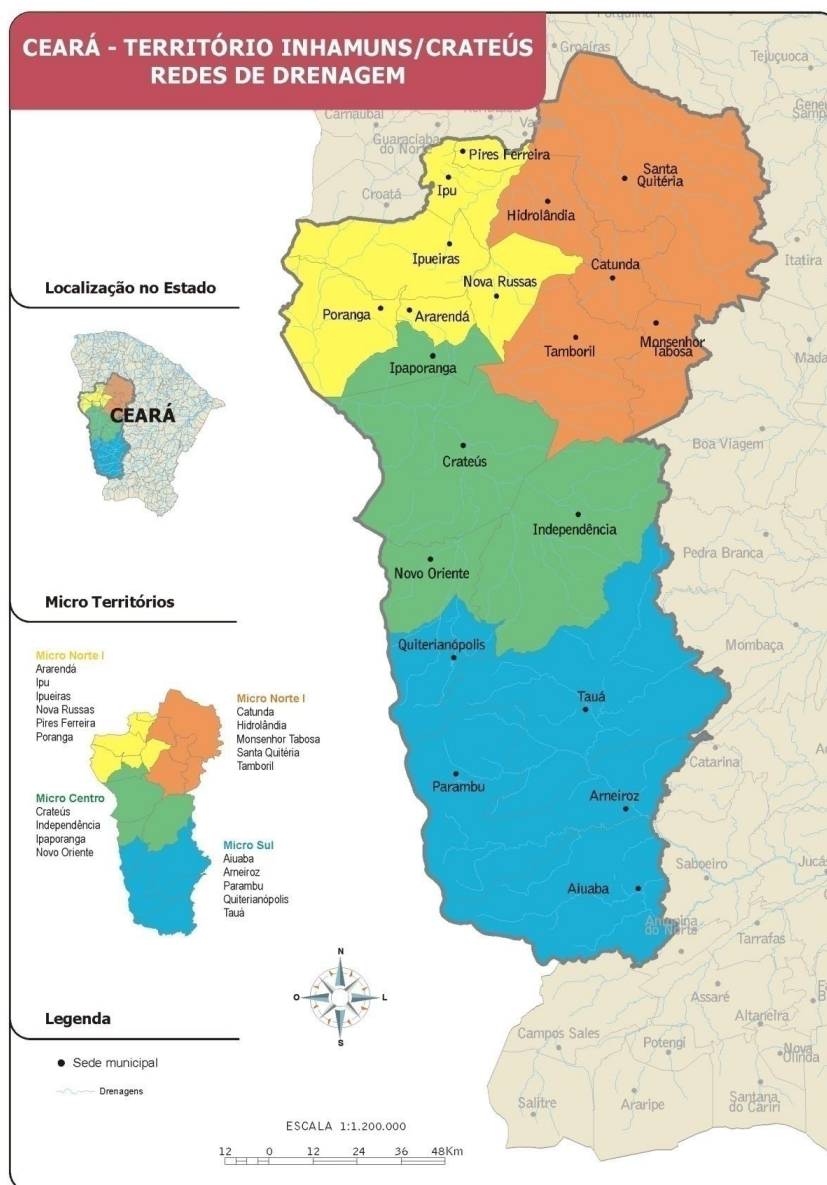
Município	Oficina regional		Diálogo municipal		Seminário regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Quiterianópolis	02	03	13	22	02	02
Tauá	03	05	27	48	20	49
Crateús	16	24	24	33	16	30
Independência	07	07	-	-	01	01
Ipaporanga	-	-	-	-	-	-
Novo Oriente	03	03	-	90	05	17
Ararendá	01	01	-	-	03	03
Poranga	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pacto das águas (2009)

A Rede de Drenagem é um dos componentes ambientais mais importantes na conformação do relevo e da morfologia de um terreno.

É nela que começam as grandes bacias hidrográficas e hidráulicas e é nela onde ocorrem manchas de solo de boa fertilidade, tendo em vista ser uma área de deposição sedimentar que acolhe todos os nutrientes carreados das partes mais altas.





**Figura 18:** Representação do Mapa da rede de drenagem no território do Inhamuns Crateús

**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007)

No Embasamento Cristalino a rede de drenagem obedece ao padrão Dendrítico, ou seja, devido à alta impermeabilidade dos solos maior parte da água das chuvas escoar na superfície formando grotas, riachos e rios em um número muito relevante. Padrão que ocorre em maior parte do território.

Já para as áreas que se situam em terrenos sedimentares da Formação Serra Grande o padrão de drenagem se diferencia sendo este

Perpendicular, ou seja, é cortado por poucos riachos e rios já que a permeabilidade do solo é boa, facilitando a absorção da água das chuvas ao solo, diminuindo o escoamento superficial. Daí haver em geral um curso de água principal e alguns outros secundários que são seus afluentes.

### **11.5 Características Edafológicas**

A formação de solos é resultado de vários fatores que agem conjuntamente na natureza e podem ser enumerados como: 1 – Clima, 2 – Organismos; 3 – Material de Origem; 4 – Relevo; 5 – Tempo que se expressam em uma equação: SOLO = F (clima, organismos, material de origem, relevo e tempo).

O Clima com seus componentes (precipitações, temperatura e vento), é o fator de maior evidência, pois este interfere diretamente na forma de intemperismo que ocorre no material de origem (Rocha) para que haja a decomposição deste e conseqüentemente a formação de solos; por isso os solos das áreas semi-áridas são normalmente pouco espessos e contém menos argilas e mais material primário ainda pouco intemperizados. Também apresentam menores quantidades de matéria orgânica, dado as condições vegetacionais desfavoráveis existentes na área.

Os Organismos são qualificados em microrganismos (microfauna e microflora), os vegetais superiores (macroflora), animais (macrofauna) e o homem. Os microrganismos desempenham a função de decompor os restos de vegetação e animal transformando em húmus para o solo. Os vegetais fornecem matéria orgânica, ajudam a manter a umidade e suas raízes contribuem com a fixação do solo, os animais e o homem complementam os desgastes do material de origem para a transformação deste em solos.

O Material de origem (rocha mãe) é também determinante para o tipo de solo e a sua espessura, no caso do território, predominam rochas muito duras (granito, gnaisses) e o intemperismo é do tipo físico sendo necessário centenas de anos para formar um centímetro de solo. Já na Cuesta da Ibiapaba, onde a rocha é sedimentar, menos dura e com maior presença de água, à formação de solo ocorre com maior agilidade.

O Relevo também condiciona a formação de solos. Nas áreas mais planas os solos tendem a ser mais profundos enquanto nas encostas os solos são rasos (neossolos) e ainda sujeitos a maiores processos erosivos. O tempo é tido como a duração que todos estes processos têm para que haja a formação de solos.

O Solo é um dos componentes ambientais que quando não conservado é muito difícil a sua renovação dado que este é a base para o desenvolvimento de boa parte da vida existente em nosso planeta e a sua formação só ocorre de forma bastante sutil e vagarosa, principalmente nas condições climáticas em que está inserido o território. O Quadro 23 apresenta os principais tipos de solo existentes no território, suas características predominantes e as limitações de sua utilização.

SOLOS	UNIDADE GEOAMBIENTAL	CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES	LIMITAÇÕES PARA USO
NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS	Planalto Sedimentar	Profundos, com alta capacidade de lixiviação	Alta acidez, baixa fertilidade, baixa retenção de umidade e alta susceptibilidade a erosão.
SOLOS ALUVIAIS	Planícies Fluviais – margens de rios, riachos e grotas	Solos profundos, bem drenados (facilidade de encharcamento) e muito ácidos.	Possui alto grau de drenagem, tem altos teores de sódio e riscos altos de degradação. Ainda pode se colocar o risco de inundações frequentes.
PLANOSSOLOS HÁPICO SOLODICO	Áreas rebaixadas da Depressão Sertaneja	Solos rasos a moderadamente profundos com textura indiscriminada, mal drenados, com excesso de sal e fertilidade natural de média a baixa.	Susceptibilidade a erosão, drenagem é imperfeita com possibilidade de encharcamento ou deficiência de água e possui altos teores de sódio.
SOLONETZ SOLODIZADO	Áreas rebaixadas da Depressão Sertaneja	Solos raros, moderadamente profundos, mal drenados com pedregosidade superficial e elevado teor de sódio trocável.	Susceptibilidade a erosão, drenagem é imperfeita com possibilidade de encharcamento ou deficiência de água e possui altos teores de sódio.
VERTISSOLOS	Áreas rebaixadas da Depressão	Solos raros mal drenados, textura	Drenagem é imperfeita com alta

SOLOS	UNIDADE GEOAMBIENTAL	CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES	LIMITAÇÕES PARA USO
	Sertaneja	argilosa e fertilidade natural muito alta.	susceptibilidade a erosão, possuindo baixa permeabilidade.
NEOSSOLOS LITÓLICOS	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais	Solos rasos de textura argilosa com fertilidade natural média e fases pedregosas. Muito suscetível a erosão	Pouca profundidade com muita pedra e relevo acidentado.
REGOSSOLOS	Depressões Sertanejas	Solos profundos a moderadamente profundos, textura arenosa, fertilidade natural média. São mal drenados e susceptíveis a erosão.	Baixa retenção de umidade e facilidade para erosão.
LATOSSOLO VERMELHO AMARELO	Planalto Sedimentar	Muito profundo e profundo, bem drenado, textura arenosa ou argilo-arenosa de fertilidade natural de média a baixa.	Acidez, retém pouca umidade e tem baixa fertilidade natural.
ARGISSOLOS VERMELHO AMARELO	Maciços Residuais	Rasos e profundos, textura média e argilosa, drenagem imperfeita ou moderadamente imperfeita e fertilidade natural média a alta.	Relevo fortemente dissecado e impedimento a mecanização.
LUVISSOLOS CRÔMICOS	Depressões Sertanejas	Textura média ou argilosa, moderadamente drenados e fertilidade natural alta. Pouco profundo, apresentando muita pedregosidade com alta susceptibilidade a erosão. Impedimento a mecanização.	Solos ricos em argila de alta atividade e praticamente neutros, apresentando como principais limites ao uso agrícola o relevo ondulado e a rochosa.
AFLORAMENTO DE ROCHAS	Depressão Sertaneja e Serras Secas	Massa rochosa ou mineral não coberta pelo solo ou qualquer outro tipo de material que atue como cobertura superficial	Rochas nuas ou muito pouco alteradas Impraticáveis para uso agrícola.

**Quadro 23:** Tipos de solos, unidades geoambientais, características dos solos e limitações para utilização.

**Fonte:** Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000.

Desta forma pode-se concluir que para qualquer ação implementada neste território o componente ambiental deverá ser levado em consideração

com todas as suas potencialidades e vulnerabilidades, sob pena de graves conseqüências futuras.

## 11.6 Características Vegetais

A vegetação sofre a influência direta do clima, da pluviosidade e dos solos, por isso apresenta-se típica do Bioma Caatinga arbustiva aberta, com árvores retorcidas e espinhosas que, ao longo do ano perdem as suas folhas (caducifólia), para se manterem vivas durante o período em que o déficit hídrico é mais acentuado.

A Floresta caducifólia espinhosa (Caatinga Arbórea) ocorre no sopé do Planalto da Ibiapaba e do complexo Pedra Branca e Serra das Matas, com árvores de maior porte e mais denso devido a maior profundidade dos solos destas áreas, também ocorrem as maiores precipitações e maior umidade do ar.

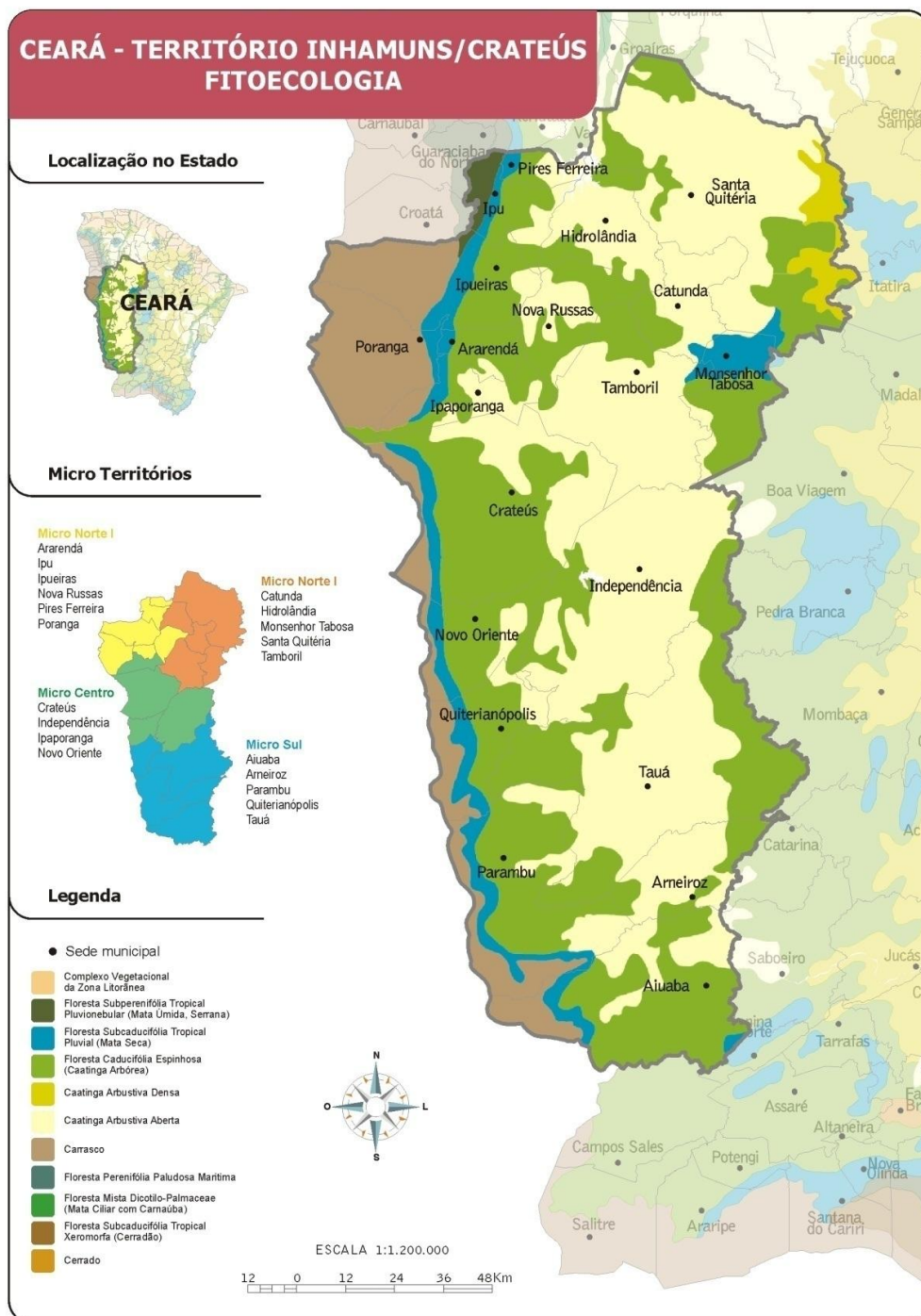
As principais espécies encontradas em tal Bioma são: o marmeleiro, jurema preta, catingueira, pereiro, jucá, sabiá, mimosa, juazeiro, mandacaru, aroeira, faveleira, pau-ferro, dentre outros. (SUDEC/DNOCS, 1978). E muitas herbáceas: capim mimoso, malva branca, malva, bamburral, capim panasco.

Contudo nas áreas mais elevadas da Ibiapaba apresenta-se a Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial (mata seca). Esta vegetação de maior porte e densidade é também encontrada nas áreas mais elevadas dos maciços residuais como é o caso da Serra das Matas e área de transição no Planalto da Ibiapaba entre o carrasco e a Floresta Caducifólia Espinhosa.

A vegetação de carrasco ocorre na área de limite entre os Estados do Ceará e Piauí, com uma vegetação de porte médio mais denso que a caatinga. Algumas das espécies que compõe este tipo de vegetação são: aroeira, camuça, ata-brava, pereiro branco, camará, pau-d'arco-roxo, embiratanha, maria preta e ipê.

Pode-se dizer que a vegetação é conseqüência primária do tipo de solos, da temperatura e das precipitações que ocorrem em uma determinada área. A figura 16 apresenta o mapa da fitoecologia do território Inhamuns Crateús. Por exemplo, onde há ocorrência do Latossolo existe uma vegetação

de maior porte, pois a profundidade destes é fator determinante para sustentabilidade de uma vegetação maior. Os neossolos quartzarenicos também possuem boa profundidade e aliado a outros fatores ambientais comportam uma vegetação com características de Floresta Pluvio Nebular que tem folhas largas, menos espinhos e que só caem de forma parcial no período sem ocorrência de chuvas.



**Figura 19:** Representação Mapa Fitoecológico do Território Inhamuns Crateús  
**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007)

Já os Luvissoles Crômicos, os Planossolos, os Regossolos, são em geral muito rasos e por isso a vegetação tende a ser arbustiva e herbácea e também bastante esparsa. Os pequenos arbustos perdem as suas folhas por

completo no período seco devido ao grande estresse hídrico que sofrem, pois em geral estes solos são pouco porosos retendo uma quantidade de água mínima. O extrato herbáceo é o mais notável tendo em vista serem plantas que germinam, nascem, crescem, florescem e se reproduzem em um espaço de tempo mínimo (três meses), período em que ocorrem as chuvas em geral. Daí serem manchas de solos e vegetação com maior risco de degradação no território.

### **11.7 Características Geoambientais dos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar**

O território apresenta dois sistemas ecológicos distintos: O Sistema Ecológico de Sertão e o Sistema Ecológico de Serra. O sistema ecológico de Sertão está presente em todo território se destacando nos municípios de Hidrolândia, Santa Quitéria, Nova Russas, Pires Ferreira e Arneiroz, o mesmo ainda pode ser subdividido em quatro subsistemas: Subsistema de caatinga, o Subsistema de baixio de sequeiro, o subsistema de baixio perenizado e o subsistema de vazante.

No subsistema caatinga, os tipos de solo encontrados servem para pastagem nativa (mata), pastagem nativa melhorada e cultivada, com a tradicional agricultura de subsistência com a exploração do milho, mandioca, feijão e a fruticultura de sequeiro na produção do caju.

No subsistema de baixio de sequeiro são utilizadas como culturas, o plantio de milho, fava e feijão, também existem uma pequena produção de forragem cultivada de sequeiro e de capim elefante e ainda existe uma produção de fruteiras como a manga, plantas medicinais e hortaliças, essas ultimas basicamente para consumo das famílias. A fertilidade do solo e a maior facilidade de acesso à água em alguns municípios modificam o tipo de cultura, a forma de produção e ainda agrega a agricultores a possibilidade da criação de animais como bovinos, caprinos e aves.

No Subsistema de Baixio Perenizado existe um grande potencial para ser utilizado fortemente com a produção irrigada de milho verde, feijão, fruteiras, e hortaliças, para consumo e venda, como também na produção de forragem cultivada de corte, como a leucena, o sorgo, capim elefante dentre



outras, para consumo animal. Já existe atualmente, a exploração produtiva dessas culturas, porém, ainda ocorre de forma inadequada e degradante, além da subutilização do potencial existente.

No subsistema de baixio, existe uma grande degradação das matas ciliares, devido às características do solo, que apresentam uma maior fertilidade e que o homem para a sua subsistência acaba degradando, influenciando inclusive na extinção de alguns corpos hídricos. No Subsistema de vazante o tipo de solos encontrados servem à culturas temporárias de milho, feijão, batata doce, jerimum, etc. e forrageiras como o capim aquático de corte, em função da variação do fluxo de água nos períodos invernosos e de verão, o seu potencial é diferenciado e varia de acordo com o porte do açude e com a qualidade das terras do seu entorno. Comumente esse sistema é desenvolvido nas montantes dos grandes açudes públicos e nos médios e pequenos açudes particulares e de áreas de assentamentos.

O sistema Ecológico de Serra apresenta-se caracterizado em diversos municípios do território, porém nos municípios de Monsenhor Tabosa e Crateús apresenta-se de forma mais representativa. Os subsistemas ambientais identificados nesse ecossistema são: Alto da Serra, Encosta da Serra e Pé de Serra.

O subsistema alto da serra apresenta condições para a exploração de fruteiras como a banana, graviola, manga, laranja, limão, ata, mamão, etc., como também a agricultura de subsistência, nas culturas do milho, feijão de arranca e mandioca. Na alimentação animal se presta para produção de pastagem cultivada de sequeiro, especialmente a palma forrageira com destaque para o município de Monsenhor Tabosa e como pastagem nativa (mata). Na criação animal as espécies mais apropriadas para este sistema são: bovino, ovino, caprino, suíno, abelha e aves.

O subsistema de encosta de serra atualmente apresenta uma pequena parte da área utilizada para a agricultura de subsistência (milho e feijão) e outra parte para criação de animal (bovino e caprino). A parte de serra mais úmida (cinturão verde) é apropriada para exploração de fruteiras arbóreas como a jaca, ata, cajá, manga, etc., todas em sistemas agroflorestais, como também a criação de abelha e o turismo ecológico comunitário.

O subsistema de Pé de Serra é mais utilizado e apropriado para a exploração de criação de bovino, ovino e caprino no aproveitamento da pastagem nativa e nativa melhorada, na produção de forragens cultivadas como também na agricultura de subsistência (milho e feijão), complementado com criação de aves caipira e abelha. Vale salientar que as bases produtivas predominantes deste território são a bovinocultura de leite, a apicultura, a ovinocaprino cultura e a cultura de espécies vegetais oleaginosas para a produção do biodiesel.

No território existe uma preocupação na utilização de energias ditas “limpas”, em Tauá existe uma usina de produção de energia solar.

## 12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

As ações antrópicas<sup>13</sup> de degradação ao meio ambiente do território são visíveis em todos os municípios e se agravam a cada dia em razão da vulnerabilidade ambiental e social que existe nestas áreas e estão presentes em muitas outras áreas do Estado.

O meio natural é explorado de forma inadequada para o cultivo de áreas e a implantação de pastagens, sem a preocupação com a conservação dos recursos naturais, que são modelos de sustentação nefasta na concepção que forma a base da economia da agricultura e pecuária, quando desenvolve seus processos de produção desta forma. A ação antrópica é manifesta pela extração da madeira, e, em alguns municípios de minerais que colaboram com a acentuada devastação causada pelo homem.

A pavimentação asfáltica é outra forma antrópica que algumas cidades estão sofrendo e que em um futuro próximo com a impermeabilização destas vias acarretarão em problemas de alagamentos das áreas mais rebaixadas onde moram a maior parte da população que vive em uma situação social desfavorável, e ainda pode se verificar com esta ação, o aumento de temperaturas causando um desconforto térmico acentuado, e não há estudos ou planejamento que venham mitigar as conseqüências que estes fatores citados possam causar a população.

No território ocorre extração de alguns minérios como acontece em Independência e Hidrolândia onde existe a exploração de Calcário.

Entre Tauá, Parambu e Quiterianópolis existe uma jazida de Minério de Ferro que também não esta sendo explorada ainda.

Em Santa Quitéria (Itataia), existe uma jazida de urânio e fosfato ainda não explorado, e já existe um projeto de extração em vias de implantação, que subjaz uma preocupação por parte da população, principalmente devido à extração de urânio. Segundo as Indústrias Nucleares do Brasil, o país ocupa sexta posição no ranking mundial de reservas de Urânio. Segundo a empresa, apenas 25% do território nacional foi objeto de prospecção, e as duas

---

<sup>13</sup> Ação antrópica – Ação humana;

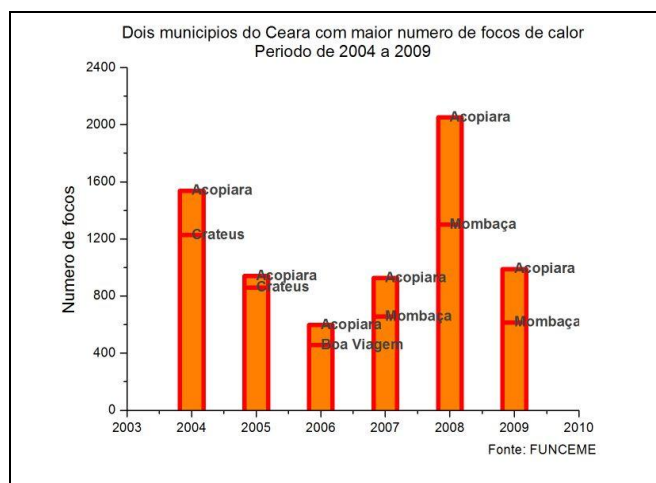
principais reservas são a de Caetité (mina Lagoa Real), e a de Santa Quitéria (Caminha, 2010). Segundo estudos o Urânio pode causar envenenamento de baixa intensidade por inalação ou absorção pela pele, com efeitos colaterais.

## 12.1 Desmatamentos e Queimadas

A última pesquisa divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente em março de 2010 o Ceará aparece como o segundo estado pertencente ao Bioma Caatinga que mais desmatou no período de 2002 a 2008 com 4.132 Km<sup>2</sup>, neste contexto surgem dados preocupantes no caso do desmatamento, seja ele para fins produtivos, ou de matriz energética.

Os municípios do Estado que mais desmataram neste período, e pertencem ao Território Inhamuns/Crateús, foram: Tauá em 2º lugar com 4,3% da sua área territorial desmatada neste período, Crateús em 9º lugar com 4% e Santa Quitéria em 13º com 2,3%. Estes municípios já possuem áreas em processo de degradação complexa, como é o caso de Tauá com áreas em processo de desertificação.

Em relação às queimadas elas ocorrem de maneira sistemática sendo que nos meses de agosto a dezembro elas são uma constante, pois ainda podem ser consideradas como uma das principais formas de preparo do solo para o plantio e formação de pastagem. A figura 17 originário da FUNCEME demonstra que um dos municípios que mais apresentou focos de calor no estado foi o de Crateús.



**Figura 20:** Gráfico das Cidades que apresentaram mais focos de calor entre os anos de 2003 e 2010 no Ceará

Fonte: FUNCEME, 2010.

Em Tauá, Aiuaba e Crateús existem brigadas de incêndio, porém por falta de recursos financeiros, as atividades são voluntárias, o que torna as ações falhas e eventuais.

Existe uma preocupação também com relação à área de reserva legal presente em todas as propriedades rurais do território, pois segundo a fala dos representantes dos comitês de infra-estrutura e meio ambiente do território, as mesmas não vêm sendo respeitadas e não existe fiscalização atuante.

## **12.2 Práticas Agrícolas e Tipos de Erosão**

Uma das problemáticas relacionadas à produção agrícola é o terreno onde estas áreas se situam. Como há escassez de solos bons, as áreas mais procuradas são as encostas de serras e serrotes com declive, às vezes maiores que 45° (APPs - Áreas de Preservação Permanentes) e as plantações são feitas morro acima facilitando a erosão laminar (causada pela água das chuvas), que erodem os solos e os transportam para os fundos de vales no sopé das encostas, deixando as áreas mais elevadas praticamente na rocha mãe.

Portanto, a recuperação destas áreas é de difícil solução, pois a constituição do solo é algo secular e sem este, em geral, a vegetação pioneira não mais se recria no ambiente, vindo a ser povoada por espécies invasoras que colonizam todo o ambiente que lhe é propício.

O uso dos tratores é feito de forma indiscriminada, sem qualquer preocupação de uso de técnicas de conservação do solo, os tratoristas em geral não têm qualquer formação para a lida com a terra, fazendo de forma convencional e agressiva. Para combater esta prática e fomentar a consciência ambiental dos produtores, um programa de capacitação de tratoristas, por iniciativa do Governo do Estado através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário através da Empresa Técnica e Extensão Rural (EMATERCE) teve início no ano de 2009. No território esse curso foi ministrado nos municípios de Tauá, Aiuaba, Monsenhor Tabosa e Crateús, havendo, porém o interesse por parte dos outros municípios da realização do mesmo. Posteriormente a realização de tal curso, porém, as técnicas passadas não foram implantadas,

havendo a necessidade de um processo contínuo de conscientização de tais profissionais e dos produtores rurais.

Em Tauá existe uma parceria entre o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, a EMATERCE, e a Cooperativa de Desenvolvimento Familiar - COODEF com o apoio da SDA, tem como objetivo desenvolver técnicas adequadas de uso do solo, inclusive com a utilização de microtratores.

No território é comum a prática de utilização da terra para cultivo, sem um tempo adequado de descanso. Em muitas ocasiões tais culturas são alternadas com o pastoreio, tal ação impacta o solo, o que ocasiona modificações físicas do mesmo.

### **12.3 Tipos de Poluição e Contaminação**

Os poluentes e a contaminação existentes no Território ocorrem por diversos fatores, um dos principais está relacionado ao Saneamento Ambiental, cuja situação é agravante, pois é quase inexistente nas cidades e em comunidades rurais e vilarejos, ocasionado com que os dejetos fiquem a céu aberto poluindo rios, riachos, açudes, lagoas, olhos d'água e até mesmo as águas existentes no subsolo.

O lixo é outro fator preocupante. As áreas rurais, antes limpas, hoje estão poluídas. O acúmulo de sacolas plásticas, garrafas pet, vidros e outros materiais são de enorme proporção. As áreas urbanas não possuem sistemas adequados de deposição do lixo produzido pela população como aterros sanitários. Este problema se agrava ainda mais na sede dos distritos dos municípios onde o lixo não tem destino algum, ficando espalhado nas áreas rurais dos arredores destas vilas, tendo somente um destino certo, os mananciais.

Segundo representantes do município de Novo Oriente, um dos grandes problemas que os municípios enfrentam está relacionado hoje com os resíduos sólidos (lixo), pois o município não foge à regra, quanto aos resíduos sólidos produzidos pela população e são destinados ao chamado lixão a céu aberto sem passar por nenhuma forma de tratamento.

Dentro deste contexto, vale salientar algumas iniciativas dentro do território de combate e consciência ambiental, existe atualmente uma proposta entre os municípios do território, para a consolidação de uma política de consórcio para construção de um aterro sanitário comum.

Em Crateús, Novo Oriente, Independência e Ipaporanga o consórcio já existe de fato, pois já foi validado e assinado.

Em Novo Oriente existe a Associação Quinta Tigre de Catadores de Lixo, que realizam a coleta seletiva dos resíduos.

Em Crateús, também existe uma Associação de Catadores, que tem perspectivas e que já realizam discussões e a viabilização para início imediato do trabalho de coleta seletiva.

Em Ipu e Hidrolândia existe uma Cooperativa de Resíduos Sólidos que reutilizam garrafas PET para fabricação de vassouras e enfeites natalinos.

Por outro lado, nas cidades a poluição do ar já tem um significativo aumento por conta do grande número de veículos automotores, principalmente motos, que circulam sem qualquer cuidado de regulação no que diz respeito à emissão de gases poluentes. Sofrem mais este processo no território as grandes cidades como Crateús e Tauá.

Outro problema de séria relevância é o uso indiscriminado de agrotóxicos aplicados sem qualquer orientação e cuidados, prejudicando a micro fauna existente nos solos, contaminando os alimentos e mananciais.

O uso de agrotóxicos pelos produtores é feito de forma irracional, onde os mesmos não recebem nenhum tipo de orientação por parte de quem vende, sobre a forma correta do uso, como devem se proteger, dos perigos que os mesmos trazem para a saúde. Em virtude deste uso inconsciente, ocorre uma contaminação primeiramente em quem aplica, e em seguida das plantas/frutos que são pulverizados, do solo, do lençol freático, dos mananciais de água no município e, de forma indireta, àqueles que consomem alimentos e bebem água contaminada.

Em Crateús, no perímetro irrigado também existe um uso inadequado e exacerbado de agrotóxicos.

Existe uma contradição por parte do governo quanto ao uso e comercialização dos agrotóxicos, pois embora haja uma política de redução ou não uso de tais produtos, os mesmos são isentos de impostos.

Existem ações pontuais com relação à coleta de embalagens de agrotóxicos, a ADAGRI, por exemplo, realiza esporadicamente ações de recolhimento de embalagens de defensivos agrícolas, sendo a última realizada no município de Crateús. O comitê de bacias do Alto Jaguaribe tem um projeto em fase de implantação que sugere a participação dos municípios no recolhimento das embalagens de agrotóxicos.

Um outro fator não menos importante e que está ligado aos demais que ocasionam também sua contaminação é a poluição das águas existentes no território. Em Ipueiras existe uma suspeita de contaminação da água por agrotóxicos devido à ocorrência de doenças de pele e de doenças cancerígenas.

Quase todos os açudes do território apresentam águas contaminadas devido à ao livre acesso de animais aos corpos hídricos, muitos se apresentam eutrofizados. Os rios que passam pelas cidades também se encontram bastante poluídos devido ao escoamento de dejetos sem nenhum tratamento para seu interior.

#### **12.4 Desequilíbrio e Destruição Ambiental**

Os fatores de desequilíbrio dentro do território podem ser considerados de dois tipos: os naturais e os antrópicos. Para os primeiros podemos citar a própria vulnerabilidade do ambiente que possui: altas temperaturas, baixa pluviosidade, altas taxas de evaporação, solos rasos, vegetação esparsa e as secas que em média a cada década tornam-se mais presentes, devido o aquecimento do planeta.

Quanto aos fatores de destruição que são afetados pela ação do homem podem ser citadas muitas ações, mas destas serão ressaltadas algumas que se julga de maior relevância para o território, pois muitas delas já foram contempladas no tópico anterior, bem como serão reforçadas neste tópico.



A economia deste território é baseada na agricultura e pecuária e estas ainda são praticadas de uma forma cultural que sobrevive há gerações, com pouco cuidado para com o meio ambiente em que se estão inseridos.

As práticas agrícolas são realizadas na sua maioria, com a queima e a derrubada da vegetação, deixando o solo desnudo e sem qualquer cobertura que possa oferecer qualquer nutriente ou resistência ao carreamento deste. No sistema de plantio no toco, as dificuldades são muitas e os instrumentos ainda bastante rudimentares (enxadas, enchadecos), que em geral despendem muito esforço e alcançam poucos resultados de produção. Por isso se realiza a queima com a justificativa que esta diminui o trabalho de capina e a produção de grãos para o primeiro ano é maior.

Segundo os próprios produtores da região, a maioria dos agricultores ainda utilizam práticas agrícolas rudimentares na preparação de seus solos para o plantio (queimadas, plantio morro abaixo, monocultura, uso de máquinas pesadas sem técnicas apropriadas, pastoreio excessivo, entre outra), o que acarreta uma degradação constante dos mesmos causando alguns tipos de erosão.

Passado este primeiro ano estas áreas sofrem a arrancada dos tocos (pedaços de tronco e raiz), para que sejam transformados em campos onde se possa usar a tração animal ou o trator como forma de preparo do solo e de capina. Ainda é muito comum para estas áreas o uso da monocultura.

Outra questão é que estas áreas quando abandonadas tem um tempo de descanso insuficiente para a recuperação da vegetação secundária e isto se agrava ainda mais nos minifúndios que, sem opção de mudança de áreas de plantio, acabam por ter menos tempo de descanso do solo ou mesmo nem existir, só desistindo delas quando estão em processo de degradação acentuado.

Outra área bastante afetada são as planícies aluvionares (áreas existentes nas bordas de rios, riachos e grotas). Em geral o seu solo é mais profundo por estar situado em áreas rebaixadas que recebem a deposição de sedimentos, portanto com maior fertilidade, o que proporciona uma maior produtividade. Estas áreas sofrem uma pressão muito maior sendo exploradas exaustivamente seja na agricultura de sequeiro ou em pequenas irrigações.

Normalmente a Mata Ciliar é totalmente retirada, deixando campo livre para o assoreamento dos cursos de água.

Segundo representantes do próprio território, por estarem inseridos nos sertões de Crateús região árida do estado, os problemas de estiagem sempre acontecem, causados pelos desmatamentos desenfreados em muitas áreas de matas ciliares; os rios e riachos encontram-se bastante assoreados, o que contribui para enchentes e alagamentos de algumas áreas, inclusive na sede do município.

Em relação à pecuária, esta também incrementa fatores de desequilíbrio, pois o criatório ainda é feito de forma extensiva, com o pastoreio nas áreas que ainda possuem vegetação nativa. Para as áreas onde é desenvolvido o cultivo após a colheita os animais são postos dentro dos roçados no intuito de comerem os restos de culturas e em geral são deixados até quase limpar o solo, e neste período o pisoteio causa a compactação dos solos destas áreas.

Com a retirada quase total dos restos de culturas no período de estiagem, o solo fica desnudo e o vento leva a camada de solo transformando as áreas rurais em verdadeiras nuvens de poeira causadas pela erosão eólica.

Outro fator de desequilíbrio que pode ser citado é o extrativismo. As famílias rurais ainda utilizam a lenha para cozinhar, e os fornos de cerâmicas e olarias também utilizam a matriz vegetal. Também é feito a retirada de madeira para transformação em carvão o que depois é vendida para setores do comércio que trabalham com alimentação.

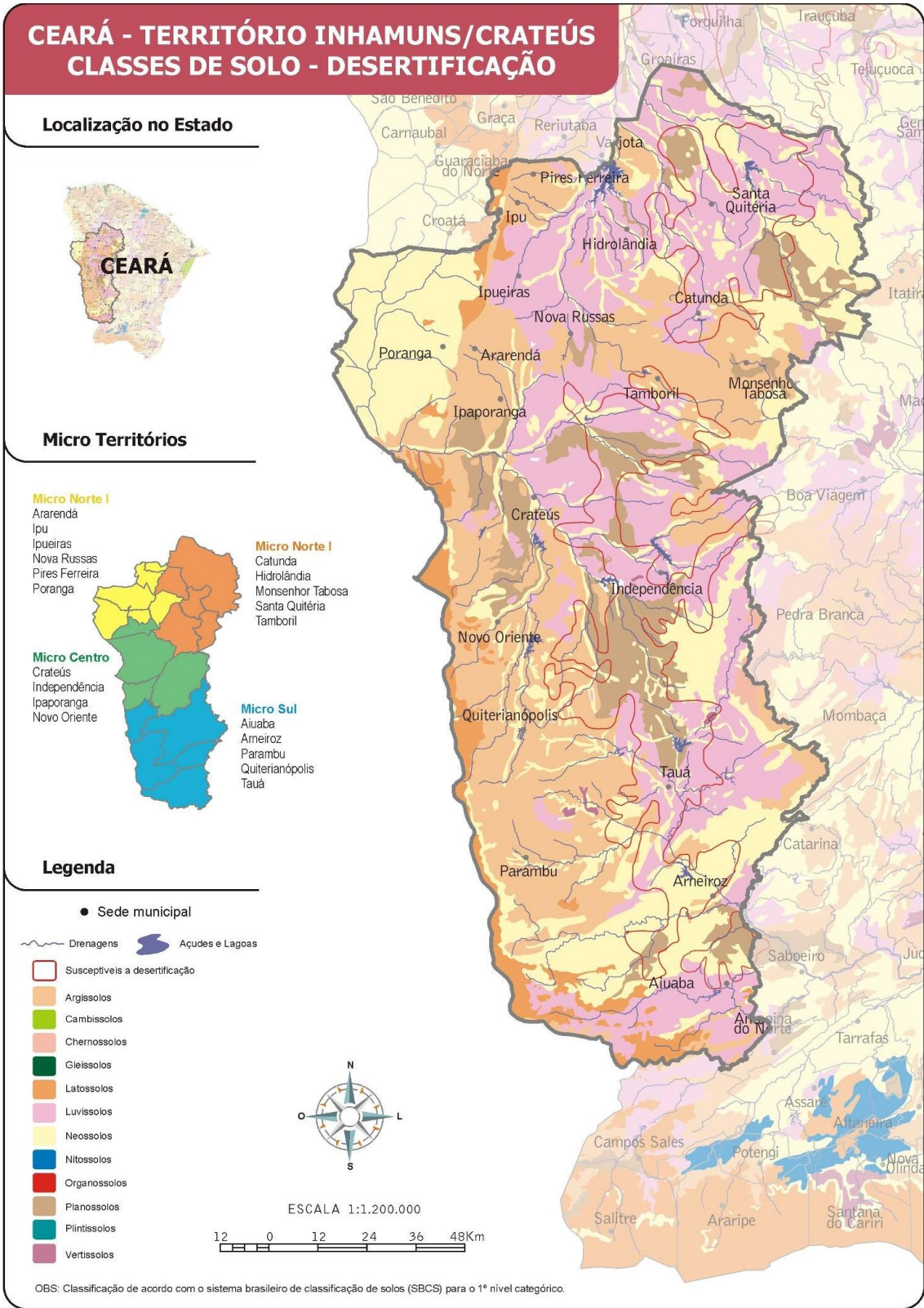
Segundo representantes do território de Tauá, o extrativismo existe com a retirada de madeira para construções diversas, assim como a lenha e extração de pedras (mármore), etc.

Outro problema que tem se registrado nas cidades são áreas de alagamento, nos períodos de chuvas. Decorrentes de três situações: a ocupação de áreas de risco nas regiões mais baixas nas margens dos rios, já que todas as nossas cidades foram formadas próximo aos cursos d' água; uma segunda situação mostra que este problema se agrava por causa do acelerado processo de assoreamento dos rios que cada vez mais com os leitos entulhados de sedimento forçam às águas tomarem as áreas de margem e

também devido ao acúmulo de lixo, o que juntamente com a diminuição da permeabilidade dos solos devido a pavimentação dificultam o correto escoamento.

Uma situação agravante em relação à degradação/ desertificação, segundo estudos realizados pelos órgãos governamentais federais e estaduais, bem como por instituições de pesquisa, é que nesta área existem alguns municípios dentro do Território que estão fortemente ameaçados pelo processo de degradação e em vias de desertificação, como é o caso dos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Tauá, no micro território Sul, Independência e Crateús no micro território Centro e Tamboril no micro território Norte II. Estes municípios possuem algumas manchas de solos bastante vulneráveis, que foram afetadas de forma drástica pelas ações antrópicas e se não forem tomadas as providências cabíveis este processo de degradação se tornará irreversível.

As classes de solos mais vulneráveis a processos de degradação/desertificação são: (Luvisolos Crômicos) – Bruno Não Cálcico, (Neossolos Litólicos) – Solos Litólicos, (Planossolo Hápico Solodico) Planossolos Solodico, que se apresentam rasos com muitos afloramentos rochosos. Estes solos estão presentes em todos os micros territórios exigindo cuidado no planejamento e execução de qualquer ação a ser desenvolvida nestas áreas.



o gráfica: Welton Travassos

**Figura 21:** Representação Mapa de classe de solos destacando as áreas em processo de desertificação do Território Inhamuns/Crateús.  
**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007).

## 12.5 Programas Ambientais no Território

No território existem alguns programas, projetos e subprojetos implantados para atender as demandas dos territórios e facilitar a aplicação de políticas públicas, e suas finalidades podem ser visualizados no Quadro 24 a seguir:

<b>PROGRAMAS, PROJETOS, SUBPROJETOS E AÇÕES.</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>PROGRAMA (MOVIMENTO) PACTO AMBIENTAL DOS INHAMUNS</b>	É um programa que tem como objetivo estimular as cidades cearenses a implementarem políticas públicas ambientais, buscando a preservação e recuperação do meio ambiente e a sensibilização da população quanto a sua fragilidade.
<b>PROJETO MATA BRANCA</b>	Este é um projeto desenvolvido em uma parceria dos Governos dos Estados do Ceará e Bahia, com o objetivo de levar as comunidades, questões relevantes inerentes à conservação do Bioma Caatinga e a Educação Ambiental.
<b>SUBPROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE MATAS CILIARES</b>	É um programa por dentro do Projeto Mata Branca, sendo desenvolvido nas margens dos rios Poti e Jaguaribe.
<b>(AÇÃO) Práticas agrícolas de conservação de solos</b>	Programa da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, também já é uma realidade com algumas práticas edáficas em correção de solos, terraceamento, captação “ <i>In Situ</i> ” e plantio direto na palha.
<b>SUBPROJETO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA</b>	Subprojeto que está sendo trabalhado em parceria com o Governo municipal e Sociedade Civil, inicialmente implantado em Tauá.
<b>PROJETO VIGILANTES DA ÁGUA</b>	O projeto Global Water Watch (GWW) surgiu na Universidade de Auburn (Alabama/EUA) e se espalhou por diversos países. No Brasil, teve início em 2000, no Vale do Jequitinhonha, região Semiárido de Minas Gerais. O objetivo é monitorar a qualidade de fontes de água utilizadas para o consumo humano.
<b>PROGRAMA DE CONSÓRCIO DE ATERROS SANITÁRIOS</b>	É um programa que está sendo viabilizado pelos municípios para tentar resolver o problema do lixo produzido pelas populações urbanas.
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	Programa de Educação Ambiental das Escolas de Família Agrícola - EFA. Uma escola está em pleno funcionamento no município de Independência e estão previstas a construção de mais três,

PROGRAMAS, PROJETOS, SUBPROJETOS E AÇÕES.	DESCRIÇÃO
	<p>contemplando assim todos os micros territórios. A metodologia das EFAs é diferenciada da escola convencional, tendo como ocupação formar jovens agricultores e agricultoras, para o desenvolvimento sustentável da agricultura e pecuária com total respeito às questões ambientais da realidade em que vivem.</p> <p>O programa é desenvolvido pela Associação de Pais de Agricultores Familiares em parceria com Organizações não Governamentais, Diocese de Crateús, Programa Território da Cidadania e o Governo Municipal de Independência.</p> <p>Ainda no que se refere à Educação Ambiental o município de Tauá fez a citação de existir duas turmas de Educadores formados pela Universidade Estadual do Cariri (URCA) em parceria com a Secretária Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), com capacidade plena de exercer a profissão de Educadores Ambientais dentro do território.</p>
<b>(Ação) REUTILIZAÇÃO DO OLEO DE COZINHA</b>	A secretaria de meio ambiente da cidade de Nova Russas está realizando uma reutilização do óleo de cozinha para a fabricação de Sabão.
<b>(Ação) REUTILIZAÇÃO DE GARRAFAS PET</b>	Em Ipueiras, também ocorre à reutilização de garrafas PET para fabricação de vassouras.

**Quadro 24:** Programas, projetos e ações desenvolvidas no território.

Fonte: Arquivo do território (2009)

Existe uma falta de compromisso com as questões ambientais por parte de alguns gestores municipais, que tornam difíceis as ações do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente - CONDEMA.

Com relação aos outros órgãos ambientais, tais como SEMACE e IBAMA, e Instituto Chico Mendes, tais órgãos não apresentam escritórios no território, o que torna difícil o acompanhamento, a proteção ambiental e a carência de fiscalização segundo a legislação ambiental vigente.

No território Inhamus Crateús existe uma falha de ações e programas voltados para a educação ambiental, tanto nas escolas quanto nas comunidades. Talvez por ser um tema pulverizado entre as disciplinas escolares, a questão ambiental não tenha uma notoriedade apropriada. No

entanto, com a crescente preocupação pela manutenção dos ecossistemas naturais, surge a necessidade de uma educação ambiental prioritária.

No território existem algumas ações pontuais, mas como as mesmas não têm continuidade acabam não surtindo o efeito de conscientização ambiental adequado.

A educação ambiental é um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza (SORRENTINO, 2005).

O Estado do Ceará está iniciando o processo de construção de sua agenda 21 através do CONPAM, tal ação vem levando em consideração as divisões territoriais feitas pelo MDA, o território também apresenta algumas iniciativas de agenda 21, tais iniciativas demonstram o interesse e preocupação com o meio onde tais populações vivem. Dentre os municípios que apresentam tais iniciativas no território estão o município de Quiterianópolis, Tauá, Crateús, Novo Oriente, Ipu, Nova Russas e Monsenhor Tabosa.



### 13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

A análise territorial foi trabalhada junto ao Colegiado através da metodologia da matriz de planejamento denominada 'FOFA' para construir o instrumento de análise do ambiente interno e externo que aponta no Quadro abaixo os pontos fracos e fortes, bem como as ameaças e oportunidades.

ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avanço do processo de desertificação e queimadas das matas ciliares no Território;</li> <li>2. Uso indiscriminado de defensivos Químicos;</li> <li>3. Vilas sem saneamento básico (em especial esgoto);</li> <li>4. Normas ambientais do CONDEMA pouco conhecidas e divulgadas;</li> <li>5. Municípios sem política ambiental;</li> <li>6. Destino inadequado do lixo;</li> <li>7. A forma de exploração dos recursos naturais tem causado vulnerabilidade da caatinga;</li> <li>8. Política de educação ambiental quase ausente nas escolas;</li> <li>9. Desmatamento indiscriminado vem acelerando os processos de degradação da mata nativa do Território;</li> <li>10. Exploração das jazidas de minério no território, com destaque para a Itataia, desconhecida pelo público;</li> <li>11. Poucas ações que priorizem o saneamento básico nas comunidades agrícolas;</li> <li>12. Uso inadequado do solo;</li> <li>13. Retirada da Vegetação Nativa e colonização de espécies invasoras;</li> <li>14. O uso do fogo contribuindo para o lançamento de CO<sup>2</sup> na atmosfera além de extinguir toda a microfauna do solo;</li> <li>15. Desmatamento para manutenção de matriz energética;</li> <li>16. Práticas rudimentares contribuindo com destruição do meio ambiente;</li> <li>17. Contaminação de Solos e corpos</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grande número de Conselhos do meio ambiente;</li> <li>2. Grande número de associações atendidas pelo Projeto Mata Branca;</li> <li>3. Bom número de instituições sensíveis a contribuir com a sustentabilidade do semi-árido;</li> <li>4. Escolas Família Agrícola Dom Fragoso vem sendo uma referência importante em transferência de conhecimento na área de educação do campo e técnicas de convivência com o semiárido;</li> <li>5. Rica biodiversidade e recursos naturais;</li> <li>6. Grande número de agricultura familiar no território;</li> <li>7. Alguns municípios contam com viveiros de produção de mudas;</li> <li>8. Algumas Prefeituras Municipais já contam com Secretarias de Meio Ambiente, o que facilita as ações de preservação.</li> <li>9. Uso de novas tecnologias apropriadas para o desenvolvimento da produção familiar;</li> <li>10. Práticas de diversificação de culturas;</li> <li>11. Controle Biológico de pragas através da utilização de defensivos naturais;</li> <li>12. Implantação de Unidades de Reciclagem.</li> </ol>



<p>hídricos por agrotóxicos;  18. Extinção de espécies locais;  19. Aumento de problemas de saúde humana, devido a pouca infraestrutura de esgotamento sanitário;  20. Degradação do meio ambiente;  21. Desmatamento de áreas de encostas superior a 45 graus</p>	
<b>ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>AMEAÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instabilidades climáticas;</li> <li>2. Impacto do Aquecimento Global sobre o Bioma;</li> <li>3. As mudanças climáticas têm aproximado cada vez mais os períodos de seca;</li> <li>4. Falha por parte dos órgãos ambientais no que tange a proteção ambiental e a fiscalização, em particular, das unidades de conservação e APP's;</li> <li>5. Pouco investimento em políticas de convivência com o semi-árido;</li> <li>6. Escassez de água para consumo humano, animal e para produção em períodos de estiagem.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Valorização por parte do mercado de produtos típicos do nosso bioma, a ex.: derivados da exploração apícola;</li> <li>2. Expansão dos programas federais frente a políticas de preservação ambiental;</li> <li>3. Projeto Mata Branca implantado no Território;</li> <li>4. Projetos de tecnologias alternativas (P1MC, P1+2, quintais produtivos);</li> <li>5. Fundo Nacional, estadual e municipal para o meio ambiente;</li> <li>6. Existências de programa de capacitação de gestores e COMDEMA em educação ambiental;</li> <li>7. Implantação de Programas conservacionistas como: Correção de Solos, Captação <i>In Situ</i>, Valetas de Retenção, Cordões de Pedras, Barragens Subterrâneas, Linhas de Matas para Quebra-vento, Plantio Direto na Palha, Diversificação de Culturas, Sistemas de produção Agroecológico de Agrofloresta e Agrossilvopastoril;</li> <li>8. Programas de: Reserva Alimentar, Melhoramento Genético e Saúde Animal.</li> </ol>

**Quadro 25:** Análise Territorial da Dimensão Ambiental

Fonte: Oficina Territorial, CETREX – Caucaia-CE, 2010



**Parte II c**

**DIMENSÃO SOCIOECONOMICA**

**Aspectos Socioeconômicos**

**Aspectos do Setor Produtivo**

**Situação Fundiária**

**Financiamento e Comercialização**

**Serviços, Comércio e Indústria**



## 14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS.

Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do território da Cidadania de Inhamuns Crateús, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias de valores da ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão se procurou não focar exclusivamente as questões econômicas, mas também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas,

suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariadas e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

#### **14.1 Indicadores Socioeconômicos**

Compõem a População Economicamente Ativa – PEA as pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo (1º-09-90 a 31-08-91) ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também são consideradas nestas condições as pessoas de 10 anos ou mais de idade que

não trabalharam nos doze meses anteriores à data de referência do Censo, mas que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho. Elaboração IPEA, baseado no Censo Demográfico.

**Tabela 24:** População Economicamente Ativa

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		Crescimento
	1991	2000	
Aiuaba	4.502	5.121	619
Ararendá	-	4.902	-
Arneiroz	2.247	2.889	642
Catunda	-	4.097	-
Crateús	23.105	27.892	4.787
Hidrolândia	5.365	5.858	493
Independência	8.604	10.228	1.624
Ipaporanga	3.316	3.746	430
Ipu	11.896	17.765	5.869
Ipueiras	10.925	15.213	4.288
Monsenhor Tabosa	4.785	6.110	1.325
Nova russas	10.820	10.874	54
Novo oriente	8.582	10.583	2.001
Parambu	9.459	13.582	4.123
Pires Ferreira	2.749	4.919	2.170
Poranga	3.036	4.315	1.279
Santa Quitéria	16.378	15.282	-1.096
Tamboril	7.901	8.880	979
Tauá	18.128	22.547	4.419
<b>TOTAL</b>	<b>145.049</b>	<b>196.803</b>	<b>34.006</b>

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Nesta tabela pode-se ver a População Economicamente Ativa, segundo o IPEA, com dados do censo demográfico de 2000, uma análise de crescimento populacional que influi na economia do território Inhamuns/Crateús. Em Ararendá em 1991 não possuía dados, pois era um distrito, porém em 2000 já consta uma população de 4.902. Em Catunda ocorreu o mesmo por isso não apresenta informações para o ano de 1991, mas em 2000 já apresenta uma população economicamente ativa de 4.097.

Destacam-se no território os municípios com maior crescimento populacional, entre os anos de 1991 a 2000, Ipu (5.869), Crateús (4.787) e Tauá (4.419). Porém no município de Santa Quitéria ocorreu o inverso, a população decresceu de 16.378 para 15.282.

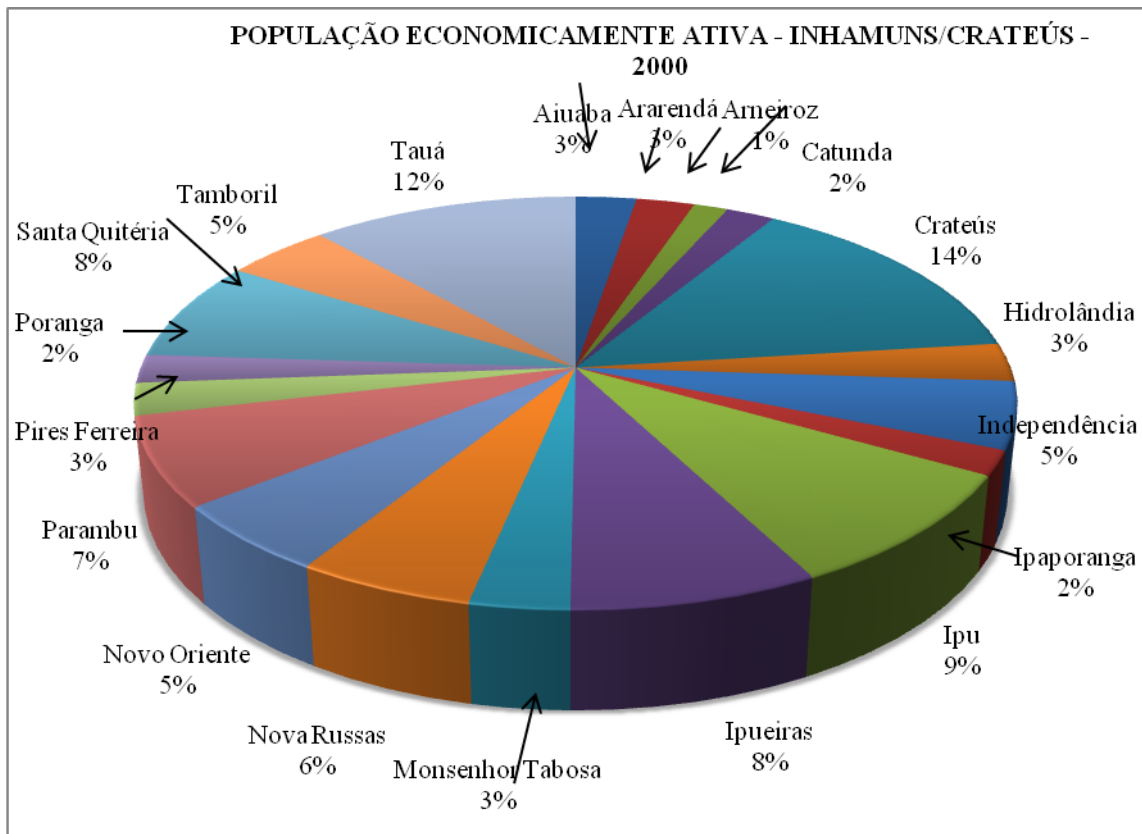
Outro indicador social é apresentado através da Renda *Per Capta*, que é soma dos salários de toda a população dividido pelo número de habitantes.

**Tabela 25:** Renda per capita por município 2008

<b>MUNICIPIOS</b>	<b>RENDA PER CAPITA (R\$)</b>
<b>Micro Sul – média</b>	<b>71,34</b>
Aiuaba	51,76
Arneiroz	58,97
Parambu	68,17
Quiterianópolis	71,98
Tauá	105,85
<b>Micro Centro – média</b>	<b>88,22</b>
Crateús	121,21
Independência	98,14
Ipaporanga	55,01
Novo oriente	78,53
<b>Micro Norte I – média</b>	<b>76.83</b>
Ararendá	66,26
Ipu	96,23
Ipueiras	67,22
Nova russas	103,07
Pires ferreira	64,48
Poranga	63,77
<b>Micro Norte II- média</b>	<b>66.22</b>
Catunda	57,48
Hidrolândia	72,47
Monsenhor Tabosa	61,59
Santa Quitéria	81,63
Tamboril	57,94
<b>Média do território</b>	<b>75.65</b>

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE





**Figura 22:** Gráfico População Economicamente Ativa  
**Fonte:** Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da Republica

No município de Aiuaba, no setor Sul, a Renda per capita é de R\$ 51,76, em Arneiroz a Renda Per Capta é de R\$ 58,97, em Parambú é de R\$ 68,17, em Quiterianópolis é de R\$ 71,98. Tauá a Renda Per Capta é de R\$ 105,85.

Na análise do setor Centro, com a maior média (88,22), os dados demonstram que o município de Ipaporanga tem a menor renda per capita da micro e Crateús a maior. A renda dos habitantes do micro território centro ficou assim distribuída em valores em reais. No município de Crateús a Renda per capita é de R\$ 121,21 em Independência a Renda Per Capta é de R\$ 98,14. No município de Ipaporanga a Renda Per Capta é de R\$ 55,01, em Novo Oriente a Renda Per Capta é de R\$ 78,53.

Esta micro demonstra que a menor renda per capita é de Pires Ferreira e a maior de Nova Russas, ficando assim distribuída em valores em reais. No município de Ararendá a Renda per capita é de R\$ 66,26, Ipu a Renda Per Capta é de R\$ 96,23, Ipueiras a Renda Per Capta é de R\$ 67,22. No município de Nova Russas a Renda Per Capta é de R\$ 103,07. No município de Pires

Ferreira a Renda Per Capta é de R\$ 64,48. Em Poranga a Renda Per Capta é de R\$ 63,77.

Outro índice importante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, ele é um indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação (PNUD, 2003).

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

**Tabela 26:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Ranking do estado para os municípios do Território – 1991 e 2000.

Município	IDH-M			POSIÇÃO		
	1991	2000	Crescimento	1991	2000	TENDÊNCIA
Aiuaba	0,451	0,566	0,115	169	179	Avanço Fraco
Ararendá	0,455	0,626	0,171	164	105	Avanço Forte
Arneiroz	0,475	0,587	0,112	144	164	Avanço Fraco
Catunda	0,467	0,628	0,161	153	101	Avanço Forte
Crateús	0,561	0,676	0,115	23	20	Avanço Fraco
Hidrolândia	0,489	0,638	0,149	121	77	Avanço Forte
Independência	0,521	0,657	0,136	69	37	Avanço Forte
Ipaporanga	0,477	0,609	0,132	142	132	Avanço Fraco
Ipu	0,530	0,670	0,14	56	28	Avanço Forte
Ipueiras	0,467	0,617	0,15	154	122	Avanço Forte
Monsenhor Tabosa	0,507	0,628	0,121	89	100	Avanço Fraco
Nova Russas	0,517	0,640	0,123	78	73	Avanço Fraco
Novo Oriente	0,495	0,602	0,107	110	142	Avanço Fraco
Parambu	0,500	0,603	0,103	104	127	Avanço Fraco
Pires Ferreira	0,470	0,606	0,136	149	137	Avanço Médio
Poranga	0,430	0,597	0,167	179	153	Avanço Forte
Quiterianópolis	0,455	0,625	0,17	165	106	Avanço Forte
Santa Quitéria	0,480	0,642	0,162	138	66	Avanço Forte

Município	IDH-M			POSIÇÃO		
	1991	2000	Crescimento	1991	2000	TENDÊNCIA
Tamboril	0,489	0,620	0,131	123	112	Avanço Médio
Tauá	0,533	0,665	0,132	53	32	Avanço Forte
<b>Média do Território</b>	<b>0,488</b>	<b>0,625</b>	<b>0,137</b>	-	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

**Tabela 27:** Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo os municípios - Ceará - 2004-2006.

Municípios	Global				Fisiográficos, fundiários e agrícolas				Demográficos e econômicos			
	2004		2006		2004		2006		2004		2006	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Aiuaba	9,09	183	6,87	184	15,31	156	14,11	180	0,13	183	0,80	181
Ararendá	18,77	145	20,09	142	13,59	165	14,95	175	7,31	123	15,35	95
Arneiroz	12,95	176	17,45	160	10,82	175	19,26	159	6,93	127	10,75	136
Catunda	20,18	127	28,05	79	14,93	159	23,82	147	8,76	104	24,32	50
Crateús	34,36	25	34,20	43	38,07	35	27,90	134	11,93	78	24,65	49
Hidrolândia	17,32	160	24,45	108	14,79	162	25,10	144	9,10	99	20,92	58
Independência	20,44	123	22,79	123	20,28	132	23,40	151	4,42	159	12,91	115
Ipaporanga	15,44	167	23,96	114	6,98	181	29,51	125	5,79	145	8,43	152
Ipu	30,34	44	29,20	70	44,08	23	37,00	86	7,34	120	14,53	104
Ipueiras	19,64	134	21,85	131	29,53	70	37,88	83	3,65	166	8,49	151
Monsenhor Tabosa	20,23	125	15,98	170	25,17	99	17,34	166	7,32	121	8	154
Nova Russas	29,02	53	28,27	78	17,84	142	27,98	133	17,99	42	23,02	54
Novo Oriente	19,45	138	25,90	97	17,65	143	26,77	138	11,46	81	15,58	93
Parambu	14,76	169	18,29	157	23,58	108	35,24	96	2,67	74	6,99	163
Pires ferreira	23,07	100	18,68	153	34,33	51	29,75	124	9,53	94	7,86	156
Poranga	20,96	117	18,52	154	31,61	62	14,53	178	9,23	98	14,89	98
Quiterianópolis	10,45	180	15,95	171	14,57	163	24,32	146	2,06	177	6,60	165
Santa Quitéria	24,23	88	28,33	77	20,69	128	31,16	117	24,05	25	27,42	36
Tamboril	22,00	108	16,92	163	29,42	73	17,88	164	5,50	150	10,90	134
Tauá	25,12	79	30,65	63	29,07	76	29,27	128	8,88	101	29,83	39
<b>Média Território</b>	<b>20,39</b>	-	<b>22,32</b>	-	<b>22,61</b>	-	<b>25,35</b>	-	<b>8,20</b>	-	<b>14,61</b>	-

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território alcançaram em 2000 o padrão de médio desenvolvimento humano

(IDH entre 0,5 e 0,7). Comparando-se os anos 1991 e 2000, constata-se um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M em todos os municípios, obtendo um avanço de 0,488 no ano de 1991 para 0,625 no ano 2000 com um crescimento médio no Território de Inhamuns Crateús de 0,137. Sendo que 11 (onze) municípios que tinham IDHM menor de 0,500, passaram da faixa de “baixo” para “médio” desenvolvimento humano. Os municípios de destaque no período são: Ararendá com o crescimento de 0,117, seguido de Poranga com 0,167 e Santa Quitéria com 0,162. Ainda nesse período, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil era 0,766. Dentre os municípios do Território de Inhamuns Crateús só os municípios de Crateús (0,676), Ipu (670) e Tauá (0,665) aproximaram-se da média.

O indicador da tabela 29 procura definir o nível geral de desenvolvimento dos municípios do Território, incorporando aspectos geográficos, econômicos e sociais. Para os valores globais destacam-se os municípios de Tauá passando de 25,12 para 30,65, seguido de Santa Quitéria com índice 24,23 para 28,33 e Crateús que se manteve com o índice de 34,20, sendo que em 9(nove) municípios os índices não avançaram como Aiuaba com apenas 6,87 e Monsenhor Tabosa 15,98 com os menores índices.

**Tabela 28:** Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O), por dimensão, segundo os municípios - Ceará - 2006-2007.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)							
	Habitação				Emprego e renda			
	2006		2007		2006		2007	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
<b>Aiuaba</b>	0,283	166	0,268	167	0,072	175	0,093	152
<b>Ararendá</b>	0,393	73	0,399	57	0,125	111	0,105	33
<b>Arneiroz</b>	0,398	63	0,398	61	0,125	113	0,099	142
<b>Catunda</b>	0,367	103	0,365	110	0,096	162	0,089	160
<b>Crateús</b>	0,496	32	0,490	29	0,154	59	0,179	26
<b>Hidrolândia</b>	0,348	127	0,354	122	0,127	109	0,166	106
<b>Independência</b>	0,358	116	0,399	58	0,117	130	0,111	122
<b>Ipaporanga</b>	0,368	101	0,360	115	0,095	163	0,095	149
<b>Ipu</b>	0,336	135	0,336	135	0,138	80	0,148	60
<b>Ipueiras</b>	0,382	86	0,376	92	0,094	165	0,174	137
<b>Monsenhor Tabosa</b>	0,364	108	0,367	108	0,047	183	0,069	174
<b>Nova russas</b>	0,391	76	0,391	72	0,154	58	0,172	32

Municípios	Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)							
	Habitação				Emprego e renda			
	2006		2007		2006		2007	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
<b>Novo oriente</b>	0,371	98	0,372	96	0,127	108	0,113	117
<b>Parambu</b>	0,313	152	0,315	150	0,102	152	0,131	84
<b>Pires ferreira</b>	0,118	183	0,123	183	0,137	83	0,196	148
<b>Poranga</b>	0,366	105	0,374	95	0,059	182	0,048	183
<b>Quiterianópolis</b>	0,368	102	0,371	98	0,131	99	0,111	121
<b>Santa Quitéria</b>	0,328	143	0,358	117	0,137	81	0,150	59
<b>Tamboril</b>	0,293	161	0,293	161	0,071	177	0,098	144
<b>Tauá</b>	0,342	130	0,345	130	0,138	77	0,178	27
<b>Médio Território</b>	<b>0,349</b>	<b>-</b>	<b>0,352</b>	<b>-</b>	<b>0,112</b>	<b>-</b>	<b>0,126</b>	<b>-</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Para os índices de Habitação, a média territorial apresenta um crescimento de apenas 0,03, praticamente não houve crescimento. Ainda é preciso muito para que melhore esses índices. De acordo com a Secretaria das Cidades, do Governo do Estado do Ceará, a estimativa para 2010 é que ainda faltem 307.058 unidades habitacionais, divididos em 220.464 na área urbana e 86.594 na área rural (Negócios, Diário do Nordeste 07/10/2010). O mesmo acontece com os índices de Emprego e Renda, com aumento da média territorial um pouco mais significativo de 0,112 para 0,126 com um crescimento de 0,14.

**Tabela 29:** Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R), por dimensão, Educação e saúde, segundo os municípios - Ceará - 2006-2007

Municípios	Global				
	2006		2007		Crescimento
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	
<b>Aiuaba</b>	0,415	95	0,357	176	-0,058
<b>Ararendá</b>	0,378	141	0,366	175	-0,012
<b>Arneiroz</b>	0,416	93	0,428	98	0,012
<b>Catunda</b>	0,405	108	0,442	78	0,037
<b>Crateús</b>	0,423	77	0,426	101	0,003
<b>Hidrolândia</b>	0,393	124	0,492	22	0,099
<b>Independência</b>	0,376	149	0,401	144	0,025
<b>Ipaporanga</b>	0,322	180	0,328	181	0,006
<b>Ipu</b>	0,375	151	0,381	165	0,006
<b>Ipueiras</b>	0,363	162	0,334	177	-0,029

Municípios	2006		Global 2007		Crescimento
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	
Monsenhor Tabosa	0,324	179	0,374	168	0,05
Nova Russa	0,438	51	0,453	70	0,015
Novo oriente	0,356	164	0,363	174	0,007
Parambu	0,385	135	0,425	24	0,04
Pires Ferreira	0,353	167	0,388	155	0,035
Poranga	0,378	142	0,416	123	0,038
Quiterianópolis	0,387	132	0,406	138	0,019
Santa Quitéria	0,427	67	0,450	72	0,023
Tamboril	0,293	181	0,348	179	0,055
Tauá	0,422	80	0,466	50	0,044
<b>Média do Território</b>	<b>0,381</b>	<b>-</b>	<b>0,402</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Essa tabela apresenta o desempenho dos municípios para os índices globais do IDS-R com destaque para os municípios de Hidrolândia com crescimento de 0,099 saindo da 124 para a 22 colocação no ranking do estado e o município que menos avançou é Aiuaba com resultado negativo de -0,058, soma-se a esse o município de Ipueiras (-0,029) e Ararendá (-0,012).

## 15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

### 15.1 Setor Agropecuário

#### 15.1.1 Sistema de Produção Agrícola

Esse sistema é formado por cinco subsistemas principais: a tradicional *agricultura de sequeiro*, a *agricultura em área úmida*, a *agricultura irrigada*, a *fruticultura* e a *horticultura* sendo a primeira, amplamente disseminada, a segunda desenvolvida nos municípios com presença de serra úmida, lado jusante e beira de açude, a terceira e quinta trabalhadas fortemente nos municípios com potencial hídrico favorável a irrigação e a quarta em condições ambientais variadas.

Destacam-se no território de Inhamuns Crateús as principais culturas: Bovinocultura, Ovinocaprinocultura, Apicultura, Avicultura e Suinocultura Caipira, fruticultura com destaque cajucultura, oleaginosas para produção de bicompostíveis, algodão, milho, feijão e dispõe ainda de Bancos de Sementes e de uma boa diversidade de artesanato.

##### 15.1.1.1 Agricultura de Sequeiro

Apesar da difusão de práticas agroecológicas desenvolvidas pela assistência técnica, ainda é muito forte o *Cultivo no toco ou itinerante* Conhecida pelos Agricultores Familiares como Broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivamento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente. O uso do inseticida químico como meio de combate aos insetos vem progressivamente avançando. As principais culturas exploradas nesse sistema no território são o cultivo do **milho e feijão**. As práticas utilizadas são o uso das sementes tradicionais e o da enxada nos tratamentos culturais;

*Cultivo no campo* - tem como característica o desmatamento, a destoca e a exploração intensiva da área com a utilização tradicional da enxada e/ou da

mecanização agrícola (trator/cultivador) e dos agrotóxicos, provocando um processo acentuado de degradação da área desse sistema, embora, já exista o uso tradicional da prática de conservação do solo (bagana de carnaúba). As principais culturas exploradas e apropriadas para esse sistema, são: *milho, mandioca, feijão* e o *algodão herbáceo*, além do *sorgo* para produção de forragem.

*Cultivo em vazante e revença de açude* – Se caracteriza pelo cultivo de culturas permanentes e temporárias de forma consorciada tanto para venda e alimentação das pessoas quanto para o suporte forrageiro dos animais. Esse sistema ainda é pouco explorado no território apesar do grande potencial existente. As culturas mais exploradas são o *feijão, jerimum, batata doce, milho, pepino, sorgo forrageiro, capins aquático, cana de açúcar, capim de corte, fruteiras, hortaliças*, etc.

*Horticultura* - ainda é uma atividade pouca explorada no território, só existindo uma pequena exploração nos municípios. Queremos destacar o grande potencial existente no território principalmente nos solos de aluvião perenes e de sequeiro como também nos locais próximos aos grandes mananciais d' água que ficam nos lados jusante e montante dos açudes.

Apesar do seu grande potencial a horticultura é uma atividade sem muita inserção na cultura das pessoas, necessitando de um processo de difusão mais intensa no território.

#### *15.1.1.2 Agricultura Irrigada*

**Sistema irrigado familiar** – É um sistema que tem como característica a utilização diversificada de sistemas de irrigação, o uso de uma base tecnológica modernizante (agroquímicos) e uma estrutura produtiva fundamentada na unidade de produção familiar. Segundo informações disponíveis esse sistema é pouco usado no território, embora, seja possuidor de um grande potencial. As culturas mais usadas nos sistemas atuais, são: o *feijão*, a *forragem de corte (milho, capins e cana de açúcar)*.



### 15.1.1.3 Lavouras Permanentes

**Tabela 30:** Produção em (t) das lavouras Permanentes, 2009

Município	Banana	Manga	Goiaba	Limão	Coco (mil frutos)	Castanha de caju	Algodão
Setor Sul	542	570	0	0	180	875	25
Aiuaba	203	25	0	0	37	140	0
Arneiroz	0	12	0	0	14	0	0
Parambu	105	211	0	0	36	714	0
Quiterianópolis	82	190	0	0	21	13	0
Tauá	152	132	0	0	72	8	25
<b>Setor Centro</b>	<b>507</b>	<b>343</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>83</b>	<b>171</b>	<b>0</b>
Crateús	120	150	0	0	45	51	0
Independência	65	12	0	0	0	0	0
Ipaporanga	117	88	0	0	0	9	0
Novo oriente	205	93	0	0	38	111	0
<b>Setor Norte I</b>	<b>7.329</b>	<b>1.669</b>	<b>170</b>	<b>182</b>	<b>2.662</b>	<b>319</b>	<b>0</b>
Ararendá	184	143	0	0	35	11	0
Ipu	4.720	714	61	55	1.120	100	0
Ipueiras	1.755	511	73	70	1.075	99	0
Nova Russas	64	48	0	0	65	50	0
Pires ferreira	576	136	36	57	339	27	0
Poranga	30	117	0	0	28	32	0
<b>Setor Norte II</b>	<b>1.616</b>	<b>557</b>	<b>30</b>	<b>34</b>	<b>695</b>	<b>54</b>	<b>0</b>
Catunda	179	79	0	0	119	7	0
Hidrolândia	682	72	0	0	89	8	0
Monsenhor Tabosa	45	151	0	0	21	7	0
Santa Quitéria	630	192	30	34	424	24	0
Tamboril	80	63	0	0	42	8	0
<b>Total</b>	<b>9.994</b>	<b>3.139</b>	<b>200</b>	<b>216</b>	<b>3.620</b>	<b>1.419</b>	<b>25</b>

Fonte: Lavouras Permanentes – IBGE 2009.

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Dentre as culturas permanentes destacam-se as culturas de coco com uma produção de 3.620 mil frutos, sendo os municípios de Ipu, Ipueiras e Santa Quitéria com maior produção. Outra cultura que se destaca é a banana

com uma produção de 9.994t principalmente nos municípios de Ipu, Ipueiras e Hidrolândia. Também é grande a produção de castanha de caju é de 1.419t, principalmente nos municípios de Ipu, Ipueiras; de *manga* com 3.139t com destaque Ipu, Ipueiras. Outra produção que se destaca é a de algodão, embora essa produção seja só nos municípios de Tauá e Parambu, que apresenta 25 t. Essa produção de algodão se destaca não pela quantidade mas, pela qualidade pois toda a produção é agroecológica e certificada como orgânica pelo Instituto BioDinâmico-IBD.

#### 15.1.1.4 Lavouras Temporárias

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, obrigatoriamente de replantio após cada colheita (IBGE,2008).

A Agricultura Familiar com suas culturas temporárias e permanentes apresenta-se desarticulada, não há uma produção programada, e a compra de insumos é feita individual assim como a comercialização dos produtos que em sua maioria é feita para atravessadores, há pouca compreensão dos Agricultores/as sobre a importância do cooperativismo, tornando o tema ainda pouco valorizado. As poucas experiências de organizações que iniciam uma produção programada e comercialização coletiva são as que participam dos Programas de Aquisição de Alimentos, e são poucas as unidades de beneficiamento da produção para agregação de valor (minifabricas), com isso toda a produção é comercializada *in natura* em feiras municipais, “de porta em porta” e aos atravessadores.

**Tabela 31:** Produção em (t) das lavouras Temporárias, 2009

Município	Mandioca	Maracujá	Melancia	Mamona	Feijão	Mamão	Milho	Batata doce
<b>Setor Sul</b>	<b>3.675</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>474</b>	<b>7.985</b>	<b>0</b>	<b>70799</b>	<b>0</b>
Aiuaba	470	0	0	45	1.606	0	5.646	0
Arneiroz	90	0	0	23	540	0	445	0
Parambu	2.420	0	0	126	2.988	0	6.194	0
Quiterianópolis	275	0	0	48	706	0	6.201	0
Tauá	420	0	0	232	2.145	0	52.313	0
<b>Setor Centro</b>	<b>5.690</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>228</b>	<b>2.881</b>	<b>0</b>	<b>181.491</b>	<b>0</b>
Crateús	3.010	0	0	39	1.06	0	100.769	0
Independência	310	0	0	163	1.816	0	23.131	0
Ipaporanga	2.205	0	0	8	288	0	11.210	0
Novo oriente	165	0	0	18	777	0	46.381	0
<b>Setor Norte I</b>	<b>5.108</b>	<b>19.519</b>	<b>2.019</b>	<b>198</b>	<b>3.174</b>	<b>7.796</b>	<b>76.918</b>	<b>1.317</b>
Ararendá	212	0	0	21	186	0	5.974	0
Ipu	2.397	8.960	678	25	1.144	3.021	4.048	441
Ipueiras	1.895	10.260	775	72	751	3.510	59.818	637
Nova Russas	120	0	0	23	340	0	4.506	0
Pires Ferreira	186	299	566	7	534	1.265	449	239
Poranga	298	0	0	50	219	0	2.123	0
<b>Setor Norte II</b>	<b>2.857</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>581</b>	<b>5.747</b>	<b>1.605</b>	<b>89.937</b>	<b>327</b>
Catunda	411	0	0	58	822	0	36.539	86
Hidrolândia	251	0	0	18	1.435	390	2.290	98
Mons. Tabosa	962	0	0	210	406	0	11.150	0
Santa Quitéria	793	0	0	206	2.373	1.215	9.541	143
Tamboril	440	0	0	89	711	0	30.417	0
<b>Total</b>	<b>17.330</b>	<b>19.519</b>	<b>2.019</b>	<b>1.481</b>	<b>19.787</b>	<b>9.401</b>	<b>419.145</b>	<b>1.644</b>

Fonte: Lavouras Temporárias – IBGE 2009.

### 15.1.2 Sistema de Criação Animal

Este subsistema é formado pela *bovinocultura mista e leiteira, ovinocaprino cultura tradicional e moderna, caprinocultura de leite, ovinocaprino cultura agroecológica, piscicultura extensiva e intensiva e pesca artesanal, apicultura e extração do mel, avicultura moderna e a criação caseira de suínos e aves* (galinha, capote, pato e peru). A seguir descreveremos cada atividade desse subsistema:

*Bovino cultura mista* – A bovinocultura mista é um sistema de criação tradicional e tem como características o uso da pastagem nativa e restolhos de culturas como base da alimentação e a valorização das raças nativas, extremamente adaptadas ao manejo de produção mista de carne e leite. O manejo adotado é semi-intensivo e que funciona da seguinte maneira: O rebanho é geralmente dividido em dois plantéis: um em lactação e o outro de animais solteiros. O rebanho em lactação recebe o manejo semi-intensivo; de manhã cedo é realizada a ordenha e logo depois levado para o cercado, permanecendo lá até as três horas da tarde de onde é trazida para o curral, ficando até o momento da ordenha O rebanho solteiro geralmente é criado de forma extensiva com poucas condições de controle. O leite produzido destina-se basicamente para o consumo da família e o excedente para venda e ou doações de pessoas residentes no seu entorno, enquanto o animal em pé além da sua venda para o mercado local, também é contabilizado como parte do patrimônio familiar, constituindo uma espécie de reserva e poupança para os produtores. Além de ser uma atividade importante economicamente a bovinocultura mista é desenvolvida pelas diversas categorias de criadores existentes no território: o grande e médio criador, o agricultor familiar com terra e em determinados casos criadores sem terra.

*Bovino cultura leiteira* – essa é uma atividade pouco expressiva para a economia do território. Os municípios que têm um certo destaque na bovinocultura são: Tauá, Crateús, Independência, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Tamboril, possuindo mais de 60% do rebanho do território. Esse sistema de criação é desenvolvido praticamente pelo *médio e o grande proprietário e mesmo assim é pequena quantidade e em menor escala o*

*agricultor familiar*. Esse sistema de criação se caracteriza por usar uma alimentação baseada no uso de insumos externos (ração concentrada, sal mineral, vacinas e vermífugo) complementado com o pastejo direto acrescido de volumoso verde ofertado em cocheira, realizando duas ordenhas (manual/mecânica) diárias (manhã e tarde). Em relação à raça esse sistema usa um padrão genético apurado para aptidão leiteira, valorizando as raças puras através do uso de reprodutores. Outra característica é a utilização do sistema intensivo por alguns produtores, enquanto outros, utilizam o sistema semi-intensivo. O *agricultor familiar* utiliza um sistema de criação que se caracteriza pelo uso de insumos externos (ração concentrada e vacinas), sendo que alguns utilizam como complemento alimentar o pastejo direto, enquanto outros, o volumoso verde ofertado em cocheiras/tinas. A ordenha é feita manualmente, uma vez por dia no horário da manhã pela maioria dos criadores, enquanto alguns, fazem duas vezes ao dia (manhã e tarde). Com relação às raças, esse sistema valoriza as nativas, melhoradas através do cruzamento com animais de padrão leiteiro através da monta natural. Esse tipo de criação tem como característica o uso do sistema semi-intensivo.

*Ovinocaprinocultura tradicional* – essa atividade tem como característica o nível de abrangência na adesão dos agricultores/as familiares ao sistema, a valorização das raças nativas e o uso de seleção dos reprodutores no seu próprio plantel. A introdução de reprodutores de raças sem um controle genético do rebanho, um manejo sanitário irregular e uma alimentação inadequada, apesar de também fazer parte da característica do sistema, traz como consequência, uma baixa qualidade do padrão genético, uma baixa taxa de desfrute; uma taxa elevada de mortalidade do rebanho, uma forte degradação dos recursos naturais, porém, um baixo custo financeiro. Os fatores mais limitantes desse sistema são: a resistência às mudanças por parte dos criadores, um sistema de ATER desarticulado, insuficiente e com uma concepção contraditória, e sem uma estratégia que garanta a conversão processual, participativa e educativa desses criadores, além de um sistema de crédito ainda insuficiente, burocrático e em alguns casos inadequado.

*Ovinocaprinocultura moderna de corte* - esse sistema ainda é pouco utilizado no território. Os municípios que mais se destacam nessa atividade são

Crateús e Tauá. O rebanho é criado de forma semi-intensiva, utilizando uma base tecnológica fundamentada no uso de raças puras, na valorização de insumos externos (ração balanceada, vacinas, vermífugos, medicamentos, etc.), no uso de reprodutores P.O- um sistema rigoroso de registro genético dos animais, na utilização de um manejo sanitário e alimentar regular e no armazenamento de forragem como reserva estratégica para o rebanho. O criador que desenvolve esse tipo de sistema tem um perfil empreendedor com capacidade de mobilização de recursos financeiros; valoriza e garante as condições de capacitação, ATER, crédito e busca mercado para o seu produto.

*Avicultura moderna (granja)* – esse sistema tem como característica principal a criação intensiva, o uso de insumos externos (ração, complexo vitamínico, etc.), instalações e equipamentos modernos, linhagens industriais e um manejo sanitário rigoroso, exigindo um custo financeiro alto e um criador com o perfil tecnológico nos padrões moderno e uma visão empreendedora aguçada, condições incompatíveis com a situação econômica e a visão ambiental e cultural do agricultor. Essa atividade é pouco desenvolvida e conhecida no território, precisando de maior aprofundamento com as lideranças e profissionais da região.

*Criação caseira de suínos e aves* – É uma das atividades mais atuante no setor rural e tem como característica a diversidade de espécie no criatório, o uso dos recursos naturais como base alimentar (sementes nativas, insetos, vegetais, etc.) complementada com restos de comida e oferta de milho no período de verão, raças nativas como padrão genético e um manejo sanitário e reprodutivo basicamente sem nenhum controle. Do ponto de vista econômico tem um baixo custo de investimento e custeio, porém, com uma baixa taxa de desfrute, um alto índice de mortalidade, entretanto, com um produto de bom preço e com uma boa aceitação no mercado.

*Apicultura* – esta atividade nos últimos 5 anos tem avançado significativamente devido ao grande potencial existente. A apicultura é sem dúvida uma atividade promissora para a economia do território e fundamentalmente para a agricultura familiar em função do grande potencial de floradas nativas. Exige pouco espaço de área, instalações e equipamentos com capacidade de remanejamento de local, facilidade de sessão de anuência de

espaço para sua exploração, matéria prima (florada) sem controle de uso, pouca exigência de mão de obra e de recursos financeiros para sua exploração. Tem como característica a dispersão de unidades produtivas e a exigência de investimento significativo para garantir a extração (casa de mel e equipamentos), e para comercialização se faz necessário embalagem, análise, beneficiamento, marketing, necessitando de um bom nível de organização.

O território dispõe uma produção anual de 147.211kg de mel. Os municípios de maior produtividade são: Parambu (43.730kg), Crateús (38.730kg) e Novo Oriente (21.585kg).

As informações quantitativas do efetivo de rebanhos, do tipo e da produção animal no território podem ser condensadas na tabela 34.

Tabela 32: Produção Pecuária 2008.

Município	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Aves	Ovos	Mel de abelha
	(cabeças)				(mil unidades)		(kg)
<b>Setor Sul</b>	<b>121.422</b>	<b>55.687</b>	<b>247.892</b>	<b>104.661</b>	<b>246.842</b>	<b>841</b>	<b>55.817</b>
Aiuaba	13.400	7.658	42.339	29.975	42.513	200	5.512
Arneiroz	12.241	3.680	21.601	18.965	8.934	46	0
Parambu	28.815	10.095	39.898	1.862	46.988	149	43.730
Quiterianópolis	14.602	13.154	14.368	2.143	49.819	139	0
Tauá	52.364	21.100	129.686	51.716	98.588	307	6.575
<b>Setor Centro</b>	<b>103.457</b>	<b>46.863</b>	<b>153.580</b>	<b>40.237</b>	<b>373.212</b>	<b>987</b>	<b>69.445</b>
Crateús	43.350	14.988	53.389	7.718	247.130	271	38.730
Independência	40.279	14.740	76.585	28.339	69.845	423	0
Ipaporanga	7.104	4.755	8.745	2.102	12.268	21	9.130
Novo oriente	12.724	12.380	14.861	2.078	43.969	272	21.585
<b>Setor Norte I</b>	<b>48.568</b>	<b>33.626</b>	<b>34.012</b>	<b>20.991</b>	<b>110.055</b>	<b>455</b>	<b>11.745</b>
Ararendá	5.039	5.777	3.879	1.583	9.298	12	5.300
Ipu	9.518	5.350	4.737	2.286	21.065	44	630
Ipueiras	12.908	8.450	5.620	4.188	37.912	67	4.000
Nova russas	10.773	5.230	12.881	4.548	16.511	74	615
Pires ferreira	5.605	3.670	2.415	962	10.524	250	1.200
Poranga	4.725	5.149	4.480	7.424	14.745	8	0
<b>Setor Norte II</b>	<b>149.640</b>	<b>42.936</b>	<b>94.371</b>	<b>49.108</b>	<b>176.334</b>	<b>678</b>	<b>10.204</b>
Catunda	<b>8.181</b>	<b>4.322</b>	<b>10.487</b>	4.541	<b>10.649</b>	<b>55</b>	<b>2.915</b>
Hidrolândia	13.843	4.650	13.558	3.680	15.576	109	3.624
Monsenhor Tabosa	53.412	5.296	8.378	3.386	22.061	307	0
Santa Quitéria	36.570	19.458	39.192	25.868	115.834	200	3.665
Tamboril	<b>37.634</b>	<b>9.210</b>	<b>22.756</b>	<b>11.633</b>	<b>12.214</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>Total Território</b>	<b>423.087</b>	<b>179.112</b>	<b>529.855</b>	<b>214.997</b>	<b>906.443</b>	<b>2.961</b>	<b>147.211</b>

Fonte: Lavouras Temporárias – IBGE 2009.



## 15.2 Extrativismo

A exploração da *lenha*, do *carvão* e da *carnaúba* são as atividades extrativistas mais desenvolvidas e tem um papel importante na economia do território. No caso da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente. Não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado na sua exploração. No caso da carnaúba a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente apropriada ao extrativismo não sofre consequência mais grave no seu processo de extração. O grave é a retirada da espécie para desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da *bagana* (palha picotada para extração da cera) que em vez de ser utilizada como *cobertura morta* tornando um sistema de cultivo de forma sustentável, na maioria das vezes é queimada.

**Tabela 33:** Extrativismo vegetal, quantidade produzida em 2009

Município	Lenha m <sup>3</sup>	Carvão vegetal (t)	Cera de carnaúba (t)	Pó de carnaúba (t)
<b>Micro Sul</b>	<b>125.607</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aiuaba	26.452	4	0	0
Arneiroz	13.040	11	0	0
Parambu	49.115	15	0	0
Quiterianópolis	37.000	10	0	0
Tauá	44.000	3	0	0
<b>Micro Centro</b>	<b>160.790</b>	<b>122</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Crateús	70.030	69	0	0
Independência	50.060	10	0	0
Ipaporanga	21.700	40	0	0
Novo oriente	19.000	3	0	0
<b>Micro Norte I</b>	<b>107.325</b>	<b>79</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Ararendá	18.370	1	0	0
Ipu	8.200	40	0	0
Ipueiras	18.900	20	0	0
Nova Russas	36.600	7	1	0
Pires Ferreira	3.930	8	0	0
Poranga	21.325	3	0	0

Município	Lenha m <sup>3</sup>	Carvão vegetal (t)	Cera de carnaúba (t)	Pó de carnaúba (t)
Micro Norte II	365191	218	0	0
Catunda	91827	11	0	0
Hidrolândia	41684	36	0	0
Monsenhor Tabosa	53310	3	0	0
Santa Quitéria	141970	162	0	0
Tamboril	36400	6	0	0
<b>Total</b>	<b>758.913</b>	<b>462</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Quantidade produzida, IBGE 2009.

### 15.3 Produção Artesanal

O artesanato é produzido a mão por famílias da Agricultura Familiar, em sua maioria mulheres que entre uma atividade e outra se dedicam a produção artesanal. Vale ressaltar que em períodos de estiagem o artesanato torna-se a principal fonte de renda da família, envolvendo homens e mulheres na produção.

A produção artesanal representa um potencial para a economia do território e tem uma significância importante na composição da renda para os (as) agricultores (as) familiares. Logo abaixo A Tabela 34 apresenta as tipologias por município.

**Tabela 34:** Tipologias de artesanato por municípios 2010.

Município	Tipologia
Aiuaba	-
Ararendá	-
Arneiroz	Rendas e Bordados/Couro/Cestarias e Trancados/Alimentos
Catunda	-
Crateús	Cestarias e Trancados/Madeira/Couro
Hidrolândia	-
Independência	Rendas e Bordados/Tecelagem/Cerâmica/Couro
Ipaporanga	-
Ipu	Cerâmica/Rendas e Bordados
Ipueiras	-
Monsenhor Tabosa	Rendas e Bordados/Tecelagem/Cestarias e Trancados/Alimentos
Nova Russa	Cestarias e Trancados

<b>Município</b>	<b>Tipologia</b>
<b>Novo oriente</b>	Tecelagem/Rendas e Bordados/Cestarias e Trancados/Couro
<b>Parambu</b>	-
<b>Pires Ferreira</b>	-
<b>Poranga</b>	-
<b>Quiterianópolis</b>	-
<b>Santa Quitéria</b>	Cerâmica/Madeira/Couro
<b>Tamboril</b>	Rendas e Bordados
<b>Tauá</b>	Alimento/Rendas e Bordados/Tecelagem

Fonte: Território Inhamuns Crateús.

## 16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

### 16.1 Número de Estabelecimentos, Áreas e Utilização das Terras das Famílias Com Terra e Sem Terra

Tabela 35: Estabelecimentos rurais - sul

MUNICÍPIOS	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
<b>AIUABA</b>	1.821	71.280	417	66.376
<b>ARNEIROZ</b>	798	33.590	220	40.805
<b>PARAMBU</b>	3.243	71.580	413	82.667
<b>QUITERIANÓPOLIS</b>	3.068	42.447	395	19.987
<b>TAUÁ</b>	5.902	151.235	682	123.643
<b>TOTAL</b>	<b>14.832</b>	<b>370.132</b>	<b>2.127</b>	<b>333.478</b>

Fonte: IBGE/CENSO 2006.

Esta tabela avalia os dados de Estabelecimentos da Agricultura familiar na quantidade e área que esta representa em um comparativo com a Agricultura não Familiar.

No micro território Sul os dados estão assim representados. Aiuaba possui 1.821 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 71.280 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 417 estabelecimentos com um total de 66.376 hectares. Arneiroz possui 798 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 33.590 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 220 estabelecimentos com um total de 40.805 hectares. Parambú possui 3.243 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 71.580 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 413 estabelecimentos com um total de 82.667 hectares. Quiterianópolis possui 3.068 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 42.447 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 395 estabelecimentos com um total de 19.987 hectares. Tauá possui 5.902 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 151.235 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 682 estabelecimentos com um total de 123.643 hectares.

**Tabela 36:** Estabelecimentos Rurais - Centro

MUNICIPIOS	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
CRATEÚS	4.509	67.943	372	76.923
INDEPENDÊNCIA	3.116	78.375	469	142.783
NOVO ORIENTE	3.350	31.132	259	17.684
IPAPORANGA	962	16.919	120	8.732
<b>TOTAL</b>	<b>11.937</b>	<b>194.369</b>	<b>1.220</b>	<b>246.122</b>

Fonte: IBGE/CENSO 2006

No micro território centro os dados estão assim representados. Crateús possui 4.509 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 67.943 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 372 estabelecimentos com um total de 76.923 hectares. Independência possui 3.116 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 78.375 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 469 estabelecimentos com um total de 142.783 hectares.

**Tabela 37:** Estabelecimentos Rurais – Norte I

MUNICIPIOS	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
ARARENDÁ	1.214	9.484	88	8.062
IPU	1.667	14.653	306	26.040
IPUEIRAS	2.858	28.101	152	27.404
NOVA RUSSAS	1.249	22.903	324	26.732
PIRES FERREIRA	977	10.557	69	7.302
PORANGA	962	5.904	110	5.783
<b>TOTAL</b>	<b>8.927</b>	<b>91.602</b>	<b>1.049</b>	<b>101.323</b>

Fonte: IBGE/CENSO 2006

No micro território Norte I os dados estão assim representados. Ararenda possui 1.214 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 9.484 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 88 estabelecimentos com um total de 8.062 hectares. Ipu possui 1.667 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 14.653 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 306 estabelecimentos com um total de 26.040 hectares.

Ipueiras possui 2.858 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 28.101 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 152

estabelecimentos com um total de 27.404 hectares. Nova Russas possui 1.249 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 22.903 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 324 estabelecimentos com um total de 26.732 hectares.

Pires Ferreira possui 977 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 10.557 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 69 estabelecimentos com um total de 7.302 hectares. Poranga possui 962 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 5.904 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 110 estabelecimentos com um total de 5.783 hectares.

**Tabela 38:** Estabelecimentos Rurais – Norte II

MUNICÍPIOS	Agricultura familiar		Não familiar	
	Escabele- cimentos	Área (ha)	Escabele- cimentos	Área (ha)
<b>CATUNDA</b>	593	16.506	112	46.695
<b>HIDROLÂNDIA</b>	1.746	22.347	272	34.515
<b>MONSENHOR TABOSA</b>	1.402	21.764	127	28.031
<b>SANTA QUITÉRIA</b>	4.012	102.978	325	129.975
<b>TAMBORIL</b>	1.696	36.804	287	80.058
<b>TOTAL</b>	<b>9.449</b>	<b>200.399</b>	<b>1123</b>	<b>319.274</b>

Fonte: IBGE/CENSO 2006

No micro território Norte II os dados estão assim representados. Catunda possui 593 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 16.506 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 112 estabelecimentos com um total de 46.695 hectares. Hidrolândia possui 1.746 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 22.347 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 272 estabelecimentos com um total de 34.515 hectares.

Monsenhor Tabosa possui 1.402 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 21.764 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 127 estabelecimentos com um total de 28.031 hectares. Santa Quitéria possui 4.012 estabelecimentos da Agricultura Familiar com um total de 102.978 hectares; A Agricultura Não Familiar possui 325 estabelecimentos com um total de 129.975 hectares. A Agricultura Não Familiar possui 287 estabelecimentos com um total de 80.058 hectares.

A Situação Fundiária do micro território Sul em torno dos Imóveis Rurais e Área com registro legal estão da seguinte forma: Em Aiuaba o total de Imóveis é de 1.038 e a Área é de 131.668 hectares; as grandes propriedades são 07 e a área é de 12.643 hectares; as médias propriedades são 62 e sua área é de 33.091 hectares; as pequenas propriedades são 392 e a área é de 64.274 hectares; os minifúndio são 548 e sua área é de 21.491 hectares; não classificados são 29 e uma área de 170 hectares.

Em Arneiroz o total de Imóveis é de 458 e a Área é de 62.459 hectares; as grandes propriedades são 02 e a área é de 4.214 hectares; as médias propriedades são 42 e sua área é de 22.601 hectares; as pequenas propriedades são 153 e a área é de 24.317 hectares; os minifúndio são 255 e sua área é de 11.328 hectares; não classificados são 06 e uma área de 00 hectares.

Em Quiterianópolis o total de Imóveis é de 1.038 e a Área é de 63.055 hectares; as grandes propriedades são 02 e a área é de 2.835 hectares; as médias propriedades são 22 e sua área é de 9.762 hectares; as pequenas propriedades são 191 e a área é de 26.258 hectares; os minifúndio são 778 e sua área é de 24.200 hectares; não classificados são 45 e uma área de 00 hectares.

Em Tauá o total de Imóveis é de 3.080 e a Área é de 322.676 hectares; as grandes propriedades são 10 e a área é de 24.274 hectares; as médias propriedades são 135 e sua área é de 78.698 hectares; as pequenas propriedades são 1.005 e a área é de 156.883 hectares; os minifúndio são 1.756 e sua área é de 62.610 hectares; não classificados são 174 e uma área de 210 hectares. Para todo o Micro Território o total de Imóveis é de 7.510 e a Área é de 825.289 hectares; as grandes propriedades são 40 e a área é de 106.931 hectares; as médias propriedades são 337 e sua área é de 192.200 hectares; as pequenas propriedades são 2.297 e a área é de 360.891 hectares; os minifúndio são 4.540 e sua área é de 164.773 hectares; não classificados são 296 e uma área de 494 hectares.

**Tabela 39: Imóveis Rurais - Sul**

Municípios	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
<b>Aiuaba</b>	1.038	131.668	7	12.643	62	33.091	392	64.274	548	21.491	29	170
<b>Arneiroz</b>	458	62.459	2	4.214	42	22.601	153	24.317	255	11.328	6	0
<b>Parambu</b>	1.896	245.431	19	62.966	76	48.048	556	89.159	1.203	45.145	42	114
<b>Quiterianópolis</b>	1.038	63.055	2	2.835	22	9.762	191	26.258	778	24.200	45	0
<b>Tauá</b>	3.080	322.676	10	24.274	135	78.698	1.005	156.883	1.756	62.610	174	210
<b>TOTAL</b>	<b>7.510</b>	<b>825.289</b>	<b>40</b>	<b>106.931</b>	<b>337</b>	<b>192.200</b>	<b>2.297</b>	<b>360.891</b>	<b>4.540</b>	<b>164.773</b>	<b>296</b>	<b>494</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2008

**Tabela 40: Imóveis Rurais - Centro**

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
<b>Crateús</b>	1.786	224.340	21	55.292	115	60.553	487	70.621	1.032	32.628	131	5.247
<b>Independência</b>	1.615	249.169	26	56.354	140	76.673	529	85.214	879	30.927	41	2
<b>Ipaporanga</b>	378	21.194	-	-	13	5.946	73	9.154	274	6.095	18	0
<b>Novo Oriente</b>	1.050	80.086	3	5.120	47	25.697	207	27.408	766	21.860	27	0
<b>TOTAL</b>	<b>4.829</b>	<b>574.789</b>	<b>50</b>	<b>116.766</b>	<b>315</b>	<b>168.869</b>	<b>1.296</b>	<b>192.396</b>	<b>2.951</b>	<b>91.510</b>	<b>217</b>	<b>5.248</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2008



A Situação Fundiária do micro território Centro em torno dos Imóveis Rurais e Área com registro legal estão da seguinte forma: Em Crateús o total de Imóveis é de 1.786 e a Área é de 224.340 hectares; as grandes propriedades são 21 e a área é de 55.292 hectares; as médias propriedades são 115 e sua área é de 60.553 hectares; as pequenas propriedades são 487 e a área é de 70.621 hectares; os minifúndio são 1.032 e sua área é de 32.628 hectares; não classificados são 131 e uma área de 5.247 hectares.

Em Independência o total de Imóveis é de 1.615 e a Área é de 249.169 hectares; as grandes propriedades são 26 e a área é de 56.354 hectares; as médias propriedades são 140 e sua área é de 76.673 hectares; as pequenas propriedades são 529 e a área é de 85.214 hectares; os minifúndio são 879 e sua área é de 30.927 hectares; não classificados são 41 e uma área de 02 hectares.

Em Ipaporanga o total de Imóveis é de 378 e a Área é de 224.340 hectares, as médias propriedades são 13 e sua área é de 5.946 hectares; as pequenas propriedades são 73 e a área é de 9.154 hectares; os minifúndios são 274 e sua área é de 6.095 hectares; não classificados são 18.

Em Novo Oriente o total de Imóveis é de 1.050 e a Área é de 80.086 hectares; as grandes propriedades são 03 e a área é de 5.120 hectares; as médias propriedades são 47 e sua área é de 25.697 hectares; as pequenas propriedades são 207 e a área é de 27.408 hectares; os minifúndio são 766 e sua área é de 21.860 hectares; não classificados são 27 e uma área de 00 hectares.

Para todo o Micro Território o total de Imóveis é de 4.829 e a Área é de 574.789 hectares; as grandes propriedades são 50 e a área é de 116.766 hectares; as médias propriedades são 315 e sua área é de 168.869 hectares; as pequenas propriedades são 1.296 e a área é de 192.396 hectares; os minifúndio são 2.951 e sua área é de 91.510 hectares; não classificados são 217 e uma área de 5.248 hectares.

**Tabela 41: Imóveis Rurais – Norte I**

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
<b>Ararendá</b>	235	13.438	1	1.584	8	3.036	35	4.390	188	4.429	3	0
<b>Ipu</b>	798	28.158	2	1.750	37	12.349	104	8.607	262	5.452	393	0
<b>Ipueiras</b>	1.071	56.261	1	2.088	34	14.778	189	23.309	732	16.072	115	14
<b>Nova Russas</b>	1.046	81.178	5	13.170	58	26.793	221	25.365	706	15.847	56	4
<b>Pires Ferreira</b>	221	12.401	2	1.803	15	4.051	45	4.334	95	2.213	64	0
<b>Poranga</b>	186	31.965	6	12.785	21	11.325	41	5.174	106	2.681	12	0
<b>TOTAIS</b>	<b>3.557</b>	<b>223.400</b>	<b>17</b>	<b>33.178</b>	<b>173</b>	<b>72.333</b>	<b>635</b>	<b>71.178</b>	<b>2.089</b>	<b>46.693</b>	<b>643</b>	<b>17</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2008

**Tabela 42: Imóveis Rurais – Norte II**

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
<b>Catunda</b>	148	16.973	-	-	19	8.494	72	6.889	55	1.590	2	0
<b>Hidrolândia</b>	785	60.309	2	5.116	50	18.346	298	26.143	409	10.559	26	145
<b>Monstabosa</b>	594	80.830	7	14.394	50	31.615	166	23.803	360	11.010	11	8
<b>S.Quitéria</b>	1.975	337.085	71	158.047	221	87.784	746	71.830	750	19.417	187	6
<b>Tamboril</b>	1.241	150.660	18	29.504	95	51.517	301	44.521	800	25.068	27	50
<b>TOTAL</b>	<b>4.743</b>	<b>645.857</b>	<b>98</b>	<b>207.062</b>	<b>435</b>	<b>197.757</b>	<b>1.583</b>	<b>173.186</b>	<b>2.374</b>	<b>67.644</b>	<b>253</b>	<b>209</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2008

A Situação Fundiária do micro território Norte I em torno dos Imóveis Rurais e Área com registro legal estão da seguinte forma: Em Ararenda o total de Imóveis é de 235 e a Área é de 13.438 hectares; as grandes propriedades são 01 e a área é de 1.584 hectares; as médias propriedades são 08 e sua área é de 3.036 hectares; as pequenas propriedades são 35 e a área é de 4.390 hectares; os minifúndios são 188 e sua área de 4.429 hectares; não classificados são 03 e uma área de 00 hectares.

Em Ipu o total de Imóveis é de 798 e a Área é de 28.158 hectares; as grandes propriedades são 02 e a área é de 1.584 hectares; as médias propriedades são 37 e sua área é de 12.349 hectares; as pequenas propriedades são 104 e a área é de 8.607 hectares; os minifúndios são 262 e sua área de 5.452 hectares; não classificados são 393 e uma área de 00 hectares.

Em Ipueiras o total de Imóveis é de 1.071 e a Área é de 56.261 hectares; as grandes propriedades são 01 e a área é de 2.088 hectares; as médias propriedades são 34 e sua área é de 14.778 hectares; as pequenas propriedades são 189 e a área é de 23.309 hectares; os minifúndios são 732 e sua área de 16.072 hectares; não classificados são 115 e uma área de 14 hectares.

Em Nova Russas o total de Imóveis é de 1.046 e a Área é de 81.178 hectares; as grandes propriedades são 05 e a área é de 13.170 hectares; as médias propriedades são 58 e sua área é de 26.793 hectares; as pequenas propriedades são 221 e a área é de 25.365 hectares; os minifúndios são 706 e sua área de 15.847 hectares; não classificados são 56 e uma área de 04 hectares.

Em Pires Ferreira o total de Imóveis é de 221 e a Área é de 12.401 hectares; as grandes propriedades são 02 e a área é de 1.803 hectares; as médias propriedades são 15 e sua área é de 4.051 hectares; as pequenas propriedades são 45 e a área é de 4.334 hectares; os minifúndios são 95 e sua área de 2.213 hectares; não classificados são 64 e uma área de 00 hectares.

Em Poranga o total de Imóveis é de 186 e a Área é de 31.965 hectares; as grandes propriedades são 06 e a área é de 12.785 hectares; as médias propriedades são 21 e sua área é de 11.325 hectares; as pequenas

propriedades são 41 e a área é de 5.174 hectares; os minifúndios são 106 e sua área de 2.681 hectares; não classificados são 12 e uma área de 00 hectares.

Para todo o Micro Território o total de Imóveis é de 3.557 e a Área é de 223.400 hectares; as grandes propriedades são 17 e a área é de 33.178 hectares; as médias propriedades são 173 e sua área é de 72.333 hectares; as pequenas propriedades são 635 e a área é de 71.178 hectares; os minifúndios são 2.089 e sua área de 46.693 hectares; não classificados são 643 e uma área de 17 hectares.

A Situação Fundiária do micro território Norte II em torno dos Imóveis Rurais e Área com registro legal estão da seguinte forma: Em Catunda o total de Imóveis é de 148 e a Área é de 16.973 hectares; as grandes propriedades são 00 e a área é de 00 hectares; as médias propriedades são 19 e sua área é de 8.494 hectares; as pequenas propriedades são 72 e a área é de 6.889 hectares; os minifúndios são 55 e sua área de 1.590 hectares; não classificados são 02 e uma área de 00 hectares. Em Hidrolândia o total de Imóveis é de 785 e a Área é de 60.309 hectares; as grandes propriedades são 02 e a área é de 5.116 hectares; as médias propriedades são 50 e sua área de 18.346 hectares; as pequenas propriedades são 298 e a área é de 26.143 hectares; os minifúndios são 409 e sua área de 10.559 hectares; não classificados são 26 e uma área de 145 hectares. Em Monsenhor Tabosa o total de Imóveis é de 594 e a Área de 80.830 hectares; as grandes propriedades são 07 e a área é de 14.394 hectares; as médias propriedades são 50 e sua área de 31.615 hectares; as pequenas propriedades são 166 e a área é de 23.803 hectares; os minifúndios são 360 e sua área de 11.010 hectares; não classificados são 11 e uma área de 08 hectares.

Em Santa Quitéria o total de Imóveis é de 1.975 e a Área é de 337.085 hectares; as grandes propriedades são 71 e a área é de 158.047 hectares; as médias propriedades são 221 e sua área é de 87.784 hectares; as pequenas propriedades são 746 e a área é de 71.830 hectares; os minifúndios são 750 e sua área de 17.417 hectares; não classificados são 187 e uma área de 06 hectares. Para todo o Micro Território o total de Imóveis é de 4.743 e a Área é de 645.857 hectares; as grandes propriedades são 98 e a área é de 207.062

hectares; as médias propriedades são 435 e sua área é de 197.757 hectares; as pequenas propriedades são 1.583 e a área é de 173.186 hectares; os minifúndios são 2.374 e sua área é de 67.644 hectares; não classificados são 253 e uma área de 209 hectares.

Em um rápido olhar na situação fundiária em vigência fácil é detectar que existe uma grande concentração de terras quando avaliado o número de grandes e médias propriedades em relação às pequenas e os minifúndios, em geral mesmo as primeiras sendo um número já bastante reduzido é nelas que se encontram a maior parte do número de hectares.

## 16.2 Número de Assentamentos e Assentados/as da Reforma Agrária

**Tabela 43:** Assentamentos - Sul

Município	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Órgão Financiador
Aiuaba	Ass. de Baixa Pintada	13	Banco da Terra
	Ass.de Garganta	37	Banco da Terra
Arneiroz	Mucuim	52	INCRA
	Mucuim II	50	INCRA
Parambu	Ingá Facundo	102	INCRA
	Serra das Moças e dos Caboclos	97	INCRA
	Serra do Meio	44	INCRA
	Ass. peq. de Bom Nome e Região	30	Créd. Terra
	Ass. de Baraúna Ferreda	44	Créd. Terra
	Ass. Comunitária de Umbuzeiro	10	Créd. Terra
	Ass. Com. Da Fazenda Poderosa	19	Banco da Terra
Quiterianópolis	Ass. Com. De Baixo	10	Banco da Terra
Tauá	Angicos II	59	INCRA
	Cococi Bonifácio	123	INCRA
	Primeiro de Setembro	17	IDACE
	ASCOPEL	15	Créd. Terra
	Ass. Antônio Alves de Paiva	10	Créd. Terra
	Ass. Comunitária de Nova Vida	10	Créd. Terra
	As. Com. De Várzea Formosa II	10	Banco da Terra
	Ass. Com. Dos Prod. Rurais de Ingá	14	Banco da Terra
	Ass. Barranovense Peq. Produtores	14	Banco da Terra

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Para o micro território Sul os dados de Assentamentos estão assim colocados. No município Aiuaba são 02 Assentamentos todos financiados pelo

Banco da Terra e um total de 50 famílias assentadas. No município Aiuaba são 02 Assentamentos todos financiados pelo Banco da Terra e um total de 50 famílias assentadas. No município Arneiroz são 02 Assentamentos todos financiados pelo INCRA e um total de 102 famílias assentadas. No município Parambu são 07 Assentamentos 03 financiados pelo INCRA, 03 pelo Créd. Da Terra e 01 pelo Banco da Terra e um total de 346 famílias assentadas. No município Quiterianópolis é um Assentamento financiado pelo Banco da Terra e um total de 10 famílias assentadas. No município Tauá são 09 Assentamentos 02 financiados pelo INCRA, 01 pelo IDACE, 03 pelo Créd. Da Terra e 03 pelo Banco da Terra e um total de 272 famílias assentadas.

Para o micro território Centro os dados do Assentamento estão assim colocados. No município Crateús são 18 Assentamentos 07 financiados pelo INCRA, 04 pela Ação F. São José, 04 pelo Créd. da Terra e 03 pelo Banco da Terra e um total de 607 famílias assentadas; No município Independência são 14 Assentamentos 10 financiados pelo INCRA, 03 pelo Créd. Da Terra, 01 pelo Banco da Terra e um total de 485 famílias assentadas;

No município Novo Oriente é 01 Assentamento financiado pelo Banco da Terra e um total de 55 famílias assentadas.

Para a micro território Norte I os dados do Assentamento estão assim colocados. No município de Ararendá existe 01 Assentamento financiado pelo INCRA e um total de 59 famílias assentadas. No município Ipu são 02 Assentamentos: 01 financiado pelo Créd. da Terra, 01 pelo Banco da Terra e um total de 24 famílias assentadas. No município Ipueiras são 05 Assentamentos: 02 financiado pelo INCRA, 01 pelo IDACE e 02 pelo Créd. da Terra e um total de 296 famílias assentadas. No município de Nova Russas são 07 Assentamentos: 03 financiados pelo INCRA, 01 Ação F. São José, 01 Créd. da Terra e 02 pelo Banco da Terra e um total de 223 famílias assentadas. No município Poranga são 02 Assentamentos: 01 financiado pelo Créd. da Terra e o outro pelo Banco da Terra e um total de 50 famílias assentadas.

**Tabela 44:** Assentamentos - Centro

Município	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Órgão Financiador
Crateús	Apuí	30	INCRA
	Palmares	94	INCRA
	Uirapuá de Cima	97	INCRA
	São Gonçalo	41	INCRA
	Nazário	4	INCRA
	São José / Muquém	90	INCRA
	Xavier	48	INCRA
	Ass. Comunitária de Monte Nebo	12	Ação F. São José
	Ass. Cabeça da Onça	43	Ação F. São José
	Ass. Comunitária de Santo André	25	Ação F. São José
	Ass. Comunitária de Carrapateira	10	Ação F. São José
	Condomínio de Irrigação Jaburu II	16	Créd. Terra
	Ass. Com. Da Comunidade de Jericó	15	Créd. Terra
	Ass. Do Des. Com. De Pau D'Óleo	29	Créd. Terra
	Ass. Do Des. Com. De Barra do Rio	20	Créd. Terra
	Ass. Desenv. Com o Km 10	10	Banco da Terra
	Ass. de Patos Bons e Tourão	10	Banco da Terra
	Ass. de Santana I	13	Banco da Terra
Independência	Floresta	35	INCRA
	Oriente	38	INCRA
	Aniceto	39	INCRA
	Juazeiro	53	INCRA
	Cachoeira do Fogo	72	INCRA
	São Joaquim II	74	INCRA
	Muquém	26	INCRA
	Várzea da Cacimba	28	INCRA
	Pintada / Santana	29	INCRA
	Alta Mira	25	INCRA
	Ass. de Senhora Santana	8	Créd. Terra
	Ass. Dos Moradores. De Aprazível	38	Créd. Terra
	Ass. Com. Dos Moradores. De Uruguai	10	Créd. Terra
	Ass. de São Francisco e Regalo	10	Banco da Terra
Novo Oriente	Ass. da Faz. Milagres	55	Banco da Terra

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

**Tabela 45:** Assentamentos – Norte I

Município	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Órgão Financiador
Ararendá	Itauru	59	INCRA
Ipu	União dos M. da Várzea da Curicaca	12	Cred. Terra
	Ass. de Santa Luzia	12	Banco da Terra
Ipueiras	Matriz	131	INCRA
	Curralinho	11	IDACE
	Cococi Bonifácio	123	INCRA
	Ass. de Guaribas e Bacupari	12	Créd. Terra
	Ass. Com. De Bom Sucesso	19	Créd. Terra
Nova Russas	Morro Agudo / Lagoa	55	INCRA
	Pintada	29	INCRA
	Picada	82	INCRA
	Ass. Comunitária do Recanto	18	Ação F. São José
	Ass. Dos Moradores. De Letreiro	18	Cred. Terra
	Ass. de Boa Esperança	12	Banco da Terra
	Ass. Com João Alves de Castro	9	Banco da Terra
Poranga	Ass. Com. Da Fazenda Cascavel	17	Créd. Terra
	Ass. de Meu Bom Jesus Meu Bom Pastor	14	Banco da Terra

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

**Tabela 46:** Assentamentos – Norte II

Município	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Órgão Financiador
Monsenhor Tabosa	Santana / Serra das Bestas	71	INCRA
	Bargado	35	INCRA
	Xique Xique	57	INCRA
	Curitiba	12	INCRA
	Cachoeirinha	19	INCRA
	Paulo Freire	79	INCRA
	Margarida Alves	40	INCRA
	Ass. de São Manoel	21	Ação F. SJ
	Ass. Nova Esperança de Tourão	14	Cred. Terra
	Ass. Nossa Senhora de Fátima	18	Banco da Terra
	Ass. São Domingos	17	Banco da Terra
Tamboril	Poços	50	INCRA
	Palestina	58	INCRA
	Liolândia	24	INCRA
	Floresta II	30	INCRA
	Passarinha	27	INCRA
	Orange	13	INCRA



<b>Município</b>	<b>Assentamento/Comunidade</b>	<b>N.º de Famílias</b>	<b>Órgão Financiador</b>
	São Manoel	39	IDACE
	Ass. Dos Moradores de Curatis	20	Ação F. SJ
	Centro Comunitário Santo Antônio	12	Cred. Terra
	Ass.Comunitária de Curimatã	20	Cred. Terra
	Ass. Dos Moradores. De Cacimba Segura	22	Cred. Terra
<b>Santa Quitéria</b>	PA Saco do Belém	211	INCRA
	PA Ubá	41	INCRA
	PA Raposa/Várzea da Cruz	68	INCRA
	PA Groaíras	103	INCRA
	PA Morrinhos	39	INCRA
	PA Carnaubinha/Galante	14	INCRA
	PA Saco dos Bois	36	INCRA
	PA Riacho Novo	27	INCRA
	PA Grossos/Santana	36	INCRA
	PA Alegre/Tatajuba	50	INCRA
	PA Batoque	36	INCRA
	PA Quixaba	29	INCRA
	PA Nova Brasília	25	INCRA
	PA Piabas	82	INCRA
	PA Paraíso	25	INCRA
	PA Santa Maria II	35	INCRA
	PA Juá	173	INCRA
	PA Barra do Juá	26	INCRA
	Ass. de Sipaúba II/Sipaúba/Himalaia	14	Banco da Terra
	Ass.de Paruara/Maria Nelita/Sipaúba II	14	Banco da Terra
	Ass. de Pinho Farias/Várzea de Cima	11	Banco da Terra
	Ass. De Dermeval Andrade/Várzea Cima	30	Banco da Terra
	Ass.de N. S Aparecida Faz. Q./Sapuçaíba	18	Cédula da Terra
	Ass. de Purga de Leite/Trapiá	12	Cédula da Terra
	Ass. da Faz. Olho d'Água/Olho d'Água	20	Cédula da Terra
	Ass. da Faz. Corrente/Corrente	10	Cédula da Terra
	Ass. do Dist. De Muribeca/Jandaíra	10	Cédula da Terra

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

### .16.3 Utilização das Terras

No eixo Organização sustentável da produção, analisaremos os dados das diversas cadeias produtivas do território através dos dados dos micro territórios, desde situação por categorias à produção e comercialização dos mesmos.

**Tabela 47:** Área de Estabelecimentos Agrícolas - Sul

Município	Matas e Florestas (1996)	Matas e Florestas (2006)	Pastagens (1996)	Pastagens (2006)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
Aiuaba	32.945	60.464	21.545	27.297	27.920	5.268
Arneiroz	29.705	46.622	30.319	20.907	4.088	2.556
Parambu	65.678	87.066	48.910	31.382	35.369	50.859
Quiterianópolis	17.162	28.503	28.144	17.152	18.051	11.016
Tauá	88.561	99.852	149.963	116.798	41.421	30.512

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

Estes dados avaliam em um período de dez anos como se comportou a situação de áreas com matas e florestas, pastagens e lavouras.

No micro território Sul o município de Aiuaba as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 32.945 hectares, em 2006 são 60.464 hectares, as Pastagens em 1996 eram 21.545 hectares e em 2006 são 27.297 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 27.920 hectares e em 2006, são 5.268 hectares;

No município de Arneiroz as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 29.705 hectares, em 2006 são 46.622 hectares, as Pastagens em 1996 eram 30.319 hectares e em 2006 são 20.907 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 4.088 hectares e em 2006, são 2.556 hectares;

No município de Parambu as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 65.678 hectares, em 2006 são 87.066 hectares, as Pastagens em 1996 eram 48.910 hectares e em 2006 são 31.382 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 35.369 hectares e em 2006, são 50.859 hectares;

No município de Quiterianópolis as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 17.162 hectares, em 2006 são 28.503 hectares, as Pastagens em 1996 eram 28.144 hectares e em 2006 são 17.152 hectares, as áreas com

Lavoura em 1996 eram um total de 18.051 hectares e em 2006, são 11.016 hectares;

No município de Tauá as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 88.561 hectares, em 2006 são 99.852 hectares, as Pastagens em 1996 eram 149.963 hectares e em 2006 são 116.798 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 41.421 hectares e em 2006, são 30.512 hectares.

**Tabela 48:** Área de Estabelecimentos Agrícolas - Centro

Município	Matas e Florestas (1996)	Mata e Florestas (2006)	Pastagens (1996)	Pastagens (2006)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
Crateús	1.874	521	1.601	814	4.125	4.370
Independência	1.088	916	1.271	1.423	2.865	2.945
Ipaporanga	676	299	771	323	1.234	1.082
Novo Oriente	728	522	525	519	3.008	3.312

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

No micro território Centro o município de Crateús as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 1.874 hectares, em 2006 são 521 hectares, as Pastagens em 1996 eram 1.601 hectares e em 2006 são 814 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 4.125 hectares e em 2006, são 4.370 hectares;

No município de Independência as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 1.088 hectares, em 2006 são 916 hectares. As Pastagens em 1996 eram 1.271 hectares e em 2006 são 1.423 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 2.865 hectares e em 2006, são 2.945 hectares;

No município de Ipaporanga as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 676 hectares, em 2006 são 299 hectares. As Pastagens em 1996 eram 771 hectares e em 2006 são 323 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 1.234 hectares e em 2006, são 1.082 hectares.

**Tabela 49:** Área de Estabelecimentos Agrícolas – Norte I

Município	Matas e Florestas (1996)	Matas e Florestas (2006)	Pastagens (1996)	Pastagens (2006)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
Ararenda	7.493	9.952	4.748	10.824	12.991	22.978
Ipu	8.563	12.115	6.898	14.482	8.784	34.895
Ipueiras	7.083	18.808	14.766	15.243	18.672	15.126
Nova Russas	19.532	23.824	20.370	17.037	10.845	6.070

Município	Matas e Florestas (1996)	Matas e Florestas (2006)	Pastagens (1996)	Pastagens (2006)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
Pires Ferreira	5.915	6.766	4.273	6.522	5.326	4.635
Poranga	29.217	6.448	7.711	3.673	5.194	1.749

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

No município de Novo Oriente as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 728 hectares, em 2006 são 522 hectares. As Pastagens em 1996 eram 525 hectares e em 2006 são 519 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 3.008 hectares e em 2006, são 3.312 hectares.

No micro território Norte I no município de Ararendá as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 7.493 hectares, em 2006 são 9.952 hectares, as Pastagens em 1996 eram 4.748 hectares e em 2006 são 10.824 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 12.991 hectares e em 2006, são 22.978 hectares;

No município de Ipu as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 8.563 hectares, em 2006 são 12.115 hectares, as Pastagens em 1996 eram 6.898 hectares e em 2006 são 14.482 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 8.784 hectares e em 2006, são 34.895 hectares;

No município de Ipueiras as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 7.083 hectares, em 2006 são 18.808 hectares. As Pastagens em 1996 eram 14.766 hectares e em 2006 são 15.243 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 18.672 hectares e em 2006, são 15.126 hectares;

No município de Nova Russas as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 19.532 hectares, em 2006 são 23.824 hectares. As Pastagens em 1996 eram 20.370 hectares e em 2006 são 17.037 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 10.845 hectares e em 2006, são 6.070 hectares;

No município de Pires Ferreira as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 5.915 hectares, em 2006 são 6.766 hectares, As Pastagens em 1996 eram 4.273 hectares e em 2006 são 6.522 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 5.326 hectares e em 2006, são 4.635 hectares;

No município de Poranga as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 29.217 hectares, em 2006 são 6.448 hectares. As Pastagens em 1996 eram

7.711 hectares e em 2006 são 3.673 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 5.194 hectares e em 2006, são 1.749 hectares.

**Tabela 50:** Área de Estabelecimentos Agrícolas – Norte II

Município	Matas e Florestas (1996)	Matas e Florestas (2006)	Pastagens (2006)	Pastagens (1996)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
Catunda	4.874	24.848	26.003	22.237	10.171	5.648
Hidrolândia	12.020	24.423	26.366	24.365	8.535	4.576
Monsenhor Tabosa	12.149	20.532	18.999	18.943	18.645	8.019
Santa Quitéria	113.206	94.176	115.608	98.247	32.579	19.158
Tamboril	47.935	19.822	113.117	82.538	14.447	7.932

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

No micro território Norte II no município de Catunda as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 4.874 hectares, em 2006 são 24.848 hectares. As Pastagens em 1996 eram 26.003 hectares e em 2006 são 22.237 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 10.171 hectares e em 2006, são 5.648 hectares. No município de Hidrolândia as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 12.020 hectares, em 2006 são 24.423 hectares, as Pastagens em 1996 eram 26.366 hectares e em 2006 são 24.365 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 8.535 hectares e em 2006, são 4.576 hectares.

No município de Monsenhor Tabosa as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 12.149 hectares, em 2006 são 20.532 hectares, as Pastagens em 1996 eram 18.999 hectares e em 2006 são 18.943 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 18.645 hectares e em 2006, são 8.019 hectares.

No município de Santa Quitéria as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 113.206 hectares, em 2006 são 94.176 hectares, as Pastagens em 1996 eram 115.608 hectares e em 2006 são 98.247 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 32.579 hectares e em 2006, são 19.158 hectares.

No município de Tamboril as Matas e Florestas em 1996 eram um total de 47.935 hectares, em 2006 são 19.822 hectares, as Pastagens em 1996

eram 113.117 hectares e em 2006 são 82.538 hectares, as áreas com Lavoura em 1996 eram um total de 14.447 hectares e em 2006, são 7.932 hectares.

**Tabela 51:** Número de Estabelecimentos - Sul

Município	Mata (1996)	Mata (2006)	Pastagens (1996)	Pastagens (2006)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
<b>Aiuaba</b>	718	777	768	962	1.953	2.177
<b>Arneiroz</b>	405	539	441	520	963	890
<b>Parambu</b>	2.291	1.038	1.995	948	3.771	3.467
<b>Quiterianópolis</b>	1.219	807	1.451	654	2.582	3.104
<b>Tauá</b>	1.941	1.497	2.471	1.793	5.431	5.605

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

Estes dados avaliam em um período de dez anos como se comportou a situação de Número de Estabelecimentos com matas e florestas, pastagens e lavouras.

No micro território Sul no município de Aiuaba as Matas em 1996 eram um total de 718, estabelecimentos em 2006 são 777, as Pastagens em 1996 eram 768 e em 2006 são 962, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 1.953 e em 2006, são 2.177 estabelecimentos;

No município de Arneiroz as Matas em 1996 eram um total de 405, estabelecimentos em 2006 são 539, as Pastagens em 1996 eram 441 e em 2006 são 520, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 963 e em 2006, são 890 estabelecimentos.

No município de Parambu as Matas em 1996 eram um total de 2.291, estabelecimentos em 2006 são 1.038, as Pastagens em 1996 eram 1.995 e em 2006 são 948, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 3.771 e em 2006, são 3.467 estabelecimentos.

No município de Quiterianópolis as Matas em 1996 eram um total de 1.219, estabelecimentos em 2006 são 807, as Pastagens em 1996 eram 1.451 e em 2006 são 654, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 2.582 e em 2006, são 3.104 estabelecimentos. No município de Tauá as Matas em 1996 eram um total de 1.941, estabelecimentos em 2006 são 1.497, as Pastagens em 1996 eram 2.471 e em 2006 são 1.793, os estabelecimentos

com Lavoura em 1996 eram um total de 5.431 e em 2006, são 5.605 estabelecimentos.

**Tabela 52:** Número de Estabelecimentos - Centro

Município	Matas (1996)	Mata (2006)	Pastagens (1996)	Pastagens (2006)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
Crateús	1.874	521	1.601	814	4.125	4.370
Independência	1.088	916	1.271	1.423	2.865	2.945
Ipaporanga	676	299	771	323	1.234	1.082
Novo Oriente	728	522	525	519	3.008	3.312

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

No município de Crateús as Matas em 1996 eram um total de 1.874 estabelecimentos, em 2006 são 521. As Pastagens em 1996 eram 1.601 e em 2006 são 814, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 4.125 e em 2006, são 4.370 estabelecimentos. No município de Independência as Matas em 1996 eram um total de 1.088 estabelecimentos, em 2006 são 916, as Pastagens em 1996 eram 1.271 e em 2006 são 1.423, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 2.865 e em 2006, são 2.945 estabelecimentos.

No município de Ipaporanga as Matas em 1996 eram um total de 676 estabelecimentos e em 2006 são 299, as Pastagens em 1996 eram de 771, em 2006 são 323, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 1.234 e em 2006, são 1.082 estabelecimentos;

No município de Novo Oriente as Matas em 1996 eram um total de 728 estabelecimentos, em 2006 são 522, as Pastagens em 1996 eram de 525, em 2006 são 519, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 era um total de 3.008 e em 2006, são 3.312 estabelecimentos.

**Tabela 53:** Número de Estabelecimentos – Norte I

Município	Mata (1996)	Mata (2006)	Pastagens (1996)	Pastagens (2006)	Lavoura (1996)	Lavoura (2006)
Ararenda	361	164	316	230	1.177	1.205
Poranga	266	204	718	117	803	1.077
Ipu	756	442	560	515	2.912	2.277
Ipueiras	599	459	1.354	615	3.742	2.982
Nova Russas	700	466	671	390	1.510	1.669
Pires Ferreira	240	371	304	395	1.283	995

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

No município de Ararenda as Matas em 1996 eram um total de 361 estabelecimentos, em 2006 são 164, as Pastagens em 1996 eram 316 e em 2006 são 230, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 era um total de 1.177 e em 2006, são 1.205 estabelecimentos. No município de Poranga as Matas em 1996 eram um total de 266 estabelecimentos, em 2006 são 204, as Pastagens em 1996 eram 718 e em 2006 são 117, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 803 e em 2006, são 1.077 estabelecimentos.

No município de Ipu as Matas em 1996 eram um total de 756 estabelecimentos, em 2006 são 442, as Pastagens em 1996 eram de 560, em 2006 são 515, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 2.912 e em 2006, são 2.277 estabelecimentos. No município de Ipueiras as Matas em 1996 eram um total de 599 estabelecimentos, em 2006 são 459, as Pastagens em 1996 eram de 1.354, em 2006 são 615, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 3.742 e em 2006, são 2.982 estabelecimentos.

No município de Pires Ferreira as Matas em 1996 eram um total de 240 estabelecimentos, em 2006 são 371, as Pastagens em 1996 eram de 304, em 2006 são 395, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 1.283 e em 2006, são 995 estabelecimentos.



**Tabela 54:** Número de Estabelecimentos – Norte II

<b>Município</b>	<b>Mata (1996)</b>	<b>Mata (2006)</b>	<b>Pastagens (1996)</b>	<b>Pastagens (2006)</b>	<b>Lavoura (1996)</b>	<b>Lavoura (2006)</b>
<b>Catunda</b>	4.874	24.848	22.237	26.003	10.171	5.648
<b>Hidrolândia</b>	12.020	24.423	24.365	26.366	8.535	4.576
<b>Monsenhor Tabosa</b>	12.149	20.532	18.943	18.999	18.645	8.019
<b>Santa Quitéria</b>	113.206	94.176	98.247	115.608	32.579	19.158
<b>Tamboril</b>	47.935	19.822	82.538	113.117	14.447	7.932

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

No município de Catunda as Matas em 1996 eram um total de 4.874 estabelecimentos, em 2006 são 24.848, as Pastagens em 1996 eram 26.003 e em 2006 são 22.237, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 10.171 e em 2006, são 5.648 estabelecimentos. No município de Hidrolândia as Matas em 1996 eram um total de 24.365 estabelecimentos, em 2006 são 24.423, as Pastagens em 1996 eram 26.366 e em 2006 são 26.366, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 8.535 e em 2006, são 4.576 estabelecimentos;

No município de Monsenhor Tabosa as Matas em 1996 eram um total de 12.149 estabelecimentos, em 2006 são 20.532, as Pastagens em 1996 eram de 18.943, em 2006 são 18.999, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 18.645 e em 2006, são 8.019 estabelecimentos. No município de Santa Quitéria as Matas em 1996 eram um total de 113.206 estabelecimentos, em 2006 são 94.176, as Pastagens em 1996 eram de 98.247, em 2006 são 115.608, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 32.579 e em 2006, são 19.158 estabelecimentos.

No município de Tamboril as Matas em 1996 eram um total de 47.935 estabelecimentos, em 2006 são 19.822, as Pastagens em 1996 eram de 82.538, em 2006 são 113.117, os estabelecimentos com Lavoura em 1996 eram um total de 14.447 e em 2006, são 14.447 estabelecimentos.

## 17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Apesar do desempenho dos agricultores familiares em realizar a comercialização dos seus produtos, ainda não é suficiente. No Território Inhamuns Crateús a cultura do atravessador ainda é muito forte, fragilizando o desenvolvimento da Agricultura Familiar.

**Tabela 55:** Organização de eventos e Feiras da Agricultura Familiar.

<b>Município</b>	<b>Feira Evento</b>
Parambu	Feira da agricultura Familiar e II Feira Alfa
Quiterianópolis	IV Feira da Agricultura Família
Tauá	FESTE BERRO/FENERI
Crateús	Feira da Agricultura Família e Feira Regional da Agricultura Familiar
Independência	Feira da Agricultura Família
Ipaporanga	Feira da Agricultura Familiar
Novo Oriente	VI feira da Agricultura Familiar
Ararendá	I Feira da Agricultura Familiar
Ipu	-
Ipueiras	-
Nova Russas	Feira da Agricultura Familiar
Pires ferreira	-
Poranga	-
<b>Micro Norte II</b>	-
Catunda	I Feira da Agricultura Família
Hidrolândia	I Feira da Agricultura Familiar Agroecologica
Monsenhor Tabosa	-
Santa Quitéria	XIX FECOISQ (FEIRA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO).
Tamboril	Feira Agroecologica da Agricultura Família

**Fonte:** Território de Inhamuns Crateús.

A proposta da Base de Serviço é de ser a interlocutora dos Agricultores (as) Familiares e assentados (as) no que se refere à comercialização, produção e consumo, com foco na socioeconomia solidária e na visão da agroecologia, disponibilizando para isso de assessoria, consultoria para o fortalecimento das organizações dos produtores, com o objetivo de aumentar a produtividade e viabilizar o acesso ao mercado, culminando com uma maior agregação de valor na venda direta dos produtos (agropecuários, artesanais, etc.) através de parcerias com as bases de serviços locais, territoriais e estaduais, busca viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social. E desta

forma possibilitar agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (beneficiamento e processamento, comunicação e marketing, arranjos institucionais de comercialização, certificação e selos).

**Tabela 56:** Produção comercializada via Programa de Aquisição de alimentos.

Município	PAA / CONAB		PAA / SDA		PAA / MUNICÍPIOS		PAA / Leite	
	Contratos (R\$)	Nº A.F.	Contratos (R\$)	Nº A.F.	Contratos (R\$)	Nº A.F.	Contratos (R\$)	Nº A.F.
<b>Micro Sul</b>	<b>14.217,32</b>	<b>04</b>	<b>687.059,55</b>	<b>130</b>	-	-	<b>373.780,26</b>	<b>100</b>
Aiuaba	-	-	84.949,16	27	-	-	-	-
Arneiroz	-	-	115.216,64	36	-	-	-	-
Parambu	-	-	21.103,64	16	-	-	-	-
Quiterianópolis	-	-	84.609,90	39	-	-	-	-
Tauá	14.217,32	04	7.399,95	12	-	-	373.780,26	100
<b>Micro Centro</b>	<b>672.690,00</b>	<b>82</b>	<b>197.041,89</b>	<b>71</b>	-	-	-	-
Crateús	672.690,00	82	189.919,57	64	-	-	-	-
Independência	-	-	-	-	-	-	-	-
Ipaporanga	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Oriente	-	-	7.561,16	07	<b>105.008,13</b>	<b>167</b>	-	-
<b>Micro Norte I</b>	<b>232.644,62</b>	<b>65</b>	-	-	-	-	-	-
Ararendá	-	-	-	-	-	-	-	-
Ipu	157.454,12	44	-	-	-	-	-	-
Ipueiras	-	-	-	-	105.008,13	167	-	-
Nova Russas	75.190,50	21	-	-	-	-	-	-
Pires Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-
Poranga	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Micro Norte II</b>	<b>232.045,53</b>	<b>48</b>	<b>191.730,46</b>	<b>102</b>	-	-	<b>3.699,36</b>	<b>01</b>
Catunda	-	-	16.791,60	9	-	-	-	-
Hidrolândia	-	-	58.324,98	31	-	-	-	-
Monsenhor Tabosa	161.122,50	28	40.125,58	18	-	-	3.699,36	01
Santa Quitéria	28.000,00	08	76.488,30	44	-	-	-	-
Tamboril	42.923,03	12	-	-	-	-	-	-
<b>Total Território</b>	<b>479.580,16</b>	<b>199</b>	<b>1.075.831,90</b>	<b>303</b>	-	-	<b>377.479,62</b>	<b>101</b>

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, CONAB e Prefeituras

**Tabela 57:** Movimentação financeira via [Lei Nº 11.947](#) , que destina 30% dos recursos do FNDE para compra de produtos da Agricultura Familiar.

Municípios	100% de Repasse do FNDE	30% do repasse do FNDE
<b>Micro Sul</b>	<b>1.527.193,20</b>	<b>458.157,96</b>
Aiuaba	159.445,60	47.833,68
Arneiroz	45.864,00	13.759,20
Parambu	422.492,00	126.747,60
Quiterianópolis	240.990,00	72.297,00
Tauá	658.401,60	197.520,48

<b>Municípios</b>	<b>100% de Repasse do FNDE</b>	<b>30% do repasse do FNDE</b>
<b>Micro Centro</b>	<b>1.229.900,00</b>	<b>368.970</b>
Crateús	560.548,80	168.164,64
Independência	232.997,20	69.899,16
Ipaporanga	131.497,60	39.449,28
Novo Oriente	304.856,40	91.456,92
<b>Micro Norte I</b>	<b>1.560.664,40</b>	<b>468.199,32</b>
Ararendá	105.576,40	31.672,92
Ipu	412.621,20	123.786,36
Ipueiras	460.290,00	138.087
Nova Russas	318.736,00	95.620,8
Pires Ferreira	124.813,20	37.443,96
Poranga	138.627,60	41.588,28
<b>Micro Norte II</b>	<b>1.331.618,40</b>	<b>399.485,52</b>
Catunda	150.448,00	45.134,4
Hidrolândia	196.049,20	58.814,76
Monsenhor Tabosa	207.040,80	62.112,24
Santa Quitéria	486.445,20	145.933,56
Tamboril	291.635,20	87.490,56
<b>Total Território</b>	<b>5.649.376,00</b>	<b>1.694.812,8</b>

Fonte: Portal da transparência,2010.

A Base de Serviço de Comercialização vem executando atividades como a elaboração dos projetos e articulação da entrega dos produtos para o PNAE da escola estadual Luzia Araújo de Freitas no valor de R\$ 424,10; articulação com COODEF para entrega de produtos para o PNAE da escola estadual Luzia Araújo de Freitas para os meses de agosto a Dezembro no valor de R\$ 2.829,60; elaboração do projeto e articulação da entrega dos produtos na escola estadual de ensino médio Coelho Mascarenhas para primeiro semestre do ano de 2010, no valor de R\$ 8.350,40; elaboração do projeto e articulação da entrega dos produtos do PNAE para as escolas municipais de Novo Oriente no valor de R\$ 13.566,00 e elaboração do projeto de venda e

mobilização dos grupos de produtores dos projetos de venda para o segundo semestre do colégio estadual e municipal de Novo oriente no valor de R\$ 31.685,60 para o PNAE do município; apoio ao secretario de agricultura de Aiuaba na elaboração dos projetos de venda do PNAE da escola estadual e para as escolas municipais, sendo que o valor da estadual foi R\$ 3.645,00 do PNAE do município de R\$ 9.000,00. PAA SDA e CONAB – Aiuaba - 10 unidades familiares; 8 entregas semanais; comercializado R\$ 10.000,00 em produto até o momento e todos os produtos para alimentação escolar. Novo Oriente - COPENOL – Cooperativa Agropecuária dos Pequenos e Médios Produtores De Novo Oriente LDTA. 17 unidades familiares; 9030 kg mensal de fubá de milho e milho cangicado; beneficiando 19 escolas com seis mil e nove alunos; total de 54.180 kg de produtos beneficiados; valor por kg 1,10; totalizado R\$ 59.598,00 no período de seis meses. Parambu - 10 unidades familiares; primeira entrega para segunda quinzena de janeiro; produtos: polpa de manga, mamão, galinha, ovo caipira, carne de ovino e caprino, bolos diversos, massa de milho, feijão, cheiro verde tomate, doces diversos e pimentão e o valor do projeto total R\$ 35.000,00. Quiterianópolis - 08 unidades familiares; produtos: graviola, carne de ovino, galinha caipira, fubá de milho torrado, bolo de milho, feijão, limão, suco de manga, suco de caju, castanha de caju, doce de mamão, ovo caipira e fubá de milho. Tauá - PAA – SDA; 12 unidades familiares; 8 entidades beneficiadas; 800 pessoas atendidas, totalizado R\$ 38.240,00. PAA – CONAB 4 unidades familiares da Vila Joaquim Moreira; distribuição de carne ovina, ovos caipira, cheiro verde; beneficiando as escolas da Vila Joaquim Moreira e da vila de missão marrecas, o valor do projeto é de R\$ 14.000,00. Arneiroz - 18 unidades familiares; 6 entidades beneficiadas; 1000 pessoas atendidas, totalizado R\$ 51.754,72. Projetos elaborados e apoiados pela BSC da Inhamuns Assessoria.

### **17.1 Crédito no Apoio a Agricultura Familiar**

Na política de credito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos oito anos. Entretanto há uma necessidade de

desburocratizar o crédito para apoio a comercialização, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila e para toda a logística de comercialização adequada, e, quando for o caso, do beneficiamento da produção, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo da cadeia produtiva. A ausência do financiamento da comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território. A tabela abaixo apresenta em números a realidade destes apoios.

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos oito anos. Entretanto há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a comercialização, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila e para toda a logística de comercialização adequada, e, quando for o caso, do beneficiamento da produção, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo da cadeia produtiva. A ausência do financiamento da comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território. A tabela abaixo apresenta em números a realidade destes apoios.

**Tabela 58:** Totais de Declarações de Aptidão ao PRONAF e adesões ao Garantia Safra

Município	Nº de adesões Garantia Safra
	2009
Micro Sul	<b>14.304</b>
Aiuaba	1.540
Arneiroz	1.135
Parambu	2.604
Quiterianópolis	3.841
Tauá	5.184
Micro Centro	<b>11.061</b>
Crateús	4.453
Independência	2.647
Ipaporanga	990
Novo oriente	2.971
Micro Norte I	<b>10.611</b>
Ararendá	950
Ipu	2.574

Município	Nº de adesões Garantia Safra
Ipueiras	4.058
Nova Russas	1.437
Pires Ferreira	700
Poranga	892
Micro Norte II	12.909
Catunda	561
Hidrolândia	2.574
Monsenhor Tabosa	2.494
Santa Quitéria	4.622
Tamboril	2.658
Total	48.885

Fonte: Sistema de Gerenciamento Garantia Safra, Nov. 2010

O montante de recursos utilizados para custeio no território foi de R\$ 10.160.816,00 com uma quantidade de contratos de 5.188, em contraposição, o utilizado para investimentos foi de R\$ 22.732.996,00, com o número de contratos de 13.769. Ainda para o território, utilizou-se um recurso de R\$ 7.439,00 para comercialização, sendo que esse recurso foi captado por apenas 5 contratos.

**Tabela 59:** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo os municípios 2008

Municípios	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)
<b>Micro Sul</b>	<b>581</b>	<b>17.51.051</b>	<b>2.413</b>	<b>3.908.917</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aiuaba	72	223.567	537	1.201.390	0	0
Arneiroz	2	3.531	404	554.411	0	0
Parambu	1	4.892	421	513.291	0	0
Quiterianópolis	7	35.021	333	403.816	0	0
Tauá	499	1.484.040	718	1.236.009	0	0
<b>Micro Centro</b>	<b>4.142</b>	<b>7.120.612</b>	<b>1.673</b>	<b>3.304.430</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Crateús	3.548	4.993.506	720	1.557.492	0	0
Independência	157	650.957	441	878.807	0	0
Ipaporanga	5	22.990	283	409.605	0	0
Novo Oriente	432	1.453.159	229	458.526	0	0
<b>Micro Norte I</b>	<b>91</b>	<b>345.395</b>	<b>4.403</b>	<b>698.9767</b>	<b>5</b>	<b>7.439</b>
Ararendá	4	11.636	356	438.338	0	0
Ipu	5	44.079	1.247	2.198.540	5	7.439
Ipueiras	48	191.011	1.602	2.400.570	0	0
Nova Russas	31	81.105	946	1.559.201	0	0
Pires Ferreira	0	0	90	136.851	0	0
Poranga	3	17.564	162	256.267	0	0
<b>Micro Norte II</b>	<b>374</b>	<b>943.758</b>	<b>5.280</b>	<b>8.529.882</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Catunda	49	59.954	511	961.388	0	0
Hidrolândia	88	167.862	639	1.076.632	0	0
Monsenhor	169	519.433	320	396.583	0	0

Municípios	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)
Tabosa						
Santa Quitéria	11	107.505	2.860	4.701.645	0	0
Tamboril	57	89.004	950	1.393.634	0	0
<b>Total Território</b>	<b>5.188</b>	<b>10.160.816</b>	<b>13.769</b>	<b>22.732.996</b>	<b>5</b>	<b>7.439</b>

Fonte: IPECE

O maior recurso contratado foi pelos agricultores do município de Crateús, de R\$ 4.993.506,00 para custeio. O segundo maior recurso contratado por município foi por Santa Quitéria para investimento, num valor total de R\$ 4.701.645,00. A terceira maior captação de recurso foi na área de custeio e foi realizada pelo município de Ipueiras, com R\$ 2.400.570,00.

#### 17.1.1 Pronaf

Para este subitem será avaliado uma série de quatro anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, nos anos de 2009 e 2004 a 2008, com o número de contratos o tipo ou enquadramento e o montante em dinheiro.

O Território Inhamuns Crateús totalizou um montante em financiamento produtivo de R\$ 333.758.460,74 no ano de 2009. Vale ressaltar que o crédito mais acessado foi o crediamigo com R\$ 173.646.634,67. Entretanto há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a comercialização, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila e para toda a logística de comercialização adequada, para que os agricultores fiquem, sem a urgência de vender a qualquer preço sua produção, minimizando a ação dos atravessadores. A ausência do financiamento da comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território. A tabela abaixo apresenta em números a realidade destes apoios para os anos de 2004 e 2008.



**Tabela 60:** Financiamento Produtivo, 2009

MUNICÍPIOS	PRONAF (Exceto B/Agroamigo)		CREDIAMIGO		PRONAF B/AGROAMIGO	
	QTE. OPS	VALOR	QTE. OPS	VALOR	QTE. OPS	VALOR
Aiuaba	111,00	797709,91	1885,00	5667826,93	2238,00	2656027,63
Arneiroz	369,00	2905670,29	970,00	2679590,43	1525,00	1814066,25
Parambu	1048,00	4030582,77	2040,00	7319415,72	1193,00	1374131,40
Quiterianópolis	637,00	1799477,69	1517,00	5393955,53	1928,00	2053320,66
Tauá	1456,00	7865651,45	7544,00	23322612,63	1841,00	1747313,22
Crateús	6505,00	20250706,79	12672,00	38806335,99	2635,00	2437065,27
Independência	907,00	5633639,70	2697,00	9628540,71	2250,00	3199834,15
Ipaporanga	168,00	497402,05	513,00	1631844,02	1489,00	1973009,78
Novo Oriente	2990,00	9177435,58	4015,00	13940934,69	1354,00	1557329,40
Ararendá	733,00	3621208,61	1071,00	2638188,05	2192,00	1979820,34
Ipu	536,00	2913705,46	907,00	3435113,01	3327,00	4444154,00
Ipueiras	1977,00	8043173,32	5418,00	17174624,41	6572,00	7147312,33
Nova Russas	933,00	3702910,77	4264,00	12603444,87	3191,00	3329318,36
Pires Ferreira	95,00	678786,82	41,00	84186,00	954,00	815772,83
Poranga	144,00	399492,76	993,00	4261714,70	1131,00	975080,88
Catunda	999,00	4620391,50	845,00	3085693,89	1319,00	1253349,19
Hidrolândia	515,00	3499155,51	120,00	273007,22	1108,00	1376550,40
Monsenhor Tabosa	1098,00	9856262,41	1230,00	3514683,01	1050,00	1488275,50
Santa Quitéria	2785,00	15926563,62	1773,00	5958754,83	2778,00	3265439,41
Tamboril	1360,00	5583038,63	3433,00	12226168,03	3072,00	3299228,43
<b>TOTAIS</b>	<b>25.366,00</b>	<b>111.802.965,64</b>	<b>53.948,00</b>	<b>173.646.634,67</b>	<b>43147,00</b>	<b>48.186.399,43</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2009

**Tabela 61:** Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Sul

MUNICIPIO	A		B		C		D		E		A/C		OUTROS		FINANCIAMENTOS	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Aiuaba			188	334											185.732,19	445.840,90
					59	77									128.567,89	248.737,32
							4	6							24.152,58	11.535,90
														43		480.349,85
Arneroz		2														32.944,53
			94	146											93.158,67	202.004,47
					2	17									2.516,64	96.432,84
								1								16.577,04
									1						30.122,64	
Parambu																
			153	172											150.973,94	214.344,32
					74	30									129.045,50	154.168,68
								2								15.557,04
													2		7.847,22	
			88	179											87.635,01	211.553,00
					18	29									41.760,00	123.176,23
Tauá																
	35	35													416.696,41	283.170,67
			255	114											249.045,25	157.800,30
					942	521	1	6							889.207,72	1.485.650,07
															7.190,40	30.052,27
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>37</b>	<b>778</b>	<b>945</b>	<b>1095</b>	<b>674</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>52</b>	<b>2.469.732,84</b>	<b>5.086.285,55</b>

Fonte: SAF/MDA

Os totais para a micro Sul ficaram assim especificados: Número de contratos para o PRONAF A em 2004 - 35 e 2008 - 37; B em 2004 - 778 - e 2008 - 945; C em 2004 - 1095- e 2008 -674; D em 2004 -5 e 2008 - 16; e em 2004 – 01 e 2008 – 00 e A/C EM 2004 -00 e 2008 -00; OUTROS em 2004 – 2 e 2008 – 115. Já o montante de financiamento em 2004 foi da ordem de R\$ 2.469.732,84 em 2004 e R\$ em 2008 - 5.086.285,55. Portanto nesta série avaliada, no micro sul houve um crescimento significativo tanto no montante de contrato como no aporte de recursos.

Os totais para a micro Centro ficaram assim especificados: Número de contratos para o PRONAF A em 2004 - 142 e 2008 - 14; B em 2004 - 278 - e 2008 – 1.099; C em 2004 – 2.406- e 2008 – 3.494; D em 2004 - 51 e 2008 - 104; e em 2004 – 00 e 2008 – 01 e A/C EM 2004 -00 e 2008 - 63; OUTROS em 2004 – 2 e 2008 – 456. Já o montante de financiamento em 2004 foi da ordem de R\$ 5.091.173,51 em 2004 e R\$ em 2008 - 12.473.216,35. Portanto nesta série avaliada na micro centro houve um crescimento significativo tanto no montante de contrato como no aporte de recursos.

Os totais para a Norte I ficaram assim especificados: Número de contratos para o PRONAF A em 2004 - 64 e 2008 - 13; B em 2004 - 810 - e 2008 – 3027; C em 2004 – 255- e 2008 – 229; D em 2004 - 20 e 2008 - 30; e em 2004 – 00 e 2008 – 01 e A/C EM 2004 -22 e 2008 - 00; OUTROS em 2004 – 0 e 2008 - 100; Já o montante de financiamento em 2004 foi da ordem de R\$ 2.144.358,41 em 2004 e R\$ em 2008 - 6.472.117,09. Portanto nesta série avaliada na micro Norte I houve um crescimento significativo tanto no montante de contrato como no aporte de recursos.

**Tabela 62:** Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Centro

MUNICÍPIO	A		B		C		D		E		A/C		OUTROS		FINANCIAMENTOS	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Crateús	74	14													904.712,44	222.102,07
			142	320											141.748,60	308.976,98
					1924	2.958									1.935.730,10	4.453.461,73
							40	52							259.302,57	179.509,10
										1						4.193,34
												63				106.780,25
													2	133	32.060,00	1.140.726,63
Independência	68														901.159,50	
			89	357											88.818,70	520.858,15
					235	126									186.190,75	366.113,61
							1	12							2.900,00	55.623,70
														286		2.671.010,91
			40	158											38.104,25	216.172,00
					244	404									499.415,93	1.264.611,49
							9	39							66.206,34	253.513,03
														34		295.051,45
			7	264											6.935,51	361.734,50
					3	6									18.496,66	27.074,94
							1	1							9.392,16	5.591,12
													3		20.111,35	
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>14</b>	<b>278</b>	<b>1.099</b>	<b>2.406</b>	<b>3.494</b>	<b>51</b>	<b>104</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>63</b>	<b>2</b>	<b>456</b>	<b>5.091.173,51</b>	<b>12.473.216,35</b>

Fonte: SAF/MDA

**Tabela 63:** Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Norte I

MUNICIPIO	A		B		C		D		E		A/C		OUTROS		FINANCIAMENTOS	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Ararendá	64														816.461,81	41.123,46
			271	280											191.876,18	288.216,50
					56	8									88.100,41	45.385,53
							13	4							142.246,53	18.788,65
														12		91.110,45
			106	123											99.084,98	112.499,20
					25	6									21.717,13	27.048,36
								1								4.616,00
														8		54.767,82
			113	1.011											110.525,72	1.410.970,63
					44	28									85.172,40	166.277,15
							2	2							21.842,42	15.783,48
														13		201.283,13
			294	1.095											234.271,24	1.331.357,50
					126	101									222.664,37	452.158,07
						5	10							38.240,00	114.268,05	
										22				30.035,00		
													34		457.903,44	
Nova Russas		13													198.805,20	
				465											490.936,60	
						79									353.986,28	
								13							112.002,47	
										1					19.966,50	
Pires Ferreira			26	53											24.040,20	71.309,25
					4	7									18.080,02	40.160,46
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	<b>13</b>	<b>810</b>	<b>3027</b>	<b>255</b>	<b>229</b>	<b>20</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>2.144.358,41</b>	<b>6.472.117,09</b>

Fonte: SAF/MDA

**Tabela 64:** Número de contratos e montante do PRONAF por enquadramento e ano fiscal 2004/2008 – Norte II

MUNICÍPIO	A		B		C		D		E		A/C		OUTROS		FINANCIAMENTOS	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Catunda			107	196											76.246,35	219.703,50
					378	68									363.600,34	212.218,58
							1	83							18.000,96	133.971,20
														35		427.998,61
Hidrolândia			43	207											41.237,10	255.667,60
					104	145									103.182,90	472.514,81
													6			130.544,70
Monsenhor Tabosa	40														199.526,59	
			76	95											75.931,60	133.279,32
						99										332.071,86
							1	6							14.996,32	48.728,07
											55	20			62.944,20	56.979,77
														43		640.531,65
Santa Quitéria		22														263.385,23
			306	257											299.655,00	357.215,00
					336	400									371.865,18	2.316.017,29
							2	23							14.915,66	97.157,03
												1				5.997,60
TAMBORIL													2	91	32.460,00	1.575.841,47
	31	5													414.685,19	89.697,50
			133	559											87.337,00	562.702,43
					36	51									68.986,33	234.835,73
							9	10							62.097,28	111.631,28
												38				71.994,50
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>27</b>	<b>665</b>	<b>1314</b>	<b>854</b>	<b>763</b>	<b>13</b>	<b>122</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>55</b>	<b>59</b>	<b>4</b>	<b>210</b>	<b>2.340.506,00</b>	<b>9.156.429,86</b>

Fonte: SAF/MDA

Os totais para a Norte II ficaram assim especificados: Número de contratos para o PRONAF A em 2004 - 71 e 2008 - 27; B em 2004 - 665 - e 2008 - 1314; C em 2004 - 854- e 2008 - 763; D em 2004 - 13 e 2008 - 122; e em 2004 - 00 e 2008 - 00 e A/C EM 2004 -55 e 2008 - 59 OUTROS em 2004 - 04 e 2008 - 210; Já o montante de financiamento em 2004 foi da ordem de R\$ 2.340.506,00 em 2004 e R\$ em 2008 - 9.156.429,86. Portanto nesta série avaliada na micro Norte II, houve um crescimento significativo tanto no montante de contrato como no aporte de recursos.

## **18 SERVIÇOS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

### **18.1 Serviços no Meio Rural**

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas como o extrativismo da Carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território se destacou no ano de 2009 com a cadeia produtiva da apicultura, o período de colheita do mel é de maio a julho, obteve uma safra de 103.391kg de mel; outra cadeia importante é a cajucultura como o período de trabalho é apenas nos meses de outubro a dezembro, dessa atividade também participam homens, mulheres e jovens para coleta das castanhas, no qual o território alcançou uma produção de 295t, ainda há um potencial maior com o pedúnculo do caju e pouco aproveitado, por conta de não haver indústrias para o beneficiamento desse produto e acaba por ser desperdiçado.

### **18.2 Comércio e Indústria**

O setor do comércio nos municípios do Território Inhamuns Crateús concentra-se nos centros das cidades, movimentados pelos atacadistas que em sua maioria comercializam cereais e utensílios domésticos. A base da economia que movimenta esse comércio vem dos salários de funcionários públicos municipais e estaduais e só nos municípios pólos, como Tauá e Crateús, funcionários federais, e a maior renda de fato são dos aposentados seguindo dos programas de transferências de renda. Esses recursos movimentam o comércio por um período de 15 dias mensais. Isso justifica os baixos índices de crescimento desses estabelecimentos comerciais conforme tabela abaixo.



**Tabela 65:** Estabelecimentos comerciais por setor, segundo os municípios do território - 2007 e 2008.

Municípios	Estabelecimentos comerciais							
	Total		Atacadista		Varejista		Outros	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Micro Sul</b>	<b>1186</b>	<b>1212</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>1177</b>	<b>1200</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Aiuaba	87	101	0	0	87	101	0	0
Arneiroz	51	58	0	0	51	57	-	0
Parambu	253	239	0	0	252	238	0	0
Quiterianópolis	174	181	0	0	174	181	0	0
Tauá	621	633	7	9	613	623	1	1
<b>Micro Centro</b>	<b>1594</b>	<b>1543</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>1572</b>	<b>1506</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
Crateús	953	923	29	27	922	895	2	1
Independência	275	257	2	3	272	253	1	1
Ipaporanga	85	88	0	0	88	85	0	0
Novo Oriente	281	275	1	2	290	273	0	0
<b>Micro Norte I</b>	<b>1575</b>	<b>1566</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>1557</b>	<b>1548</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ararendá	121	119	1	1	120	118	0	0
Ipu	496	520	8	6	488	514	0	0
Ipueiras	331	343	2	2	329	341	0	0
Nova Russas	416	406	7	9	409	397	0	0
Pires Ferreira	65	66	0	0	65	66	0	0
Poranga	146	112	0	0	146	112	0	0
<b>Micro Norte II</b>	<b>1284</b>	<b>1319</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>1274</b>	<b>1308</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Catunda	113	116	0	0	113	116	0	0
Hidrolândia	300	303	0	0	300	303	0	0
Monsenhor Tabosa	148	137	0	3	148	134	0	0
Santa Quitéria	511	530	9	5	501	523	1	2
Tamboril	212	233	0	1	212	232	0	0
<b>Total do Território</b>	<b>5639</b>	<b>5640</b>	<b>67</b>	<b>70</b>	<b>5580</b>	<b>5562</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Fonte: Anuário do Ceará 2009 - IPECE.

No total são 11.295 estabelecimentos comerciais no território, onde 95% destes são do ramo varejista. Vale ressaltar que o número de estabelecimentos varejista (5.562) é muito superior ao número de estabelecimentos atacadistas (70), aproximadamente 79 vezes maior.

Dentre os gêneros de atividades no comércio varejista, destacam-se a venda de peças e acessórios para veículos, motocicletas, motonetas, bicicletas, e suas peças e acessórios. Também se destacam os pequenos negócios como lanchonetes, bares, restaurantes e o comércio varejista de gêneros

alimentícios, lojas de calçados e confecções, de móveis, armários, farmácias etc.

No Território de Inhamuns Crateús em 2008, houve um aumento no número de Indústrias saindo 359 para 421. Dentre eles podemos destacar os setores da Transformação que passou de 315 a 371 e que apresentou o maior crescimento, já a indústria de construção civil sai do 0(zero) e passa para 13. Isso reflete se comparados com os dados da população economicamente ativa perceberemos que são números pequenos, mas que revelam muito sobre o perfil das indústrias registradas no território. Confirma ainda a dependência dos empregos públicos na região.

**Tabela 66:** Estabelecimentos industriais segundo os municípios do território

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Micro Sul</b>	<b>65</b>	<b>77</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>53</b>
Aiuaba	2	2	0	0	0	0	0	0	2	2
Arneiroz	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Parambu	11	13	0	0	0	0	0	0	11	13
Quiterianópolis	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Tauá	46	56	0	0	6	12	0	0	40	44
<b>Micro Centro</b>	<b>496</b>	<b>105</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>87</b>	<b>89</b>
Crateús	65	69	0	0	5	7	0	0	60	62
Independência	19	17	1	2	3	3	0	0	15	12
Ipaporanga	4	6	0	0	0	0	0	0	4	6
Novo Oriente	12	13	0	0	4	4	0	0	8	9
<b>Micro Norte I</b>	<b>103</b>	<b>93</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>101</b>	<b>89</b>
Ararendá	9	8	0	0	0	0	0	0	9	8
Ipu	27	21	0	0	0	0	0	0	27	21
Ipueiras	27	22	0	0	1	2	0	0	26	20
Nova Russas	38	40	0	0	1	1	0	13	37	38
Pires Ferreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Poranga	2	2	0	0	0	0	0	0	2	2
<b>Micro Norte II</b>	<b>73</b>	<b>74</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>68</b>	<b>140</b>
Catunda	8	7	0	0	0	0	0	0	8	7
Hidrolândia	10	8	0	0	0	0	0	0	10	8
Monsenhor Tabosa	7	9	0	0	0	1	0	0	7	8
Santa Quitéria	36	37	3	3	0	0	0	0	33	34
Tamboril	12	13	1	1	1	1	0	0	10	11
<b>Total Território</b>	<b>359</b>	<b>421</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>315</b>	<b>371</b>

Fonte: Anuário do Ceará 2008 – IPECE.

## 19 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 26, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do Setor Produtivo, Serviços, Comércio e Indústria, Situação Fundiária, Financiamento e Comercialização da Produção que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Desorganização e fragilidade na capacitação dos agricultores /as familiares para a organização da produção e comercialização;</li><li>2. Condições precárias das estradas vicinais para escoar a produção;</li><li>3. Áreas dos assentamentos não são suficientes para assegurar uma renda justa para as famílias assentadas e agregados/as;</li><li>4. Tecnologias utilizadas, na maioria dos casos, não apropriadas para a exploração racional dos recursos naturais;</li><li>5. Margens das rodovias federais e estaduais sem manutenção;</li><li>6. Estrutura dos matadouros públicos, estrutura física de mercado público, estrutura física das cadeias públicas e grandes reservatórios de água na região sem recursos para uma manutenção adequada;</li><li>7. Condições precárias das estradas vicinais;</li><li>8. Difícil acesso dos distritos a sede dos municípios;</li><li>9. Equipamentos tecnológicos para o desenvolvimento da produção insuficientes.</li><li>10. Uso indiscriminado de agrotóxicos.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Existência de vegetação adequada para exploração da apicultura;</li><li>2. Grande incidência dos raios solares que possibilitam a produção de energia solar;</li><li>3. Existência sete cooperativas de apoio a organização da produção com grande potencial para a comercialização da agricultura familiar;</li><li>4. Diversas experiências de organização e Feiras da Agricultura Familiar;</li><li>5. Grande rebanho de ovinos e caprinos (o maior do estado do Ceará);</li><li>6. Disponibilidade de créditos para a agricultura familiar;</li><li>7. Coragem, disposição e perseverança dos agricultores.</li><li>8. Valorização da agricultura familiar a partir do PNAE PAA;</li><li>9. Organização da produção e comercialização com o surgimento de grupos de mulheres;</li><li>10. Potencial no eco-turismo por conta das riquezas naturais;</li><li>11. Solos ricos em minerais e passíveis de exploração.</li></ol>

ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atenção insuficiente, por parte do Governo do Estado, para a questão da ATER;</li> <li>2. Instabilidade climática que afeta as condições de produção;</li> <li>3. Descontinuidade das ações com as mudanças de governo;</li> <li>4. Projetos sem acompanhamento sistemático os por parte das instituições do governo;</li> <li>5. Perda de fertilidade dos solos ao longo dos anos;</li> <li>6. Cooperativas e associações sem o apóio necessário;</li> <li>7. Irregularidade e má distribuição das chuvas;</li> <li>8. Comunidades rurais sem energia e saneamento básico;</li> <li>9. Produtores rurais sem segurança;</li> <li>10. Dificuldade de acesso ao Crédito Fundiário;</li> <li>11. Tributação inadequada para os produtos da Agricultura Familiar;</li> <li>12. Redução de receitas do município.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alguns comitês constituídos com ênfase para o comitê de bacias hidrográficas;</li> <li>2. Existência de diversos conselhos de acompanhamentos das políticas públicas;</li> <li>3. Existência de programas de compras governamentais (PAA, compras diretas);</li> <li>4. Nova lei ATER traz uma segurança para a continuidade da assistência técnica;</li> <li>5. Programa Garantia-Safra, trouxe segurança para os pequenos produtores rurais em época de escassez de chuvas;</li> <li>6. Abertura de mercado para o Comércio externo;</li> <li>7. Programa do Biodiesel abriu grandes possibilidades para ampliar a geração e renda no território;</li> <li>8. Programas e leis de incentivo e comercialização dos produtos da agricultura familiar;</li> <li>9. Projeto de Georreferenciamento e regularização fundiária em implementação pelo governo do estado em parceria com o governo federal.</li> <li>10. PNAE e PAA como importante canal de comercialização para os produtos da agricultura familiar;</li> <li>11. Políticas sociais voltadas para a melhoria de geração de emprego e renda.</li> </ol>

**Quadro 26:** Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional

**Fonte:** Oficina territorial, CETREX – Caucaia – CE, 2010.



**Parte II d**  
**DIMENSÃO POLITICO**  
**INSTITUCIONAL**  
**Territorialização e Gestão Publica**  
**Infraestrutura Institucional**  
**Governabilidade e Gestão Social**



## 20 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Um novo projeto para o Brasil Rural deve ter um enfoque territorial de desenvolvimento da sociedade, que contemple as várias dimensões de sustentabilidade (econômica, social, política, tecnológica, cultural e ambiental) na perspectiva de fortalecer a gestão social e ampliar as redes sociais locais de cooperação para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

Este projeto é parte de um projeto maior de implantação de outro estilo de desenvolvimento, estruturado a partir de três temas fundamentais, ou seja, (1) Desenvolvimento socioeconômico, (2) Respeito ao meio ambiente e (3) Redução das desigualdades sociais e regionais.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como *“um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”*.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.



Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

## **20.1 Estrutura do Poder Local e Territorial**

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as

relações serão movidas por projetos distintos, isto é, ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos complementares como estratégia de implantação do ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 27 a 31 dimensionam a representação político-partidária do território, do Poder Executivo Municipal considerando os processos eleitorais de cinco mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012 a 1993-1996), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

Em relação a estrutura partidária do poder local ela está constituída da seguinte forma: atualmente treze municípios do território são governados por partidos da base aliada do governo federal e estadual e sete governados por partidos oposicionistas, em relação com o governo federal. Porém é preciso lembrar que a governança municipal, estadual e federal é um dado conjuntural, ou seja, é dinâmico e a relação dos representantes desde o poder local até a união faz a diferença quanto a maior ou menor capacidade para os municípios se desenvolverem.

Diante da importância que o poder local tem para o desenvolvimento dos municípios, a seguir apresenta-se uma série histórica dos cinco últimos mandatos o que totaliza vinte anos de vivência política no território.

MUNICÍPIO	MANDATO 1993 -1996			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Aiuaba	3.142	PSDB	1	0
Ararendá	2.819	PDS	1	0
Arneiroz	2.501	PSDB	1	0
Catunda	2.252	PSDB	0	1
Crateús	16.701	PSDB	1	0
Hidrolândia	4.428	PSDB	1	0
Independência	8.128	PDT	1	0
Ipaporanga	3.188	PDT	1	0
Ipu	8.841	PTB	1	0
Ipueiras	8.262	PDS	1	0
Monsenhor Tabosa	5.129	PSDB	1	0
Nova Russas	7.629	PSDB	1	0
Novo Oriente	6.827	PSDB	1	0
Parambu	7.637	PDT	1	0
Pires Ferreira	<b>2.593</b>	PDT	1	0
Poranga	2.748	PMDB	1	0
Quiterianópolis	3.870	PFL	1	0
Santa Quitéria	8.970	PSDB	1	0
Tamboril	6.546	PFL	1	0
Tauá	10.852	PL	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>123.063</b>	-	<b>19</b>	<b>1</b>

**Quadro 27:** Composição do Poder Executivo Municipal (1993-1996)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

MUNICÍPIO	MANDATO 1997 – 2000			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Aiuaba	3.889	PSDB	1	0
Ararendá	4.126	PPB	1	0
Arneiroz	2.628	PSDB	1	0
Catunda	1.631	PDT	1	0
Crateús	16.272	PDT	1	0
Hidrolândia	4.809	PL	1	0
Independência	6.226	PTB	1	0
Ipaporanga	3.091	PDT	1	0
Ipu	11.103	PTB	1	0
Ipueiras	8.463	PP	1	0
Monsenhor Tabosa	4.691	PFL	1	0
Nova Russas	7.535	PSDB	0	1
Novo Oriente	7.511	PSDB	1	0
Parambu	9.012	PPB	0	1
Pires Ferreira	3.106	PPB	1	0
Poranga	3.601	PSDB	1	0
Quiterianópolis	4.644	PSDB	1	0
Santa Quitéria	9.246	PPB	1	0
Tamboril	7.089	PFL	1	0

MUNICÍPIO	MANDATO 1997 – 2000			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Tauá	10.800	PDT	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>129.473</b>		<b>18</b>	<b>2</b>

**Quadro 28:** Composição do Poder Executivo Municipal (1997-2000)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

MUNICÍPIO	MANDATO 2001 – 2004			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Aiuaba	4.780	PSDB	1	0
Ararendá	2.800	PMDB	0	1
Arneiroz	2.554	PSDB	1	0
Catunda	2.828	PFL	1	0
Crateús	19.626	PMDB	1	0
Hidrolândia	4.547	PFL	1	0
Independência	5.599	PSDB	1	0
Ipaporanga	3.461	PSDB	1	0
Ipu	11.909	PL	1	0
Ipueiras	12.326	PSDB	1	0
Monsenhor Tabosa	4.384	PSDB	1	0
Nova Russas	9.924	PPS	1	0
Novo Oriente	8.746	PSDB	1	0
Parambu	8.509	PDT	1	0
Pires Ferreira	3.558	PRB	1	0
Poranga	3.937	PSDB	1	0
Quiterianópolis	41.603	PSDB	1	0
Santa Quitéria	11.302	PSDB	1	0
Tamboril	8.552	PRTB	1	0
Tauá	13.536	PMDB	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>184.481</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>2</b>

**Quadro 29:** Composição do Poder Executivo Municipal (2001-2004)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

MUNICÍPIO	MANDATO 2005 – 2008			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Aiuaba	5.463	PSDB	1	0
Ararendá	3.736	PMDB	0	1
Arneiroz	2.683	PSDB	1	0
Catunda	2.878	PFL	1	0
Crateús	20.489	PMDB	1	0
Hidrolândia	5.769	PSDB	1	0
Independência	8.617	PRP	1	0
Ipaporanga	3.948	PSDB	1	0
Ipu	11.810	PRP	0	1
Ipueiras	11.134	PPS	1	0
Monsenhor Tabosa	5.037	PPS	1	0
Nova Russas	6.900	PSB	1	0

MUNICÍPIO	MANDATO 2005 – 2008			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Novo Oriente	5.430	PSDB	1	0
Parambu	11.327	PMDB	1	0
Pires Ferreira	2.708	PSDB	1	0
Poranga	4.280	PSDB	1	0
Quiterianópolis	6.852	PMDB	1	0
Santa Quitéria	11.606	PSDB	1	0
Tamboril	6.968	PPS	1	0
Tauá	16.518	PMDB	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>154.153</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>3</b>

**Quadro 30:** Composição do Poder Executivo Municipal (2005-2008)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

MUNICÍPIO	MANDATO 2009 – 2012			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Aiuaba	7.175	PSDB	1	0
Ararendá	3.492	PSDB	1	0
Arneiroz	25.646	PMDB	1	0
Catunda	4.107	PR	1	0
Crateús	24.381	PC DO B	1	0
Hidrolândia	7.096	PSDB	1	0
Independência	8.566	PMDB	1	0
Ipaporanga	3.546	PMDB	1	0
Ipu	11.819	PMDB	1	0
Ipueiras	10.279	PSB	1	0
Monsenhor Tabosa	4.748	PSDB	1	0
Nova Russas	7.389	PSC	1	0
Novo Oriente	8.060	PSDB	1	0
Parambu	15.196	PMDB	1	0
Pires Ferreira	3.173	PSB	1	0
Poranga	4.575	PSDB	1	0
Quiterianópolis	6.696	PMDB	1	0
Santa Quitéria	12.501	PSDB	1	0
Tamboril	9.139	PSB	1	0
Tauá	17.685	PMDB	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>195.269</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>0</b>

**Quadro 31:** Composição do Poder Executivo Municipal (2009-2012)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

PARTIDO	Nº DE MANDATOS	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
PSDB	40	40,0	38	02
PMDB	14	14,0	10	04
PDT	10	10,0	10	-
PFL	07	7,0	07	-
PPB	06	6,0	05	01

PARTIDO	Nº DE MANDATOS	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
PPS	04	4,0	04	-
PL	03	3,0	03	-
PTB	03	3,0	03	-
PSB	03	3,0	03	-
PDS	02	2,0	02	-
PRP	02	2,0	01	01
PSD	01	1,0	01	-
PRB	01	1,0	01	-
PRTB	01	1,0	01	-
PR	01	1,0	01	-
PCdoB	01	1,0	01	-
PSC	01	1,0	01	-
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>92</b>	<b>08</b>

**Quadro 32:** Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012

**Fonte:** consolidação pela equipe de consultoria a partir das informações do Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

Conforme o Quadro 31 o partido com maior número de mandatos foi o PSDB com 40%, em seguida vem o PMDB com 14%, seguido do PDT com 10%, do PFL, PPB e PPS com 7%, 6% e 4% respectivamente. Os demais partidos ficaram na faixa de 3% a 1%.

Conforme os números, dois aspectos nos chama a atenção: a hegemonia do PSDB durante cinco mandatos e a pouca participação das mulheres na gestão pública, apenas seis municípios do território conseguiram eleger oito mulheres. Os municípios que tiveram mulheres como gestoras foram Tauá com dois mandatos (PMDB), Ararendá (PMDB) com dois mandatos e Catunda (PSDB), Nova Russas (PSDB), Parambú (PPB) e Ipú (PRP) com um mandato.

Durante o processo de implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial, os gestores públicos têm-se mantidos bastante ausentes, sendo raros os eventos em que os prefeitos do território comparecem, e quando eles vêm permanecem apenas para nos momentos de abertura e para as boas vindas aos participantes. Muitas vezes, os representantes das prefeituras não participam de todo o processo e não tem poder de decisão.

Percebe-se que a presença, a ausência, ou o apoio na implementação da estratégia, independe da cor partidária. Não conseguimos visualizar nos gestores uma proposta de desenvolvimento com bases sustentáveis, porque o que prevalece são as circunstâncias que surgem em função das conjunturas nacional ou estadual. Por esta razão é que os políticos trocam tanto de partidos. Como demonstram os Quadros 24 a 28, nos cinco mandatos, a composição partidária do território se conformou por meio de dezessete partidos diferentes.

Na visão do Colegiado Territorial, acontecem os debates no Território, no entanto, as decisões territoriais tomadas nas plenárias (sociedade civil e poder público) não são respeitadas. Primeiro, porque a sociedade não participa da execução dos projetos; segundo, porque dependendo dos projetos disponibilizados para o Território, principalmente em razão dos valores, os gestores públicos, muitas vezes impõem dificuldades para cumprir as exigências junto à CEF para liberação e implantação dos projetos no Território.

A abordagem territorial ainda não foi incorporada por todos os gestores públicos na forma de pensar o planejamento territorial. Prevalece ainda, a visão individualista de trazer os recursos para cada município, e isso tem motivado alguns deles a negociarem recursos por outras vias, passando por cima das decisões colegiadas.

O Território conta com representações parlamentares de âmbito federal (2) e estadual (3) eleitos para o mandato 2011-2014 e o vice-governador (PMDB) eleito para o mandato 2011-2014, resultado da coligação aliada da base governista.

Na análise do Colegiado Territorial a participação dos vereadores representando as câmaras municipais ainda é muito pequena nas dinâmicas territoriais.

O papel dos vereadores não está sendo bem desempenhado e muitos deles, não demonstram interesse no acompanhamento, na fiscalização e em constituir os instrumentos necessários para o trato da coisa pública, a exemplo do orçamento municipal. Não há orçamento participativo; não realizam audiências públicas para discutir o orçamento público e, na maioria das vezes,

o orçamento é votado em regime de urgência, sem discussão nas Câmaras Municipais.

A maioria dos municípios mantêm parcerias com escritórios contábeis em Fortaleza, e o orçamento é elaborado por estes profissionais. O orçamento municipal é elaborado sem incorporação das demandas da sociedade, porque não é discutido no município e são meros documentos descritivos, que estabelecem cláusulas com permissões e flexibilização para utilização e remanejamento de recursos pelos gestores municipais.

## **20.2 Estrutura Administrativa e Atuação das Instituições Públicas e da Sociedade Civil no Território**

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da



capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável, o Quadro 30 procura destacar no Território a atuação de diversas instituições públicas que ofertam uma variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, no sentido de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento e da teia de relações sociais do território.

### 20.2.1 Governo Federal e Estadual

O território conta com atuação de diversas instituições públicas ofertando uma variedade de serviços. Como o Plano tem uma abrangência territorial, este passa a exigir destas instituições um maior nível de integração de suas ações, razões pelas quais, priorizou-se destacar os principais serviços prestados ao território com potencial de integração entre as instituições.

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
1. Acesso ao Crédito	<p><b>Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS.</b>  <b>Atividades do DRS priorizadas no território:</b>  <b>1. Apicultura:</b> Novo Oriente;  <b>2. BIODIESEL:</b> Crateús, Independência; Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas e Novo Oriente, Santa Quitéria e Tauá;  <b>3. Ovinocaprinocultura:</b> Catunda, Crateús, Hidrolândia, Santa Quitéria e Tauá.</p> <p><b>Banco do Nordeste do Brasil – Nordeste Territorial</b>  <b>Atividades priorizadas no território:</b>  a) Bovinocultura de Leite;  b) Apicultura;  c) Ovinocaprinocultura de Corte</p>
2. Assessoria/ Assistência Técnica e Capacitação	<p><b>SEBRAE – Sede em Crateús e Tauá.</b>  <b>Atividades priorizadas no território:</b>  a) Artesanato;  c) Comércio Varejista;  d) Ovinocaprinocultura;</p>

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
	<p>d) Piscicultura; e) Apicultura.</p> <p><b>EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS E ATES/INCRA</b> Assistência/Assessoria Técnica Ambiental e Social para o fortalecimento da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.</p> <p><b>Projeto Dom Helder Câmara:</b> Assistência Técnica em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades de Agricultores/as Familiares.</p>
3. Infraestrutura	<p><b>DNOCS</b> Manutenção e Gestão dos Perímetros Irrigados</p> <p><b>Caixa Econômica Federal</b> Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos sociais, econômicos e ambientais implantados pelos municípios e estado em parceria com o Governo Federal.</p> <p><b>FUNASA</b> Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos de saneamento básico no território.</p>
4. Meio Ambiente	<p><b>IBAMA</b> Recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas e em potencial de degradação.</p> <p><b>SEMACE</b> Licença ambiental para os projetos implantados nos territórios demandantes desta ação</p>
6. Abastecimento e Comercialização	<p><b>CONAB</b> Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA.</p> <p><b>SDA/MDS</b> Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA e PAA LEITE.</p> <p><b>Bases de Serviços de Comercialização</b> Apoio aos grupos produtivos no acesso aos mercados.</p>
8. Reforma Agrária	<p><b>INCRA e PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO</b> Fortalecimento e recuperação de áreas de assentamentos de reforma agrária</p> <p><b>IDACE</b> Acompanhamento ao processo de regularização fundiária no território.</p>
9. Certificação de produtos de origem animal	<p><b>Superintendência do Ministério da Agricultura SFA</b> Serviços de Inspeção Federal – SIF</p> <p><b>ADAGRI</b> Serviços de Inspeção Estadual – SIE</p> <p><b>Prefeituras Municipais</b> Serviços de Inspeção Municipal – SIM</p>
10. Acompanha as	<b>Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário –</b>

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
políticas de Desenvolvimento Agrário	<b>DFDA –CEARÁ</b> <b>Secretaria de Desenvolvimento Agrário – DAS</b>
Ensino, pesquisa e extensão	<b>Universidade Estadual do Ceará (UECE)</b>

**Quadro 33:** Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração

**Fonte:** Pesquisa da Consultoria junto às Instituições com atuação no Território.

Tomando como referência os serviços de acesso ao crédito, vamos constatar que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e o SEBRAE priorizaram em comum a atividade de ovinocaprinocultura e a apicultura. Além destas três instituições que por natureza das atividades se faz necessário a integração de ações, outras apresentam grande potencialidade para integrar ações, as quais podemos citar: CONAB e Bases de Serviços no apoio ao acesso aos mercados; ADAGRI e SFA na certificação dos produtos processados e EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS, ATES/INCRA e Projeto Dom Helder Câmara na prestação de serviços de assistência técnica.

No entanto, a integração de ações ainda se constitui num grande desafio, haja vista, que a vivência das instituições é de desenvolver suas ações de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas, e, por conseguinte, a desarticulação da demanda do público beneficiário destas políticas.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

O Colegiado Territorial avalia que a atuação das instituições públicas no Território, tanto em âmbito federal, quanto em âmbito estadual ainda tem sido pontual, sem haver uma maior integração das suas ações, havendo necessidade de um diálogo maior para a apresentação via matriz de ações e, conseqüente implementação de programas e/ou projetos no Território.

Ressalta, que as instituições mantêm relações com os políticos locais, permitindo que haja ingerência política, o que acaba não favorecendo a autonomia institucional.

Na análise do Colegiado Territorial, a estrutura funcional da FUNASA precisa melhorar, pois atualmente, serve para atender prefeitos e projetistas das prefeituras e empresas contratadas, e não participa no processo de gestão social nos municípios do território.

Com relação às instituições que cuidam do meio ambiente, o Colegiado entende que a estrutura funcional do IBAMA e SEMACE têm trabalhado no sentido muito mais de exercício de uma fiscalização repressora e do poder de polícia, sem, contudo, participar do processo de gestão social, pois falta diálogo e entrosamento com o Território. Ainda apresenta um déficit muito grande de acompanhamento técnico das suas ações. Muito pouco tem sido feito com relação à educação ambiental.

O Colegiado Territorial avalia que há uma distorção na implementação do projeto de regularização fundiária coordenado pelo IDACE, inclusive com a inclusão de nomes de pessoas falecidas nos títulos da terra. E há uma demanda do crédito fundiário, mas a instituição, no que se refere a esta oferta está ausente do Território.

A CONAB funciona com poucos funcionários e técnicos para divulgar melhor os programas governamentais aos agricultores familiares. Essa deficiência na divulgação dos programas dificulta o acesso e a inclusão dos beneficiários diretos, o que acaba comprometendo, sobretudo a política de segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

Com relação aos programas apoiados pela SDA/MDS faltam esclarecimentos acerca dos critérios de inclusão e gestão social dos programas.

Existe uma experiência do Projeto Dom Hélder Câmara que procura articular as políticas públicas, a partir das demandas das comunidades organizadas para serem incorporadas ao Plano de Desenvolvimento do Território.

Com relação à Delegacia Federal do MDA, esta tem funcionado de forma deficiente, em espaço e quadro funcional, para dar resposta às

solicitações e reclamações relacionadas aos programas e ações: garantia safra, emissão de DAPs, acesso às linhas de crédito especial do PRONAF. Falta uma melhor integração das ações dentro do próprio ministério- SAF/ SDT/ SRA/ NEAD e com as parcerias institucionais nos municípios do território. Tem mostrado eficiência no acompanhamento das ações do desenvolvimento territorial;

Na avaliação do Colegiado Territorial a Caixa Econômica Federal (CEF) tem dificultado a liberação dos projetos, não só com as exigências e regras estabelecidas, mas pela própria estrutura funcional somente com atendimento na agência local (GIDUR) em Fortaleza, e por não participar do processo de gestão social, dificultando o repasse das informações dos projetos de infraestrutura (PROINF) e dos projetos de custeio, executados pelas entidades dos territórios.

#### 20.2.2 Governo Municipal

TIPOS DE SERVIÇOS	DE	SECRETARIAS/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
Educação		Secretarias Municipais de Educação
Cultura		Secretarias Municipais de Cultura e Desporto
Apoio na Geração de trabalho e renda		Secretaria de Negócios Rurais e Abastecimento
		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Gestão e controle social		Secretaria de Gestão e Controle
		Secretaria de Administração
		Secretaria de Administração
		Secretaria do Planejamento
		Secretaria de Recursos Humanos
Articulação Política Institucional		Secretaria de Governo
Assessoria Jurídica		Procuradoria Jurídica
Assistência Social		Secretaria de Ação Social, Trabalho e Empreendedorismo
		Secretaria Municipal de Assistência Social
		Secretaria Municipal de Ação Social
Infraestrutura		Secretaria Municipal de Obras e Serviços
		Secretaria Municipal de Infraestrutura

**Quadro 34:** Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território

**Fonte:** Pesquisa da Consultoria junto às Secretarias Municipais.

A análise do Quadro 33 não é muito diferente da análise anterior, ou seja, apesar das secretarias municipais estarem muito próximas, a experiência tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar as ações e os objetivos que tem em comum. Essa atuação isolada, pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere à otimização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

Na visão do Colegiado Territorial a educação do campo é um tema importante e não bem trabalhado no Território, assim como a agroecologia e as feiras da agricultura familiar. Não há políticas municipais específicas para tratar estes temas e as parcerias com as instituições precisam ser mais bem estabelecidas. As prefeituras não contratam profissionais para trabalhar a certificação de produtos agroecológicos.

Com relação às secretarias municipais há um peso maior nas secretarias que tem recursos próprios, a exemplo da Educação, Saúde e Assistência Social, mas não há descentralização de recursos. No caso das secretarias de agricultura, apesar de alguns municípios terem recursos próprios (no papel), pois há lei inclusive, que destina recursos, via fundo para a agricultura, mas esses recursos não chegam às comunidades rurais, comprometendo, sobremaneira o desenvolvimento rural.

### **20.3 Estrutura Socioorganizativa e Política da Sociedade Civil**

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destacamos aquelas com maior potencial de integração de ações, tendo em vista, a consonância com o Plano, cuja abrangência é territorial:

<b>TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS</b>	<b>ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES</b>
Política Sindical	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais
	Sindicato dos Professores
Reforma Agrária	Sindicato dos Mototaxistas.
	Movimento dos Sem Terras
	Fórum dos Assentados/as
Convivência com o Semi Árido	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
	Fórum Microrregionais de Convivência com o Semi Árido RESAB
Meio Ambiente	Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham a temática ambiental
Recursos Hídricos	Comitês de Bacias Hidrográficas
Articulação/organização dos/as Apicultores/as	Cooperativa de Pequenos Produtores.
Assessoria Técnica	Organizações da Sociedade Civil que prestam assessoria técnica ao território.
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde	Conselhos Municipais de Saúde
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Assistência Social	Conselhos Municipais da Assistência Social
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.	Conselhos Municipais de Educação
	Conselho Municipal da Alimentação Escolar (CAE)
	Conselho Municipal do FUNDEB
Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes	Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes
	Conselho Tutelar
Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para o idoso	Conselhos Municipais de políticas para o Idoso
Segurança alimentar e nutricional	Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais
	Igrejas evangélicas, outras manifestações religiosas.
Pescadores	Colônias de pescadores
Organizações das Comunidades	Novo Oriente - 01

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
Indígenas	Monsenhor Tabosa – 07 Tamboril – 01 Crateús - 02 Poranga - 02
Organizações das Comunidades Quilombolas	Reconhecidas pela Fundação Palmares – 02 – Novo Oriente; Reconhecidas em Tamboril – 03 Monsenhor Tabosa – 01 em fase de reconhecimento Poranga - 01 em fase de reconhecimento
Política de Desenvolvimento Territorial	Colegiado Territorial Rede Estadual de Colegiados Territoriais

**Quadro 35:** Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração

**Fonte:** Pesquisa da consultoria junto às entidades e organizações da sociedade civil

O processo de articulação de ações entre entidades da sociedade civil, por natureza das ações exige um esforço maior, haja vista que as bandeiras de luta de cada uma das organizações precisam de complementaridade para ser postas em prática. É importante destacar que não se trata de se querer juntar todas elas para atuarem de forma conjunta, até porque é fundamental se preservar a identidade e a autonomia de cada entidade. Identificar temas de interesse que exigem ações articuladas, sem haver perda de identidade e autonomia, torna-se fator preponderante para o fortalecimento de entidades representativas da sociedade civil no Território.

Na avaliação do Colegiado Territorial, a sociedade civil tem participado ativamente do processo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, mas muitas das organizações da sociedade civil não têm abrangência territorial, limitando-se a sua atuação ao município.

Quanto à organização dos produtores para a produção e comercialização dos seus produtos, há uma avaliação de que as comunidades pouco se reúnem para discutir projetos para serem apresentados ao Território, via Colegiado Territorial.

O Colegiado reconhece a importância de se organizar em rede, e o papel da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, mas ainda aponta como é difícil fazer o controle social dos instrumentos de planejamento colocados à disposição para o acompanhamento das políticas públicas, a exemplo do PPA



Estadual, da matriz do PTC do Governo Federal, porque não tem tido o devido acompanhamento.

## **21 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL**

### **21.1 Municipalização das Políticas Públicas**

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Considerando que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

## **21.2 Construção do Orçamento Público Municipal**

### **21.2.1 Transferências Governamentais**

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

O Quadro 34 detalha as transferências em nível federal no período de 2000 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

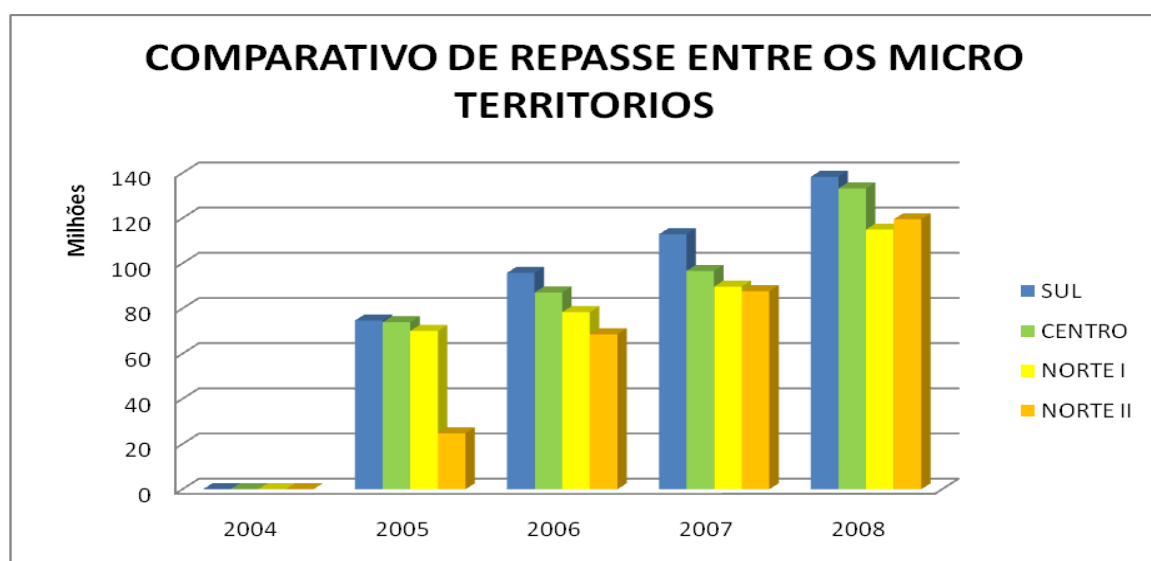
O orçamento destinado à saúde no Território, originário de Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS está sintetizado no Quadro 35 e refere-se aos repasses dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

Todos os dados de recursos das tabelas a seguir estão descritos e representados graficamente em mil reais.

MUNICÍPIO	2004	2005	2006	2007	2008
Aiuaba	7.752	9.464.751	11.379.190	12.889.458	15.339.294
Arneiroz	4.543	5.361.981	7.483.547	8.010.860	9.247.157
Parambu	13.414	16.716.115	25.904.023	28.565.174	33.172.296
Quiterianópolis	...	10.933.598	14.662.820	17.352.969	20.960.691
Tauá	...	32.253.744	36.348.927	46.053.313	59.612.959
<b>Micro Sul</b>	<b>25.708</b>	<b>74.730.189</b>	<b>95.778.507</b>	<b>112.871.773</b>	<b>138.332.398</b>
Crateús	28.780	33.430.664	35.965.865	41.633.265	52.051.960
Independência	...	13.191.654	15.889.688	17.415.317	22.351.163
Ipaporanga	...	7.600.806	9.085.682	11.354.717	13.238.707
Novo Oriente	14.411	15.854.290	17.446.402	19.325.787	27.308.861
<b>Micro Centro</b>	<b>43.191</b>	<b>70.077.414</b>	<b>78.387.636</b>	<b>89.729.085</b>	<b>114.950.691</b>
Ararendá	7.165	7.740.726	9.770.815	10.005.109	13.092.653
Ipu	14.073	16.006.939	18.972.516	21.111.166	29.762.812
Ipueiras	15.751	18.819.248	22.106.765	26.656.428	35.418.968
Nova Russas	14.687	17.159.695	18.629.017	20.875.401	33.303.364
Pires Ferreira	...	6.388.185	9.034.314	8.270.140	10.647.973
Poranga	...	7.823.196	8.576.587	9.734.025	10.926.976
<b>Micro Norte I</b>	<b>51.676</b>	<b>73.937.990</b>	<b>87.090.013</b>	<b>96.652.269</b>	<b>133.152.747</b>
Catunda	...	...	...	8.582.324	12.320.760
Hidrolândia	8.370	...	13.019.655	13.747.868	18.135.225
Monsenhor Tabosa	...	...	11.650.866	14.869.691	19.872.828
Santa Quitéria	21.470	24.774.914	24.574.448	27.103.148	36.774.874
Tamboril	14.150	...	19.320.040	23.428.034	32.421.375
<b>Micro Norte II</b>	<b>43.990</b>	<b>24.774.914</b>	<b>68.565.009</b>	<b>87.731.065</b>	<b>119.525.062</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>164.565</b>	<b>243.520.507</b>	<b>329.821.165</b>	<b>386.984.192</b>	<b>505.960.898</b>

**Quadro 36:** Transferências aos Municípios - Ceará - 2004-2008

Fonte: Ipece/Anuário Estatístico do Ceará – 2008



**Figura 23:** Gráfico Comparativo dos Repasses por Micro Território – 2008

Fonte: Ipece/Anuário Estatístico do Ceará – 2008

Município	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab %			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Aiuaba	6.951.285	8.115.313	10.237.477	9.449.234	1.123.556	1.165.372	1.359.046	1.564.044	73,13	74,78	83,62	95,24
Arneiroz	4.672.629	5.424.136	6.952.202	6.067.972	662.720	761.938	864.849	985.232	86,63	104,35	115,36	131,61
Parambu	11.306.627	13.079.920	16.290.905	16.193.465	2.344.261	3.802.069	5.121.736	4.903.590	69,06	124,27	160,14	152,14
Quiterianópolis	8.346.921	9.511.296	12.053.820	11.957.550	909.217	876.145	1.216.294	1.554.745	46,46	43,63	57,98	73,23
Tauá	17.215.241	19.933.621	24.942.144	23.901.554	8.177.999	11.991.232	10.730.847	11.899.223	156,07	220,94	190,93	210,09
<b>Micro Sul</b>	<b>48.492.703</b>	<b>56.064.286</b>	<b>70.476.548</b>	<b>67.569.775</b>	<b>13.217.753</b>	<b>18.596.756</b>	<b>19.292.772</b>	<b>20.906.834</b>	<b>431,35</b>	<b>567,97</b>	<b>608,03</b>	<b>662,31</b>
Crateús	19.387.393	21.637.619	27.774.140	26.948.144	9.991.822	10.602.557	11.762.562	12.927.145	134,96	146,47	157,04	171,79
Independência	9.762.120	10.870.039	13.741.309	14.484.739	1.708.301	2.725.097	3.505.701	2.666.762	65,27	107,23	133,6	101,33
Ipaporanga	6.216.505	6.480.884	8.327.604	8.734.171	709.843	1.004.831	1.309.180	1.491.170	61,51	88,51	111,62	126,71
Novo Oriente	9.787.610	10.673.699	13.955.687	13.483.112	1.054.198	1.979.306	2.411.825	2.941.296	41,33	72,19	84,67	102,47
<b>Micro Centro</b>	<b>45.153.628</b>	<b>49.662.241</b>	<b>63.798.740</b>	<b>63.650.166</b>	<b>13.464.164</b>	<b>16.311.791</b>	<b>18.989.268</b>	<b>20.026.373</b>	<b>303,07</b>	<b>414,4</b>	<b>486,93</b>	<b>502,3</b>
Ararendá	6.062.053	6.645.191	8.215.471	8.185.566	992.438	1.011.116	1.338.320	1.264.375	94,37	94,95	120,73	113,03
Ipu	12.490.907	13.709.451	18.162.213	17.170.427	1.867.761	2.615.612	4.990.020	6.680.420	45,68	66,32	122,18	162,73
Ipueiras	12.179.763	3.857.379	17.468.313	16.182.145	2.522.060	2.733.655	3.512.648	3.588.749	62,33	71,86	89,56	91,34
Nova Russas	10.669.114	11.241.585	15.578.286	15.716.597	2.472.582	2.798.736	3.940.961	4.427.437	83	91,42	124,05	138,2
Pires Ferreira	4.942.574	5.196.531	6.640.868	6.507.092	495.130	549.095	624.483	762.844	56,77	57,9	63,64	77,39
Poranga	5.873.356	6.498.660	8.088.115	7.315.473	911.327	1.121.978	1.109.959	1.344.689	74,45	94,24	90,18	108,83
<b>Micro Norte I</b>	<b>52.217.767</b>	<b>47.148.797</b>	<b>74.153.266</b>	<b>71.077.300</b>	<b>9.261.298</b>	<b>10.830.192</b>	<b>15.516.391</b>	<b>18.068.514</b>	<b>416,12</b>	<b>476,69</b>	<b>610,34</b>	<b>691,52</b>
Catunda	4.624.603	5.045.779	7.976.553	7.582.446	789.125	679.401	1.067.603	1.214.610	82,26	64,66	96,8	108,47
Hidrolândia	8.317.067	9.429.046	11.480.100	11.306.423	1.447.695	1.604.063	2.078.348	2.329.545	82,58	86,55	108,8	121
M. Tabosa	7.828.714	9.145.327	9.050.748	10.899.060	1.174.094	1.284.839	1.693.052	2.241.122	69,28	77,6	98,93	130,46
Sta. Quitéria	13.561.927	14.638.169	18.252.623	20.050.219	2.714.462	2.826.315	4.375.820	4.298.474	62	65,21	97,54	95,35
Tamboril	9.377.916	11.427.499	13.753.877	12.914.900	3.266.185	3.936.181	4.864.267	4.998.511	126,79	154,61	182,52	186,12
<b>Micro Norte II</b>	<b>43.710.227</b>	<b>49.685.820</b>	<b>60.513.901</b>	<b>62.753.048</b>	<b>9.391.561</b>	<b>10.330.799</b>	<b>14.079.090</b>	<b>15.082.262</b>	<b>422,91</b>	<b>448,63</b>	<b>584,59</b>	<b>641,4</b>
<b>Total</b>	<b>189.574.325</b>	<b>202.561.144</b>	<b>268.942.455</b>	<b>265.050.289</b>	<b>45.334.776</b>	<b>56.069.538</b>	<b>67.877.521</b>	<b>74.083.983</b>	<b>1573,5</b>	<b>1907,7</b>	<b>2289,89</b>	<b>2497,53</b>

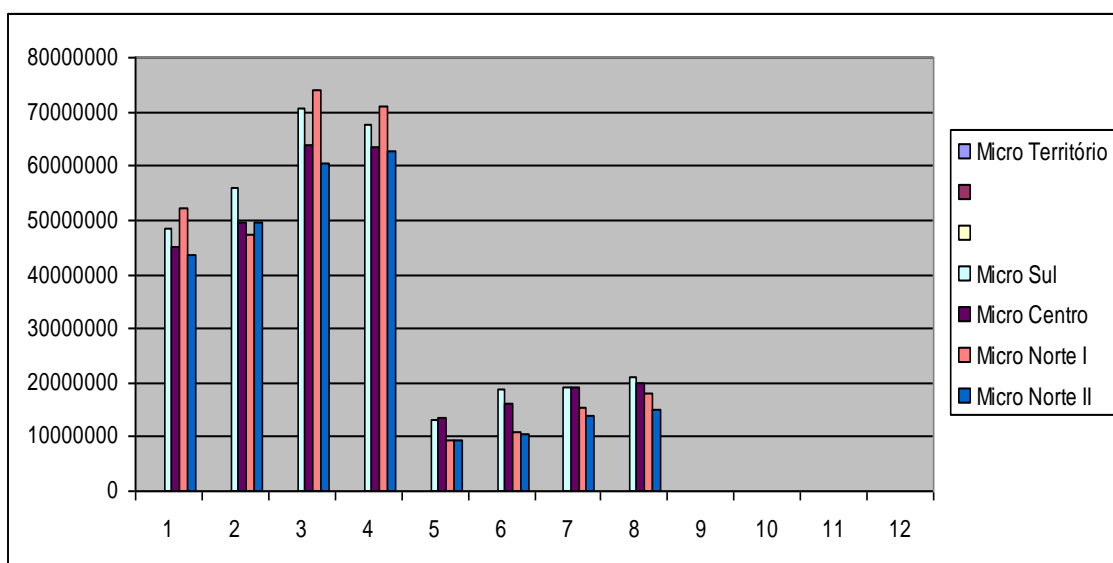
**Quadro 37:** Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

Micro Território	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Micro Sul	48.492.703	56.064.286	70.476.548	67.569.775	13.217.753	18.596.756	19.292.772	20.906.834	431,35	567,97	608,03	662,31
Micro Centro	45.153.610	49.662.241	63.798.740	63.650.166	13.464.164	16.311.791	18.989.268	20.026.373	303,07	414,4	486,93	502,3
Micro Norte I	52.217.767	47.148.797	74.153.266	71.077.300	9.261.298	10.830.192	15.516.391	18.068.514	416,12	476,69	610,34	691,52
Micro Norte II	43.710.227	49.685.820	60.513.901	62.753.048	9.391.561	10.330.799	14.079.090	15.082.262	422,91	448,63	584,59	641,4
<b>TOTAL</b>	<b>189.574.307</b>	<b>202.561.144</b>	<b>268.942.455</b>	<b>265.050.289</b>	<b>45.334.776</b>	<b>56.069.538</b>	<b>67.877.521</b>	<b>74.083.983</b>	<b>1573,5</b>	<b>1907,7</b>	<b>2.289,89</b>	<b>2.497,53</b>

**Quadro 38:** Síntese do Comparativo dos Repasses por Micro Território

**Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais



**Figura 24:** Gráfico da Síntese do Comparativo dos Repasses por Micro Território e;  
**Fonte:** Adaptado Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

De acordo com os dados dos Quadros 34 a 36, constata-se uma evolução dos recursos entre os anos 2005 a 2008 de 107,76% para os repasses oriundos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB. Para as Receitas de impostos e transferências constitucionais, Receitas transferências do SUS inerentes à saúde, no período de 2006 a 2009 o incremento foi de 44,36%.

Não é oportuno, neste momento se fazer uma análise sobre os resultados alcançados da aplicação destes recursos no território, pois esta análise está sendo elaborada nos eixos educação e cultura, saúde saneamento e acesso à água. No entanto, merece uma reflexão acerca do processo de integração destas ações, que no geral, ainda são geridas de forma fragmentada e setorializadas.

## 21.2 Arrecadação Orçamentária Municipal

As receitas tributárias dos municípios são compostas dos impostos por ele arrecadados, que são: Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Imposto sobre Transmissão de Bens

Imóveis – ITBI, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxas diversas e Contribuição de Melhorias.

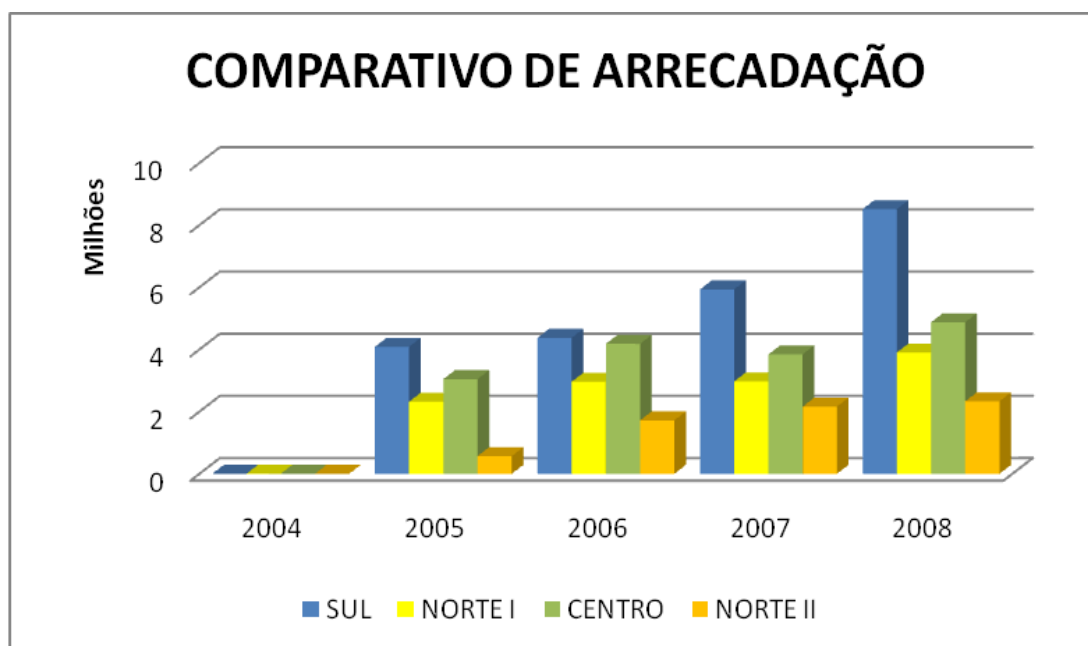
Estes impostos complementam a receita do município, já que maior parte das receitas são originadas das transferências governamentais. O Quadro 37 descreve os dados da arrecadação municipal na série 2004 a 2008.

MUNICIPIOS	2004	2005	2006	2007	2008
Aiuaba	113	249.550	166.482	617.663	678.974
Arneiroz	287	640.770	305.361	383.841	705.275
Parambu	347	598.150	833.120	1.215.499	1.940.418
Quiterianópolis	...	360.918	503.347	490.066	990.791
Tauá	...	2.235.549	2.564.563	3.224.261	4.196.866
<b>Micro Sul</b>	<b>747</b>	<b>4.084.938</b>	<b>4.372.873</b>	<b>5.931.330</b>	<b>8.512.324</b>
Crateús	1361	1.727.080	2.226.827	2.140.613	2.915.252
Independência	...	378.741	468.390	410.083	475.246
Ipaporanga	207	379.359	765.579	355.333	462.663
Novo Oriente	285	559.773	720.818	936.635	1.020.703
<b>Micro Centro</b>	<b>1853</b>	<b>3.044.953</b>	<b>4.181.615</b>	<b>3.842.663</b>	<b>4.873.863</b>
Ararendá	196	204.144	329.468	287.839	351.023
Ipu	810	560.035	766.046	773.147	1.102.563
Ipueiras	541	588.879	701.896	577.742	816.956
Nova Russas	402	627.031	723.928	886.663	1.124.571
Pires Ferreira	...	111.889	179.057	168.296	138.852
Poranga	461	226.582	258.944	278.598	367.064
<b>Micro Norte I</b>	<b>2410</b>	<b>2.318.559</b>	<b>2.959.340</b>	<b>2.972.284</b>	<b>3.901.029</b>
Catunda	...	...	...	62.537	117.341
Hidrolândia	314	...	310.157	365.803	503.650
Monsenhor Tabosa	...	...	462.259	534.906	257.057
Santa Quitéria	516	566.549	672.909	852.638	903.138
Tamboril	423	...	273.615	344.030	550.365
<b>Micro Norte II</b>	<b>1253</b>	<b>566.549</b>	<b>1.718.940</b>	<b>2.159.914</b>	<b>2.331.551</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6263</b>	<b>10.014.999</b>	<b>13.232.768</b>	<b>14.906.191</b>	<b>19.618.767</b>

**Quadro 39:** Arrecadação dos municípios do Território

Fonte: Ipece/Anuário Estatístico Do Ceará – 2008





**Figura 25:** Gráfico Comparativo de Arrecadação Tributária  
**Fonte:** Ipece/Anuário Estatístico Do Ceará – 2008

Fazendo uma comparação entre a arrecadação nos micro territórios, a região sul se destaca com 43,39%; em seguida vem o micro Centro com 24,84; seguidos do Norte I com 19,88% e norte II com 11,88%. No Micro Sul destaca-se o município de Tauá, no centro o município de Crateús, no norte I o município de Nova Russas e Norte II o Município de Santa Quitéria. Entre a soma dos recursos dos quatro municípios que mais arrecadam por micro território, a arrecadação de Tauá representa 45,91%; Crateús 31,89%; Nova Russas 12,30% e Santa Quitéria 9,88%. Portanto, o micro território norte I e II merece um olhar diferenciado quanto a possibilidade de investimentos maiores nestes dois espaços.

### 21.3 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indicam que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e

reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território Inhamuns/Crateús.

### 21.3.1 Ações Públicas ofertadas pelo Governo Estadual

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL DA MACROREGIÃO</b>	200.287.302,00	
<b>SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA</b>	16.515.754,00	<b>100</b>
Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	5.397.153,00	<b>32,68</b>
Otimização de Segurança do trânsito	62.500,00	<b>0,38</b>
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	<b>2,48</b>
Aeroportuário	50.000,00	<b>0,30</b>
Rodoviário do Estado do Ceará	7.058.769,00	<b>42,74</b>
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energias Elétricas	1.952.332,00	<b>11,82</b>
Modernização da Gestão Pública	1.585.000,00	<b>9,60</b>
<b>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SSPDS</b>	<b>10.203.950,00</b>	<b>100</b>
Ronda	718.000,00	<b>7,04</b>
Defesa Civil Permanente	9.000,00	<b>0,09</b>
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e	920.000,00	<b>9,02</b>

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Minorias		
Segurança Moderna e com inteligência	8.099.074,00	<b>79,37</b>
Valorização do Servidor	50.000,00	<b>0,49</b>
Gestão de Tecnologia da Informação	407.876,00	<b>4,00</b>
<b>CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>90.000,00</b>	<b>100</b>
Valorização do Servidor	90.000,00	<b>100</b>
<b>SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS</b>	<b>3.898.000,00</b>	<b>100</b>
Infra-Estrutura do Sistema Penitenciário do Ceará – INFRAPEN	3.270.000,00	<b>83,89</b>
Gestão do Sistema Penitenciário – GESPEN	616.000,00	<b>15,80</b>
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso – PROATIVOS	12.000,00	<b>0,31</b>
<b>SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA</b>	<b>25.801.919,00</b>	<b>100</b>
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	40.500,00	<b>0,16</b>
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	8.103.893,00	<b>31,41</b>
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	5.227.062,00	<b>20,26</b>
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – SÃO JOSÉ III	2.843.428,00	<b>11,02</b>
Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	2.877.670,00	<b>11,15</b>
Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – Projeto SÃO JOSÉ II	3.529.457,00	<b>13,68</b>
Ação Fundiária	3.179.909,00	<b>12,32</b>
<b>SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC</b>	<b>42.918.884,00</b>	<b>100</b>
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	14.698.324,00	<b>34,25</b>
Qualidades da Educação Básica Nas Zonas Rural e Urbana	719.449,00	<b>1,68</b>
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	253.231,00	<b>0,59</b>
Cooperação Entre Estado e Município	12.870.358,00	<b>29,99</b>
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	100.516,00	<b>0,23</b>
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	45.211,00	<b>0,11</b>
Coordenação e Manutenção Geral	658.638,00	<b>1,53</b>
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de juventude	12.623.400,00	<b>29,41</b>
Valorização do Servidor	211.955,00	<b>0,49</b>
Gestão de Tecnologia da Informação	740.802,00	<b>1,73</b>
<b>SECRETARIA DA SAÚDE – SESA</b>	<b>20.979.585,00</b>	<b>100</b>
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	3.186.072,00	<b>15,19</b>
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada – Empréstimo BID	8.465.298,00	<b>40,35</b>
Fortalecimento da Atenção e Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	8.654.779,00	<b>41,25</b>
Gestão, Controle Social e Institucional do SUS	2.200,00	<b>0,01</b>

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Vigilância em Saúde	671.238,00	<b>3,20</b>
<b>SECRETARIA DA CULTURA – SECULT</b>	<b>1.572.514,00</b>	<b>100</b>
Biblioteca Cidadã	308.334,00	<b>19,61</b>
Programa de Incentivo às Artes e Culturas do Ceará	1.254.000,00	<b>79,74</b>
Memória Cultural	10.180,00	<b>0,65</b>
<b>SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH</b>	<b>12.827.413,00</b>	<b>100</b>
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos – PROGERIRH	12.577.413,00	<b>98,05</b>
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	250.000,00	<b>1,95</b>
<b>SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE</b>	<b>2.026.840,00</b>	<b>100</b>
Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	262.500,00	<b>12,95</b>
Ceará Digital	171.429,00	<b>8,46</b>
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	1.242.911,00	<b>61,32</b>
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	350.000,00	<b>17,27</b>
<b>SECRETARIA DO ESPORTE – SESPORTE</b>	<b>2.222.035,00</b>	<b>100</b>
Esporte Educacional	1.422.035,00	<b>64,00</b>
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	800.000,00	<b>36,00</b>
<b>SECRETARIA DAS CIDADES</b>	<b>17.480.525,00</b>	<b>100</b>
Estruturação e Requalificação Urbana	240.000,00	<b>1,37</b>
Habitacional	2.613.629,00	<b>14,95</b>
Desenvolvimento e Integração Regional	1.247.282,00	<b>7,14</b>
Saneamento Ambiental do Ceará	13.379.614,00	<b>76,54</b>
<b>SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS</b>	<b>9.319.709,00</b>	<b>100</b>
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará – PROARES – FASE II	4.957.000,00	<b>53,19</b>
Segurança Alimentar Nutricional	41.230,00	<b>0,44</b>
Proteção Social Básica	400.928,00	<b>4,30</b>
Trabalho Competitivo, Alcançado a Empregabilidade	1.064.180,00	<b>11,42</b>
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	431.000,00	<b>4,62</b>
Programa de Atenção à Pessoa com deficiência	50.000,00	<b>0,54</b>
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	<b>1,34</b>
Desenvolvimento a Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	<b>17,78</b>
Proteção Social Especial	593.691,00	<b>6,37</b>
<b>CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO - CEDE</b>	<b>500.000,00</b>	<b>100</b>
Gestão do fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	500.000,00	<b>100</b>

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	<b>33.930.174,00</b>	

**Quadro 40:** Ações Públicas ofertadas pelo Governo Estadual

Fonte: SEPLAG, *on line*, 2010.

Para a definição dos recursos do PPA, o Governo do Estado utiliza como referência oito macrorregiões de planejamento. No caso específico do Território de Inhamuns/ Crateús, dos vinte municípios, quinze compõem a Macrorregião Sertões dos Inhamuns, ficando de fora os municípios de Santa Quitéria, Ipu, Pires Ferreira e Hidrolândia, sendo que estes municípios fazem parte de outras macrorregiões. Portanto, dos recursos acima, todos são inerentes ao território de Inhamuns Crateús.

Sabe-se que o critério utilizado não é a divisão proporcional levando-se em consideração apenas o número de municípios, mas também, as vocações, potencialidades, entraves e prioridades definidas pelos atores microrregionais. Como não é possível pela fonte de pesquisa, precisar os valores exatos para cada município, o volume destinado para o território, acima citado serve apenas como referência.

### 21.3.2 Ações Públicas Ofertadas pelo Governo Federal

<b>AÇÕES</b>	<b>UNIDADES EXECUTORA</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
<b>EIXO: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	38.927.952,00	25,37
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	16.820.956,00	10,96
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC	92.285.235,32	60,14
Programa de Atenção Integral à Família	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	2.386.800,00	1,56
Programa Bolsa Família - Índice	Secretaria Nacional	2.073.783,77	1,35

de Gestão Descentralizada	de Renda e Cidadania - SENARC		
Serviço Socioeducativo do PETI	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	661.500,000	0,43
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	301.632,00	0,20
SUB-TOTAL		153.457.859,09	100,00
<b>EIXO: ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO</b>			
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	443.678,00	0,45
Cresce Nordeste	Banco do Nordeste do Brasil	54.210.000,00	0,45
Nordeste Territorial	Banco do Nordeste do Brasil	505.000,00	55,53
Crédito do PRONAF	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	28.826.005,49	0,52
Garantia Safra	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	4.733.659,30	29,53
ATER/Agricultores Familiares	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	3.946.325,57	4,85
Projeto Dom Helder Câmara	Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	1.600.000,00	4,04
Biodiesel	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	571.564,66	1,64
Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	1.150.000,00	0,59
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	806.410,00	1,18
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	217.500,00	0,83
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro - AEGRE	100.000,00	0,22
PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e	516.215,93	0,10

	Nutricional - SESAN		
Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR	363.966,50	0,53
<b>SUB TOTAL</b>		<b>97.626.358,95</b>	
<b>EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA</b>			
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	Secretaria de Atenção à Saúde - SAS	14.086.000,00	24,16
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	Secretaria de Atenção à Saúde - SAS	10.782.744,00	18,49
Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	4.500.000,00	7,72
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	2.236.800,00	3,84
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	3.306.000,00	5,67
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	Secretaria de Atenção à Saúde - SAS	3.140.400,00	5,39
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais - Quilombolas	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	2.475.000,00	4,24
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	4.400.000,00	7,55

Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	6.915.456,47	11,86
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	1.756.229,46	3,01
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	955.032,00	1,64
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) – Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	844.800,00	1,45
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE	410.000,00	0,70
Programa Cisternas	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN	2.012.396,40	3,45
Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN	445.249,56	0,76
Saneamento nas escolas	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	45.000,00	0,08
SUB TOTAL		58.311.107,89	100,00
<b>EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA</b>			
Programa Dinheiro Direto na Escola	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC	1.931.719,84	35,28
Proinf Rural e Urbano	Secretaria de Educação à Distância - SEED	1.077.928,42	19,68



Expansão das Escolas Técnicas	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC	1.500.000,00	27,39
Salas de Recursos Multifuncionais	Secretaria de Educação Especial - SEESP	487.134,48	8,90
Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES	Banco do Nordeste do Brasil	110.545,10	2,02
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	Secretaria de Telecomunicações - STE	363.089,00	6,63
Programa Arca das Letras	Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA	5.600,00	0,10
SUB TOTAL		5.476.016,84	100,00
<b>EIXO: INFRAESTRUTURA</b>			
FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	3.188.400,00	12,84
FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	113.204,90	0,46
FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	2.827.823,00	11,38
FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008)	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	708.768,10	2,85
Programa Luz Para Todos	Eletrobrás, Concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação	15.879.996,80	63,93
Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento		1.080.000,00	4,35
Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas		949.400,00	3,82
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento		90.960,37	0,37
SUB TOTAL		24.838.553,17	100,00
<b>EIXO: GESTÃO TERRITORIAL</b>			

Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	Secretaria de Desenvolvimento Territorial	160.000,00	66,67
Formação de Agentes de Desenvolvimento	Secretaria de Desenvolvimento Territorial	80.000,00	33,33
<b>SUB TOTAL</b>		<b>240.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>339.949.895,94</b>	

**Quadro 41:** Ações ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania

Fonte Territórios da Cidadania *on line*, 2010.

#### TOTAL POR EIXOS

EIXO	VALOR	%
Direito e Desenvolvimento Social	153.457.859,09	45,14
Organização Sustentável da Produção	97.626.358,95	28,72
Saúde, Saneamento e Acesso à Água	58.311.107,89	17,15
Educação e Cultura	5.476.016,84	1,61
Infraestrutura	24.838.553,17	7,31
Gestão Territorial	240.000,00	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>339.949.895,94</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 42:** Síntese por eixo das ações ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania

Fonte: Territórios da Cidadania *on line*, 2010.

Todas as ações acima ofertadas estão contidas na matriz de ações do Programa Território da Cidadania - PTC. Referida matriz é uma oferta de ações em que os ministérios e outras instituições do governo federal, priorizam um conjunto de ações a ser debatidas nos colegiados territoriais, portanto, não se trata de todos os recursos do governo federal disponível para o território, mas apenas aquelas que são possíveis de ser debatidas nos colegiados, tendo este, papéis distintos a depender da característica de cada ação, isto é, ora deliberativo, ora consultivo, ora de articulação institucional e ora de controle social.

Visando preparar o colegiado para melhor acompanhar o programa, para cada eixo temático acima foi constituído um comitê temático e no Comitê de Articulação Estadual CAE do PTC, foram também estruturados sete grupos de trabalho, um para cada eixo do PTC. Ressaltamos que no eixo ação fundiária em 2010 não foi ofertada ações, por esta razão não consta no Quadro 37.

Tal fato se deu em função das ações terem sido ofertadas em 2009 e estão sendo executadas em 2010, citando como exemplo o projeto de regularização fundiária, em processo de implementação no território. Pela magnitude do programa e pela dificuldade histórica das instituições públicas e sociedade civil fazer controle e gestão social das políticas públicas, este processo ainda é bastante fragilizado. Destaca-se ainda a grande dificuldade que os colegiados vêm enfrentando no processo de elaboração e implementação de projetos como instrumento concreto para que os recursos possam chegar aos territórios. Dentre os fatores que mais influenciam para esta dificuldade destaca-se a pouca capacidade técnica na sua elaboração, ou seja, a má qualidade dos projetos, que têm contribuído inclusive, para que os recursos sejam devolvidos para a união.

Conforme Quadro 38 das ações ofertadas, os números demonstram que as ações do eixo direito e desenvolvimento social foi o que ofertou maior volume de recursos, em torno de 45,14%; em seguida vem o eixo organização sustentável da produção com 28,72% e o eixo saúde, saneamento e acesso à água com 17,15%. Na prática observa-se que o fato destas ações serem as que detêm maior volume de recursos se dá pelo fato de exigirem maior controle e gestão social, haja vista, que dentre os objetivos centrais do Programa Territórios da Cidadania, destaca-se o controle e gestão social como elementos fundantes do referido programa.

### 21.3.3 Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

<b>Instituições com sede no Território</b>	<b>Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território</b>	<b>Municípios do território atendidos</b>	<b>Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território</b>
<b>13ª CREDE – Crateús</b>		Ararendá, Catunda, Crateús, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga e Tamboril.	
	5ª CREDE –	Ipu.	Viçosa do Ceará,

<b>Instituições com sede no Território</b>	<b>Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território</b>	<b>Municípios do território atendidos</b>	<b>Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território</b>
	Tianguá		Tianguá, Ubajara, Ibiapina, Carnaubal, Croata, Guaraciaba, São Benedito.
	7ª CREDE – Canindé	Santa Quitéria	Canindé, Caridade, General Sampaio, Itatira, Paramoti.
	6ª CREDE – Sobral	Hidrolândia, Pires Ferreira,	
<b>15ª CREDE – Tauá</b>		Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá.	
<b>14ª CRES - Tauá</b>		Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Tauá.	
<b>15ª CRES – Crateús</b>		Ararendá, Crateús, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Tamboril e Quiterianópolis.	
	11ª CRES – Sobral	Catunda, Hidrolândia, Santa Quitéria, Ipu e Pires Ferreira.	Uruoca, Senador Sá, Santana do Acaraú, Moraújo, Massapé, Meruoca, Coreau, Alcântara, Sobral, Freicherinha, Forquilha, Irauçuba, Groairas, Cariré, Mucambo, Pacujá, Graça, Varjota e Reriutaba.
<b>Banco do Nordeste do Brasil – Crateús</b>		Crateús, Independência, Ipaporanga e Novo Oriente.	
<b>Banco do Nordeste do Brasil – Nova Russas.</b>		Ararendá, Catunda, Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Nova Russas, Pires Ferreira, Poranga e Tamboril.	
<b>Banco do Nordeste do Brasil –</b>		Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.	

<b>Instituições com sede no Território</b>	<b>Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território</b>	<b>Municípios do território atendidos</b>	<b>Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território</b>
<b>Tauá.</b>			
	Banco do Nordeste do Brasil – Campos Sales	Aiuaba	Campos Sales, Antonina do Norte, Araripe e Salitre.
	Banco do Nordeste do Brasil – Boa Viagem	Monsenhor Tabosa	Boa Viagem, Madalena e Pedra Branca.
	Banco do Nordeste do Brasil – Sobral	Santa Quitéria	Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras, Irauçuba, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reritaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Senador Sá, Varjota e Sobral.
<b>SEBRAE – Regional Crateús</b>		Ararendá, Crateús, Independência, Ipaporanga, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Poranga e Santa Quitéria.	
<b>SEBRAE – Regional Tauá</b>		Aiuaba, Arneiroz, Quiterianópolis, Parambu e Tauá.	
<b>SEBRAE – Regional Ipu</b>		Catunda, Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Nova Russas e Peres Ferreira.	Croata e Guaraciaba do Norte.
	EMATERCE – Canindé	Santa Quitéria	Canindé, Boa Viagem, Caridade.
<b>EMATERCE – Crateús</b>		Crateús, Independência, Nova Russas e Tamboril.	
<b>EMATERCE – Tauá</b>		Aiuaba e Tauá.	
<b>INSS – Crateús</b>		Arneiroz, Crateús, Independência, Ipueiras, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Poranga, tamboril,	

<b>Instituições com sede no Território</b>	<b>Instituições com sede em outros territórios atendem municípios do território</b>	<b>Municípios do território atendidos</b>	<b>Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território</b>
		Tauá, Quiterianópolis, Ipaporanga e Ararendá.	
	INSS – Guaraciaba do Norte	Ipu e Pires Ferreira	Guaraciaba do Norte, Croata e Reriutaba,
	INSS - Assaré:	Aiuaba	Assaré, Antonina do Norte e Potengi.
<b>INSS - Santa Quitéria</b>		Hidrolândia, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Catunda.	
	<b>SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA</b> Macrorregião de Planejamento	Aiuaba, Arneiroz, Crateús, Catunda, Independência, Ipueiras, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Poranga, tamboril, Tauá, Quiterianópolis, Ipaporanga, Monsenhor Tabosa e Ararendá.	Santa Quitéria, Ipu, Pires Ferreira e Hidrolândia.
<b>FETRAECE – Regional de Crateús</b>		Arneiroz, Crateús, Catunda, Independência, Ipueiras, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Poranga, tamboril, Tauá, Quiterianópolis, Ipaporanga, Monsenhor Tabosa e Ararendá, Santa Quitéria, Ipu, Pires Ferreira.	
	FETRAECE – Regional de Sobral		Hidrolândia.
	FETRAECE – Regional de Centro Sul		Aiuaba,

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
* Comitê de Bacia – Bacia do Parnaíba – Comitê ainda não constituído.		Ararendá, Crateús, Independência, Iporanga, Ipueiras, Novo Oriente, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril.	
	Comitê de Bacia do Banabuiú – Sede Quixeramobim.	Monsenhor Tabosa	
	Comitê de Bacia do Acaraú – Sede Sobral	Catunda, Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Pires Ferreira, Santa Quitéria e Tamboril.	
	Comitê de Bacia do Alto Jaguaribe – Sede Iguatu	Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá.	

**Quadro 43:** Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Fonte: Pesquisa com técnicos das Instituições e consulta às fontes oficiais (*sites*, documentos), 2010

De acordo com o quadro acima detectamos a seguinte situação quanto a atuação das instituições de abrangência territorial:

- Entidades com sede no território e que atendem apenas municípios do território: 13ª e 15ª CREDE, 14ª e 15ª CRES, Banco do Nordeste agências Crateús, Nova Russas e Tauá, SEBRAE Regional Crateús e Tauá, INSS Crateús e Santa Quitéria, EMATER Crateús e Tauá, Regional da FETRAECE Crateús e Comitês de Bacias de Parnaíba.
- Entidades com sede em outros territórios e que atendem municípios do território: 5ª CREDE Tianguá, 7ª CREDE Canindé, 6ª CREDE Sobral, 11ª CRES Sobral, Banco do Nordeste Campos Sales, Boa Viagem e Sobral, EMATERCE Canindé, INSS Guaraciaba do Norte, SEPLAG PPA, Regional da FETRAECE Sobral e Centro Sul e os Comitês de Bacias do Banabuiú, sede em Quixeramobim, Acaraú sede em Sobral e alto Jaguaribe sede em Iguatu.

## 22 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

A gestão social constitui-se para o território de Inhamuns//Crateús um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma



postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

## 22.1 Constituição e Atuação do Colegiado para a Gestão Social do Território

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao “*processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos*”. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



**Figura 26:** Elementos do Processo da Gestão Social  
**Fonte:** Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território da Cidadania de Inhamuns/Crateús um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

### 22.1.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

A Plenária Geral é a Instância de decisão e deliberação sobre os rumos estratégicos do desenvolvimento do território. No PTRS tem papel fundamental em acompanhar a implementação do plano, com atenção especial no alcance e cumprimento da Visão de Futuro, Diretrizes e Objetivos Estratégicos.

<b>PLENÁRIA</b>		
<b>PODER PÚBLICO</b>	<b>Poder Público Municipal</b>	
	Poder Executivo: Prefeitura municipal	20 Representantes (1 por município)
	Poder Legislativo: Câmaras de Vereadores	20 Representantes (1 por município)
	<b>Sub Total</b>	<b>40 Representantes</b>
	<b>Poder Público Estadual</b>	
	15ª CREDE	01 Representante (Tauá)
	13ª CREDE	01 Representante (Crateús)
	14ª CRES	01 Representante (Tauá)

15ª CRES	01 Representante (Crateús)
EMATERCE	01 Representante (Tauá)
EMATERCE	01 Representante (Crateús)
CVT	01 Representante (Tauá)
COGERH	01 Representante (Crateús)
UECE/FAEC	01 Representante (Crateús)
SINE/IDT	01 Representante (Crateús)
CVT	01 Representante (Ipu)
DER	01 Representante (Santa Quitéria)
<b>Sub Total</b>	<b>12 Representantes</b>
<b>Poder Público Federal</b>	
DNOCS	01 Representante (Tauá)
Instituto Chico Mendes	01 Representante (Aiuaba)
SEBRAE	01 Representante (Crateús)
CONAB	01 Representante (Crateús)
INSS	01 Representante (Crateús)
Banco do Brasil	01 Representante (Crateús)
Banco do Nordeste	01 Representante (Crateús)
Caixa Econômica	01 Representante (Crateús)
Projeto Dom Helder Câmara	01 Representante (Nova Russas)
INCRA	01 Representante (Fortaleza)
EMBRAPA CNPC	01 Representante (CNPC SOBRAL)
<b>Sub Total</b>	<b>11 Representantes</b>

<b>TOTAL PODER PÚBLICO</b>		<b>63 Representantes</b>
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>	STTR	20 Representantes (01 de cada município)
	Regional da FETRAECE	01 Representante (Crateús)
	ADEC	01 Representante (Tauá)
	Inhamuns Assessoria	01 Representante (Tauá)
	ASCOCI	01 Representante (Tauá)
	Colônia de Pescadores Z 43	01 Representante (Tauá)
	UNDIME	01 Representante (Arneiroz)
	COAMPPP	01 Representante (Parambu)
	Associação dos Quintais Produtivos	01 Representante (Quiterianópolis)
	Associação Comercial	01 Representante (Crateús)
	CPT	01 Representante (Crateús)
	Cáritas Diocesana	01 Representante (Crateús)
	RESAB	01 Representante (Crateús)
	Associação Caatinga	01 Representante (Crateús)
	Fórum dos Assentados	01 Representante (Crateús)
	COOPENOL	01 Representante (Novo Oriente)
	EFA	01 Representante (Independência)
	ASCRON	01 Representante (Nova Russas)
	CADESTAP	01 Representante (Nova Russas)
	CAPENOR	01 Representante (Nova Russas)

Associação dos Bovinocultores	01 Representante (Ipu)
CACTUS	01 Representante (Santa Quitéria)
Instituto Bioma	01 Representante (Santa Quitéria)
IDEF	01 Representante (Monsenhor Tabosa)
COPAGUIA	01 Representante (Monsenhor Tabosa)
Fórum Regional de Convivência com o Semi-árido	01 Representante (Crateús)
MST	02 Representantes (Crateús e Santa Quitéria)
Comunidades Indígenas	01 Representante (Monsenhor Tabosa)
Casa Lilás	01 Representante (Fortaleza)
COOPASAT	01 Representante (Monsenhor Tabosa)
Associação dos Quilombolas - CEQUIRCE	01 Representante (Tamboril)
COODEF	01 Representante (Tauál)
COMITÊ DE BACIAS	03 Representantes (Acaraú, Parnaíba e Alto Jaguaribe)
COMANTA	01 Representante (Tauál)
Comitê Setorial de Mulheres	01 Representante
Comitês Temáticos	07 Comitês
<b>TOTAL SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>63 Representantes</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>126 Representantes.</b>

**Quadro 44:** Composição do Colegiado Territorial

**Fonte:** Colegiado Territorial – Território Inhamuns/Crateús 2010.

O Núcleo Dirigente é a instância de coordenação política do colegiado, coordena o processo de implementação das deliberações da Plenária Geral. No PTDRS exerce função fundamental na negociação de recursos e no acompanhamento do processo de implementação das ações e dos projetos.

<b>NÚCLEO DIRIGENTE</b>	
Poder Público	Projeto D. Helder Câmara, EMATERCE Regional Tauá, Prefeitura Municipal de Ipueiras/SEC. AÇÃO SOCIAL, EMATERCE Regional Crateús.
Sociedade Civil	ONG – CACTUS, STTR – TAUÁ, STTR – Independência, STTR - Nova Russas.

**Quadro 44:** Composição do Núcleo Dirigente

**Fonte:** Colegiado Territorial – Território Inhamuns/Crateús 2010.

#### 22.1.2 Comitês Temáticos

A constituição dos 8 Comitês Temáticos tem na sua composição 121 membros, sendo 84 do nível micro territorial e 37 de instituições de representação territorial. Cada Comitê Temático escolhe 1 representante (Membros da sociedade civil) para integrar a Plenária Geral do Colegiado Territorial.

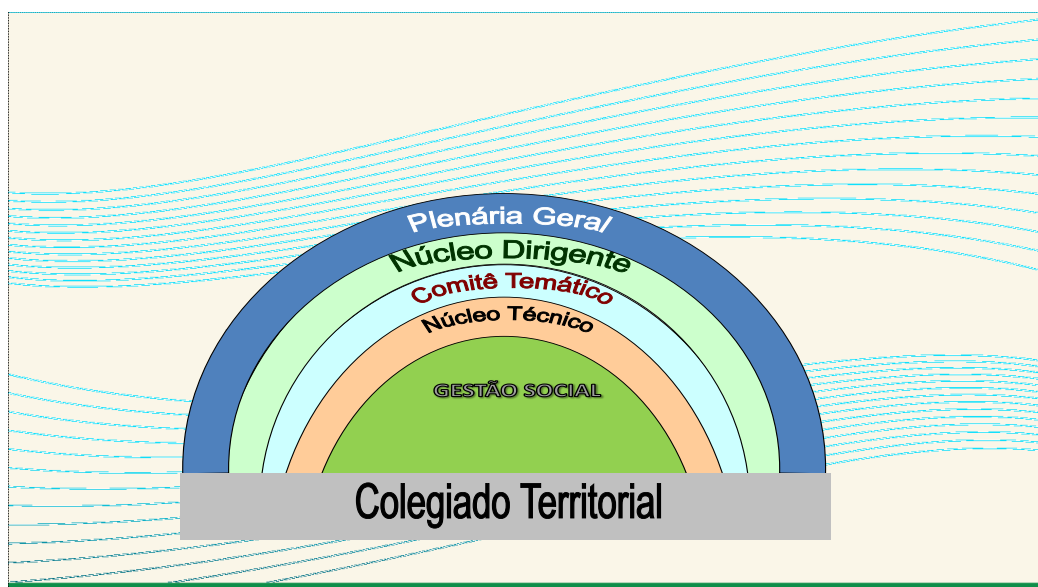
Os Comitês Temáticos é a instância de proposições de ações e de projetos a serem deliberadas pela Plenária Geral do Colegiado Territorial. No PTDRS atua no acompanhamento ao processo de implementação das ações previstas nos projetos territoriais. Cada comitê será capacitado na elaboração de um plano de ação que assegure a implementação do seu eixo de desenvolvimento, conforme descrição a seguir:

COMITÊS	Nº DE INTEGRANTES
1. Gestão Territorial	08
2. Educação e Cultura	25
3. Saúde, Saneamento e Acesso à Água	12
4. Infra Estrutura	10
5. Organização Sustentável da Produção	29
6. Ações Fundiária	13
7. Direito e Desenvolvimento Social	17
9. Meio Ambiente	10
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>

**Quadro 45:** Composição dos Comitês Temáticos

Fonte: Colegiado Territorial – Território Inhamuns/Crateús 2010.

O Núcleo Técnico é a instância de elaboração de projetos territoriais. No PTDRS exerce função estratégica na elaboração dos projetos propostos pelos comitês temáticos e deliberados pela Plenária Geral do Colegiado Territorial.

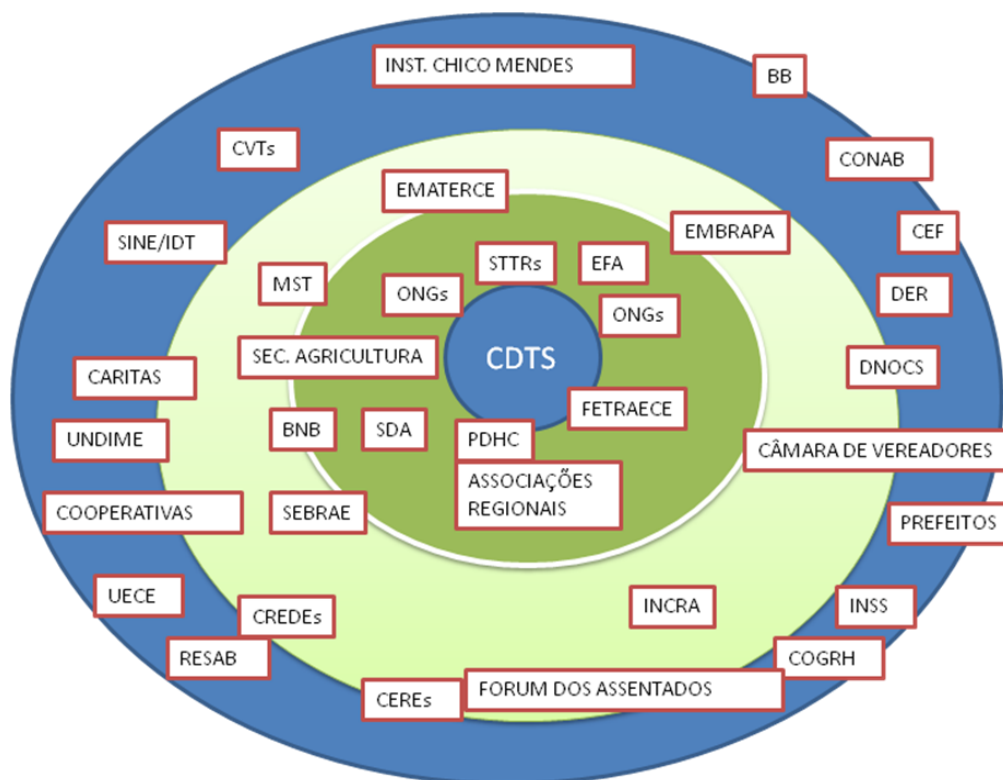


**Figura 27:** Instâncias e Papéis do Colegiado Territorial

Fonte: Colegiado Territorial – Território Inhamuns/Crateús 2010.

### 22.1.3 Avaliação da Participação dos Integrantes do Colegiado

Na última avaliação realizada utilizou-se a metodologia de diagrama de vem, conforme figura abaixo, podemos perceber que a proximidade e participação das instituições no colegiado se dá em três níveis: **Nível 1:** Maior proximidade, se configuram neste nível os STTRs, a EFA, as ONGs, e Regional da FETRAECE, o PDHC, a SDA, o BNB, as Secretarias Municipais de Agricultura e Associações Regionais; **Nível 2:** Média proximidade, EMATERCE, EMBRAPA, Câmaras de Vereadores 5% das existentes no território, INCRA, SEBRAE e MST; **Nível 3** Baixa proximidade, Instituto Chico Mendes, Banco do Brasil, CONAB, CEF, DER, DNOCS, PREFEITOS, INSS, COGERH, Fórum dos Assentados, CERES, RESAB, UECE, COOPERATIVAS, UNIDME, CÂRITAS, SINEQIDT e CVTs



FONTE: LISTAS DE PRESENÇA DE PLENÁRIAS DO TC INHAMUNS/CRATEÚS

**Figura 28:** Participação das instituições no colegiado por nível

Ressalta-se que esta avaliação foi realizada a três anos, portanto, há mudanças, tão não significativas, mas queremos registrar três avanços



inerentes a proximidade das instituições: a mudança de nível de média proximidade para maior da EMATERCE e do SEBRAE e do de baixa proximidade para maior do SINE/IDT.

## 23 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O Território da Cidadania de Inhamuns/Crateús conta com um expressivo número de organizações da sociedade civil, cuja efervescência organizacional é característica própria deste Território. São associações comunitárias, movimentos de mulheres e jovens, movimento sindical forte, organizações de produtores, lideranças que participam dos conselhos de políticas públicas e setoriais, organizações de populações indígenas e de quilombolas, ONGs, enfim são os atores que vão em pleno movimento no Território retratando a riqueza da mobilização e fortalecendo os fios deste grande tecido social.

Por outro lado este Território resente-se de uma participação mais efetiva na dinâmica territorial dos atores do poder público, e isso pode ser sentido na ausência dos gestores municipais e vereadores/as, representando os poderes executivo e legislativo no grande debate das políticas territoriais. O fortalecimento do Colegiado Territorial depende deste diálogo permanente entre poder público e sociedade civil.

Na visão do Colegiado Territorial, acontecem os debates no Território, no entanto, as decisões territoriais tomadas nas plenárias (sociedade civil e poder público), nem todas são respeitadas. Primeiro, porque a sociedade não participa da execução dos projetos; segundo, porque dependendo dos projetos disponibilizados para o Território, principalmente em razão dos valores, os gestores públicos, muitas vezes impõem dificuldades para cumprir as exigências junto à CEF para liberação e implantação dos projetos no Território.

Isto é a mais clara demonstração de que a abordagem territorial ainda não foi incorporada por todos os gestores públicos na forma de pensar o planejamento territorial. Prevalece ainda, a visão individualista de trazer os recursos para cada município, e isso tem motivado alguns deles a negociarem recursos por outras vias, passando por cima das decisões colegiadas.

O Território conta com representações parlamentares de âmbito federal (2) e estadual (3) eleitos para o mandato 2011-2014 e o vice-governador

(PMDB) eleito para o mandato 2011-2014, resultado da coligação aliada da base governista.

O Território ao eleger seus representantes, poderá estar fortalecido, pois os ganhos para a sociedade poderá ser sentido em mais programas e ações voltados para a melhoria de qualidade de vida das pessoas. É o olhar de quem em tese, conhece as ofertas das políticas públicas e das demandas da sociedade.

Um grande problema é sentido pela sociedade com relação ao orçamento municipal. A sociedade não acompanha a discussão e/ou o debate acerca do orçamento, portanto não tem controle social e, por outro lado os vereadores não adotam instrumentos de publicização do orçamento, não realizam audiências públicas e o que acontece, na grande maioria dos municípios é que o orçamento tem sido votado em regime de urgência, sem discussão e debate nas Câmaras Municipais e sem levar em consideração as demandas e prioridades da sociedade.

Muitos são os serviços e ações ofertadas pelas instituições ao Território, em nível federal, estadual e municipal. No entanto, há um reconhecimento de que estas instituições precisam se articular melhor para desenvolver melhor e com mais eficiência os seus serviços e as suas ações. É preciso uma maior integração para que possam ofertar um serviço de melhor qualidade.

Na avaliação do Colegiado Territorial a Caixa Econômica Federal (CEF) tem dificultado a liberação dos projetos, não só com as exigências e regras estabelecidas, mas pela própria estrutura funcional somente com atendimento na agencia local (GIDUR) em Fortaleza, e por não participar do processo de gestão social, dificultando o repasse das informações dos projetos de infraestrutura (PROINF) e dos projetos de custeio, executados pelas entidades dos territórios. Por outro lado, uma das maiores dificuldades inerentes à liberação dos projetos via CEF é a pouca disponibilidade de técnicos qualificados para elaboração e implementação dos projetos de acordo com as exigências legais, com destaque para a questão ambiental e sanitária.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de

forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território da Cidadania de Inhamuns/Crateús.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Com relação à atuação das secretarias municipais há um peso maior nas secretarias que tem recursos próprios, a exemplo da Educação, Saúde e Assistência Social, mas não há descentralização de recursos. No caso das secretarias de agricultura, apesar de alguns municípios terem recursos próprios (no papel), pois há lei inclusive, que destina recursos, via fundo para a agricultura, mas esses recursos não chegam às comunidades rurais, comprometendo, sobremaneira o desenvolvimento rural.

Outro elemento discutido no Território diz respeito às responsabilidades e encargos impostos aos municípios a partir da CF/88. A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

O que aconteceu nos municípios é que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de

questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, aumentaram as transferências governamentais (FPM) e estaduais (ICMS) e recursos do FUNDEB e de saúde, mas os municípios tornaram-se cada vez mais dependentes destes repasses, em virtude da incapacidade de arrecadação própria e de assumir mais encargos para a execução das políticas públicas de sua responsabilidade.

O Colegiado reconhece a importância de se organizar em rede, e o papel da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, mas aponta como ainda é difícil fazer o controle social dos instrumentos de planejamento colocados à disposição para o acompanhamento das políticas públicas, a exemplo do PPA Estadual e da Matriz do PTC do Governo Federal.

Para a definição dos recursos do PPA, o Governo do Estado utiliza como referência oito macrorregiões de planejamento. No caso específico do Território de Inhamuns/ Crateús, dos vinte municípios, quinze compõem a macrorregião, ficando de fora os municípios de Santa Quitéria, Ipú, Pires Ferreira e Hidrolândia, sendo que estes municípios fazem parte de outras macrorregiões. Portanto, dos recursos discriminados no diagnóstico, todos são inerentes ao território de Inhamuns/ Crateús.

Sabe-se que o critério utilizado não é a divisão proporcional levando-se em consideração apenas o número de municípios, mas também, as vocações, potencialidades, entraves e prioridades definidas pelos atores microrregionais. Como não é possível pela fonte de pesquisa, precisar os valores exatos para cada município, o volume destinado para o Território citado no diagnóstico serviu apenas como referência do PPA.

Com relação à Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania - PTC, esta se configura como uma matriz de oferta de ações em que os ministérios e outras instituições do governo federal, priorizam um conjunto de ações a ser debatidas nos colegiados territoriais. Portanto, não se trata de

todos os recursos do governo federal disponíveis para o território, mas apenas aqueles que são passíveis de ser debatidos nos colegiados, tendo os colegiados territoriais, assumido papéis distintos a depender da característica de cada ação, ora deliberativo, ou consultivo, ou de articulação institucional e/ou de controle social.

Visando preparar o colegiado para melhor acompanhar o programa, para cada eixo temático acima foi constituído um comitê temático e no Comitê de Articulação Estadual CAE do PTC, foram também estruturados sete grupos de trabalho, um para cada eixo do PTC.

Pela magnitude do programa e pela dificuldade histórica das instituições públicas e da sociedade civil fazer o controle e gestão social das políticas públicas, este processo ainda é bastante fragilizado. Destaca-se ainda a grande dificuldade que os colegiados vêm enfrentando no processo de elaboração e implementação de projetos a pouca capacidade técnica na sua elaboração, ou seja, a má qualidade dos projetos, que têm contribuído inclusive, para que os recursos sejam devolvidos para a união.

A gestão social constitui-se para o Território de Inhamuns/Crateús um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma

postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 46, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituições públicas e da sociedade civil do território com carência de equipamentos tecnológicos e insuficiência de recursos humanos;</li> <li>2. Secretarias de Agricultura municipais com deficiência material, financeiras, e de técnicos para dar assistência técnica aos trabalhadores rurais;</li> <li>3. Dificuldades dos Conselhos do Território de efetivar o controle social das políticas públicas;</li> <li>4. Carência de técnicos no Território para elaboração de projetos;</li> <li>5. Acomodação dos funcionários efetivos das instituições públicas do Território, principalmente das prefeituras municipais.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência do fórum dos Assentados;</li> <li>2. Existência de um bom número de cooperativas de produção;</li> <li>3. Potencial de organização social. São inúmeras as associações comunitárias existentes no Território;</li> <li>4. Território conta com a presença de diversas ONGs, principalmente na área de assistência técnica;</li> <li>5. Colegiado Territorial (abriu mecanismos concretos de participação e integração entre a sociedade civil e poder público).</li> </ol>
<b>ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>AMEAÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fragilidade das instituições públicas, nos diferentes níveis, trabalharem de forma articulada;</li> <li>2. Interferência da política partidária como um forte fator de manipulação da sociedade;</li> <li>3. Negociação de recursos públicos por fora do espaço do colegiado territorial fragiliza a dinâmica territorial.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação da Rede Estadual de Colegiados territorial na valorização da estratégia de Desenvolvimento territorial;</li> <li>2. Comitê de Articulação Estadual – CAE e o Comitê Nacional do Programa Território da Cidadania importantes para a articulação de ações em prol do desenvolvimento dos territórios;</li> <li>3. Rede Nacional de Colegiados territoriais fundamental para o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento territorial.</li> </ol>

**Quadro 46:** Análise Territorial da Dimensão Político-Institucional

**Fonte:** Oficina territorial, CETREX – Caucaia – CE, 2010.





## **Parte III**

### **O PLANEJAMENTO**

**Visão de Futuro**

**Objetivos Estratégicos**

**Diretrizes Principais**

**Eixos Temáticos**

**Programas**

**Projetos**



## O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

## 24 VISÃO DE FUTURO

O Território do Inhamuns Crateús é uma região desenvolvida nos setores primário, secundário e terciário, via organização da sociedade civil em parceria com o poder público. O território valoriza e respeita as decisões tomadas pelas instâncias do colegiado territorial, implementa um processo de planejamento participativo na busca do desenvolvimento de ações e projetos proporcionando qualidade de vida e sustentabilidade ambiental e alimentar

## 25 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, conforme o Quadro 47, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>	
<b>DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>Sócio Cultural e Educacional</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social</li><li>➤ Assegurar o acesso a educação de qualidade e valorização da cultura do território</li><li>➤ Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção</li><li>➤ Assegurar a Inclusão socioeconômica e cultural de mulheres, juventude e comunidades tradicionais.</li></ul>
<b>Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda.</li><li>➤ Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável.</li></ul>
<b>Socioeconômica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Assegurar serviços ao território com vistas a organização da produção e comercialização com prioridade para a agricultura familiar;</li><li>➤ Disponibilizar crédito oportuno e hábil no apoio ao desenvolvimento produtivo do território</li><li>➤ Produzir tecnologias apropriadas a pequena produção e de convivência com o semi árido.</li><li>➤ Construir arranjos institucionais e integração de sistemas produtivos via organização de cadeias produtivas e</li></ul>

<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>	
<b>DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO</b>	
	<p>desenvolvimento de sistemas produtivos de base familiar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Agregar valor a produção via processamento e beneficiamento de produtos agrícolas e artesanais.</li> <li>➤ Agregar valor a produção da agricultura familiar via sistema territorial de comercialização</li> <li>➤ Apoiar a organização dos agricultores familiares com foco nas cooperativas visando o acesso ao crédito e a comercialização</li> <li>➤ Assegurar o acesso à terra e geração de trabalho e renda no campo.</li> <li>➤ Garantir infraestrutura básica como base de sustentação para o desenvolvimento do território.</li> </ul>
<b>Político Institucional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada</li> <li>➤ Ampliar as formas e instrumentos de controle e gestão social do território.</li> </ul>

**Quadro 47:** Objetivos Estratégicos por Dimensão de Desenvolvimento do Território do Cariri

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 26 DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçou-se doze grandes linhas:

1. Construir um modelo de desenvolvimento econômico com responsabilidade e equidade social;
2. Resgatar e valorização da cultura local;
3. Estímulo ao cooperativismo e associativismo;
4. Valorizar o conhecimento do potencial humano e social do território;
5. Fortalecer as parcerias institucionais em parceria com a sociedade civil;
6. Recuperar áreas em processos avançados de degradação e desertificação;
7. Preservar áreas importantes para a conservação dos ecossistemas do território;
8. Preservar a saúde pública com foco na prevenção;
9. Educação de qualidade e contextualizada com a realidade do território;
10. Inclusão e fortalecimento de comunidades tradicionais, mulheres, jovens e pessoa idosa;
11. Gestão social ampliada, democrática e participativa;
12. Fortalecer ações intersetorial

## 27 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos quatro eixos: Direito e Desenvolvimento Social, Gênero, Geração, Raça e Etnia, Saúde, Saneamento e Acesso a Água, Educação e Cultura, apresentados nos Quadros a seguir.

### 27.1 Eixo do Direito e Desenvolvimento Social

Neste eixo levou-se em conta quanto ao objetivo estratégico traçado a organização do Programa de Acesso aos Serviços Sociais, que gerou seis projetos, relacionados no Quadro 48 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
<b>1. Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social</b>	<b>Programa 1:</b> Acesso aos Serviços Sociais	<b>Projeto 1:</b> Mobilização da sociedade civil para a utilização dos serviços dos CRAS
		<b>Projeto 2:</b> Implantação Centros de referências especializados de assistência social – CREAS
		<b>Projeto 3:</b> Ampliação do Programa Bolsa Família – benefício bolsa família;
		<b>Projeto 4:</b> Implantação de serviços de PSE para pessoas com deficiência, idosos (as) e suas famílias (Conforme resolução nº 109 de 11/11/205 – CNAS).



OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
		<b>Projeto 5:</b> Implantação de serviços de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC.
		<b>Projeto 6:</b> Implantação de centros de referência para pessoas com dependência química.

**Quadro 48 – Eixo Direito e Desenvolvimento Social**

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 27.2 Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de quatro Programas: o primeiro de Organização Sócio Produtiva da Mulher, o segundo de Apoio a Juventude Rural e Urbana, o terceiro de Apoio aos Povos Indígenas e o quarto intitulado Afro descendentes e Quilombolas. O primeiro gerou seis projetos, o segundo quatro, o terceiro e o quarto geraram três projetos cada, relacionados no Quadro 49 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
<b>1. Assegurar a Inclusão socioeconômica e cultural de mulheres, juventude e comunidades tradicionais.</b>	<b>Programa 1:</b> Organização Sócio Produtiva da Mulher	<b>Projeto 1:</b> Mulheres, Organização Produtiva e Segurança Alimentar
		<b>Projeto 2:</b> Mulheres, Participação Social e Autonomia
		<b>Projeto 3:</b> Mulheres, Saúde e Respeito à Vida
		<b>Projeto 4:</b> Mulheres, Educação e Cidadania
		<b>Projeto 5:</b> Mulheres, meio ambiente e sustentabilidade
		<b>Projeto 6:</b> Mulheres, direitos e enfrentamento a violência
	<b>Programa 2:</b> Apoio a Juventude Rural e Urbanas	<b>Projeto 1:</b> Formação de jovens rurais em desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos
		<b>Projeto 2:</b> Garantia efetiva dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, inclusive, com trabalho e renda para os maiores de 16 anos
		<b>Projeto 3:</b> Garantir a inclusão digital e aumento da quantidade de Kilobytes no meio Rural.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar a Inclusão socioeconômica e cultural de mulheres, juventude e comunidades tradicionais.		<b>Projeto 4:</b> Desburocratização o PRONAF Jovem.
	<b>Programa 3:</b> Apoio aos Povos Indígenas.	<b>Projeto 1:</b> Reconhecimento, Demarcação e Titulação as Terras Indígenas
		<b>Projeto 2:</b> Concessão de terras de bacias hidrográficas
		<b>Projeto 3:</b> Criação o selo étnico para produtos oriundos de povos indígenas e comunidades tradicionais
	<b>Programa 4:</b> Afros Descendentes e Quilombolas	<b>Projeto 1:</b> Reconhecimento, demarcação e titulação das áreas remanescentes de quilombolas,
		<b>Projeto 2:</b> Desapropriar, quando coube, os imóveis particulares ocupados por afro descendentes e quilombolas e titular de imediato os imóveis já reconhecidos por órgãos públicos
		<b>Projeto 3:</b> Efetivação de condições para melhoria da produção das comunidades quilombolas

**Quadro 49** – Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

### 27.3 Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de dois Programas, um de Promoção da Saúde Preventiva e Comunitária Rural e o segundo Atenção Básica ao Acesso a Saúde. O primeiro gerou sete e o segundo oito relacionados no Quadro 50 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção	<b>Programa 1:</b> Promoção da Saúde Preventiva e Comunitária	<b>Projeto 1:</b> Valorização da Medicina Popular através do resgatar e fortalecimento das iniciativas existentes
		<b>Projeto 2:</b> Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional,
		<b>Projeto 3:</b> Incentivar a fitoterapia e demais práticas naturais de cuidado a

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>saúde;</p> <p><b>Projeto 4:</b> Garantir o acesso efetivo ao Programa de Saúde da Família;</p> <p><b>Projeto 5:</b> Prevenir doenças decorrentes do uso de agrotóxicos e outras substâncias químicas que agravam a saúde humana e ambiental.</p> <p><b>Projeto 6:</b> Garantir cuidados diferenciados a saúde dos povos e comunidades tradicionais; na prevenção de doenças, da violência sexual e doméstica;</p> <p><b>Projeto 7:</b> Prevenir doenças decorrentes do uso de agrotóxicos e outras substâncias químicas que agravam a saúde humana e ambiental.</p>
	<p><b>Programa 2:</b> Atenção Básica ao acesso à saúde</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Garantir cuidados diferenciados a saúde dos povos e comunidades tradicionais; na prevenção de doenças, da violência sexual e doméstica;</p>
		<p><b>Projeto 2:</b> Garantir o Direito ao saneamento integrado;</p>
		<p><b>Projeto 3:</b> Garantir o acesso à atenção básica e especializada, aos medicamentos;</p>
		<p><b>Projeto 4:</b> Garantir Melhorias no Acesso ao SUS</p>
		<p><b>Projeto 5:</b> Assegurar o acesso à saúde mental, contemplando tratamento de dependentes químicos de álcool e de drogas lícitas e ilícitas</p>
		<p><b>Projeto 6:</b> Garantir o Direito ao saneamento integrado;</p>
		<p><b>Projeto 7:</b> Incentivar à proteção de nascentes,</p>
		<p><b>Projeto 8:</b> Garantir a execução do Plano Nacional de Habitação;</p>

**Quadro 50 – Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água**

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 27.4 Eixo de Educação e Cultura

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de três Programas; Educação e Desenvolvimento Rural, Dinamização da Cultura no Território e Esporte e Lazer; cada um deles gerou oito, nove e quatro projetos respectivamente que estão relacionados no Quadro 51 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p><b>1. Assegurar o acesso à educação de qualidade e valorização da cultura do território.</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Educação e Desenvolvimento Rural</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Fortalecimento da EFA DOM Fragoso e estruturar 3 EFAS no território, tendo como meta uma em cada micro território (Ipueiras, Tauá e Santa Quitéria).</p>
		<p><b>Projeto 2:</b> Apoio a reativação, construção e melhoria das escolas rurais</p>
		<p><b>Projeto 3:</b> Adequação dos Currículos das Escolas Rurais às Diretrizes da Educação do Campo.</p>
		<p><b>Projeto 4:</b> Implantação de uma escola agro técnica no território.</p>
		<p><b>Projeto 5:</b> Mobilização dos alunos dos diversos níveis de ensino, objetivando tornar o debate sobre as políticas públicas uma atividade sistemática</p>
		<p><b>Projeto 6:</b> Construção de novas escolas do campo no território.</p>
		<p><b>Projeto 7:</b> Apoio a implementação dos campo experimentais das escolas do campo.</p>
		<p><b>Projeto 8:</b> Promover formação continuada de educadores na educação do campo com a temática: educação do campo e convivência agroecológica com o semiárido.</p>
	<p><b>Programa 2:</b> Dinamização da Cultura no Território.</p>	<p><b>Projeto1:</b> Resgate e Fortalecimentos a Cultura Popular</p>
		<p><b>Projeto 2:</b> Apoiar Novos Talentos</p>
		<p><b>Projeto 3:</b> Promoção da Garantia do acesso à Cultura Universal</p>
		<p><b>Projeto 4:</b> Contratação profissional qualificado que estimule e busque desenvolver as potencialidades culturais e esportivas do território.</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<b>Projeto 5:</b> Promoção da cultura através da melhoria do processo de comunicação
		<b>Projeto 6:</b> Resgate e Fortalecimento da Cultura Popular
		<b>Projeto 7:</b> Aquisição de Instrumentos Musicais
		<b>Projeto 8:</b> Implantação de Bibliotecas Rurais
		<b>Projeto 9:</b> Implantação Centros de Inclusão Digitais.
	<b>Programa 3:</b> Esporte e Lazer	<b>Projeto 1:</b> Valorização as Brincadeiras Populares
		<b>Projeto 2:</b> Interiorização as modalidades de Esportes
		<b>Projeto 3:</b> Criação uma escola esportiva por modalidade com concessão de bolsas
		<b>Projeto 4:</b> Melhoramento e/ou construção de áreas esportivas, de cultura, de lazer e praças

**Quadro 51:** Eixo de Educação e Cultura

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 27.5 Eixo da Desenvolvimento Ambiental

Os objetivos estratégicos traçados para a Dimensão Ambiental gerou o eixo de Desenvolvimento Ambiental, e a partir do mesmo foram gerados dois Programas: Tecnologias de convivência com o melhoramento do semiárido com nove projetos, e o Programa de Combate à Degradação e Desertificação com três projetos, conforme o Quadro 52, a seguir

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<b>1. Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda.</b>	<b>Programa 1:</b> Tecnologias de convivência com melhoramento do semiárido	<b>Projeto 1:</b> Construção de Cisternas/Calçadão e outras alternativas.
		<b>Projeto 2:</b> Implantação de tecnologias que visem a convivência com o semi-árido (Barragem subterrânea, barragem sucessiva, plantio direto, captação "in-situ", aproveitamento produtivo do pequeno açude)
		<b>Projeto 3:</b> Aproveitamento das águas e terras molhadas para produção de alimentos nos pequenos açudes.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p><b>Projeto 4:</b> Implantação de viveiros de produção de mudas nativas, frutíferas e exóticas</p> <p><b>Projeto 5:</b> Construção de Mandalas</p> <p><b>Projeto 6:</b> Implantação de Projetos PAZ</p> <p><b>Projeto 7:</b> Implantação de Quintais Produtivos</p> <p><b>Projeto 8:</b> Implantação de sistemas agroflorestais.</p> <p>Projeto 9: Viabilizar através das associações, cooperativas a parceria para implementação do programa de praticas agrícolas de convivência com o semiárido.</p>
<p><b>2. Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável.</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Combate à Degradação e Desertificação</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Controle e Redução das Queimadas Agrícolas.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Controle e Redução do Desmatamento.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Recuperação de Áreas Degradadas.</p> <p><b>Projeto 5:</b> Reflorestamento em comunidades com árvores nativas.</p> <p><b>Projeto 6:</b> Implantação de programas de manejo em Áreas de Proteção Permanente.</p> <p><b>Projeto 7:</b> Incentivar o reflorestamento das matas ciliares com plantas nativas e frutíferas do semiárido e implantar sistema de monitoramento dos serviços realizados.</p> <p><b>Projeto 8:</b> Promoção de Educação Ambiental e ecológica nas Escolas.</p> <p><b>Projeto 9:</b> Promoção de Educação Ambiental ecológica nas Comunidades Rurais.</p> <p><b>Projeto 10:</b> Promoção de educação ambiental e ecológica em comunidades indígenas e quilombolas</p> <p><b>Projeto 11:</b> Implantação de programa de Capacitação de educadores/ras em Educação Ambiental e ecológica e do Campo.</p> <p><b>Projeto 12:</b> Capacitação para o fortalecimento e renovação dos CONDEMAS</p> <p><b>Projeto 13:</b> Educação ambiental para o incentivo ao uso de defensivos naturais e desestímulo ao uso de agrotóxicos</p>
	<p><b>Programa 2:</b></p>	<p><b>Projeto 1:</b> Implantação de Coleta e</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	Saneamento Ambiental Rural	Reciclagem do Lixo Rural com implantação de miniusinas de reciclagem.
		<b>Projeto 2:</b> Construção de Esgotamento Sanitário.
		<b>Projeto 3:</b> Implantação de Projeto de Reaproveitamento das Águas.

**Quadro 52:** Eixo Desenvolvimento Ambiental

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 27.6 Eixo Ação Fundiária

Os eixos definidos para a Dimensão Socioeconômica foram: Ação Fundiária, Infra estrutura e Organização Sustentável da Produção Social e Ambiental.

O eixo Ação Fundiária gerou três programas: Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias com cinco projetos, o segundo de Recuperação dos Assentamentos com oito projetos e o terceiro Programa de Ordenamento e Regularização Fundiária com sete projetos relacionados no Quadro 53 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar o acesso a terra e geração de trabalho e renda no campo.	<b>Programa 1:</b> Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias.	<b>Projeto 1:</b> Desapropriação de terras para fins de reforma agrária; <b>Projeto 2:</b> Aquisição de terras via Programa Nacional de Crédito Fundiário; <b>Projeto 3:</b> Desenvolvimento de ações para as famílias acampadas; <b>Projeto 4:</b> Revisão e flexibilização os instrumentos de licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária. <b>Projeto 5:</b> Criar efetiva e contínua supervisão por parte do órgão responsável da Assistência Técnica nos assentamentos do crédito fundiário.
	<b>Programa 2:</b> Recuperação dos Assentamentos	<b>Projeto 1:</b> Implantação de novas tecnologias com vistas a recuperar a capacidade produtiva dos assentamentos; <b>Projeto 2:</b> Melhoramento da infraestrutura de água nos assentamentos com ênfase na recuperação, ampliação e construção de açudes nas áreas de assentamentos e construção de adutoras e cisternas <b>Projeto 3:</b> Implantação do Programa de

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Manejo da Caatinga nos assentamentos e comunidades rurais e Preservação e recuperação de matas ciliares</p> <p><b>Projeto 4:</b> Incentivo as famílias para organização, produção e comercialização</p> <p><b>Projeto 5:</b> Reforma, ampliação e construção de armazéns, depósitos e estradas nos assentamentos e comunidades rurais</p> <p><b>Projeto 6:</b> Aproveitamento do potencial dos recursos minerais dos assentamentos;</p> <p><b>Projeto 7:</b> Implantação ou ampliação dos serviços de saneamento em assentamentos e comunidades rurais;</p> <p><b>Projeto 8:</b> Manutenção e continuidade da ATES nos assentamentos de reforma agrária, incluindo os assentamentos do crédito fundiário.</p>
	<p><b>Programa 3:</b> Ordenamento e Regularização Fundiária</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Gerenciamento e Fiscalização do Cadastramento e recadastramento dos imóveis rurais.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Georreferenciamento e Regularização Fundiária de todos Imóveis Rurais do território.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Regularização fundiária garantindo os direitos dos agricultores de pequenas propriedades</p> <p><b>Projeto 4:</b> Concluir a regularização dos assentamentos devolução da documentação/ título da terra.</p> <p><b>Projeto 5:</b> Criação de programa de regularização das terras indígenas e quilombolas.</p> <p><b>Projeto 6:</b> Criação de Programa Regularização dos espólios de agricultores familiares;</p> <p><b>Projeto 7:</b> Criação de um escritório territorial para facilitar a execução do Crédito fundiário.</p>

**Quadro 53:** Eixo Ação Fundiária

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 27.7 Eixo Infraestrutura

O eixo Infraestrutura deu origem a três Programas: Integração Viária dos Territórios com três projetos; Desenvolvimento da infraestrutura Hídrica do Território



com quatro projetos e o terceiro denominado de Infraestrutura elétrica com dois projetos, relacionados no Quadro 54 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<b>1. Garantir infraestrutura básica como base de sustentação para o desenvolvimento do território.</b>	<b>Programa 1:</b> Integração Viária do Território	<b>Projeto 1:</b> Recuperação das estradas intermunicipais e de integração territorial.
		<b>Projeto 2:</b> Construção de estradas intermunicipais e de integração territorial.
		<b>Projeto 3:</b> Construção, Piçarramento e calçamento das ladeiras, passagens molhadas e pontes das estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais e sistemas de transporte coletivo
	<b>Programa 2:</b> Desenvolvimento da Infraestrutura Hídrica do Território	<b>Projeto 1:</b> Construção de Açudes que tenham abrangência Intermunicipal
		<b>Projeto 2:</b> Ampliação de Açudes de abrangência Intermunicipal.
		<b>Projeto 3:</b> Locar, Perfurar, Instalar e Reativar os Poços Profundos existentes;
		<b>Projeto 4:</b> Construção de Adutoras
		<b>Projeto 5:</b> Garantir os Recursos hídricos de acordo com a Projeto 7: Lei das Águas, nº. 9.433
		<b>Projeto 6:</b> Priorizar a criação e recuperação de açudes de pequeno porte nas comunidades rurais.
		<b>Projeto 7:</b> Implantar novos perímetros irrigados e reestruturar em açudes de grande porte.
	<b>Programa 3:</b> Infraestrutura Elétrica	<b>Projeto 1:</b> Universalização da Luz elétrica para residências rurais
	<b>Projeto 2:</b> Construção de Rede de energia elétrica para fins produtivos.	

**Quadro 54:** Eixo Infraestrutura

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 26.8 Eixo Organização Sustentável da Produção

Este eixo foi organizado a partir de sete objetivos estratégicos que por sua vez geraram dez programas conforme apresentados abaixo e relacionados aos mesmos estes geraram: onze projetos, seis projetos, dez projetos, dois projetos, quatro projetos, dezesseis projetos, quatorze projetos, quatro projetos,

sete projetos e quatro projetos respectivamente, relacionados no Quadro 55 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
<p><b>1. Assegurar serviços ao território com vistas à organização da produção e comercialização com prioridade para a agricultura familiar.</b></p>	<p><b>Programa 1.</b> Prestações de Serviços no Apoio ao Desenvolvimento Produtivo do Território</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Sistema de Formação e Capacitação continuada para agricultores/as familiares adequada a realidade e suas aptidões, buscando a organização sustentável da produção.</p>
		<p><b>Projeto 2:</b> Assegurar um programa de Capacitação profissional para técnico/as e parceiros de ATER/ATES dentro dos princípios da agricultura camponesa, priorizando o conhecimento de tecnologias apropriadas para convivência no semiárido e as relações humanas.</p>
		<p><b>Projeto 3:</b> Ampliação do quadro técnico de ATER nas área econômica, social, ambiental e produtiva.</p>
		<p><b>Projeto 4:</b> Implantação de Assistência técnica e extensão rural (ATER) para mulheres</p>
		<p><b>Projeto 5:</b> Garantir a permanência da assistência técnica e extensão rural pública com ampliação de recursos logístico e financeiro</p>
		<p><b>Projeto 6:</b> Melhoria de estrutura regional da EMETERCE</p>
		<p><b>Projeto 7:</b> Estruturação regional das ONGs em rede que prestam assessoria técnica no território (Automóveis, motocicletas, equipamento de informática e outros equipamentos de serviços).</p>
		<p><b>Projeto 8:</b> Estruturação das Secretarias Municipais de Agricultura</p>
		<p><b>Projeto 9:</b> Capacitação Sistemática voltada a formação de operadores de máquinas agrícolas</p>
		<p><b>Projeto 10:</b> Universalização da ATER para agricultura familiar;</p>
<p><b>Projeto 11:</b> Implementar um programa específico de incentivo e apoio para o jovem rural, que garanta a sua permanência no campo</p>		
<p><b>2. Disponibilizar crédito oportuno e hábil no apoio</b></p>	<p><b>Programa 2:</b> Desburocratização e agilização do</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Fortalecimento do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FEDAF</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
ao desenvolvimento produtivo do território	acesso ao crédito.	<p><b>Projeto 2:</b> Criação de linhas de crédito dirigidas para projetos produtivos em reservatórios públicos, numa perspectiva agroecológica</p> <p><b>Projeto 3:</b> Direcionamento de recursos estudais para incentivar práticas conservacionistas agroecológicas de convivência com semi-árido (tração animal).</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criação de fundo estadual para o desenvolvimento rural sustentável, agregando recursos dos governos estadual e federal.</p> <p><b>Projeto 5:</b> Criação de Linha de Crédito público para produção de alimentos agroecológicos</p> <p><b>Projeto 6:</b> Ampliação do sistema de crédito associativo/cooperativo</p>
3. Agregar valor a produção da agricultura familiar via sistema territorial de comercialização.	Programa 3: Implantação um sistema territorial de comercialização	<p><b>Projeto 1:</b> Realização de Feiras a cada dois meses, a nível estadual, assumidas por dois ou três Territórios.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Apoio as Feiras Municipais da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Território;</p> <p><b>Projeto 3:</b> Apoio a organização dos/as agricultores/as familiares com foco nas cooperativas, visando acesso ao crédito e comercialização</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criação de selo e certificação participativa e solidária</p> <p><b>Projeto 5:</b> Criação e apoio de uma política de crédito para capital de giro com vista a assegurar a comercialização de produtos da agricultura familiar;</p> <p><b>Projeto 6:</b> Criação de Redes de produção e comercialização</p> <p><b>Projeto 7:</b> Criação de uma lei de isenção de ICMS para os produtos oriundos de agricultura familiar, camponesa, indígena e de comunidades tradicionais.</p> <p><b>Projeto 8:</b> Construção de um centro para comercialização (inclusive para exportação) do artesanato territorial</p> <p><b>Projeto 9:</b> Aquisição de kits feiras animal</p> <p><b>Projeto 10:</b> Organização dos agricultores (as) familiares para o acesso aos mercados institucionais PAA e PNAE</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
<p><b>4. Apoiar a organização dos agricultores familiares com foco nas cooperativas visando o acesso ao crédito e a comercialização;</b></p>	<p><b>Programa 4:</b> Desenvolvimento do Cooperativismo Auto-gestionário;</p> <p><b>Programa 5;</b> Desenvolvimento de Pesquisas Sistêmicas e Participativas voltadas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar;</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Criação de instrumento para a estruturação de cooperativas de produção e comercialização.</p>
		<p><b>Projeto 2:</b> Criação, ampliação e fortalecimento das formas e mecanismos de incentivo ao associativismo e ao cooperativismo de orientação solidária com apoio do Estado, objetivando o fortalecimento do crédito, da produção, gestão, industrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa e da economia solidária</p>
		<p><b>Projeto 1:</b> Recuperação e fortalecimento de campos e bancos de sementes crioulas e orgânicas com o apoio da pesquisa pública, visando à certificação solidária, o armazenamento e sua livre comercialização</p>
		<p><b>Projeto 2:</b> Apoio a projetos de pesquisa e transferência de tecnologia para a inserção social e adaptada ao semi árido</p>
		<p><b>Projeto 3:</b> Construção e manutenção de um laboratório de solo, água e análise foliar em cada microrregião.</p>
		<p><b>Projeto 4:</b> Criação de um programa integrado de recuperação e conservação dos solos explorados pela agricultura familiar.</p>
<p><b>5. Produzir tecnologias apropriadas a pequena produção e de convivência com o semi árido.</b></p>	<p><b>Programa 6:</b> Apoio a Produção e a Transição Agroecológica</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Ampliação e apoio a cadeia produtiva do algodão agroecológico;</p>
		<p><b>Projeto 2:</b> Implantação de unidades de produção: conversão subsidiária de sistemas agrícolas convencionais em agro ecológicos .</p>
		<p><b>Projeto 3:</b> Criação de incentivos para a agricultura familiar para produtores agroecológicos</p>
		<p><b>Projeto 4:</b> Construção de cisternas/calçadão e enxurradas, poços artesianos, cacimbões e barragens subterrâneas.</p>
		<p><b>Projeto 5:</b> Implantação de viveiros de produção de mudas nativas, frutíferas, plantas medicinais, ornamentais e exóticas</p>
		<p><b>Projeto 6:</b> Construção de Mandalas.</p>
		<p><b>Projeto 7:</b> Implantação de Quintais produtivos para mulheres.</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
		<p><b>Projeto 8:</b> Conservação e adubação orgânica das áreas agrícolas como alternativas ao uso das queimadas.</p> <p><b>Projeto 9:</b> Criação de mecanismos de recompensas ao serviços ambientais gerados pela agricultura familiar.</p> <p><b>Projeto 10:</b> intensivo a criação de Unidade de Propagação de sementes crioulas.</p> <p><b>Projeto 11:</b> Criação de banco de germoplasma de sementes crioulas</p> <p><b>Projeto 12:</b> Qualificar a implementação do Programa para os agricultores que se enquadram nos critérios de seleção do Garantia Safra que residam na zona rural ou urbana.</p> <p><b>Projeto 13:</b> Melhorar o sistema de cruzamento de informações que identifiquem os legítimos agricultores.</p> <p><b>Projeto 14:</b> Melhorar a genética do rebanho de bovinos, ovinocaprino.</p> <p><b>Projeto 15:</b> Universalizar o programa hora sazonal para agricultura familiar.</p>
<p><b>6. Construir arranjos institucionais e integração de sistemas produtivos via organização de cadeias produtivas e desenvolvimento de sistemas produtivos de base familiar.</b></p>	<p><b>Programa 7:</b> Organização das Principais Cadeias Produtivas</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Adequação da legislação ambiental às especificidades da agricultura familiar e camponesa, dos povos indígenas e comunidades tradicionais, por meio da criação de medidas ambientais diferenciadas e regionalizadas</p> <p><b>Projeto 2:</b> Implantação de unidades de produção irrigada com foco na conservação dos recursos naturais numa perspectiva para transição agroecológica.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Aquisição de kit armazenamento de forragens;</p> <p><b>Projeto 4:</b> Implantação de bancos de sementes da base familiar</p> <p><b>Projeto 5:</b> Organização da Cadeia Produtiva da Bovinocultura</p> <p><b>Projeto 6:</b> Organização da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura</p> <p><b>Projeto 7:</b> Organização da Cadeia Produtiva da Apicultura ;</p> <p><b>Projeto 8:</b> Organização da Cadeia Produtiva das Oleaginosas para o Biodiesel com aquisição de trilhadeiras na proporção dos núcleos de produção existentes.</p> <p><b>Projeto 9:</b> Ampliar e diversificar os Arranjos Produtivos Locais nas cadeias produtivas prioritárias para a agricultura familiar.</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
	<p><b>Programa: 8:</b> Incentivos a criação de pequenos animais e piscicultura.</p>	<p><b>Projeto 10:</b> Organização da cadeia produtiva do artesanato com a criação do selo de identidade do artesanato com foco territorial</p> <p><b>Projeto 11:</b> Realização de diagnósticos, no mínimo dois ao ano para fomentar as ações do artesanato.</p> <p><b>Projeto 12:</b> Construção de miniusinas de composto orgânico nos municípios estratégicos nos pólos de biodiesel.</p> <p><b>Projeto 13:</b> Implantação de mini-indústrias de processamento de carne.</p> <p><b>Projeto 14:</b> Apoiar com crédito rural a cadeia produtiva da Piscicultura.</p> <p><b>Projeto 1:</b> Implantação de Núcleos de Avicultura Caipira.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Peixamento de açudes públicos</p> <p><b>Projeto 3:</b> Implantação de Núcleos da Suinocultura Caipira</p> <p><b>Projeto 4:</b> Apoiar com crédito rural a cadeia produtiva da Avicultura.</p>
<p><b>7. Agregar valor a produção via processamento e beneficiamento de produtos agrícolas e artesanais.</b></p>	<p><b>Programa 9:</b> Implantação de Unidades de Processamento da Produção</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Revitalização da Agroindústria do Caju</p> <p><b>Projeto 2:</b> Implantação de miniusinas de Leite para o processamento de seus derivados.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Implantação de Unidades de Processamento do Mel nos municípios com potencial produtivo</p> <p><b>Projeto 4:</b> Estruturação de Unidades de Beneficiamento de Carnes e Curtume de Ovinos e Caprinos com SIF</p> <p><b>Projeto 5:</b> Implantação de Unidade de Beneficiamento de Grãos</p> <p><b>Projeto 6:</b> Criar um marco regulatório que resguarde os direitos territoriais e as práticas tradicionais de produção e beneficiamento familiar</p> <p><b>Projeto 7:</b> Construção de abatedouros público com SIF.</p>
	<p><b>Programa 10;</b> Apoio ao Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas do Território</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Fortalecimento das Organizações dos/as Artesãs/aos</p> <p><b>Projeto 2:</b> Aprimoramento do processo de Produção Artesanal</p> <p><b>Projeto 3:</b> Implantação de Projeto Turismo Rural na Agricultura Familiar.</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criação um comitê territorial da cadeia do artesanato</p>

**Quadro 55: Eixos da Organização Sustentável da Produção**

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

**27.9 Eixo Gestão Territorial**

A partir dos objetivos estratégicos traçados foram estruturados os Programas: Fortalecimento das instâncias colegiadas para a Gestão Social e Produtiva do Território com nove projetos e o segundo Programa Sistema Simplificado de Controle para a Gestão Territorial com três projetos, conforme o Quadro 56 a seguir:

<b>EIXO ESTRATÉGICO</b>		
<b>GESTÃO TERRITORIAL</b>		
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>PROGRAMAS</b>	<b>PROJETOS</b>
<b>1. Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada</b>	<b>Programa 1:</b> Fortalecimento das Instâncias Colegiadas para a Gestão Social e Produtiva do Território.	<b>Projeto 1:</b> Estruturação do Colegiado (Sede, Transporte, Secretária e Material, Divulgação)
		<b>Projeto 2:</b> Capacitação dos comitês temáticos e setoriais (Reestruturação dos Comitês e Elaboração de Plano de Ação).
		<b>Projeto 3:</b> Criação dos consórcios intermunicipais para estruturação de escoamento das unidades produtivas, reciclagem de lixo, etc.
		<b>Projeto 4:</b> Apoio a estruturação de fóruns/cooperativas/comitês/redes setoriais integrantes das cadeias produtivas: Ovinocaprinocultura, Apicultura, Bovinocultura de Leite, piscicultura, horticultura e fruticultura.
		<b>Projeto 5:</b> Qualificação do processo de planejamento público (PPA municipal e estadual) com a efetiva participação dos territórios
		<b>Projeto 6:</b> Estruturação das Secretarias Municipais de Agricultura
		<b>Projeto 7:</b> Efetivação da inclusão das mulheres, jovens, idosos, indígenas e comunidades tradicionais nas instâncias de participação e controle social
		<b>Projeto 8:</b> Criação dos consórcios intermunicipais para estruturação de escoamento das unidades produtivas, reciclagem de lixo, etc.



<b>EIXO ESTRATÉGICO</b>		
		<b>Projeto 9:</b> Envolvimento e comprometimento do poder legislativo
<b>2. Ampliar as formas e instrumentos de controle e gestão social do território.</b>	<b>Programa 2:</b> Sistema Simplificado de Controle para a Gestão Social do Território	<b>Projeto 1:</b> Implantação de um sistema de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos projetos territoriais.
		<b>Projeto 2:</b> Formação permanente das instâncias do colegiado territorial e dos Agentes Produtivo (Seminários, Cursos, Oficinas, Intercâmbios).
		<b>Projeto 3:</b> Construção participativa da base de indicadores e implantação do sistema simplificado de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos do desenvolvimento territorial

**Quadro 56:** Eixos Gestão Territorial

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010



## 28 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou três projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda. O quadro abaixo demonstra os projetos priorizados pelo território.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES
<b>1. Organização do Subsistema de Ovinos e Caprinos</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Apoiar a organização do fórum territorial do produtores/as de ovinos e caprinos Implantação de unidades de crias e reprodutores de qualidade</li><li>2. Implantar unidades de engorda e acabamento</li><li>3. Aquisição de kit armazenamento de forragens, implantação de bancos de proteínas com vistas a garantir reserva estratégica de alimentos</li><li>4. Implantar unidades de processamento de carne e pele</li></ol>
<b>2. Organização do Subsistema da Apicultura</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Apoiar a organização do fórum territorial dos apicultores</li><li>2. Implantar unidades de reflorestamento com vistas a ampliar a oferta de alimentos para as abelhas;</li><li>3. Implantar casas de mel sífadas em todos os municípios do território</li><li>4. Implantar unidades de armazenamento, embalagem, certificação e comercialização do mel do território.</li></ol>
<b>3. Educação do Campo e Desenvolvimento Rural</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Fortalecimento da EFA DOM Fragoso de Independência</li><li>2. Construção de 3 EFAS ficando uma por micro território</li><li>3. Construir um processo junto ao Comitê Temático de Educação com vistas a fazer ajustes nas grades curriculares das escolas rurais, a Partir das diretrizes operacionais da educação do campo.</li></ol>

**Quadro 57:** Projetos Estratégicos priorizados pelo Território

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010



## **Parte IV**

# **SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO**

**Proposição**



## SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de

espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

- Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social;
- Assegurar a Inclusão socioeconômica e cultural de mulheres, juventude e comunidades tradicionais;
- Assegurar a Inclusão socioeconômica e cultural de mulheres, juventude e comunidades tradicionais;
- Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção;
- Assegurar o acesso à educação de qualidade e valorização da cultura do território;
- Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda;
- Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável;
- Assegurar o acesso a terra e geração de trabalho e renda no campo;
- Garantir infraestrutura básica como base de sustentação para o desenvolvimento do território;
- Assegurar serviços ao território com vistas à organização da produção e comercialização com prioridade para a agricultura familiar;
- Disponibilizar crédito oportuno e hábil no apoio ao desenvolvimento produtivo do território;
- Agregar valor a produção da agricultura familiar via sistema territorial de comercialização;
- Apoiar a organização dos agricultores familiares com foco nas cooperativas visando o acesso ao crédito e a comercialização;

- Produzir tecnologias apropriadas a pequena produção e de convivência com o semi árido;
- Construir arranjos institucionais e integração de sistemas produtivos via organização de cadeias produtivas e desenvolvimento de sistemas produtivos de base familiar;
- Agregar valor a produção via processamento e beneficiamento de produtos agrícolas e artesanais.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instâncias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

Brasil. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em:< [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

\_\_\_\_\_. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos às alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRINGEL, BRENO E ESPÍNEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA, M.J.N; SANTOS, S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:

<www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1, 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< [www.cogerh.com.br](http://www.cogerh.com.br)> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< [www.funceme.br](http://www.funceme.br)> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO Periódico da Plenária Territorial, Ceará, 2009.

\_\_\_\_\_. 2010. RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.

[ce.html](#)>. Acesso em: 23 out. 2009.

SCHNEIDER, SÉRGIO SILVA, MARCELO KUNRATH E MARQUES, PAULO EDUARDO. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SEPÚLVEDA, SERGIO. Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < [www.semace.ce.gov.br](http://www.semace.ce.gov.br)> Acesso em: Novembro de 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em < [servicos.ibama.gov.br/cogeq](http://servicos.ibama.gov.br/cogeq)> Acesso em: Novembro de 2010.